Este livro abrange o período entre o descobrimento oficial do Brasil por Pedro Álvares Cabral em 1500, até à morte, em 1572, do grande governador Mem de Sá, data em que, depois dos primeiros anos atribulados da sua existência, a jovem nação brasileira, com a sobrevivência já assegurada, se encontrava com forças vitais para reagir vitoriosamente contra a ocupação holandesa do século seguinte.

Os trabalhos e problemas que os primeiros povoadores tiveram de enfrentar são descritos nos 24 capítulos desta obra, que pode dividir-se em três partes:

A primeira trata do descobrimento do Brasil e explorações costeiras até ao momento em que o rei D. João III, vendo os seus direitos disputados por franceses e castelhanos, resolveu repartir em capitanias toda a extensão da costa brasileira, e distribuí-las para serem povoadas, governadas e defendidas pelos respectivos donatários.

A história individual destes donatários, heróis da Índia na sua maioria, e o seu procedimento perante esta nova e perigosa aventura, ocupa os capítulos a seguir, onde vemos um punhado de homens brancos a lutar desesperadamente para manter-se à beira da selva infestada por hordas de canibais selvagens. Abandonados aos seus próprios recursos para resistir ou sucumbir, para financiar a sua empresa ou cair na falência, para organizar a defesa contra as incursões dos selvagens da terra desconhecida e as naus bem armadas dos corsários que atacavam do mar, não admira que poucos dos primeiros capitães tivessem conseguido grandes êxitos. O rei então, vendo-se obrigado a intervir, mudou de plano, nomeando para o Brasil um Governador-Geral encarregado de organizar um forte poder central e fundar uma capital, ao mesmo tempo que enviava os missionários jesuítas para converter e civilizar os aborígenes.

Os trabalhos dos primeiros governadores para estender o domínio político sobre a terra bravia, as aventuras dos padres jesuítas entre os canibais, a fundação das grandes cidades do futuro, e o esforço reunido do poder espiritual e temporal para expulsar o francês Villegagnon e seus homens da ilha na baía do Rio de Janeiro, ocupam os restantes capítulos do livro, que termina com a descrição da pátria brasileira tal como era já no fim do século de Quinhentos.

1956

Tip. e Enc. A PORTUENSE
Rua Conde de Vizela, 80 — PORTO

CAPITÃES DO BRASIL

Outras obras de ELAINE SANCEAU

O SONHO DA ÍNDIA (Afonso de Albuquerque) — 3.ª edição
EM DEMANDA DO PRESTE JOÃO — 3.ª edição
D. HENRIQUE, O NAVEGADOR — 3.ª edição
D. JOÃO DE CASTRO — 2.ª edição
O CAMINHO DA ÍNDIA
D. JOÃO II

ELAINE SANCEAU

CAPITÃES DO BRASIL

TRADUÇÃO
DE
ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

REVISTA PELA AUTORA

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO — EDITORA

I

Terra da Vera Cruz

O sol declinava lá para os lados da floresta distante. Para o sul, levantava-se uma longa cordilheira, negra na escuridão que descia. A noite cobria ràpidamente com o seu manto um continente desconhecido, e toldava o mar cor de opala, cujas ondas apagavam, com o seu marulho, os ruídos da floresta. A escuridão estendia-se por milhas sem conta cobrindo a terra. Das profundezas do mar ondulavam, ora subindo, ora descendo, as luzes trémulas de treze navios. Os mastros e as vergas, cujas velas haviam sido colhidas, balouçavam, negros, ocultando o Cruzeiro do Sul. Nos elevados castelos da proa e da popa, apinhavam-se os homens, com olhos sôfregos a interrogarem a noite.

Eis a esquadra que à Índia mandava S. A. el-rei D. Manuel — D. Manuel o *Venturoso*, que apenas oito meses antes saudara Vasco da Gama de regresso da terra das especiarias. Finalmente abrira-se o caminho marítimo para a Índia. Os navios portugueses tinham encontrado Calicute. As antigas igrejas do Oriente iam ser enfim libertadas pelos cruzados do Ocidente do

seu isolamento milenário. O comércio das especiarias do Oriente, com que o Islão tinha enriquecido durante tanto tempo, ia esvaziar agora os seus tesouros nas mãos de cristãos. Chegara o momento de negociar com os reis hindus, no prosseguimento das primeiros tentativas e afastando todo o desentendimento. Por isso Pedro Álvares Cabral fora mandado a Calicute para concertar pazes com o Samorim e levar-lhe um esplêndido presente.

Mas então que viera ele fazer a esta costa do Ocidente, na orla da «Quarta Parte do Mundo»? Aqui está uma pergunta que os estudiosos têm discutido de todos os pontos de vista com erudição, com ignorância, com imparcialidade, com paixão, com calma convicção ou com cepticismo — sem jamais haverem chegado a qualquer conclusão.

A teoria de uma violenta tempestade que afastasse a esquadra da sua rota há muito que foi posta de parte. Não se encontra, entre os relatos das testemunhas presenciais, nenhuma indicação de mau tempo, e os marinheiros, que conhecem os ventos do Atlântico, declaram que nenhum golpe de vento podia ter arrastado a armada por este rumo; tão-pouco parece poder-se responsabilizar as correntes oceânicas por tal desvio. É evidente que as armadas da Índia faziam rumo para Ocidente antes de procurarem o Cabo; os navios à vela ainda hoje o fazem. Vasco da Gama seguiu sem hesitação em direcção ao sudoeste ao largar das ilhas de Cabo Verde, sendo provável que nem fosse dele próprio tal ideia. Os navegadores portugueses haviam estudado o regime dos ventos atlânticos, durante muitos anos antes da sua viagem. Era portanto natural que Cabral navegasse para o sudoeste no seu caminho em direcção ao Cabo;—a questão é esta : porque foi ele tão longe, em direcção ao sudoeste? A navegação portuguesa do tempo não se fazia ao acaso. Portanto, se Pedro

Álvares Cabral se encontrava em frente desta costa, deve ter sido com intencionalidade, e, a ser assim, obedecia às ordens recebidas. O capitão-general duma esquadra de treze naus equipadas para o comércio e para a guerra, encarregado duma missão diplomática importante e melindrosa, não devia perder o seu tempo com explorações inúteis. Por isso parece que o mais provável foi Cabral ter chegado àquela costa porque o rei, seu amo, pensava que, ficando no seu caminho, a armada devia reconhecê-la e reclamá-la para a Coroa, pois essas terras ocidentais se encontravam no hemisfério designado para Portugal no tratado de Tordesilhas.

Que essas terras não constituíram surpresa, era mais que evidente, como se pode concluir das narrativas de testemunhas presenciais: «seguimos nosso caminho per este mar delongo ataa terça feira doitavas de pascoa que foram XX dias dabril que topamos alguũs synaaes de tera» (1), escreve Pero Vaz de Caminha, escrivão do Capitão, como se não tivessem visto mais do que o que esperavam ver; «Aos 24 dias de Abril, que foi quarta feira da oitava da Páscoa, houve a dita armada vista de terra, de que teve grande prazer», diz um marinheiro anónimo (2). O que daqui se depreende não é que houvessem muita surpresa, mas apenas um interesse agradável. E a terceira testemunha ocular que deixou o seu relato não parece mesmo anunciar qualquer nova de descoberta: «quanto Señor al sytyo desta terra—informa Mestre João, físico, dirigindo-se a D. Manuel — mande vosa altesa trazer un mapamundy que tyene Pero Vaz Bisagudo, e por ay podera ver vosa altesa al sytyo desta terra, en pero aquel mapamundy

---

(1) Carta de Pero Vaz de Caminha.
(2) — *Relação do Piloto Anónimo*, publicada em *A Viagem de Pedro Alvares Cabral*, por William B. Greenlee, p. 15.

nõ çertyfica esta terra ser habytada o no, es mapamundy antiguo».

Inesperada ou não, era uma terra encantadora que se revelou ao outro dia, ao amanhecer, quando os navios desferraram as velas para se aproximarem da costa. Todas de verde brilhante, árvores enormes erguiam os seus topes para o azul ferrete do céu; o mar, também azul ferrete, desfazia-se em ondas translúcidas sobre a fina areia da praia, e o vento, fresco e rescendente, era como uma carícia. A Pero Vaz de Caminha lembrava-lhe a brisa do verão no seu Entre-Douro-e-Minho natal.

A armada lançou ferro na foz dum rio que corria por entre as sombras verdes. Os capitães reuniram-se na capitaina e discutiram os seus planos com os pilotos. Não era esta uma reunião de personalidades banais a que presidia Pedro Álvares Cabral.

O Capitão-General, fidalgo alto e magro, era um soldado valente, mas ao mesmo tempo homem brando, mesurado e de juízo prudente, qualidades que tinham presidido à sua escolha, como também a distinção do seu parentesco. Homem experimentado como era, podiam bem confiar-lhe o comando, no que o auxiliariam os seus distintos subordinados.

O primeiro de todos era Bartolomeu Dias, que descobrira o Cabo de Boa Esperança. Com ele ia Diogo Dias, seu irmão, de feitio alegre, que acabara de regressar da Índia com Vasco da Gama. Também ali ia Nicolau Coelho, que na viagem à Índia comandara a caravela *Bérrio*. Havia ainda o famoso piloto Pero Escobar, explorador das cataratas do Congo com Diogo Cão, uns 13 anos antes, e que fora à Índia no navio de Nicolau Coelho.

Os veteranos da África e do Oriente discutiram acerca desta terra ocidental — ilha ou continente, que podia ela ser? Suspeitavam que continente. O comandante achou que devia chamar-se Terra da

Vera Cruz, e Monte Pascoal seria a montanha elevada e arredondada que se via para além da floresta, por ser na semana da Páscoa que ele a avistara.

Então Nicolau Coelho, o irrequieto pioneiro de muitos desembarques em costas desconhecidas, foi mandado num pequeno barco até à foz do rio. Junto da praia via-se um grupo de homens — bronzeados e de cabelos pretos e corredios, nus como Adão no Paraíso. Brandindo arcos e flechas, corriam para a beira da água, olhando espantados para o barco que conduzia os estranhos homens brancos.

Nicolau Coelho não se atrapalhou. Fez sinal aos indígenas para pousarem as armas no chão, e eles obedeceram-lhe. A rebentação das ondas na praia tornava impossível o desembarque, mas Nicolau Coelho atirou-lhes presentes. Um dos barretes vermelhos vivos usados pelos marinheiros portugueses foi lançado por cima das ondas, a carapuça de linho que Coelho levava, depois na cabeça, seguida pelo chapéu preto de mais alguém.

Os selvagens pareciam satisfeitos. Em troca, atiraram um dos seus toucados de penas de cores berrantes, um tope ou penacho de penas e um rosário de contas brancas. Depois destas amabilidades Nicolau Coelho afastou-se. A noite caía, o vento soprava forte e não se podia efectuar qualquer desembarque naquela noite por entre a ressaca.

Levantou-se grossa ventania, sendo colhidas todas as âncoras. Era preciso encontrar porto mais seguro. Portanto, a armada subiu a costa durante todo o dia seguinte, levando à frente os navios mais pequenos para observarem, até chegar a Porto Seguro.

Parece que este nome se impunha por si: larga enseada protegida por rochedos, ancoradouro seguro e fundo e uma ampla entrada. O piloto fez sondagens a toda a volta da baía, e, enquanto o fazia, encontrou

uma almadia tripulada por dois rapazes vigorosos, que ele conseguiu agarrar e levar para a almiranta, para mostrar ao capitão,

Cabral viu que aquela era uma ocasião para se não deixar fugir. Era a primeira vez que homens deste país desconhecido se recebiam a bordo dum navio português. Tinham aparência de selvagens, mas quem sabia que condições havia em terra? E as primeiras impressões são importantes. Portanto, preparou o cenário.

Vestindo as suas melhores roupas e com uma pesada cadeia de ouro ao pescoço, o capitão sentou-se com majestade numa cadeira de espaldar elevado, e todos os seus oficiais sobre um tapete aos seus pés. Caíra a noite; trouxeram tochas. Os estrangeiros de pele escura avançaram à luz trémula. Eram altos, de cor castanho-avermelhada, de nariz bem feito e feições regulares. Cada qual trazia um osso branco atravessando-lhe o lábio inferior e a desformá-lo; ambas as cabeças eram rapadas desde a testa até às orelhas, e um deles trazia um toucado de penas amarelas. Completamente nus, não dando quaisquer mostras de vergonha ou temor, nem cumprimentando ninguém, ficaram de pé a olhar em silêncio.

A luz da tocha dançava na cadeia de ouro do capitão, fazendo-a brilhar. Um dos selvagens olhou para ela, como que a admirá-la, disse qualquer coisa e apontou para terra. Quereria ele dizer que também se poderia ali encontrar ouro? lembraram os homens brancos uns aos outros com ansiedade. Um castiçal de prata brilhante também despertou interesse, e o homem voltou a apontar para terra. Como seria bom que ali houvesse prata!

Experimentaram-se em vão todos os intérpretes: nenhum podia compreender esta língua. Seria preferível mostrar-lhes algumas coisas para ver as suas reacções, sugeriu alguém.

Veio o papagaio do capitão. É claro que aquilo não causou surpresa nenhuma. Pegaram na ave familiarmente com a mão e pareceram indicar que muitas mais se podiam encontrar em terra. Um carneiro quase não lhes despertou as atenções, mas quando trouxeram uma galinha, acordada da capoeira, sem dúvida a debater-se e a cacarejar ruidosamente como elas costumam, os selvagens recuaram a fugir do espalhafatoso pássaro. Era evidente que para eles se tratava de nova espécie de ave.

Trouxeram comida para os visitantes: pão e peixe cozido, bolos, mel e figos secos. Nenhuma destas coisas causou sucesso. Os estrangeiros mal as provavam, deitavam-nas fora. O vinho também foi rejeitado com nojo, e igual nojo mostraram pela água já salobra trazida nas vasilhas de bordo.

As contas brancas dum rosário foram muito admiradas. Um índio experimentou pô-lo ao pescoço, mas achou que ficava muito melhor enrolado no braço. Depois apontou para as contas e para a cadeia do capitão, com sinais que davam a entender aos circunstantes esperançados que ele oferecia ouro em troca das contas brancas — ou, observa o cauteloso Caminha, «Isto tomavamonos asy polo desejarmos... mas se ele queria dizer as contas e mais o colar, isto nem queriamonos emtender porque lho nõ aviamos de dar». Mas o selvagem acabou por tornar a dar o rosário ao seu dono.

Apesar da sua fantástica aventura, os visitantes parece não terem ficado muito assustados, apenas extenuados com o seu deslumbramento. E mostraram sentir-se perfeitamente à vontade. Caminha diz que eles se estenderam no tapete e se prepararam para dormir. O capitão, amável, mandou buscar almofadas para lhes pôr debaixo das cabeças, e deitaram uma coberta por cima das suas nudezas. O que teriam eles pensado

de tais confortos, adivinhe-o quem puder. Nós só podemos dizer que eles os aceitaram e daí a pouco estavam a dormir profundamente.

Na manhã seguinte, a armada dirigiu-se para uma baía adorável, e ali desceram os visitantes para terra. Cada um deles levava vestida uma boa camisa nova e um barrete vermelho; enrolado no braço, um rosário de contas brancas, e ainda um fornecimento de atraentes chocalhos e guizos.

Nicolau Coelho, Bartolomeu Dias e Pero Vaz de Caminha acompanharam-nos a terra, indo com eles um rapaz de nome Afonso Ribeiro, um dos úteis degredados — condenados cuja sentença de morte se comutara em deportação. Podia-se muito bem arriscar a vida destes homens em missões de observação em terras desconhecidas, porque elas pertenciam ao Estado. Afonso Ribeiro recebeu ordens de seguir os selvagens às suas casas e descobrir o que pudesse acerca dos seus hábitos e costumes.

Na praia concentravam-se duzentos homens nus, com arcos e setas nas mãos, preparados para lutar para libertarem os seus camaradas presos. Todavia, a um sinal dos viajantes de regresso, pousaram as armas no chão. Os dois homens desembarcaram, seguidos pelo degredado. Depois desataram todos a fugir, correndo quem mais podia, enquanto Afonso Ribeiro se esfalfava atrás deles.

Pouco depois voltaram. Os visitantes da noite anterior, novamente nus, com todo o conforto, trouxeram consigo os amigos para pasmarem com os estrangeiros que tinham saído do mar. Aparentemente estrangeiros inofensivos, mas nunca se pode saber! Nicolau Coelho tentou-os com braceletes e guizos. Eles aproximaram-se, como aves medrosas que não se atrevem a comer o cibo da mão. Chegaram mesmo a ajudar a levar água para o barco, mas não se atreveram a aproximar-se muito, chegando os cabaços aos brancos para pegarem neles. Fosse como fosse, efectuou-se regular negócio, dando-se arcos e setas em troca de chapéus e carapuços de linho.

Afonso Ribeiro, que desaparecera, voltou acompanhado dum indivíduo coberto de penas coladas por todo o corpo — «parecia aseetado coma Sam Sebastiam». O degredado explicou que os índios não quiseram que ele ficasse com eles. Não lhe tinham feito mal algum, mas simplesmente o mandaram embora sem lhe pegarem nos presentes. Mas, disse Bartolomeu Dias, tinham de os aceitar! E obrigou Afonso Ribeiro a voltar e a insistir na oferta de barretes vermelhos e duma bacia de estanho ao homem coberto de penas.

A 25 de Abril, um domingo, amanheceu um dia cheio de sol por sobre a terra virgem. Realizou-se a missa numa ilhota verde na baía, debaixo dum toldo levantado sobre um tosco altar «muy bem coregido». Foi ali que Frei Henrique de Coimbra, capelão do comandante, disse missa, acompanhado por todos os padres. Por cima do capitão desfraldava-se à brisa rescendente a bandeira branca e vermelha da Ordem de Cristo, e todos os oficiais e homens o rodeavam, ouvindo «cõ muyto prazer e devaçam».

Todos se sentaram na areia enquanto Frei Henrique subia a uma alta cadeira e deste púlpito improvisado pronunciva «huũa solene e proveitossa preegaçom» a respeito do Evangelho do dia com alusões a propósito do achamento desta Terra da Vera Cruz por ocasião da festa da Páscoa. Diz Caminha que foi coisa muitíssimo edificante.

Durante todo este tempo na praia do continente os homens nus olhavam admirados e com grande interesse para estes seres de outro mundo que cantavam canções tão estranhas. Acabado o sermão levantaram-se e dan-

çaram ao som duma buzina. Depois saltaram para dentro das almadias e andaram à volta do ilhéu para verem os portugueses, que, depois da missa, passearam de barco ao longo da costa e desfraldando a sua bandeira, seguindo à frente Bartolomeu Dias.

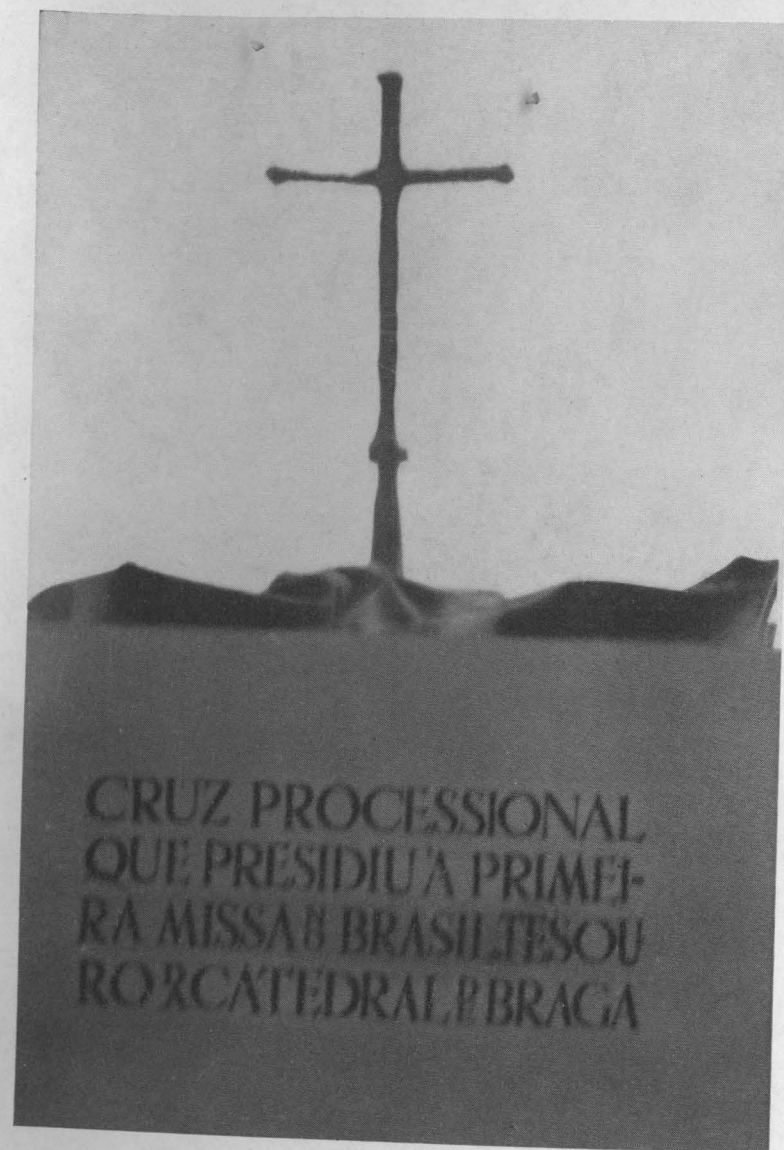
Ele mandou um homem a terra, para se misturar à multidão. Os selvagens deram-lhe cabaças com água e não lhe fizeram mal. Depois os portugueses, com uma música de gaitas e trombetas a tocar, voltaram para bordo para o jantar dominical.

Naquela tarde discutiram-se na nau capitaina assuntos importantes. Não deveria dar-se ao Rei parte do descobrimento desta terra? Talvez ele quisesse mandar um navio para a reconhecer mais pormenorizadamente do que uma armada a caminho da Índia.

Acordou-se em que a nau dos mantimentos se descarregaria e se mandaria ao reino, levando Gaspar de Lemos, seu capitão, as notícias. Alguém lembrou que se enviassem também exemplares humanos. Os degredados poderiam ficar em terra como reféns para tranquilizarem os indígenas.

A ideia foi posta de parte, por não ser bom usar de coerção. Afinal poucas informações úteis se obtinham de selvagens cativos. Mas os degredados, esses sim! que ficassem naquela terra. Seriam muito mais capazes do que os indígenas de darem dela relação inteligente quando o próximo navio chegasse para os recolher.

Tendo-se resolvido estes pontos a contento de todos — talvez com a excepção dos degredados —, o resto daquele domingo passou-se em terra em agradável convívio com os índios.

Os portugueses nunca tinham visto homens como aqueles — tão nus, tão pintalgados de vermelho e amarelo vivo, de azul e negro, as suas mulheres mistu-

Fotografia gentilmente cedida pelo Sr. Prof. Luciano Ribeiro

rando-se com eles vestidas apenas do seu cabelo negro e comprido, em completa inocência e sem mostras de vergonha diante dos olhos pasmados dos estrangeiros. Que bendita inocência! diziam os homens brancos. Aquela gente estava tão isenta de malícia como o Homem antes do Pecado.

Cabral divertiu-se com um velho de lábio todo desformado por uma grande pedra verde, fazendo-lhe sinal para que a tirasse, e o velho obedeceu; «Nõ sey que diaabo falava, escreve Caminha, e hia cõ ela pera a boca do capitam pera lha meter», com o que todos os circunstantes se torceram com riso. O capitão guardou a pedra e deu em troca um chapéu velho; e assim, brincando e rindo, passearam pela praia, apanhando e comendo rebentos de palmeiras que cresciam com abundância ao longo das margens.

Noutro ponto mais distante, dançava um grupo de índios, uns atrás dos outros sem se darem as mãos, coisa tão engraçada que o brincalhão do Diogo Dias não pôde resistir. Atravessou o rio para se lhes juntar, levando consigo o gaiteiro com a gaita de foles. Pegando nas mãos dos selvagens, fê-los dançar com ele ao som da música de Portugal. Os índios riam e seguiam muito bem, diz Caminha, e depois o seu prazenteiro mestre deu muitas voltas e saltos mortais para deleite deles.

Apesar de todo este alegre convívio os indivíduos permaneciam receosos. Se, como aves atrevidas, muitas vezes se aventuravam ao contacto, como as aves o mais pequeno receio fazia-os logo fugir. Para onde fugiam eles? Teriam casas no meio da floresta verde? Em parte nenhuma havia indícios de choças ou casas. Seriam eles como os seres bravios das florestas, que dormem em buracos e luras?

Afonso Ribeiro tinha de passar a noite com eles para ver, disse o capitão. Naquela noite, Afonso

seguiu-os até muito longe, mas nada viu senão pequenas cabanas de rama verde e fetos. Os donos não quiseram que o estrangeiro ficasse com eles ali depois de cair a noite. Amàvelmente, mas com firmeza, levaram-no outra vez até à praia.

No dia seguinte aconteceu a mesma coisa. Depois dum activo negócio em terra, o capitão mandou Afonso Ribeiro com mais dois condenados para seguirem novamente os índios e, com eles, o engraçado Diogo Dias, que tivera antes tanto êxito.

Desta vez chegaram a uma verdadeira aldeia, que constava de nove ou dez cabanas de madeira, cada uma das quais tão comprida como a nau capitaina, com telhado de colmo e uma pequena porta em cada uma das extremidades. Dentro não havia quaisquer divisões, apenas postes entre os quais estavam presas redes de ervas entrançadas, por baixo fogueiras para aquecerem os que dormiam. Em cada casa viviam 30 a 40 pessoas. Parecia que não reconheciam a autoridade de qualquer chefe, nem parece que tivessem qualquer forma de religião.

Os portugueses arranjaram maneira de jantar com os índios. Dizem eles que a comida parecia consistir de inhame e outras raízes e sementes. À noite de novo não conseguiram que os autorizassem a ficar ali. Os seus hospedeiros estavam resolvidos a não consentirem estrangeiros a dormir no meio deles. Depois de escurecer, o grupo voltou para bordo, levando os maiores e mais belos papagaios que tinham visto, além de pequenos periquitos, e enfeites de penas de cores vivas trocados por ninharias. Diogo Dias e Afonso Ribeiro tentaram mais uma vez dar-se por convidados no dia seguinte, mas nada obtiveram com a sua tentativa senão mais papagaios.

Todavia, apesar de não quererem os homens brancos a dormir na sua cabana, os índios não tinham medo de passar uma noite a bordo com os estrangeiros. Sancho de Tovar, o imediato, deu hospitalidade a dois selvagens. Banqueteou-os com as melhores coisas que tinha e mandou fazer para eles uma cama com lençóis. Ao outro dia levou-os a almoçar na nau capitaina, onde Cabral os sentou em cadeiras a uma mesa coberta com toalha. Não se nos diz quais fossem as maneiras dos hóspedes à mesa; apenas sabemos que comeram com bom apetite, apreciando em particular o arroz e o presunto frio. Um marinheiro deu grande contentamento a um deles oferecendo-lhe o dente dum porco montês. Deitando numa ponta um pouco de cera, o índio colou o troféu ao lábio, «e vijnha tam contente com ela como se tevera hũua grande joya».

Parece que desta vez todo o gelo se derreteu. Os índios estavam encantados com os seus novos amigos, embora os não convidassem para irem a suas casas. Ajudavam-nos a cortar lenha para os navios, dançavam com eles ao som de tamboris, comiam da comida deles, alguns até bebiam do seu vinho, entravam e saíam dos batéis, todos queriam que os levassem a bordo, privilégio que só era dado à alguns escolhidos. Um destes foi o primeiro hóspede de Cabral, que reapareceu um dia vestido com a camisa que lhe tinham dado da primeira vez. Depois ele e um companheiro passaram outra noite na nau capitânia, numa boa cama com colchão e lençóis, na esperança, diz Caminha, de os civilizarem!

Com tudo isto passara mais de uma semana. Tinham-se abastecido suficientemente de lenha e água. Da nau de Gaspar de Lemos haviam-se retirado as reservas para as distribuírem pelas unidades da armada. Mestre João, o físico do rei, com os pilotos e o grande astrolábio, fizera observações em terra, determinara a posição (cerca de 17° de latitude sul), observara o Cruzeiro do Sul, e escrevera um relatório destas coisas

para o rei. A única coisa que faltava antes de partirem era deixar um padrão a reclamar a terra para Portugal contra todos os que viessem.

Para isso os carpinteiros fizeram uma cruz gigantesca, para ser erguida na praia. Os índios, maravilhados, assistiram ao trabalho deles. Caminha supõe que não estavam tão interessados pela cruz como pelas ferramentas de ferro dos carpinteiros, pois nunca tinham visto aquele metal; «eles nõ teem cousa que de fero seja e cortam sua madeira e paaos com pedras feitas coma cunhas metidas em huũ paao antre duas talas muy bem atadas», escreve ele.

O capitão disse que os índios deviam ser ensinados a reverenciar a Cruz como se devia. Por isso todos os brancos ajoelharam e beijaram o símbolo sagrado, indicando por sinais aos que assistiam, que deviam fazer o mesmo. Sempre prontos à imitação, os índios beijaram a cruz como lhes mandavam; «pareçem jente de tal inoçencia que se os homẽ emtendese e eles nos que seriam logo christãos, por que eles nõ teem nem emtendem em nenhũua creemça segundo pareçe», diz Caminha.

No dia 1 de Maio, uma sexta-feira, seguindo os padres a cantar à frente, a cruz foi levada em solene procissão até à margem. Tendo esculpidas as armas de Portugal, levantaram a grande cruz à entrada da floresta; ergueu-se um altar por baixo e nele disse missa Frei Henrique, enquanto 50 ou 60 índios se juntaram à volta para ver e ouvir. Só uma mulher estava com eles, uma rapariga, nua e inocente como a Mãe Eva. Houve alguém que, por amor da decência, lhe deitou às costas uma manta. A moça não fez qualquer objecção, porém, notou-se, pô-la de tal maneira que não tapava nada.

Mas tirando esta falta de vestuário, a atitude dos índios era perfeitamente edificante. Quando o

Evangelho foi lido, e «que nos erguemos todos ẽ pee com as maãos levantadas, eles se levantaram cõ nosco e alçaram as maãos, estando asy ataa seer acabado e entam tornaranse aasentar coma nos». E quando se ergueu a hóstia, todos ajoelharam, «eles se poserã todos asy coma nos estavamos cõ as maãos levantadas, e em tal maneira asesegados que certifico a vosa alteza que nos fez muyta devaçom».

Parece que o sermão também lhes atraiu a atenção. A fala fluente e os gestos do homem branco eram, sem dúvida nenhuma, interessantes de ver. Quando tudo terminou, Nicolau Coelho apresentou grande quantidade de crucifixos que ficaram dos que ele levara na sua primeira viagem à Índia, dando-se um a cada índio para o trazer ao pescoço. Frei Henrique mostrava-lhe como primeiro devia beijá-lo, erguendo as mãos em oração. Agradados do que era evidentemente uma forma nova de feitiço, os índios obedeceram com compostura adequada.

Que almas boas e simples! Que inocência celestial! A gente como aquela podia ensinar-se-lhe tudo! Pero Vaz de Caminha, que durante toda a semana estivera a escrever ao Rei a sua carta-diário, ficou entusiasmadíssimo. Se os dois condenados, que deviam ficar ali, aprendessem bem a língua, poderiam ensinar a fé cristã aos indígenas. Com certeza o Senhor levara a armada àquela terra expressamente para tal fim.

Que linda terra era! Para o norte e para o sul, semelhante a uma fita branca, estendia-se a praia de areia, cortada aqui e ali por tratos de terra vermelha na orla da floresta verde. Árvores de nobre porte cresciam ali, estendendo-se até perder de vista — as mais altas, mais frondosas, mais belas árvores, de variedade multiforme, numa floresta que parecia não ter fim. Na sombra luminosa andavam macacos e

brilhavam asas de aves multicores; ribeiros de águas cristalinas serpenteavam desde as profundezas das clareiras até ao mar; o clima parecia excelente, nem quente nem frio.

Havia ali um solo virgem que ninguém tinha ainda arroteado. Os indígenas «nõ lavram nem criam nem ha aquy boy nem vaca nem cabra nem ovelha nem galinha, nem outra nenhũua alimarea que costumada seja ao viver dos homẽes, nẽ comem se nõ dese inhame que aquy há muito e desa semente e frutos que a tera e as arvores de sy lançam, e com isto andam taaes e tam rijos e tã nedeos que o nõ somos tanto com quanto trigo e legumes comemos».

E todos estes poderiam bem ser cultivados ali. Era uma terra graciosa e «querendoa aproveitar darsea neela tudo per bem das agoas que tem». Mas, pensa Caminha, o melhor fruto em que o rei poderia pôr a sua esperança seria a salvação daquelas almas sem pecado! Se um padre fosse mandado com a próxima nau de Portugal, ele encontraria os indígenas prontos para o baptismo, graças ao ensino dos condenados. Por isso Caminha diz ao rei que «esta deve ser a principal semente que vosa alteza em ela deve lançar... pera se nela conprir e fazer o q̃ vossa alteza tamto deseja — o acrecentamento da nosa santa fe».

Com este tom elevado termina a famosa carta, datada «deste porto seguro da vosa jlha da vera Cruz oje sesta feira primº dia de mayo, de 1500». Foi também esse o fim da encantada semana junto daquelas praias paradisíacas onde o Homem andava na sua inocência primitiva como na manhã da Criação. A armada devia levantar ferro e atravessar dois oceanos até aos antigos reinos do Oriente, e Gaspar de Lemos tinha de voltar a Portugal para falar ao rei a respeito do seu novo domínio.

Assinaram-se e selaram-se cartas, e Gaspar de

Lemos encarregou-se de as levar juntamente com as amostras estranhas e rescendentes da floresta: plantas e madeira, arcos e setas, enfeites dos selvagens e papagaios de cores berrantes a falarem com gritos línguas desconhecidas.

Portanto, desferraram-se as velas e colheram-se as correntes das âncoras, içaram-se os batéis, as alterosas naus saíram lentamente para o mar, seguidas pelos olhos saudosos dos dois homens que ficaram na praia, entre os selvagens nus, à beira do deserto sem fim. Os missionários involuntários choraram amargamente ao ver partir os companheiros, e os selvagens reunidos à volta deles pareciam consolá-los ou assim julgaram os observadores a bordo dos navios que se afastavam, vendo o grupo diminuir de tamanho e desvanecer-se diante dos seus olhos. Que lhes aconteceu depois? Nada de certo se sabe. Tão-pouco podemos dizer qual foi a sorte de dois marinheiros que desertaram da armada e se esconderam em terra. A grande floresta verde, tal como o mar, envolve um homem e absorve-o sem deixar rasto.

Os homens a bordo das 12 naus iam ao encontro do seu destino — uns, com Bartolomeu Dias, para uma sepultura nas águas revoltas em frente do Cabo de Boa Esperança, que ele tinha descoberto — outros, com Caminha, para serem trucidados em Calicute. Só seis das doze naus regressaram com o capitão para contar uma história do mar e de tempestades, de sinos de templos hindus, de minaretes na África, das especiarias e jóias, do esplendor e da miséria, das traições, das intrigas e de sangue do Oriente.

Entre as memórias daquela violenta odisseia destaca-se o episódio de Vera Cruz, destes poucos dias passados num Éden do Ocidente, que havia de ficar na lembrança como um suave idílio dum mundo mais simples e primitivo.

II

Papagaios e pau brasil

Esta terra «... pareçeo que noso Sñnor milagrosamẽnte quys que se achasse por que he muy conviniemte e necesaria a naveguaçam Da Jmdya», assim escreveu D. Manuel, a respeito do novo descobrimento, aos seus primos castelhanos.

Foram estas as suas primeiras reacções ao considerar os seus novos domínios. A Índia — a fonte principal do comércio das especiarias, empório mundial da pimenta, a arca do tesouro de pérolas, rubis e diamantes — enchia de luz o horizonte do seu tempo, e tudo se via por esse prisma. Era preciso organizar a viagem anual à Índia para trazer as especiarias para a metrópole, e para isso que útil ponto de escala seria esta terra ocidental! Situada, como se encontrava, na direcção dos ventos, as naus podiam ali meter lenha e água depois de seis semanas no mar, antes de fazerem a travessia do Oceano em direcção ao Cabo.

Quanto ao que a Terra da Vera Cruz produzia, isso parece não ter despertado um entusiasmo por aí além.

Certamente que os papagaios eram maiores e mais lindos do que quaisquer outros, havia-se encontrado algodão e canafístula — útil purgante — mas nada de pedrarias ou ouro. As árvores pareciam ser a única riqueza da terra. Gaspar de Lemos dissera ter visto florestas de pau brasil — essa madeira vermelha muito dura de que na Idade Média se fazia cor para a tinturaria. Os mercadores examinaram com interesse as amostras que ele trouxera, dizendo que eram de muito boa qualidade, troncos grossos cujo âmago produzia uma cor viva, julgando esta tinta tão boa como a asiática até então conhecida, sendo afinal pelo nome desta madeira que a nova terra ficou a ser conhecida. Terra da Vera Cruz chamou-lhe Cabral quando plantou o símbolo da nossa fé naquelas praias. Terra de Santa Cruz achou o rei que devia chamar-se — mas as intenções piedosas foram iludidas pelo demónio. Diz João de Barros que o Maligno ficou muito aborrecido com a chegada dos Cristãos àquela costa pagã. O seu poder não podia prevalecer contra a Cruz que ali ficara erguida, mas o diabo vingou-se movendo os corações dos materialistas, esquecidos da Santa Cruz, a pensarem e a falarem desta terra apenas como Terra do Brasil. E assim lhe chamou em breve toda a gente, apesar dos protestos devotos — Terra do Brasil, ou, de modo ainda mais leviano, Terra dos Papagaios. Apenas os documentos oficiais conservaram o nome edificante, referindo-se à «minha terra» ou à «minha ilha» de Santa Cruz.

Durante alguns anos debateu-se ainda a questão: se era de facto ilha ou parte dum continente. Os melhores cosmógrafos de Portugal estavam convencidos de que esta costa do Brasil continuava aquela em que Colombo desembarcara dois anos antes, costa que descia do Norte gelado aonde Gaspar Corte Real chegara em 1501. Pasqualigo, embaixador

veneziano, escreveu à chegada dos navios de Corte Real a Lisboa, que aqueles expedicionários supunham que aquele litoral fazia parte dum continente e «estar ligada (a terra) com as Antilhas que foram descobertas pela Espanha e com a Terra dos Papagaios ùltimamente achada pelos navios deste reino que foram a Calicute» [1]. A esta suspeita acrescenta o grande cosmógrafo Duarte Pacheco a sua opinião em 1506, escrevendo: «se estende a satenta graaos de ladeza da linha equinocial contra o pollo artico... e do mesmo circulo equinocial torna outra vez e vay alem de vinte e oito graaos e meo de ladeza contra o pollo antartico e tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longura que da uma parte nem da outra nem foi visto nem sabido ho fim e cabo della pelo qual segundo ha hordem que leva he certo que vay em cercoyto por toda a Redondeza» [2].

Todavia, ao contrário de Colombo, os Portugueses nunca supuseram que este continente fosse a costa oriental da Ásia, nem esperavam encontrar passagem através dela como caminho mais curto para o Oceano Índico. Portanto, não é de surpreender que, durante os poucos anos que se seguiram, absorvido como estava pelas ilusões e realidades da Índia, a organizar o comércio da pimenta que ia tornar-se o seu monopólio real, a negociar com os reis orientais, a reunir armadas com grandes despesas para defrontarem os ataques dos Turcos do Oriente, o rei tivesse pouco tempo para dar atenção à terra ocidental do Brasil.

Como quer que seja, dizer que ele não se interessou seria errar muito. Mandaram-se naus explorar a costa desde o primeiro ano do descobrimento, mas,

---

(1) Carta de Pietro Pasqualigo, citada na *História da Colonização Portuguesa do Brasil.* Tomo I, pág. LV, nota 56.
(2) Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis.*

embora totalmente comissionadas pelo rei, estas parece terem sido financiadas por particulares. O capital real já estava completamente investido no sedutor empreendimento da Índia. Por isso incitavam-se os mercadores a explorarem os recursos do Brasil. Equipavam-se naus à custa deles, reservando o rei o quinto dos lucros e mandando completar os mapas com todas as informações obtidas.

Estes mapas eram fechados a sete chaves nos arquivos secretos; a toda a volta andavam os espiões italianos com olhares irrequietos e de bolsa bem recheada. Por 12 ducados de ouro e por meio de manobras nos bastidores, que nós ignoramos, um Alberto Cantino obteve, para seu amo Hércules de Este, um magnífico planisfério.

Esta obra de arte, que um coleccionador do século XIX salvou das mãos dum negociante de chouriços, pinta o mundo tal como ele se conhecia em Portugal em 1502. A África e o Oriente — e isto é que era considerado do maior interesse — são indicados com certos pormenores e razoável correcção, enquanto em frente do vigoroso leão sorridente, que está sentado sobre a África ocidental apertando a bandeira de Portugal de encontro ao largo peito, vemos uma linha de costa encurvada, que nos intriga. Junto da praia levantam-se ervas ondulantes. Sobre a relva verde, três soberbas araras vermelhas, de costado azul e amarelo e tremendos bicos, pavoneiam-se sob um bosque de árvores altas e de forma cónica, que se repetem em miragem azul por detrás delas. Alguns rios e cabos têm nome, e Pôrto Seguro está indicado com a seguinte inscrição:

«A Vera Cruz chamada per nome a quall achou Pedralvares Cabrall, fidalgo da cassa del Rey de Portugall, indo por capitam moor de quatorze (*sic*) naos que o dito Rey mandou a Caliqut y en el caminho indo

topou com esta terra assim a qual terra se cree ser terra firme em a qual a muyta gente de descriçam andam nuus omes e molheres como suas mais os pario sam mais brancos que baços e teem os cabellos muyto corredios foy descoberta esta dita terra em a era de quynhentos» (1).

Tal foi a primeira aparição do Brasil no mapa-mundi. Nos anos imediatamente consecutivos sabe-se que se explorou o litoral desde a foz do Amazonas, na linha equatorial, até à costa rochosa que se estende para o sul do Trópico de Capricórnio. Infelizmente faltam as descrições destas viagens. Sabemos delas através de referências em documentos, pelos nomes do mapa e por alusões em cartas.

A única pessoa que fez o relato das primeiras expedições ao Brasil é uma em quem é difícil acreditar muito. Américo Vespúcio era um florentino de espírito irrequieto e curioso, de tendência aventurosa e pena fácil. Fez quatro viagens para ocidente, duas sob o pavilhão de Castela e duas em navios de Portugal, navegando ao largo da costa brasileira, escrevendo descrições animadas das suas viagens aos amigos da Itália. Desde então, os historiadores têm discutido acerca do lugar exacto até onde Américo Vespúcio foi e qual era o seu cargo na armada.

Pela maneira como fala, talvez fosse capitão general, cosmógrafo-mor e primeiro piloto. Ao mesmo tempo, pelas suas referências parece concluir-se que havia outro comandante da armada—de quem Américo não pensava muito bem — e, quando chega aos conhecimentos náuticos e cosmográficos, as latitudes de Vespúcio são desorientadoras, as suas observações vagas e as suas descrições pura literatura.

A sua primeira viagem ao Brasil realizou-se, parece, em 1501. Diz ele que o rei de Portugal o

(1) *História da Colonização*. Tomo II, pág. 265.

mandou chamar urgentemente a Sevilha por meio dum convite insistente — não diz Américo porquê, nem nós o sabemos.

Saiu de Lisboa com três navios — não nomeia o capitão — «A minha intenção era navegar para o Sul pelo mar Atlântico». [1] Essa intenção era, sem dúvida, regulada pelo «regimento» que levava o comandante da armada, mas como tal documento não chegou até nós, não podemos falar com precisão.

Os três navios desceram a costa brasileira. O nosso autor pensava que ela era uma terra verde e agradável, mas que nada se podia ali encontrar que tivesse valor; o que lá havia era apenas uma quantidade infinita de árvores de tinturaria, mirra e canafístula.

Os navios detiveram-se em muitas enseadas que Américo não indicou pelo nome, e viu muito mais coisas, diz, do que as que descreveu. Navegaram desde 8° até 32° de latitude sul, mas, com grande desapontamento seu, não encontraram quaisquer indícios de ouro ou metais preciosos.

Resolveram seguir para os mares antárcticos, para o que, diz Vespúcio, e isso surpreende-nos, «o comando da armada foi-me inteiramente confiado»! Ele levou os navios, por mares agitados, até latitudes elevadas, até 52° onde o frio era intenso, e, por entre a neblina que ali fazia, avistaram os rochedos escuros duma costa desconhecida e desolada. Ali «o nosso capitão general», que ressuscita tão inesperadamente como desaparecera antes, resolveu seguir rumo em direcção à costa africana.

Assim, deixaram os sombrios mistérios daqueles mares polares para atravessarem o Oceano em direcção à Serra Leoa, daqui até aos Açores e Lisboa, aonde

---

[1] — Versão portuguesa do texto da 3.ª Viagem de Vespúcio, cit. na ob. cit., pág. 199.

chegaram em Setembro de 1502, «a salvamento, por graça do Senhor», mas não sabendo que preparavam uma grande dor de cabeça aos historiadores futuros quando procurassem reconstituir o seu itinerário.

Da vez seguinte que Vespúcio navegou pelo Atlântico, parece pensar ir a caminho de Malaca. Diz que saiu de Lisboa em 1503, com uma armada de seis navios, a 10 de Maio.

O capitão general — anónimo como de costume — era homem vaidoso, que navegou até à Serra Leoa simplesmente para se mostrar (a quem?) como comandante daquela armada. Tendo atravessado por fim o mar, este pateta incompetente conseguiu encalhar o seu navio num recife a umas 4 léguas da costa duma ilha montanhosa. Daqui mandou Américo efectuar o reconhecimento à procura dum porto. Portanto, o nosso florentino navegou à roda da ilha, chegando a uma excelente enseada, ali esperando pelos outros navios, mas só um apareceu. Os outros quatro, ao que parece, perderam-se, e os dois restantes juntaram-se.

Era junto de uma ilha deserta que eles se encontravam. Os únicos indícios de vida eram lagartos, cobras, ratos enormes e aves tão mansas que se podiam apanhar à mão. Os marinheiros carregaram um batel com elas para servirem de alimento, e depois fizeram-se de vela para a costa brasileira. Navegaram ao longo dela durante 260 léguas, encontraram um bom porto e ali permaneceram durante cinco meses a construir um forte e a carregar paus de tinturaria. Ficaram ali 24 homens de guarda com doze bombardas e outras armas, além de provisões para seis meses. Depois os dois navios partiram para Portugal, onde toda a gente os recebeu de braços abertos, pois supunham que eles se tinham perdido. Deve notar-se que não se falou mais em Malaca.

Tem-se identificado a viagem de Vespúcio com a de Gonçalo Coelho, que nesse caso seria o capitão que Américo disse ter-se perdido por causa da sua loucura e orgulho. Damião de Góis diz resumidamente que Coelho levou seis navios a Santa Cruz em 1503, que quatro naufragaram junto da costa e dois regressaram com pau brasil, papagaios e macacos. Mas Gonçalo Coelho não morreu nesta viagem. Sabe-se que ainda vivia em 1522 e que voltou ao Brasil em mais de uma ocasião.

A ilha das aves mansas de Vespúcio é a de Fernão de Noronha — ou Loronha como era costume chamar-lhe, ou a ilha de S. João do mapa de Cantino. Não foi descoberta por Vespúcio em 1503, mas dois anos antes por algum navio pertencente a Fernão de Loronha.

Este indivíduo, cujo nome se tem muitas vezes confundido com o dos nobres Noronhas, era muito provàvelmente um cristão-novo. Homem de negócios como os seus irmãos de raça, foi como presidente duma companhia de mercadores que o rei lhe concedeu o comércio do Brasil por meio de contrato válido por três anos. Durante o primeiro ano, nada pagaria; no segundo, um sexto, e no terceiro um quarto dos lucros reverteriam para a Coroa. Ao mesmo tempo deviam explorar-se todos os anos 300 milhas de costa, e levantar-se feitorias fortificadas de espaço a espaço, devidamente guarnecidas com gente para o comércio e a defesa. Este contrato era bastante parecido com o que D. Afonso V, tio de D. Manuel, celebrara em 1489 com Fernão Gomes para a exploração do comércio da Guiné e da costa africana.

Provàvelmente, a viagem de Vespúcio foi uma das de descobrimento, e apesar das suas perdas, parece ter sido proveitosa. Fernão de Loronha renovou o seu contrato por dez anos, desta vez mediante a renda anual de 1000 ducados pelo monopólio das

O Brasil no planisfério de Cantino.

madeiras de tinturaria. O rei estava resolvido a apoiá-lo, e concordou em proibir todas as importações dessas madeiras do Oriente, pelo que o Brasil se tornou o principal abastecedor do mercado mundial.

Assim servia-se a geografia e o comércio, e a costa brasileira ia-se explorando aos poucos. Dizem que os capitães regressavam encantados. A sua comparação mais comum era com o Paraíso. Quanto aos degredados, escreveu um italiano depois de ouvir contar as histórias deslumbradoras — não queriam voltar mais do seu degredo, porque a Terra de Santa Cruz era «de ar delicioso e muito abundante em frutas dulcíssimas». Os exploradores falavam das costas de fresca verdura perpétua, de ribeiros cristalinos e rios majestosos, e de como em toda a extensão do mar, semelhantes a castelos nas nuvens, fantásticas montanhas de cumes azulados se erguiam acima da névoa que se desfazia sob os raios quentes do sol. Todos os viajantes concordavam que era uma terra adorável — quanto mais se via, mais encantos se lhe encontravam. Era verdade que não se encontravam lá pedras ou metais preciosos; mas quem sabe quantos tesouros estariam escondidos para além dos montes?

O único desapontamento era o nobre selvagem. O sonho de inocência edênica de Caminha desvanecera-se! Aquelas almas sem mancha, que lhe pareciam semelhantes ao Homem antes do Pecado, iam em breve causar algumas surpresas desagradáveis aos seus compatriotas. A desilusão veio no ano imediato, durante a viagem que Vespúcio descreve.

Segundo o florentino, dois homens foram mandados a terra, junto da costa brasileira, para negociarem, mas passados cinco dias ainda não estavam de volta. Um grupo saiu à procura deles, encontrando-se com um bando de mulheres índias nuas de cabelos negros e compridos. Elas pareciam desconfiadas e pouco à

vontàde na presença dos brancos, por isso os marinheiros retiraram-se para os seus batéis, exceptuando um rapaz que ficou para ganhar as boas graças delas. Vendo-o sòzinho, as mulheres cobraram ânimo e juntaram-se à volta dele mostrando interesse. Picaram-no todo, com gestos de grande espanto. Os companheiros assistiam àquilo divertidos e sem receio. Não eram aquelas selvagens gente inofensiva?

Qual não foi o seu horror quando de repente viram uma velha fúria vir a correr em direcção à cena e brandindo um enorme cacete, que deixou cair com toda a força na cabeça do rapaz. Quando ele caiu sem um grito, as outras mulheres arrastaram-no pelos pés, ao mesmo tempo que da espessura do mato se levantava uma nuvem de setas que caíam nos batéis.

Tudo aquilo aconteceu antes de os brancos poderem correr às armas. Alguns pegaram numa bombarda e fizeram-na disparar, o que afugentou os guerreiros para o monte, onde as mulheres se tinham juntado à volta duma fogueira. Como hienas, elas estavam a despedaçar a sua vítima membro por membro e assando os pedaços no fogo.

Estes habitantes do Éden eram canibais — «gente peor que animais» (1), gritavam os brancos horrorizados, que pediam sanguinária vingança em altos brados; mas o capitão conteve-os. Os seus homens, diz Vespúcio, pensaram que ele estava a mostrar uma fraqueza indesejável, mas provàvelmente obedecia a ordens. Os reis de Portugal esperavam que os seus capitães metessem no fundo uma embarcação muçulmana, logo à primeira vista, mas deviam evitar quaisquer hostilidades com os bárbaros ignorantes. Na liberdade das selvas é certo que estas ordens eram

(1) – *Loc. cit.* pág. 200

muitas vezes desobedecidas, mas a política metropolitana era inalterável: «defemderes ao mestre e a toda a companha da dita naoo que nõ faça nenhũ mall nem dano a a gemte da terra» (1) como se lê no «regimento» da nau *Bretoa*, que saiu de Portugal para o Brasil em 1511.

Esta nau *Bretoa* pertencia à companhia de Fernão de Loronha e destinava-se ao Cabo Frio para aí se abastecer de pau brasil. Seu capitão, Cristóvão Pires, vivia em Lisboa, na Rua Nova. Também conhecemos os nomes e as moradas de 55 membros da companha da nau, registados pelo escrivão Duarte Fernandes.

Saíram de Lisboa a 23 de Fevereiro de 1511, e a 12 de Março o capitão leu o seu «regimento» à tripulação para ela saber como devia proceder e o que tinha a fazer.

Além de evitarem toda a ofensa, como dissemos, sob pena de perderem metade dos salários, ninguém podia trocar armas com os índios. Os únicos instrumentos que se lhes poderiam dar seriam facas e tesouras. Se alguns dos indígenas quisessem ir viver em Portugal, de modo nenhum lhes deveriam dar passagem «por que se allgũs qua fallecem cuidam eses de lla que os matam pera os comerem segũdo amtre elles custuma» (2).

Os marinheiros da nau *Bretoa* não deveriam jurar — nem por Deus, nem por Nossa Senhora, nem pelos Santos. Os transgressores perderiam 3 mil réis dos seus salários em favor do Hospital, e quando o navio voltasse a Lisboa seriam desembarcados com ferros.

Navegando de vento em popa, e (assim o supomos!) tendo cuidado com as línguas, os marinheiros

(1) — *Ob. cit.* pág. 344: Regimento da nau *Bretoa*.
(2) — *Ob. cit.* pág. 345

chegaram ao Brasil e no dia 26 de Maio ancoraram em frente da costa rochosa e praias brancas do Cabo Frio. No dia 12 de Junho veio para bordo o primeiro carregamento — 317 troncos da perfumada madeira de tinturaria. A 24 de Julho atingira a carga o número de 5008.

Sabemos também que eles levaram 35 escravos — homens, mulheres e crianças. Ignoramos como foi aquilo, visto que não deviam fazer qualquer espécie de mal. Com certeza não podiam ter sido raptados, por isso podemos supor que os infelizes tinham sido vendidos pelos seus companheiros.

Toda a gente levou para a pátria papagaios e saguis. O capitão arranjou três papagaios e dois periquitos e ainda um gato bravo. O escrivão adquiriu um papagaio, e o mestre dois gatos além dum sagui; o carpinteiro teve dois gatos e três macacos. E assim por diante com toda a gente de bordo. Toda a bicharada que seguia na nau estava avaliada em 24.220 reais, de que havia de se deduzir 7 mil réis para a Coroa.

É isto o que conhecemos acerca da viagem da boa nau *Bretoa*, a única de que no decurso destes anos se conhecem factos concretos registados.

A exploração do Brasil não era divulgada em Portugal, e isso por razões várias, sendo a principal o tratado de Tordesilhas. Os cosmógrafos sabiam, com tristeza, que a linha divisória arrebatava a Portugal todos os territórios ao norte do Amazonas, e a costa que se estendia para oeste desde o Rio da Prata, ao sul, afastava-se ainda mais do meridiano de Tordesilhas. Todavia, rumorejava-se que para aqueles lados havia ouro e prata; por isso dirigiam-se expedições para o sul, enquanto as autoridades fechavam os olhos e os cartógrafos cozinhavam os seus mapas. Os traçados oficiais da costa do novo continente

faziam-na correr um pouco para leste. Ainda se não tinha encontrado o processo exacto de medir os graus de longitude, e os geógrafos portugueses, por patriotismo, aproveitavam-se das dúvidas.

O facto de o novo mundo se tornar de interesse popular não se devia, sem dúvida alguma, a Portugal. Profundamente absorvidos pela sua missão de descobridores como eram os portugueses, não tinham qualquer interesse por que outros também se interessassem. A entrada recente de Castela no mesmo campo fora bastante mau — tornava-se portanto indesejável que outros países europeus se sentissem tentados a competir.

Os Portugueses são, por natureza, inimigos da publicidade. Se se obtivessem informações só por intermédio deles, o mundo podia ter ficado muitos anos sem a consciência dos seus novos limites. Era o Italiano tagarela quem divulgava os factos. As cartas de Américo Vespúcio publicaram-se e logo tiveram venda extraordinária. Esse novo mundo que ele não descobrira, mas a respeito de que falava tanto, acabou por se tornar conhecido pelo seu nome, e nenhum dos geógrafos que realmente conheciam os factos se preocupou com protestar contra isso. Em Portugal ninguém se incomodou com o que se dizia a respeito de Vespúcio ou da América. Os mercadores italianos eram autorizados a embarcar nos navios de Portugal, ou — melhor ainda — a investir os seus capitais em carregamentos. E conquanto não pudessem meter o nariz nos Arquivos do Estado ou nos mapas secretos, tinham liberdade para falar à vontade do que viam e ouviam. Portugal só apertou os cordelinhos quando os estrangeiros em navios estrangeiros tentaram visitar as terras recém-descobertas debaixo da sua própria bandeira.

Oficialmente ninguém tinha esse direito. A bula

papal que dividira o mundo entre as coroas de Portugal e de Castela ameaçava de excomunhão os competidores.

Nos primeiros tempos não houvera nenhum. Quando histórias horríveis vedavam o Mar Tenebroso, quando se supunha ser impossível ao homem viver para além da linha equatorial, quando se dizia que os baixios e as correntes em frente da costa de África tornavam impossível o regresso de qualquer viagem, os soberanos da Cristandade e os seus súbditos contentaram-se com deixar a investigação dos mares desconhecidos aos entusiastas da têmpera do infante D. Henrique.

Só quando veio ouro da Guiné e açúcar fino das ilhas, quando as especiarias da Índia e do Oriente eram trazidas, através do Cabo, para Lisboa e se haviam descoberto as ilhas paradisíacas do Ocidente é que os príncipes da Europa se mostraram preocupados e um pouco ressentidos. Diz-se que Francisco I de França observou que gostaria de ver a cláusula do Testamento de Adão que dividia o mundo entre os seus irmãos de Castela e de Portugal, deixando-o a ele de fora!

A bula do Papa não devia ser disputada por filhos fiéis da Igreja, e diplomàticamente teve-se de reconhecê-la, mas não podia esperar-se que rudes marinheiros da Bretanha e da Normandia compreendessem tal matéria. Então que se fizessem de vela e tentassem a sorte, pois o seu amo não podia estar sempre a olhar para eles!

E eles assim fizeram, afoitando-se aos mares, a reclamar a sua parte. Devemos confessar que a sua reclamação da liberdade dos mares tomava frequentemente a forma de simples pirataria. Punham-se à espreita e caíam sobre as caravelas carregadas que regressavam da costa da Guiné, apossavam-se dos carregamentos de açúcar da Madeira, interceptavam os

pacíficos barcos que transportavam frutas do Algarve — nem mesmo os mouros de Barbaria eram tão perigosos para os navios portugueses. É claro que houve protestos, e houve represálias que, por sua vez, exigiram contra-protestos. Os governos conservavam a sua polidez — de nenhum dos lados convinha uma quebra da paz — mas rebentou a indignação e produziram-se actos de violência.

Todavia os bretões e normandos não eram apenas aves de rapina, mas homens do mar ousados e peritos, capazes de navegar até muito longe. Eles queriam ir procurar a sua fortuna nas costas distantes que tinham sido recentemente trazidas à luz, e, sem se preocuparem com todas as bulas do Papa, foram lá simplesmente... e todas as vezes que puderam.

Não era muito fácil, pelo menos para aqueles que se tinham aventurado a ir ao Oriente. Só os Portugueses conheciam todos os cordelinhos; eles tinham registado todas as costas, tinham posto pé em todos os pontos e estavam em guarda contra os intrusos. Uma armada bem municiada saía todos os anos de Portugal para aproveitar a monção de Moçambique. A armada de Portugal vigiava o Oceano Índico, as fortalezas de Portugal dominavam as costas desse mar.

O novo mundo era um caso diferente. Ali, em frente de léguas e léguas de costas desoladas e sem defesa, era fácil desembarcar e meter um carregamento de pau brasil. E se acontecesse haver um navio que desafiasse alguém, era fácil fazer-lhe frente e lutar em igualdade de circunstâncias.

Por isso os aventureiros marítimos da França puseram-se a cruzar o Atlântico. Frequentavam a costa brasileira, carregavam pau brasil e negociavam com os indígenas. Muitas vezes iam e vinham sem ninguém os ver nem lhes deter o passo. De outras vezes encontravam uma caravela ou navio redondo de Portugal e

então o choque era terrível. Ambos os grupos se batiam bravamente, o sangue corria pelo convés e não havia quartel. Fosse qual fosse o navio capturado, seria tomado de abordagem, tripulado e levado para a terra do vencedor, desapossado o vencido de todo o seu tesouro.

Os lamentos da vítima expoliada chegavam até às salas do paço. Então mexiam-se os diplomatas dum lado para o outro, trocavam-se notas, as chancelarias esgotavam a tinta. O rei de França e o rei de Portugal trocavam cartas de surpresa dolorosa. Em atenção ao grande amor em que os dois ardiam um pelo outro, cada qual perguntava como podiam os respectivos súbditos fazer tais coisas?

Francisco I declarava que o comércio era livre para todos os homens. O mundo era muito vasto e toda a gente devia tentar a sorte! Realmente o mundo era vasto, respondia D. João III, tão vasto que no passado nenhum navio se aventuraria para longe da sua terra com receio de perder-se. Foram os portugueses os primeiros a correr os riscos, pagando o preço, em dinheiro e em vidas — e, dizia o rei, «seria mui desalmada cousa que cuidando todo o mundo que para aquela parte não havia outra cousa senão mar ou terras que não se podiam habitar, sendo com tantos trabalhos descobertas pelos portugueses... dizerem os franceses que queriam passar adeante vinte ou cento e duzentas leguas pois nisso não haviam trabalhado nem gastado nada e, estando disto muy descuidados, os portugueses o trouxeram a luz» [1].

Em 1527 deu-se uma crise, quando D. João III, desesperando da emenda, mandou Cristóvão Jaques ao

---

[1] — Carta de D. João III ao embaixador de Portugal em Paris, datada de 16 de Janeiro de 1530, cit. na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Tom III, pág. 79.

Brasil com seis navios e ordem de limpar a costa de franceses.

Cristóvão Jaques não era estrangeiro como o seu sobrenome parece indicar. Era português de origem catalã e conhecia bem a costa brasileira, que já explorara. Sabia onde os intrusos se poderiam encontrar. Homem duro e enérgico, não acreditava em meias medidas.

Encontrou três navios bretões na Baía de Todos-os-Santos, e atacou-os de modo terrível. Meteu-os no fundo e expulsou os homens para o sertão. Francisco I alega que ele executou os prisioneiros com requintes de crueldade, o que, diz D. João III, é absolutamente falso.

Em Lisboa, na sala do paço, rodeados de «grande numero tanto de princepes e senhores de seu reyno como de gentes de seu conselho» [1], o Rei de Portugal recebeu o embaixador que trazia um violento protesto de Francisco I. O mensageiro foi recebido com palavras amáveis, mas o Rei nem apresentou desculpas, nem ofereceu qualquer compensação. «Cuidaes vos aver dinheiro?» perguntou à parte o Dr. Diogo de Gouveia ao embaixador. «El Rey deve a El Rey de Portugal e portugueses mais de quatrocentos mil ducados de que os portugueses forã roubados em França!» [2]

Foi então que Francisco I se voltou para João Ango, governador de Dieppe, homem rico e influente e dono de navios mais ou menos piratas. Deu «cartas de marca» com licença para tomar navios de Portugal até ter indemnizado as perdas dos bretões.

A situação estava a tornar-se tensa. D. João III, homem pacífico com muitos negócios em mãos, não

---

[1] – Tradução do relatório apresentado a Francisco I pelo seu rei de armas. Torre do Tombo. *Corpo Cron.* maço 41, n.o 25, publicado na *ob. cit.*, Tom. cit., pág. 76.

[2] – *Loc. cit.*

tinha nenhum desejo de ir para a guerra, mas algo devia fazer-se. Era preciso defender o seu domínio transatlântico das garras estrangeiras, ou ele deixaria de ser seu, mesmo de nome. Contudo, sobrecarregado como estava com os cometimentos do Oriente, tinha poucos navios para distrair para a costa brasileira, ou soldados para guarnecer as novas fortalezas. Que fazer, se queria conservar o Brasil?

A resposta foi colonizá-lo.

III

A Missão de Martim Afonso

A solução parece simples, mas — quando olhamos o passado e vemos o Brasil e Portugal tal como eram nesse tempo, perguntamos a nós próprios como é que tal ideia poderia parecer realizável.

De um lado do Atlântico vemos um pequeno reino agrícola, cuja população inferior a 2 milhões mal chegava para lavrar os seus campos. Este pequeno reino, que não possuía riquezas nenhumas, toma a seu cargo a guarnição de seis ou sete praças fortes em Marrocos, manter uma cadeia de fortalezas e entrepostos comerciais desde a África até ao Extremo Oriente, dominar o Oceano Índico com os seus navios, fundar um estado junto da costa indiana e impor tributo a uma dúzia de reis hindus. E por uma forma ou por outra consegue fazer tudo isto.

Uma nação completamente ocupada com uma tarefa estupenda, podíamos mesmo dizer — uma tarefa já demasiado pesada para o poder do homem. Como pôde um povo destes ocupar-se ainda ao mesmo tempo do Brasil?

Vemos o Brasil na remota costa atlântica — um

litoral de milhares de quilómetros, a floresta virgem a estender-se por muitas léguas pelo interior a cobrir cordilheiras sucessivas de montanhas solitárias correndo para muito longe até aos planaltos desérticos. Terra vazia, enigma, deserto que nenhuma charrua jamais revolvera, por onde o selvagem vagueava por entre as sombras densas, os nómadas nus que em eras remotíssimas tinham descido até à costa do mar vindos das nascentes dos grandes rios, que atravessam quase um continente. Os rios são aqui as únicas estradas, não há povoados, nem aldeias fixas, nem campos cultivados; tal como os animais das selvas, as tribos errantes vivem da caça e da pesca, esgaravatam o solo em redor do seu pouso temporário e semeiam mandioca e milho para as suas necessidades imediatas. Cortam com as pedras aguçadas, os seus enfeites são penas, ossos e dentes, os seus bens terrenos são redes de palha e panelas de barro, e arcos e setas para matar. Vivem para a caça e para a guerra. Em volta das baías e das lagunas Tupinambás e Tupiniquins batem-se até à morte, devorando os prisioneiros e a eles os Aimorés, ainda mais selvagens, que nem mesmo constroem cabanas, mas dormem em buracos ou por entre o capim na floresta.

Como pode uma terra como esta ser ocupada e defendida por uma pequena nação, cujo elemento vital está a esvair-se todos os anos nos campos de batalha da Ásia? A resposta clara parece ser a de que uma coisa dessas se não pode fazer.

Todavia os Portugueses nunca tiveram quaisquer dúvidas de poder fazer uma coisa se quisessem. Parece que os portugueses do século XVI tinham deixado de compreender o significado de «impossível». Nas discussões levantadas a respeito da colonização do Brasil, nunca se toca nas questões das dificuldades, mas apenas nas de resolver se as coisas se devem fazer e quando.

Parece que já no reinado de D. Manuel se tinham feito pequenas tentativas de colonização. De tempos a tempos deixavam-se ao longo da costa os degredados, ajuntavam-se-lhes os desertores dos navios que passavam, além dos sobreviventes de naufrágios, e assim se tinham constituído pequenos núcleos populacionais nos territórios que ficavam entre ou à volta dos poucos e afastadíssimos entrepostos comerciais. Pelos documentos parece concluir-se que capitanias «de mar e terra» tinham recebido o encargo de cuidar destes núcleos — sabe-se de um Pero Capico nomeado para tal — e para o Brasil tinham-se mandado instrumentos agrícolas. Existe um pedido urgente duma pessoa competente conhecedora de máquinas para fabricar açúcar.

É de supor que se descobriu a pessoa, pois sabe-se de certeza que se produziu algum açúcar. Em 1526 açúcar de Pernambuco e de Itamaracá pagou imposto à Casa da Índia em Lisboa. Todavia pouco se sabe destas vagas e prematuras colónias — um punhado de homens aqui e além, entre a floresta e o mar, experimentando a terra virgem, cortando pau brasil e colhendo alguma coisa de suas plantações, expostas às incursões de índios e aos ataques dos piratas. Na segunda década do século XVI discutia-se algo a fazer em muito mais larga escala e melhor organizado.

Ao que parece, Cristóvão Jaques estava com pressa de partir. Disse que podia arranjar mil colonos para levar para o Brasil. João de Melo da Câmara, que pertencia a uma família de colonizadores, ofereceu-se, por seu lado, para sair com dois mil em duas viagens. Cristóvão Jaques tinha muito que dizer acerca do Brasil, mas mais especialmente a respeito das regiões do Rio da Prata que ele visitara — dizem alguns que descobrira. Ali se encontrava prata e ouro, dizia ele. Prata e ouro, na verdade! João de Melo recalcitrou. Só acreditaria naquilo quando o visse! «ata qy não

temos visto essa soma de metaes nem quem os vice senão dizerem que hum omem viu outro». [1]

O que João de Melo prometia era fazer produzir o solo, ficando ali ricos agricultores com cavalos, éguas, gado e todas as coisas necessárias. Todos eles seriam homens de trabalho respeitáveis — não da espécie de tomarem índias por concubinas e de viverem na terra sem a fazerem produzir.

João de Melo sabia como deve organizar-se a colonização; dizia ele que a tinha no sangue: «Porque a ilha da Madeira meu bisavo a povoou e meu avoo a de Sã Migell e meu tyo a de São Tomé e com muito trabalho e todos de geito que ve e espero parecerlhe nisso». [2]

Uma vez que se encontrasse no Brasil, o rei podia ter a certeza de que «nam lhe avião franceses a fazer decerviço na costa», [3] Quanto a Cristóvão Jaques — João de Melo dá-nos a entender que era um cabeça no ar vaidoso, gabando-se aos quatro ventos de que o rei lhe prometera nada fazer sem o seu conselho: «elle cre que toda esta terra lhe pertence de direito e que nam a lla de mandar V. A. outrem senam a elle»! [4]

Todavia, o rei não tinha intenção de mandar Cristóvão Jaques outra vez ao Brasil, talvez por pensar que este capitão já se excedera com os franceses. E em volta do Rio da Prata toda a cautela era pouca, pois os Castelhanos afirmavam que se encontrava no seu hemisfério. Não se queria reconhecer o facto, mas nem por isso se tinha desejo de levantar questões, e Cristóvão Jaques não era homem para evitar discretamente tais coisas.

(1) — Carta de João de Melo da Câmara. Torre do Tombo, Cartas dos Governadores, maço único, n.º 124. Publicado por Sousa Viterbo, e na *Hist. da Col. Port. do Brasil*, Tom III, pág. 90.
(2) — *Loc. cit.*
(3) — Ibid.
(4) — Ibid.

Mas porque não partiu João de Melo? Não sabemos. Apenas sabemos que o Dr. Diogo de Gouveia pensou que aquilo era uma pena. Em sua opinião ambas as ofertas deviam ter sido aceitas: «Eu já por muitas vezes lhe (a V. A.) sprevi o que me parecia deste negócio — disse ele ao rei em 1532 — a verdade era dar, senhor, as terras a vossos vassallos, que tres anos ha que se as V. A. dera aos dois de que eu vos fallei, a saber do irmão do capitam da ilha de s. Miguel que queria ir com 2000 moradores la a povoar, e de Christovam Jaques com mil, já agora ouvera quatro ou seis mil creanças nacidas, e outros muytos da terra casados com os nossos, e he certo que apos estes ouveram de ir outros muitos...» [1]

Todavia, o rei, à sua maneira lenta mas segura, tinha estado a estudar o problema. Antes de começar a distribuir terras em larga escala, queria ter a certeza do que estava a fazer. Primeiro mandaria uma expedição experimental para fazer o reconhecimento e escolher o local mais conveniente para fundar uma colónia organizada.

O norte equatorial, com as suas florestas impenetráveis descendo até à costa, encharcadas de água da chuva como se estivessem debaixo duma comporta aberta, ou cheias de vapor de água sob os raios dum sol tórrido, não parecia ser a região indicada para uma primeira escolha. E que dizer dos belos campos do sul, que Cristóvão Jaques visitara? Frescos e temperados como Portugal na primavera, onde o grande Rio da Prata serpenteava por entre terras arrelvadas em que bandos de gazelas pastavam, onde com certeza as frutas e os cereais europeus se dariam bem e onde se

(1)—Carta do Dr. Diogo de Gouveia a el-rei D. João III. Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte 1.ª, maço 46, doc. 64. Publicado in *ob. cit.*, pág 94.

contavam histórias animadoras de tesouros existentes no interior. Não tinha vindo, em 1514, um machado de prata quando uma armada enviada por D. Nuno Manuel voltara do estuário daquele rio? Para além das montanhas distantes jaziam as minas de ouro e prata e os reinos de fabulosas riquezas como as que os Castelhanos tinham encontrado no México!

E entre os dois vastos rios do norte e do sul estendia-se uma terra encantada onde cresciam florestas de madeira de tinturaria — terra de árvores floridas e rico solo vermelho, de pedras cor de púrpura, picos fantásticos e ar suave, terra em que havia sempre o ambiente duma tarde de verão.

Aquela região era tentadora também, mas, bem vistas as coisas, o sul parecia mais próprio para dar começo à empresa. Todavia, o que causava ali embaraços eram os Castelhanos. Eles reclamavam o Rio da Prata embora não o tivessem descoberto, dizendo que o estuário se encontrava do seu lado da linha divisória. E tinham razão, digamo-lo aqui em particular, mas o certo é que os pilotos portugueses conheciam melhor a costa do que eles—não fora o desertor português, João Dias de Solis, quem conduzira os castelhanos até ao rio meridional? Aproveitasse-se, pois, esse facto e cozinhassem-se os mapas com mais discrição! E se alguém fundasse uma colónia para além da linha divisória, talvez mais tarde se aceitasse o facto consumado.

Ao mesmo tempo não eram de desejar atritos com os súbditos do querido irmão Carlos V. Os capitães comandantes de armadas em cruzeiro diante de costas contestadas deviam estar preparados para agirem com diplomacia quando tivessem de tratar com os seus rivais. Ora não se podia confiar num Cristóvão Jaques para tal efeito.

Portanto o rei resolveu mandar a Martim Afonso de Sousa. Rumorejou-se que fora o Conde da Castanheira quem insistira por esta escolha. O omnipotente ministro do rei receava a influência de Martim Afonso sobre o seu amo e desejava vê-lo afastado para o ultramar. Os três—o príncipe D. João, D. António de Ataíde, futuro conde da Castanheira, e Martim Afonso de Sousa tinham passado a infância juntos e formavam um trio inseparável na Corte de D. Manuel; mas havia rivalidade entre os dois jovens fidalgos que disputavam um ao outro o primeiro lugar na amizade e favor do herdeiro do trono. Ao princípio parece que ia ganhar Martim Afonso. Alguns anos mais velho do que o príncipe, numa idade em que tais diferenças são privilégios, a influência de Martim Afonso sobre o seu jovem amo fora tal que dizem que o falecido rei D. Manuel acreditava que o filho estava enfeitiçado. Parece que ele tentara separar os dois, e, se dermos crédito ao que Martim Afonso conta, ele resolveu fazê-lo dum modo muitíssimo peculiar: comprando o mancebo para ele abandonar a Corte! Pedisse ele a recompensa que quisesse, mandou o rei dizer em segredo a Martim Afonso; se ele quisesse retirar-se para casa de seu pai, a recompensa ser-lhe-ia dada. O jovem respondera altivamente que nunca deixaria por interesse o amo a quem servia. Então o rei deu a entender que havia de encontrar-se um pretexto para o banir pela força, o que só fez o jovem galo cantar mais alto do que nunca. Se o não conseguiam por interesse, muito menos por medo o forçariam a ir-se embora! O rei cedeu aparentemente, pois Martim Afonso ainda estava com o príncipe D. João à morte de D. Manuel.

Foi ele quem acompanhou a irmã do monarca a Castela para ir casar com o imperador Carlos V. Ele próprio casou com uma senhora castelhana, D. Ana Pimentel, e serviu o imperador nas suas guerras com a França. Carlos V estava satisfeitíssimo com ele, diz Martim Afonso: «O Imperador... me disse pallavras publicas

muytas, e de tantos gabos do que Eu lá fezera diante a corte, do que Eu podia ter Muyta Vaidade, E todo o senhor levar gosto de se dizerem a hũ criado, que elle criara. [1]

Pouco depois disto D. João III chamou Martim Afonso a Portugal, aonde chegou em 1525, trazendo a esposa com ele.

Ali o vemos — verdadeiro capitão da Renascença, viajado, valente, culto, extraordinàriamente senhor de si, sempre alerta à espera duma oportunidade para ganhar fama de cavaleiro, e também pronto para o lucro material. Homem do mundo, Martim Afonso era pessoa capaz e experimentada, e, como todos os fidalgos portugueses do seu tempo, profundamente interessado pelos problemas marítimos. O rei tinha a certeza de ser homem a quem podia confiar-se uma missão difícil e perigosa.

Esta opinião foi apoiada pelo conde da Castanheira. D. António de Ataíde desfrutara uma larga oportunidade durante a ausência de Martim Afonso. Tornara-se o poderosíssimo favorito e *factotum* do rei. Rumorejava-se na Corte que não vira com grande satisfação o regresso de Martim Afonso. Era uma boa ideia mandá-lo para o Brasil!

Seja como for, Martim Afonso foi escolhido para comandar a expedição. O «regimento» que levou perdeu-se, infelizmente; «por ElRey ter novas que no Brasyl havia muytos franceses me mandou laa em hũa armada», [2] escreve o próprio Martim Afonso no seu *Breve Sumário da sua Vida e Obras* dedicado à rainha regente D. Catarina. Mais adiante refere-se ao «des-

[1] — Brevissima e Sumaria Rellaçam, que fez de sua Vida e Obras o Grande Martim Afonso de Sousa, publicada por Eugénio de Castro in — *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*. Vol II 2.ª ed. pág. 53.

[2] *Loc. cit.* pág. 54.

cubrimento de alguns Ryos, que me ElRey mandava descobrir». É uma pena que o *Sumário* seja realmente demasiado resumido e não dê mais informações a tal respeito.

Além de expulsar todos os franceses daqueles mares, parece que devia ainda explorar a costa — com todas as precauções, assegura o rei à irmã imperatriz, para não se intrometer de qualquer modo com as «cousas do emperador». [1] Entre estas é evidente que não se referia ao estuário do Rio da Prata, aonde João Dias de Solis, homiziado por crime de morte, levara os castelhanos em 1515, tendo sido morto e devorado pelos índios.

Uma armada portuguesa visitara aquelas partes já em 1514, e em 1516 parece que Cristóvão Jaques fizera algumas explorações naquelas latitudes. Desde então os castelhanos tinham estado ali mais do que uma vez, e D. João III recebera interessantes cartas de Sevilha a respeito do caso.

Não há dúvida de que por muito que os reis de Portugal e Castela se agarrassem zelosamente às suas descobertas privadas nos mares do Ocidente, de ambos os lados havia falhas, principalmente através dos criminosos que fugiam à justiça. Era costume secular estes fugirem pelas fronteiras para os reinos vizinhos, e nos últimos anos esse hábito intensificara-se. Os Portugueses eram superiores aos seus antagonistas no conhecimento da navegação; por isso um marinheiro português podia encontrar sempre asilo seguro em Castela, e qualquer piloto português seria recebido de braços abertos.

Um piloto que quisesse servir fora da pátria estava liquidado: em Portugal só poderia esperar o

[1] Carta de D. João III à rainha de Espanha, sua irmã, publicada *in-ob. cit.*, vol. I, pág. 456.

machado ou a corda como prémio da sua traição. Mas os delinquentes mais leves podiam andar de cá para lá e muitas informações se transmitiam através destas andanças.

Foi assim que o rei teve conhecimento de todos os pormenores a respeito da expedição comandada pelo veneziano Sebastião Caboto, que partira com navios castelhanos e subira o Rio da Prata; e da de Diogo Garcia de Moguer, que se seguiu pouco tempo depois. Um certo Gonçalo da Costa, português que regressou nesta armada, foi contar tudo ao rei, embora ele não pudesse estar em Portugal por ter a mulher e os filhos em Castela.

Henrique Montes era outro dos tais—abandonado por Solis mais de 10 anos antes nas regiões desabitadas do sul. Não existe qualquer relato das suas aventuras — infelizmente para nós, raras vezes estes pioneiros escreviam as autobiografias — apenas se sabe que foi aproveitado por Sebastião Caboto para lhe servir de intérprete, e a estes expedicionários ouviu contar as histórias do distante *El Dorado*. Henrique Montes embarcou com Caboto para Espanha, mas, ao entrar no Guadalquivir, abandonou a armada castelhana para se refugiar na sua pátria, onde foi bem recebido pelo rei que ouviu com interesse tudo o que ele tinha que contar. Ele percorreu mais de 120 léguas subindo o grande rio do Sul e fora informado de que ele descia de um vasto lago situado para além das altas montanhas do interior, de cujas margens as tribos nómadas traziam o ouro e a prata.

Parecia conveniente investigar aquilo. Henrique Montes foi convidado a acompanhar a armada de Martim Afonso, como intérprete das línguas índias e ainda para dar informações. Henrique Montes mostrou-se disposto a ir. Talvez, depois de ter passado tantos anos perdido no deserto, se sentisse desiludido

da civilização. O rei declarou que confiava em que «Anrique Montes, cavalleiro de minha cosa que nesto me fara bem e fyellmente como compre a meu serviço e querendo lhe fazer graça e merce» [1] nomeou-o Provedor dos Mantimentos da armada e da colónia a fundar, com o vencimento de 24000 reais por ano.

O próprio Martim Afonso levava amplos poderes. Era não só o Capitão-General da armada, mas de todas as terras que viesse a explorar, com poder de vida e de morte sobre todos os colonos, excepto os fidalgos que cometessem crimes, os quais deveriam ser enviados para a metrópole sob prisão para serem julgados.

A organização da colónia ficou inteiramente ao seu cuidado. Tinha o direito de escolher e nomear notários e magistrados, para servirem nos tribunais cíveis. entre as pessoas que o pudessem fazer e tivessem qualidades para tal. Também podia distribuir terras à sua vontade por aqueles que quisessem fixar-se no Brasil. Estas concessões eram apenas por uma vida e não deviam fazer-se a quem não estivesse preparado para cultivar o solo. Se passados seis anos não fosse convenientemente utilizada, a propriedade devia ser restituída para se entregar a outros. Estas concessões de terras — costume velho em Portugal — eram conhecidas pelo nome de «sesmarias». À escolha de Martim Afonso de Sousa ficava o lugar onde a colónia devia fundar-se.

Com ele, como que seu braço direito, seguiu seu irmão mais novo, Pero Lopes de Sousa, que devia ter cerca de 20 anos de idade. O conde da Castanheira tinha opinião muito lisonjeira a respeito dele: «Pero Lopes, vosso irmão, está feito um homem muito

---

(1) Carta régia datada de Lisboa 16 de Novembro de 1530—Chancel. de D. João III, Liv. 48, fol. 180 e s. .s Publicada na *Hist. da Col. Portug. do Brasil*, Tom. cit., pág. 125.

honrado, e outra vez vos affirmo muito honrado», [1] escrevera ele pouco antes a Martim Afonso, e isso, acrescenta o conde, não era ainda dizer tudo.

Com certeza o jovem Pero Lopes tinha uma sólida cabeça. Era inteligente, activo, ágil, e muito enérgico. Marinheiro desde a infância, era já um experimentado nauta, pronto e capaz de trepar ao tope dos mastros ou pegar na cana do leme, determinar o rumo pela agulha e pela carta ou manter-se na ponte a comandar o seu navio. Talvez demasiado dinâmico, já fizera dançar os seus marinheiros na corda bamba, e mais tarde na Índia ia ser um chefe disciplinador, sob cujas ordens ninguém queria servir. Mas a sua eficiência no mar destacava-se no meio duma geração de fidalgos marinheiros. Até o mestre D. João de Castro dizia que Pero Lopes era homem perante cujos conhecimentos náuticos todos os portugueses deviam inclinar-se.

Pero Lopes embarcou na nau capitaina com o «capitão irmão», como ele lhe chama no diário da sua viagem, e Martim Afonso não podia ter desejado melhor imediato.

O navio — inominado em todos os relatos — era um navio redondo do tipo conhecido pelo nome de *nau*, com cerca de 150 toneladas. O segundo navio, também uma nau, chamada *S. Miguel*, ia sob o comando de Heitor de Sousa, homem de quem se falaria mais tarde na Índia. O galeão *S. Vicente* tinha por capitão Pero Lobo Pinheiro, e as duas caravelas que completavam a frota eram *Rosa* e *Princesa*, uma comandada por Diogo Leite, que acompanhara Cristóvão Jaques no cruzeiro à costa brasileira, e a outra por Baltasar Gonçalves, caçador experiente de piratas da esquadra

(1) Carta do Conde da Castanheira a Martim Afonso de Sousa, cit. por Capistrano de Abreu no Prefácio à 1.a ed. do *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa.*

que operava ao largo dos Açores e da costa portuguesa. O primeiro piloto que ia com Martim Afonso era Vicente Lourenço.

Pero de Góis, futuro capitão da Paraíba do Sul, foi para o Brasil pela primeira vez com os dois irmãos Sousas. Havia um Pero Anes como intérprete das línguas índias. Henrique Montes, como já se disse, era o principal dos informadores acerca das terras do ouro e da prata, enquanto Pero Capico, que durante anos dirigira as feitorias da costa de pau brasil, ia com a armada para que se pudessem aproveitar os seus conhecimentos daquelas regiões.

Nos navios seguiam cerca de 400 homens — marinheiros, soldados e bombardeiros com boa artilharia para combater os franceses, lavradores com charruas e grades e sementes para arrotearem o solo, e homens de leis para servirem de magistrados, e capelão para as necessidades espirituais de todos. Tanto quanto sabemos, não embarcou mulher nenhuma. É evidente que as noivas seriam recrutadas entre as índias.

Assim a armada de Martim Afonso de Sousa partiu a 3 de Dezembro de 1530, preparada para a guerra, equipada para a paz e pronta para fazer explorações.

Mas ia principalmente colonizar.

IV

De Lisboa ao Rio de Janeiro

O vento leste soprava dos montes para o mar, enfunando as grandes velas rectangulares dos cinco navios. A armada de Martim Afonso descia serenamente em direcção à barra e ao azul que se estendia infinitamente para sudoeste.

Havia oito semanas de navegação entre os dois continentes — metade do tempo que levavam as armadas da Índia na sua viagem anual de Lisboa para Moçambique. Nem os ventos violentos do Cabo, nem as temerosas tormentas antárcticas ameaçavam as frotas que se dirigiam para o ocidente, cuja viagem era breve e fácil tal como então era possível.

Podemos fazer uma ideia dela dia a dia porque Pero Lopes manteve o seu diário de bordo rigorosamente em dia. Todos os dias media a altura do sol ao meio-dia e apontava a direcção do vento. A sua narrativa é nàuticamente de grande concisão, austeramente desprovida de todo e qualquer pormenor pitoresco.

A nau capitaina obedecia mal ao leme, diz ele.

Debatendo-se nas garras do vento nordeste ao largo da Madeira, parecia que os mastros iam partir-se.

Passaram a Madeira sem a avistarem, mas a 9 de Dezembro o fantástico pico de Tenerife surgiu acima das ondas; pairaram em frente do arquipélago até ao quarto de alva. Pero Lopes mediu o sol em terra, na ilha de Gomeira, onde pôde consertar o leme danificado.

A semana do Natal encontrou os cinco navios em frente da costa da Guiné sem uma única aragem, mas a baloiçar com mar muito grosso. Foi ali que apareceram duas velas de navios que voltavam da pesca no Cabo Branco. Os marinheiros que iam para o ocidente aproveitaram esta oportunidade para mandarem notícias para a pátria. Havia de levar ainda muito tempo antes de surgir outra oportunidade.

Daqui prosseguiram até ao arquipélago de Cabo Verde, onde o vento caprichoso abateu. As montanhas escalvadas erguiam o seu vulto ameaçador acima do mar agitado. As grandes ondas que corriam para a costa teriam atirado os navios de encontro aos rochedos, se muito a propósito não se levantasse uma brisa do lado norte.

No porto da Praia encontravam-se dois navios castelhanos. Deram de explicação que também se dirigiam para o Ocidente, para explorarem o rio Maranhão. O «capitão irmão» não aprovou: o Maranhão ficava na zona litigiosa do mapa, pelo que «lhe mandou requerer que elles nam fossem ao dito rio; porquanto era de el-rei nosso senhor e dentro da sua demarcaçam» [1]. Ignoramos qual fosse a resposta dos castelhanos.

Passaram quatro dias junto da ilha de Santiago, «tomando cousas necessarias», até se fazerem mais

[1] *Diário da Navegação*, cit., pág. 98.

uma vez ao mar, por uma bela noite de luar. O vento do noroeste levantou-se tão repentinamente e soprou com tanta força, que o mastro do traquete da capitaina partiu, obrigando-os a colher as velas e a correr adiante do vento.

O primeiro dia de calmaria foi aproveitado para consertar o mastro: «o corregemos o melhor que pudemos», amarrando com cordas as partes rachadas, e parece que assim amarrado aguentou os ventos e as tempestades.

Nos mares equatoriais, impelidos por saltos de vento ou pairando no meio da calmaria com chuva quente — «fazia tam grande calma, que nam se podia suportar» — até que o alíseo de sudoeste impeliu finalmente a armada com velas pandas por cima das águas azul ferrete.

A 30 de Janeiro nenhum peixe se via à volta do navio — sinal certo, diz Pero Lopes, da proximidade da terra. No dia seguinte, efectivamente, a linha da costa brasileira surgia no horizonte. Lá estava o cabo de Santo Agostinho, ponto habitual de chegada das armadas destinadas ao Oriente, onde a América do Sul avança em direcção à África pelo oceano dentro. Foi aqui que ao amanhecer o vigia do traquete gritou: «Navio à vista!»

Navio? Com toda a certeza um francês! Com todas as velas desferradas, a armada avançou. Martim Afonso mandou dois navios para o norte e dois para o sul, para cortarem a retirada; o navio perseguido dirigiu-se para a costa, ancorou a meia légua da terra e depois arriou o batel dentro do qual a tripulação fugiu para a praia. O batel da caravela *Princesa* foi atrás dele furiosamente, mas os franceses espatifaram o seu barco e desapareceram na floresta. Só um homem ficou a bordo do navio abandonado, que ia carregado de pau brasil e estava bem equipado de artilharia e pólvora.

Seria interessante saber alguma coisa do francês solitário abandonado pelos seus companheiros, mas Pero Lopes não diz nada a tal respeito. Outro navio francês carregado de pau brasil foi tomado naquele mesmo dia, e à noite o «capitão irmão» mandou Pero Lopes com as caravelas procurar mais dois navios que eles tinham sabido andar por aquelas paragens.

Navegou toda a noite, deitando a sonda, e quando a alvorada cor-de-rosa brilhou por cima da linha escura da floresta, viu a cerca de meia légua no mar um navio que fugia a todo o pano diante das caravelas. Perseguindo-o durante todo o dia, Pero Lopes conseguiu alcançar o navio francês uma hora antes do pôr-do-sol. Aquele disparou, a caravela respondeu aos tiros, e durante toda a noite se travou um duelo de artilharia, continuando a batalha com violência no dia seguinte. «A nao me deo dentro na caravela trinta e dous tiros — escreve Pero Lopes — quebrou-me muitos aparelhos e rompeo-me as velas todas» [1]. Mas ninguém foi ferido, diz ele, «de que dei muitas graças ao senhor Deus». Embora a bordo do navio francês houvesse seis homens feridos, não sabemos de ninguém morto, pelo que o combate parece ter sido mais ruidoso do que mortífero.

A falta de pólvora obrigou o francês a render-se, e depois, quando Martim Afonso chegou, Pero Lopes abordou o navio. Encontraram-no carregado de pau brasil e bem preparado para a guerra — útil reforço para a armada.

Desceram a costa — extensa linha de florestas, com margens de terra vermelha que se erguiam a pique sobre o mar. Os índios vinham a nado até junto dos navios a oferecer pau brasil, mas quando um barco foi a terra para meter água, recusaram-se a dei-

[1] *Ob. cit.*, pág. 115

xar os estrangeiros levá-la, não se deixando tentar pelas mercadorias.

Os portugueses não insistiram—nada de coerção sobre as tribos indígenas! parece ter sido a palavra de ordem desta viagem. Martim Afonso trocou a capitaina pela caravela *Rosa* e foi à procura do porto de Pernambuco para ali fazer os preparativos para a chegada da armada. Pero Lopes, com o comando dos outros navios, seguiu atrás, poupando a água o mais que podia, até chegar a um rio onde puderam abastecer-se.

O porto de Pernambuco, que se alargava dentro de recifes coralinos, mostrava as suas águas azuis junto duma costa desértica. Para o interior e a toda a volta havia florestas de brasil, para além das baixas onde se contorciam as mangues raquíticas e o estranho cajueiro erguia os seus frutos carminados e amarelos acima dos terrenos alagadiços. À entrada da floresta havia um entreposto comercial, ninguém sabendo, ao que parece, desde quando. Diziam algumas pessoas que 30 anos antes de Martim Afonso ali chegar, mas isso deve ser exagero.

Um feitor e doze residentes tinham sido encontrados ali bem estabelecidos pela expedição de Caboto em 1526, sendo certo que alguns deles viviam havia muitos anos em Pernambuco. Junto da feitoria à beira do rio Iguaraçu, havia uma igreja provida de cálices e outras alfaias sagradas, e à volta tinham construído casas e as tribos índias davam-lhes mulheres.

Para além da floresta verde impenetrável ocorriam mistérios estranhos; o rio, que vinha dos pântanos de mangues, dirigia-se preguiçosamente para o mar, e dos terrenos enlameados, de tempos a tempos, saíam monstros de nome ignorado. Desde a alvorada vermelha de sangue até ao crepúsculo cor de púrpura, os dias passavam-se a juntar pau brasil, algodão e papagaios

e macacos para seguirem nos navios que vinham da Europa com largos intervalos, e de vez em quando, qualquer unidade da armada da Índia, a lutar com os ventos ao largo do cabo de Santo Agostinho, entrava no rio de Pernambuco com notícias do resto do mundo. E assim se passava, ou melhor parava o tempo.

Todavia, dois meses antes da chegada de Pero Lopes, houvera uma diversão desagradável. Um galeão francês entrara no estuário e saqueara a feitoria, carregando «toda a fazenda que nelle estava delRei nosso senhor» [1].

Quem ficou no lugar para contar o facto não se sabe de certeza. O feitor, Diogo Dias, estava ausente do local do desastre. Fora recolhido por uma caravela que se destinava a Sofala, com a intenção de ser desembarcado mais ao sul, junto das costas do «Rio de Janeiro».

Pero Lopes ouviu contar tudo isto quando ali chegou, mas o «capitão irmão» ainda não tinha chegado. As suas caravelas haviam sido retardadas por ventos contrários e só vários dias depois apareceram.

Dentro dos recifes de coral, onde sete homens da capitaina morreram afogados — Pero Lopes não diz como ou porque se deu o acidente — já se encontravam reunidos os outros navios. Só Heitor de Sousa, que vinha no *S. Miguel*, ainda não aparecera. Ignoramos o que lhe acontecera. O mais provável é ter-se perdido no caminho, abandonando a esperança de se juntar à armada, regressando então a Portugal. Pode presumir-se com certeza que chegou ali são e salvo, porque dois anos depois o encontramos na Índia.

Em Pernambuco Martim Afonso reorganizou a sua frota. Todos os doentes foram deixados em terra para

(1) *Ob. cit.*, pág. 135

se tratarem o melhor que pudessem ao abrigo da feitoria, que com certeza havia sido reabastecida de fazendas e outros produtos.

Depois as duas caravelas foram destacadas da armada e mandadas para o norte a explorar o rio Maranhão. Visto os castelhanos estarem nisso interessados, o melhor seria ir à frente! João de Sousa, num dos navios franceses com todo o pau brasil e todos os prisioneiros, seguiu para Portugal, e ali forneceu aos diplomatas novos elementos para protestos. O outro navio tomado foi queimado, mas Pero Lopes continuou a comandar o que tomara, mudando-lhe o nome para *Nossa Senhora das Candeias*.

A armada, com a capitaina e o galeão *S. Vicente*, estava reduzida a três unidades, quando a 1 de Março partira seguindo ao longo da costa, apesar do vento, da calmaria e de trovoadas, até à Baía de Todos os Santos, umas 70 léguas ao sul.

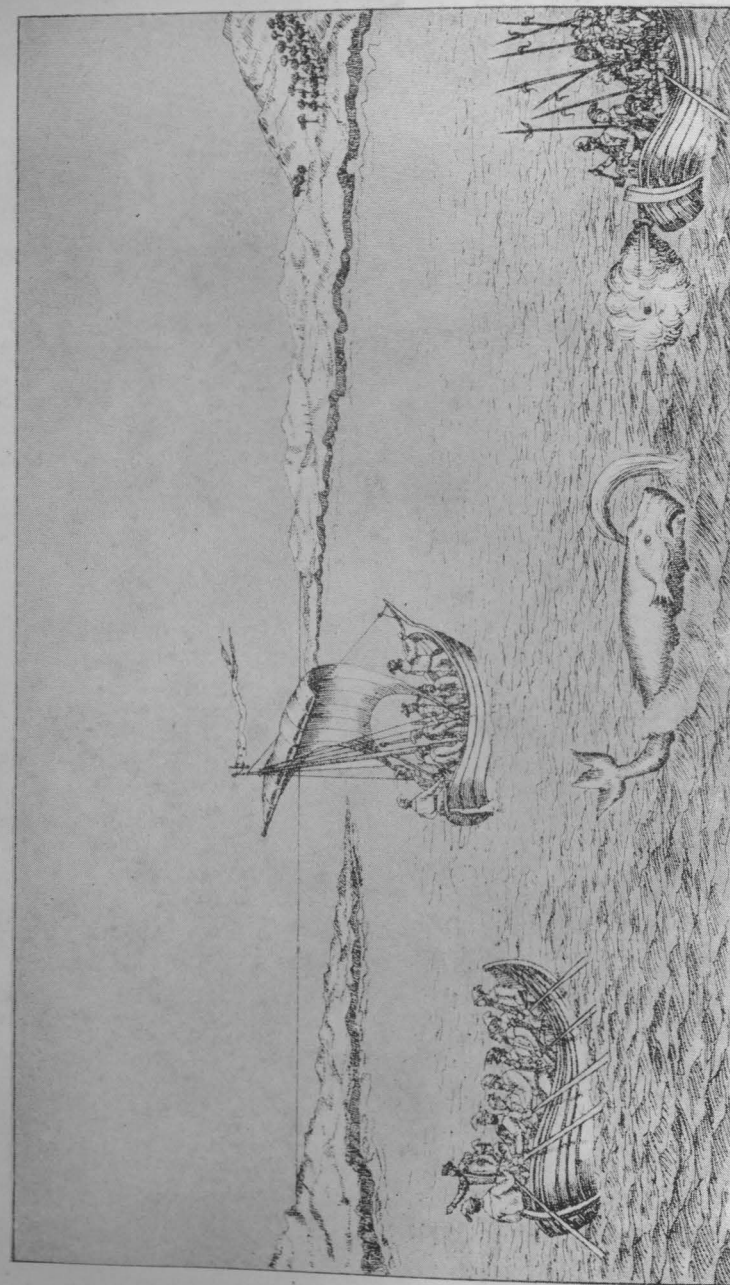
Esta ampla baía, com as suas enseadas e angras e as suas belas praias, ainda pertencia à selva antiga, virgem de todo o contacto com o mundo civilizado. Navios vindos de partes remotas da Terra tinham lançado ferro às vezes, durante um dia, nas suas águas tranquilas, mas partiam sempre sem deixar rastos. A Baía ainda se conservava solitária e secreta — espelho apenas perturbado pela passagem de qualquer piroga veloz, silêncio apenas cortado pelos gritos dos animais selvagens do bosque ao anoitecer e ao amanhecer, ou pelos brados de tribos de homens tão selvagens como aqueles, que junto daquelas praias adormecidas se degladiavam até à morte pela posse destas pescarias abundantes e florestas tão ricas de caça.

Todavia, foi ali que Martim Afonso e Pero Lopes encontraram um português que lhes disse que vivia naquela solidão havia mais de 22 anos. Pero Lopes — escritor rigidamente lacónico — não se incomoda a

repetir a história que ele contou, e nós temos de reconstituir de outras fontes mais recentes.

O homem chamava-se Diogo Álvares Correia. Viera de Viana do Castelo, no Minho verde e ouro. Em 1508, não sabemos sob o comando de quem, naufragou junto daquela costa e todos os seus companheiros foram mortos e devorados pelos índios. Diogo Álvares teve mais sorte — talvez tivesse personalidade mais insinuante — e caiu nas boas graças dos seus captores. Ajudou-os a aproveitarem todos os salvados que lhes pudessem servir, o que lhes agradou tanto, dizem, que eles o levaram vivo para o seu povoado. A intenção deles era provàvelmente engordá-lo para poder vir a constituir um bom pitéu — havia prisioneiros que eram conservados durante um ano e mais antes da cerimónia em que eram devorados. Assim podia ter acontecido a Diogo Álvares, se, entre outras coisas, ele não tivesse conseguido recuperar uma espingarda.

Na aldeia índia, com certeza cercado de espectadores pasmados, Diogo Álvares encontrava-se com o seu mosquete, quando uma ave qualquer passou por cima dele a voar. O português era bom atirador, levantou a espingarda — pum! pum! — o pássaro tombou morto, e todos os índios, tomados de pânico, fugiram por todos os lados ao ouvirem o terrível barulho. Quem era este branco estranho com um pau-de-fogo que matava aquilo para que o apontasse? E mal se atreviam a aproximar-se dele. Diogo Álvares tranquilizou-os o melhor que pôde, procurando fazer-lhes compreender que era amigo deles e que o seu pau-de-fogo seria posto ao serviço deles.

Daquele momento em diante Diogo Álvares tornou-se chefe índio. De ora avante viveria com a tribo, a sua palavra seria lei, e todos os guerreiros mais poderosos lhe ofereceram as filhas em casamento. Diogo Álvares aceitou-as todas delicadamente, e daí a pouco uma

Exploração das Costas do Brasil (do Atlas de «O Século»)

numerosa progénie brasileira andava à volta dele e trepava-lhe pelas pernas acima.

A tribo chamou-lhe «Caramuru» — o que alguns entendem significar «O Homem do Fogo». Outros, conhecedores das línguas indígenas, inclinam-se, menos romànticamente, a acreditar que a palavra significa certa espécie de peixe!

Para os índios ele deve ter parecido filho do lendário Sumé, o misterioso branco de barbas de cuja passagem entre eles havia longa tradição em toda aquela costa. Sumé tinha vindo até eles, por sobre o mar, mostrar-lhes como se faz o fogo e ensinar-lhes tudo o que eles sabiam, até que um dia desapareceu, tão misteriosamente como viera, para além do oceano. Quando contaram a história aos portugueses, eles exclamaram: — Era, evidentemente, S. Tomé! Tomé, Sumé? O nome não podia ser mais semelhante, e aqui estava outro continente a juntar ao itinerário do apóstolo ubíquo.

Diogo Álvares Caramuru parece ter sido perfeitamente feliz entre os índios. Desde que ali chegara, navios portugueses, castelhanos ou mesmo franceses tinham aparecido de tempos a tempos, mas — a não ser que seja verdadeira a história duma duvidosa viagem a França — sempre os deixou partir sem ele. Parece que nem mesmo se propôs acompanhar a armada de Martim Afonso, mas trouxe todos os chefes índios da tribo para prestarem obediência ao capitão, fê-los dançar em sua honra e abastecê-lo com grande quantidade de provisões.

Que gente de bela aparência! observa Pero Lopes. Tinham a pele clara, e as mulheres pareciam-lhe formosas! O «capitão irmão» deu muitos presentes a todos e toda a gente ficou contente. Parece que os índios do Caramuru eram gente muito feliz.

Mas elas não eram as únicas tribos que andavam à caça pelas florestas daquela costa. Antes de partirem,

os portugueses tinham assistido a um espectáculo horrendo. Cinquenta canoas, todas protegidas por escudos de cores berrantes, todas tripulados por guerreiros nus com as penas de guerra, saíram bruscamente da sombra de ambos os lados da baía.

Então acordaram os ecos adormecidos com tremendos gritos de guerra, enquanto uma chuva de setas sibilantes atravessou os ares. Desde o meio-dia deslumbrante até ao cair das sombras da noite, os selvagens da floresta lutaram nas águas tranquilas, esquecidos da presença dos navios estrangeiros vindos dum mundo desconhecido, preocupados ùnicamente com os seus ódios antigos; as «cincoenta almadias, da banda de que estavamos surtos foram vencedores» ([1]), diz Pero Lopes. Depois houve um espectáculo terrível. Os muitos prisioneiros foram levados para terra e amarrados com cordas. Esmagaram-lhes as cabeças com cacetes, dilaceraram-lhes os corpos membro a membro, sendo os pedaços assados em fogueiras e comidos.

É bem de crer que, para prováveis colonos a fixar-se na terra, aquilo seria uma cena desanimadora, mas Martim Afonso encontrou dois homens prontos a juntar-se ao Caramuru. O capitão quis que eles experimentassem o que o solo podia produzir, pelo que lhes forneceu sementes de várias plantas para frutificarem e se multiplicarem, e os homens prepararam-se para fazer o mesmo casando com filhas mestiças do Caramuru.

A armada fez-se de vela a 17 de Março — para os mares bravios e as trovoadas. O tempo estava de tal forma que eles não podiam avançar, tendo de voltar à Baía de Todos os Santos passados dez dias.

Ali chegados, viram que um navio viera depois de eles terem partido. Era a caravela de Sofala, de que tinham ouvido falar em Pernambuco. Deve ter sido a

([1]) *Ob. cit.*, pág. 158.

que Gaspar Correia diz ter saído de Lisboa em direcção à África oriental em 1530, mas não tem razão quando diz que Baltasar Gonçalves era o seu capitão. Baltasar Gonçalves ia, como se sabe, na armada de Martim Afonso, a comandar a caravela *Princesa* recentemente mandada para o Maranhão. Todavia, Correia é exacto quando diz que o navio não chegou a Sofala, embora, como ele pensava, não tivesse chegado a Lisboa.

Na Baía, o capitão da caravela foi no seu batel cumprimentar Martim Afonso, e com ele veio Diogo Dias, ex-feitor de Pernambuco. Não se sabe muito bem o que andava a caravela a fazer ao largo da costa, para cima e para baixo. É natural que tivesse havido revolta a bordo, pois Martim Afonso encontrou o piloto a ferros.

Por isso chamou o caso a si. Não lhe dava a sua comissão direito de autoridade sobre todos os navios ao largo da costa brasileira? Parece concluir-se que ele não partilhava as vistas do capitão, porque soltou o piloto. Também desembarcou todos os escravos que encontrou a bordo — supõe-se que índios de Pernambuco. Permitindo-lhes irem livres para onde quisessem, Martim Afonso apoderou-se da caravela, que constituiria um útil apoio para a sua armada. Não sabemos o que disse a isto o capitão.

A 27 de Março, levantaram ferro, contra a opinião dos pilotos, que diziam ser má época para se dirigirem para o sul. Os ventos do sudoeste arrastá-los-iam para os Abrolhos e tudo o que eles conseguiriam seria andar «lavrando o mar» ([1]).

Sem se importar com tais conselhos, a armada deixou a Baía de Todos os Santos para cair sob as garras de todos os ventos e tormentas. A 23 de Abril o vento de sudoeste levantou-se tão repentinamente e

([1]) *Ob. cit.* pág. 167.

com tal fúria que mal houve tempo para colher as velas; os navios navegaram em árvore seca quase debaixo de água, e o céu estava tão carregado de nuvens de tormenta «que era meo dia e parecia de noite» (¹).

O vento amainou antes do amanhecer do dia seguinte e a luz brilhou por cima do mar agitado. Dois dias depois, de manhã, novamente tiveram terra à vista — uma terra de altas montanhas que se erguiam acima duma costa rochosa.

Foi a 30 de Abril, à luz rósea do nascer do Sol, que no mar coalhado de ilhas se avistou a entrada do Rio de Janeiro. Da parte de fora da estreita abertura — com a largura de um tiro de arcabuz — ancorou a armada e esperou pelo vento, enquanto os cumes rosados se iluminavam aos raios matutinos e a água cor de púrpura se tornava de safira.

Ao meio-dia levantou-se a brisa marítima; os navios, de velas enfunadas, passaram devagar por entre os rochedos cónicos, de encostas lisas e perpendiculares, que quase fechavam o canal. Dentro era uma visão fantástica, fantasmagórica, um espelho de água azul, brilhante, de grande amplidão e que banhava os montes que se erguiam abruptamente das ondas, perdendo-se em fundas angras por entre pântanos de mangues até ao próprio sopé das montanhas mais incríveis. Cumes de formas estranhas recortavam-se no céu, emergindo de copas de árvores dum verde aveludado, com todos os cambiantes, desde a cor mais suave dum verde primaveril da Europa até ao tom mais fundo das regiões tropicais. Semeada de ilhas, copas frondosas a recortar-se no azul, a ampla baía estendia-se para o interior o mais longe que podia ver-se e perdia-se em neblina iridescente de que se

(¹) *Ob. cit.*, pág. 179.

erguia — azul, distante, imaterial — o perfil duma cordilheira altaneira a destacar-se no céu como os tubos dum órgão.

Um harmonioso conjunto de luz e colorido, desde a luz intensa até ao pastel de sonho, lançado como por encanto sobre uma desordem selvática de formas caóticas e quebradas, tal era — e é — este feérico Rio de Janeiro — assim chamado pelo seu primeiro descobridor, em Janeiro de qualquer ano incerto, conhecido dos Índios pelo nome sugestivo de Niteroi, a «Água Oculta». Não era um rio de maneira nenhuma como Martim Afonso e Pero Lopes provàvelmente já sabiam, mas foi sempre *Rio* de Janeiro para eles e é *Rio* de Janeiro ainda hoje para nós.

A armada conservou-se junto destas costas encantadas durante três meses. Martim Afonso desembarcou todos os seus homens, acampando à beira dum rochedo imponente que ficou logo a chamar-se o Pão de Açúcar, porque, sem forçar a imagem, a sua forma é simples e exactamente aquela.

Aí levantaram um forte, rodeado por uma paliçada, e prepararam as ferramentas «para fazermos cousas, de que tinhamos necessidade» (¹). Beberam água dos ribeiros cristalinos que brotavam do meio das colinas — a melhor água que talvez houvesse, diz Pero Lopes. Juntaram provisões para darem de comer durante um ano a 400 homens; construíram dois bergantins, cada um com quinze bancadas, e fraternizaram com os índios. Aos olhos de Pero Lopes estas tribos eram ainda mais belas do que as que ele tinha admirado na Baía de Todos os Santos!

O «capitão irmão» mandou gente a explorar o interior. Eles meteram-se pela espessura do mato que cobria os pântanos onde cresciam orquídeas estranhas

(¹) *Ob. cit.*, pág. 189.

e voavam colibris e borboletas de asas semelhantes a pedrarias; defrontaram fetos gigantes e elevadas árvores floridas no meio da floresta, e palmeiras e lianas entrelaçadas que cobriam as montanhas. Por qual dos lados seguiram? Seria interessante saber. Dirigiram-se para o extremo da baía para desembarcarem por entre os canaviais e a lama vítrea em que se reflectia o sol poente, para depois escalarem, em funda sombra, as encostas alcantiladas que atingem as alturas da Serra dos Órgãos e o ar puro e fresco? Seguiriam as águas límpidas cor de âmbar do pequeno Paquequer, por entre gargantas verdes e rochosas e ao lado de cascatas espumantes até ao largo rio Paraíba e aos amplos planaltos? Seria ao futuro Estado de Minas ou de São Paulo que eles chegaram por fim? Apenas se sabe que percorreram 65 léguas de montanhas precípites, e depois mais 50 léguas dum elevado plató, onde encontraram um grande chefe — o rei de todas aquelas terras, disseram eles — que os recebeu muito bem. Ofereceu-se para ir com os estrangeiros até à costa do mar e trouxe ao capitão um presente de cristal das montanhas do interior, falando-lhe do rio Paraguai junto do qual se podia encontrar muita prata e ouro.

Martim Afonso cumulou o rei dos desertos com todas as honras e carregou-o de muitos presentes antes de voltar para a sua pátria distante.

Assim se passou o tempo até Agosto, quando a armada se preparou para partir. A capitaina, cujo nome continua a ignorar-se, a *Nossa Senhora das Candeias* tomada aos franceses, a caravela que devia ter ido para Sofala e os dois bergantins acabados de construir, saíram vagarosamente da encantadora baía, e dirigiram-se para sudoeste, por entre a branca neblina envolvente do mar.

V

O remoto Sul

O nevoeiro caiu, como um véu, envolvendo montes e mar. Ao meio-dia quase se via tanto como à meia-noite. Os cinco navios seguiam às cegas por entre baixios desconhecidos, às vezes tão perto da costa que se ouvia o ruído das ondas de encontro às rochas.

Efectuou-se um desembarque numa ilha coberta de aves marinhas. Pero Lopes e o «capitão irmão» mataram enormes quantidades e levaram para bordo uma boa provisão delas. Naquele dia levantou-se do noroeste um vento escaldante, que parecia fogo, declara Pero Lopes, e causou febre a toda a gente, o que não era uma variante agradável do nevoeiro.

A costa continuou invisível sob o nevoeiro até 12 de Agosto. «Quiz a Nossa Senhora e a bemaventurada Santa Crara, cujo dia era, que alimpou a nevoa. [1]»

Depois encontraram-se junto duma ilha registada desde 1504 nos mapas com o nome de Cananeia — hoje Bom Abrigo — cerca de 25° de latitude Sul.

[1] *Ob. cit.*, pág. 206

Ali o piloto Pero Anes, que falava as línguas índias, foi enviado a terra para estabelecer contactos, e aí encontrou o «Bacharel».

Quem era este misterioso exilado — nunca citado pelo seu nome mas apenas pelo seu grau escolar? Ele fora visto pelos homens de Caboto alguns anos antes e também pelos expedicionários da armada de Diogo Garcia.

Dizem-nos ter sido um degredado, mas ninguém diz qual o crime por que o condenaram. Tão-pouco se conhece a data da sua chegada ao Brasil. O castelhano Diogo Garcia, que passou em 1527 em São Vicente, entre Cananeia e o Rio de Janeiro, diz que encontrou o escolar banido ali a viver e que ele se encontrava na terra havia 30 anos. Isto faz-nos recuar até 1497—antes da descoberta oficial do Brasil!

Apenas podemos conjecturar que género de vida levou ali durante esse longo intervalo. Quando Diogo Garcia o encontrou não estava sòzinho. Tinham-se-lhe reunido alguns castelhanos e alguns portugueses — abandonados ou sobreviventes de naufrágio — a quem chamam seus genros, de onde se conclui que o «Bacharel», tal como o Caramuru mais ao norte, tinha sido feliz junto das belas índias e tivera várias filhas casadoiras.

Foi em Cananeia que Pero Lopes encontrou este enigmático indivíduo, com cinco ou seis castelhanos e um português chamado Francisco de Chaves, «mui grande lingua desta terra» [1], que tinha ido com Solis para o Rio da Prata em 1515, e devia ter sido velho amigo de Henrique Montes.

Pero Anes levou toda a gente com ele para a nau capitaina, e ali todos falaram acerca dos tesouros que se encontravam no interior. Como de costume, ninguém

[1] *Ob. cit.*, pág. 210.

os vira, mas corria entre as tribos do continente que para além das montanhas reinava um grande rei branco em reinos de riquezas inenarráveis. Mandasse Martim Afonso uma expedição desde ali e Francisco Chaves prometia-lhe que em dez meses estaria de volta com 400 escravos carregados de prata e ouro!

Visão deslumbradora! Pero Lobo, capitão do galeão *São Vicente*, sentiu-se inflamar. O «capitão irmão» mandou-o com 80 homens seguir Francisco de Chaves até à Terra Prometida. A 1 de Setembro de 1531 — dia escuro e chuvoso — com dez besteiros e 40 atiradores, partiram à procura do reino do ouro, que se encontrava para além das montanhas ínvias.

A armada conservou-se em Cananeia durante 44 dias e durante todo esse tempo jamais viram o sol. Chovia dia e noite, e havia terríveis ventos e trovoadas; perderam-se as âncoras e quebraram-se muitas amarras.

Apesar de tudo isto, a 26 de Setembro seguiram mais para o Sul, encontrando mau tempo todo o caminho. Perderam um dos bergantins. Pero Lopes apanhou uma vaga tal que o seu batel de bordo chegou a flutuar dentro do navio; as súbitas mudanças do vento por sobre o mar encapelado faziam andar os navios à toa e de tal forma, que nenhum homem podia conservar-se de pé.

Finalmente reapareceu o Sol por cima daquele mundo revolto. Pero Lopes pôde calcular de novo a latitude. Fundearam junto dum grupo de ilhas a 34.° de latitude Sul, de onde puderam ver colunas de fumo que se erguiam do interior das terras. Pero Lopes meteu-se num batel e foi ver, encontrando uma terra encantadora de ribeiros, relva e flores «como as de Portugal» [1], mas sem quaisquer indícios de vida humana; tão-pouco pôde

[1] *Ob. cit*, pág. 244.

saber do que provinha o fumo. Os únicos seres vivos que encontraram foram duas grandes onças.

Estavam agora a aproximar-se do cabo de Santa Maria, à entrada dum formidável golfo aonde o grande rio do Sul vai desaguar no mar, ponto que já tinha sido atingido anteriormente por outros nautas — primeiro portugueses, depois castelhanos. Alguns chamaram ao rio Santa Maria, como o cabo, outros deram-lhe o nome de rio de Solis, do nome do infeliz piloto que ali tinha morrido, mas espíritos mais optimistas chamaram-lhe rio da Prata, ideia que, todavia, não passara até então de simples esperança.

Numa ilha situada em frente do cabo de Santa Maria encontraram um bom porto, onde Martim Afonso abasteceu os navios de lenha e água. A pesca ali era simplesmente fenomenal; num só dia, diz Pero Lopes, «matamos desoito mil peixes entre corvinas e pescadas e enxovas» (1). Corriam em tal número para o anzol que mal havia tempo de puxar um e logo outro aparecia.

Esperaram lá oito dias pelo bergantim que faltava, mas não veio. Por isso o «capitão irmão» deixou instruções escritas para o navio perdido, no caso de ele ali chegar depois. Envolveu o papel em cera e amarrou-o a uma cruz, que ergueram na ilha. O tempo horrível que os acompanhara por toda esta costa recebeu-os à saída do porto com redobrada fúria. A capitaina desapareceu logo da vista e a *Nossa Senhora das Candeias* de Pero Lopes, navegando com os dois castelos debaixo de água, parecia condenada à destruição num promontório rochoso. Pero Lopes mandou desfazer os castelos, e teve de cortar o cabo do batel que seguia o navio. Procurou lançar ferro mas as âncoras eram arrastadas como se nada houvesse em que se prendessem.

---

(1) *Ob. cit.*, pág 255

A madrugada veio revelar a terra à distância duma légua; as ondas passavam por cima do mastro do traquete. A toda a volta havia traiçoeiros recifes contra os quais o mar se quebrava. Parecia a Pero Lopes que a única esperança seria dobrar o promontório. Portanto mandou desferrar as velas e avançar, apesar do mar grosso que se desfazia sobre a coberta.

Quando se aproximavam do promontório, rasgaram-se as velas da mezena. Poderia o navio dobrar a ponta? Uns pensavam que sim, outros gritavam que era loucura avançar — se não se detivessem, todos se perderiam. Cada qual expunha com brados o seu parecer diferente, e fez-se tal barulho, diz Pero Lopes, que «nos nam entendiamos» (1).

Bastava de falatório! O jovem capitão ordenou com firmeza a toda a tripulação que descesse e mandou o piloto para o leme, indo ele próprio para a proa; «determinei de fazer experiencia da fortuna, e me por a ver se podia dobrar a ponta; porque se a nam dobrava nam havia onde varar senam em rocha viva, onde nam havia salvaçam» (2).

O promontório ameaçador mostrava-se cada vez mais próximo, enquanto as grandes vagas se desfaziam de encontro à costa, semelhantes ao trovão. O navio encontrava-se tão perto da costa que parecia ir desfazer-se ali, mas «prouve a nossa senhora e ao seu bento filho», (3) que a ressaca, caindo com fúria sobre o navio, o arrastasse de novo para o mar enquanto a água penetrava pelas escotilhas. Assim, por milagre do Céu e da perícia náutica a ponta perigosa foi passada e naquela mesma tarde a *Nossa Senhora das Candeias*

---

(1) *Ob. cit.*, pág. 266.
(2) *Ob. cit.*, pág. 267.
(3) *Loc. cit.*

lançou ferro junto duma ilha, a salvo e sem estragos, mas com seis palmos de água no bojo.

O galeão *São Vicente* juntou-se-lhe ali — sem o batel e três âncoras. E a nau capitaina? O piloto do galeão disse tê-la visto desmantelada e junto da costa, mas não tinha a certeza de ela ter encalhado.

Ao outro dia apareceu a caravela; perdera todos os cabos, todas as âncoras e o batel. Não se soube mais nada da capitaina. Pero Lopes analisou a situação.

Sem cabos, sem batéis e sem âncoras, era quase impossível sair para o mar; «puz em obra fazer hum batel de aduelas dentro da nao» (1). Entretanto mandou trinta homens — todos bons nadadores — para a caravela, levando as armas pela água dentro de uma pipa funda para não se molharem, e dois barris com provisões para uma semana. As ordens eram que a caravela navegasse o mais próximo de terra e os desembarcasse a todos em jangadas. Depois seguiriam ao longo da praia, procurando quaisquer sinais de Martim Afonso.

O desembarque não foi fácil, mas conseguiram efectuá-lo, observados à distância por um grupo de aborígenes. Depois os indígenas afoitaram-se e «logo chegaram e abraçaram a todos com grandes choros e cantigas mui tristes», (2) embora não se tornasse aparente a causa dessa tristeza.

Deixando os seus melancólicos amigos, os homens foram vistos por Pero Lopes seguir ao longo da praia até meia légua de distância, quando fizeram um sinal com fumo. Pero Lopes redobrou de atenção. Que objecto era aquele junto da praia? Seria um dos batéis perdidos?

Seguiram logo cinco homens em cima dum barril para ver. Entretanto Pero Lopes não ficou quieto. Fez

(1) *Ob. cit.*, pág. 270,
(2) *Ob cit.*, pág. 371.

uma jangada e desembarcou ferro e uma forja na ilha para fabricar pregos para o batel que ele estava a construir.

Naquela tarde regressaram os cinco homens, trazendo — oh! alegria! — o que fora o batel da caravela, muito danificado é certo, mas não sem conserto. Remendaram-no logo e puderam mandá-lo a terra à procura de peixe e de caça seca que os índios lhes ofereciam com abundância.

Uma semana depois o grupo voltou com notícias tranquilizadoras do «capitão irmão». A nau capitaina encalhara na costa, mas Martim Afonso e a maior parte dos seus homens estavam em segurança. «Escapei em hũa taboa» (1), como escreveu o capitão resumidamente nas suas memórias; Pero Lopes fala apenas em sete mortes — seis por afogamento e uma de simples choque.

Os bergantins também tinham encalhado, mas não sofreram estragos. Os batéis da capitaina e do galeão *São Vicente* foram encontrados intactos. Além disso Martim Afonso ficara surpreendido por encontrar outro bergantim novo — muito bem feito de madeira de cedro — sem dúvida abandonado por quaisquer aventureiros castelhanos, e que seria de grande utilidade para os portugueses!

Martim Afonso deu ordem a Pero Lopes para ir ter com ele na caravela com todos os homens dos outros navios que pudessem ser dispensados. Numa ilha situada a 4 léguas a oeste do lugar do naufrágio, os dois irmãos e os principais oficiais discutiram a situação.

As perspectivas não pareciam ser cor-de-rosa. Da capitaina, com excepção da artilharia e algum ferro que fora possível salvar, tudo o mais ficou perdido, e o

(1) — *Brevíssima e Sumária Relação, que fez da sua Vida e Obras o Grande Martim Afonso de Sousa*, publicada in *ob. cit.*, vol. II, pág 54

navio *Nossa Senhora das Candeias* e o galeão *São Vicente*, que tinha resistido à tempestade, estavam em tal estado «que se nam poderiam soster 3 mezes» ([1]).

Os pilotos e os mestres insistiram com Martim Afonso para não prosseguir mais, até porque aquele estuário não parecia navegável nas garras das tempestades desencadeadas que o varriam todos os dias. O «capitão irmão» tomou em consideração estas observações. Certamente os seus navios não se encontravam em condições para se embrenharem pelo rio em exploração demorada. Ao mesmo tempo aquele belo bergantim abandonado na praia lembrava que os rivais tinham interesse por aquilo e já estavam a trabalhar. Um bergantim era uma embarcação jeitosa e útil que se podia adaptar aos remos, e prestava valiosos serviços nas enseadas apertadas e águas pouco fundas. Que Pero Lopes levasse um deles, com 30 homens e alguns «padrões» para tomar posse do rio em nome do rei de Portugal. Martim Afonso deu-lhe 20 dias para ir e voltar. Não devia demorar-se porque o porto onde os navios se encontravam era muito desabrigado para longa permanência.

O jovem Pero Lopes, sempre pronto para tudo, partiu a 23 de Novembro para entrar pela foz do imenso rio — embocadura tão ampla que ainda parecia mar largo. O bergantim seguiu ao longo da costa recortada e acima da qual se erguia um monte elevado a que Pero Lopes chamou monte de São Pedro. Era o mesmo que já avistara, mais de 10 anos antes, Fernão de Magalhães e ao qual chamara Montevideo — e Montevideo ficou para as gerações que ainda não tinham nascido.

Terra verde junto de uma costa rochosa, toda

(1) *Diário da Navegação*, vol. I, pág. 277.

semeada de recifes, ali já a água do mar era doce, embora o grande estuário tivesse o aspecto de costa marítima. O vento amainara. Relâmpagos inquietantes iluminavam o céu para os lados do ocidente — nestas latitudes indício certo de grande tempestade a preparar-se, segundo Pero Lopes ouvira dizer. Portanto procurou um porto onde pudesse passar a noite e encalhar o bergantim e descarregá-lo parcialmente. Tendo desembarcado a artilharia e construído um abrigo junto da praia, o jovem capitão, acompanhado de dez homens, dirigiu-se para o interior à procura de indícios de habitantes.

Não se encontraram nenhuns rastos humanos — apenas pegadas de numerosíssimos animais; havia codornizes, perdizes e outra caça. Realmente aquela terra era admirável! Pero Lopes, o menos expansivo dos mancebos, pela primeira vez se mostra entusiasmado. «A terra he mais fermosa e aprasivell que eu já mais cuidei de ver», ([1]) exclama ele, e dos seus companheiros «nam havia homem que se fartasse d'olhar os campos e a fermosura delles.» Para Pero Lopes o arvoredo, crescendo junto das margens do rio que banhava estes campos Elíseos, era «o mais fermoso que nunca vi.» ([2])

Carregados com caça bastante para encher a panela, o grupo regressou ao bergantim pouco antes de, ao pôr-do-sol, estalar a tormenta. O vento e o granizo eram de tal força que ninguém podia aguentar-se de pé, enquanto a chuva torrencial inundava tudo. Todos os géneros armazenados ficaram completamente inutilizados.

No dia seguinte, debaixo dum sol radiante, secaram as roupas, enquanto ondas enormes rebentavam

(1) *Ob. cit.*, pág. 283.
(2) Ibid.

na praia, como se o estuário fosse o próprio Oceano. Que poderiam eles fazer sem provisões? Voltar para trás? Isso era uma pena. E absolutamente desnecessário, concluiu Pero Lopes depois de pensar melhor. Não abundava a terra em toda a espécie de caça, e não estavam as águas repletas de peixe, o melhor e mais saboroso que ele vira? Seria fácil viver naquela terra.

Portanto, lançaram-se à busca e viram manadas inteiras de gamos e ainda havia mais mel silvestre do que naturalmente eles poderiam levar, e que era excelente, bem como cardos comestíveis e muito bons — provàvelmente uma variedade de alcachofra. Numa terra daquelas ninguém morreria de fome. E todos votaram por que se seguisse para a frente.

Resolvidos a subir lentamente o rio durante toda a noite de luar, içaram a vela. Ainda não desaparecera a luz do dia, quando de repente quatro canoas surgiram das margens verdes e com tal rapidez que pareciam voar, cada uma com 40 homens, todos em pé a remarem, todos armados de arcos, setas e azagaias, estando cada homem pintado com cores múltiplas e enfeitado com penas coloridas.

Todos pareciam saudar os brancos com grande satisfação, mas ninguém podia compreender-lhes a fala, por ser completamente diferente da dos índios do Brasil — língua áspera e gutural: «falavam do papo como mouros.» [1]

Pero Lopes declinou o convite, feito por sinais, para ir ao acampamento que ficava junto da margem, porque era quase noite. Com a rapidez do relâmpago os índios desapareceram, voltando com igual velocidade com um barco carregado de peixe. Pero Lopes deu-lhes guizos e contas de vidro em troca,

(1) *Ob. cit.* pág. 287.

o que os encheu de alegria tal que «Parecia que queriam sair fora de seu siso» [1]. Separando-se deles cheios de entusiasmo, os portugueses fizeram-se de vela.

Navegaram por entre margens verdejantes durante dias seguidos. Cada vez mais ilhas enchiam o estuário, enquanto o bergantim continuava a subir o rio, com pouca vela e fazendo sondagens à medida que avançavam. Desembarcando para caçar, Pero Lopes trepou a uma árvore e nada pôde ver senão ilhas. Voltou ao bergantim carregado de mel e caça; o vento amainara e ele deu ordens para o barco seguir à força de remos. E assim navegaram por entre o arquipélago, por estreitos canais e por enseadas que penetravam pelas margens verdes, delta formado pela vasa das aluviões dos rios tributários. Muitas vezes o fumo erguia-se em qualquer ponto, lá muito longe, no interior, mas, mesmo do cimo das árvores mais altas, não se podia ver nenhum ser humano. Era uma terra silenciosa, solitária, encantada, pelo meio da qual eles deslizavam por sobre águas límpidas como um espelho — terra de campos, de flores e bosques.

Pero Lopes afirma que, «quanto mais ávante ia tanto melhor me parecia.» [2] Ele estava encantado com as árvores majestosas, a relva esmaltada de flores como as de Portugal, a espessura das árvores toda palpitante de pássaros — «aves as mais fermosas que nunca vi» [3]. As garças e as abetardas abundavam em tal número que se podiam matar à paulada; os gamos daquelas florestas eram os maiores que se tinham visto; quanto ao peixe que enchia os rios e as enseadas, era inacreditável. Nenhum se parecia com qualquer dos que se pescavam na costa portuguesa — «tomavamos peixe d'altura de

(1) *Ob. cit.* pág. 288.
(2) *Ob. cit.*, pàg. 291.
(3) *Ob. cit.* pág. 292.

hum homem, amarelos e outros pretos com pintas vermelhas.» [1] Mas que peixes deliciosos! E como se digeriam fàcilmente! Ao apetite jovem de Pero Lopes parecia que se podiam comer dez arráteis deste peixe e sentir vontade de comer ainda outro tanto. E o ar nesta parte do rio era tão bom que os alimentos nunca se deterioravam — embora estivessem «na força do verão que matavamos veados, e traziamos a carne 10, 12 dias sem sal, e nam fedia». [2]

A água do rio era deliciosa também — tépida de manhã e fria como gelo ao meio-dia. Não se podia beber de mais, pois quanto mais se bebesse melhor uma pessoa se sentiria: «Nam se podem dizer nem escrever as cousas deste rio, e as bondades delle e da terra».

Toda a gente estava de acordo. Além dos portugueses que iam com Pero Lopes, muitos dos quais tinham conhecido a India, havia ainda italianos, franceses e alemães, mas todos estavam também encantados com a beleza do país: «andavamos todos pasmados que nos nam lembrava tornar!» [3]

Mas tinham de tornar. O tempo que lhes fora concedido pelo «capitão irmão» eram 20 dias, e quase tantos tinham já passado. Pero Lopes chegara ao que ele chama «Rio dos Carandins» — *Quyrandies* para os expedicionários de Caboto — e que os historiadores modernos supõem ser um sítio nas proximidades da confluência dos rios Uruguay e Paraná.

Os portugueses tinham esperado encontrar alguns indígenas destes sítios, que pudessem dar-lhes informações relativas às minas de prata, mas todas as fogueiras que Pero Lopes mandara acender para cha-

(1) *Ob. cit.*, pág. 291.
(2) *Ob. cit.*, pág. 304.
(3) *Ob. cit.*, pág. 303.

mar a atenção não deram resultado. Não havia tempo para mais. Só faltava uma coisa: não se devia esquecer que havia pretendentes rivais a este paraíso. Por isso, Pero Lopes mandou levantar «dous padrões das armas d'el-rei nosso senhor» [1] e tomou formalmente posse desta deliciosa terra para Portugal.

Impelido por uma brisa forte que soprava do noroeste, o bergantim saiu do arquipélago labiríntico à velocidade de 3 ou 4 léguas por hora. Ao passarem por um grupo de árvores altas ouviram grandes brados. Puseram-se a investigar e por fim viram um homem, todo vestido de peles, com arco e seta na mão e a gesticular junto do rio.

Disse algumas palavras na língua guarani, compreendida pelos intérpretes de Pero Lopes, mas quando lhe falaram na mesma língua, o homem mostrou não compreender. Todavia, conseguiu dizer que se chamava Inhandu e pertencia à tribo dos índios Baguoa Chana.

Ao seu lado apareceram mais três homens e uma mulher. Esta, segundo Pero Lopes, era muito bonita. Usava cabelo castanho comprido, e abaixo dos olhos tinha um alfinete de metal que lhe atravessava as maçãs do rosto; os homens traziam barretes feitos duma cabeça inteira de onça, com dentes.

Era uma pena que ninguém se pudesse fazer compreender. Os Baguoa Chana pareciam pensar o mesmo. Por gestos, deram a perceber que conheciam um homem que sabia falar muitas línguas. Iriam buscá-lo e voltariam dentro de 5 dias.

Pero Lopes deu-lhes grande satisfação oferecendo-lhes guizos e contas de vidro, além duma camisa que deu à mulher. Os índios trouxeram aos portugueses uma perna de anho e bocados de carne seca, mas não

(1) *Ob. cit.*, pág. 302.

se atreveram a entrar no bergantim, apesar de se separarem todos como os melhores amigos.

Pero Lopes ficou ali seis dias, a pescar e a caçar gamos tão grandes como bois, cuja carne secaram. Todavia, ao fim do tempo marcado os índios não apareceram com o seu amigo poliglota, pelo que se resolveu não esperar mais.

Voltaram a passar pelo acampamento índio que tinham visto quando subiam o rio. Mais uma vez aquela gente amiga foi, desarmada, ao encontro dos portugueses e abraçou-os com alegria. Pero Lopes deu-lhes muitas coisas, diz ele, e em troca eles trouxeram-lhe um bom carregamento de peixe. O bergantim partiu de novo, e os índios, que «nadam mais que golfinhos», [1] acompanharam-no dentro de água, embora ele navegasse com vento forte.

Abaixo do monte de São Pedro (ou Montevideo), os portugueses tornaram a encher as barricas de água, pois adiante o rio tornava-se salobro. Pero Lopes trepou ao cimo do monte para inspeccionar a terra. Até onde a vista podia alcançar, estendiam-se planícies cobertas de erva, atravessadas por rios com belas árvores junto das margens. Sobre estas pradarias infinitas, vagueavam manadas de gamos e corças — a planície estava pejada de caça; «nunca vi em Portugal tantas ovelhas, nem cabras, como ha nesta terra de veados», [2] exclama Pero Lopes. Carregados de caça, voltaram para a pequena embarcação.

Não se encontravam a muitos dias de distância do lugar onde haviam deixado o «capitão irmão». Sem dúvida chegariam lá em breve, se, na véspera do Natal, não se tivesse levantado forte ventania do norte. Era impossível continuar à vela; ondas enormes

(1) *Ob. cit.*, pág 312.
(2) *Ob. cit*, pág. 318.

quebravam-se em cima do bergantim, que quase se encheu de água. Conforme puderam, esvaziaram-no à bomba e procuraram seguir junto da costa até que sentiram o navio embater com força. Todos pensaram que encalhara, mas era apenas um peixe enorme! O monstro ferido contraiu a cauda e bateu com ela com tal força que arrancou metade da amurada. Os marinheiros, atónitos, não voltaram a ver o enorme bicho, mas apenas a espuma que deixou atrás de si.

O vento amainou, o bergantim pairou entre uma ilhota pedregosa e a terra firme, onde esperavam passar a noite em paz; mas repentinamente veio da terra uma tremenda trovoada, acompanhada de tal furacão que «nam havia homem que falasse, nem que pudesse abrir a boca» [1].

Num instante o bergantim foi atirado para uma ilha, onde naufragou entre dois rochedos. Os homens conseguiram salvar-se agarrando-se aos rochedos pontiagudos, tão aguçados que lhes puseram os pés em sangue.

A tormenta, girando da terra para o mar, levantava ondas enormes a cobrirem o ilhéu, que se encontrava quase totalmente submerso. Os desgraçados, agarrados às rochas e cercados de água que quase os arrastava, confessavam os pecados uns aos outros, convencidos de ser aquela a sua hora derradeira. O frio era intensíssimo, diz Pero Lopes. Molhados até aos ossos, bateram os dentes durante toda a noite sob as rajadas do vento glacial.

Ao amanhecer o vento mudou e as águas baixaram, descobrindo o bergantim encravado entre dois rochedos. Os homens que não estavam inteiriçados pelo frio e ainda se sentiam com ânimo, agarraram os remos e outros objectos que flutuavam e fizeram jangadas para poderem alcançar a terra firme.

(1) *Ob. cit*, pág 320.

Pero Lopes, imperturbável como de costume, levou três homens com ele ao bergantim para o esvaziar da água. Pensava em cortar o mastro para os homens poderem vir nele para terra, mas uma vez a bordo pareceu-lhe que se descarregasse toda a artilharia e aliviasse o barco da outra carga, poderia pô-lo a flutuar. Chamou mais homens para o ajudarem — homens que não sabiam nadar, pois os nadadores, diz ele, procuravam todos alcançar terra firme munidos dum remo ou dum pau, para lhes darem ajuda. Entretanto, a bordo do bergantim o grupo desceu para trabalhar até que — oh alegria! — o barco se levantou na água e flutuou soltando-se dos rochedos.

— Voltem! Voltem! gritaram eles aos fugitivos. Nenhum homem precisa de alcançar a terra a nado. O bergantim está intacto, todos estamos salvos!

E era verdade. O sólido barquito não se encontrava danificado, com excepção dum rombo na tábua do resbordo, que foi ràpidamente tapado.

Tornaram a carregar o barco e toda a gente reembarcou. Foi uma tripulação esquálida e exausta a que se reuniu a bordo. Alguns dos homens «já quási mortos, que nam tinham forças para andar» [1] tiveram de ser transportados, e muitos, diz Pero Lopes, estavam irreconhecíveis. Durante dois dias ninguém comera nada, nem havia nada de comer senão ervas cozidas. Toda a noite trovejou, ventou e choveu torrencialmente. A 26 de Dezembro o tempo clareou por fim, mas o vento era ainda contrário, impedindo-os de partir.

Então Pero Lopes mandou um homem para terra até ao sítio onde tinham deixado a armada. Se o vento não mudasse breve, Martim Afonso devia mandar-lhes auxílio, porque lhes faltava tudo.

Ainda estava frio, um frio impróprio da época,

(1) *Ob. cit*, pág. 323.

pois o Natal naquelas latitudes é no verão. Pero Lopes e mais alguns foram a terra «em busca de lenha para nos aquen armos [1]», mas aquela região não era arborizada.

Caminhando ao acaso pelos campos desertos, chegaram a um sítio que tinha a toda a volta uma paliçada com redes presas entre as varas. Seria aquilo uma armadilha para apanharem gamos? foi o que eles primeiro supuseram. Não! Dentro do círculo Pero Lopes viu o que lhe pareceu sepulturas abertas de fresco. Por cima de cada uma havia peles como as que os índios usavam, e à volta de cada sepultura estavam armas cuidadosamente pousadas: cacetes e azagaias. Havia também redes de pesca e das que os indígenas se utilizavam para caçar o gamo — «vi que eram sepulturas dos que morriam» [2], escreve Pero Lopes. Contou umas trinta sob o céu silencioso, sentindo-se tentado a abrir uma, mas absteve-se prudentemente, pois a gente da terra poderia tomar isso a mal.

Mas havia de levar os postes de madeira, que foram aproveitados para fazer uma fogueira para assar dois gamos que tinham matado naquele dia. Deste modo puderam satisfazer a fome e aquecer os membros enregelados.

Entraram depois em contacto com alguns aborígenes. Como já tinham observado, os homens daqueles sítios eram muito altos e fortes, e muito feios. Tinham o cabelo comprido, usavam um alfinete reluzente atravessado no nariz, vestiam-se de peles e tinham por armas azagaias de madeira. As mãos eram mutiladas, porque cortavam os dedos pelos nós todas as vezes que perdiam um parente. Os portugueses viram um velho que não tinha mais do que os polegares.

(1) *Ob. cit.*, pág. 325.
(2) *Ob. cit.*, pág. 326.

Quanto às mulheres, permaneciam invisíveis, com excepção duma velha, que ao avistar os brancos escondeu o rosto no chão e nunca mais levantou a cabeça.

Esta gente era a mais triste da terra: «O mais do tempo choram» [1], diz Pero Lopes, e parece não acharem prazer em coisa alguma. Envolvidos em tristeza impenetrável, deram a sua carne e o seu peixe e parecia que não esperavam nada em troca. Aceitaram todos os presentes que lhes ofereceram, sem um sorriso — «mostrámos-lhe quanto trazíamos» [2] e eles não manifestaram surpresa nenhuma, nem sequer pestanejaram ao ouvirem troar a artilharia. Nada parecia poder levantar a nuvem da sua indiferença melancólica, e nunca pararam de suspirar. Pero Lopes concluiu que o seu único prazer era a dor!

Deixando esta gente melancólica entregue à sua tristeza desconhecida, os portugueses fizeram-se de vela a 27 de Dezembro, e ao pôr-do-sol — «cheguei à ilha das Palmas onde Martim Afonso estava» [3]. Pero Lopes, pessoa pouco emotiva, nada mais tinha para dizer do encontro fraterno.

A armada dos irmãos tinha efectuado o reconhecimento de toda a costa meridional que pudesse ficar dentro do meridiano de Tordesilhas — na verdade, tinham-no ultrapassado, mas não para além das possibilidades da cartografia cozinhada.

Todavia, por então já se explorara bastante. Faltava ainda a missão de colonização. Estas terras meridionais eram muito boas, mas na realidade ficavam demasiado longe para poderem ser aproveitadas num

(1) *Ob. cit.*, pág. 329.
(2) *Ob. cit.*, pág. 330.
(3) *Ob. cit.*, pág. 331.

futuro próximo. Talvez fosse local mais próprio o território que circundava o sítio onde o «Bacharel» se estabelecera. Não só era mais acessível para quem vinha de Portugal, mas também já havia aí um núcleo populacional. Era assunto que requeria consideração.

Quatro dias depois de Pero Lopes ter chegado, a armada de Martim Afonso seguiu para o norte, a caminho de São Vicente.

VI

São Vicente e os belos campos de Piratininga

No sopé das montanhas alcantiladas acima de São Vicente, uma costa acidentada vinha morrer junto duma franja de espuma branca de neve e de numerosas ilhas em frente da vastidão do mar azul ferrete.

Ali, praias de areia de brancura deslumbrante e lagunas verdes de mangues de tronco torcido rodeavam milhares de baías e enseadas e salinas aonde todos os anos os índios das alturas desciam como enxames para acamparem junto da costa, enquanto apanhavam mariscos.

A colheita era muitíssimo compensadora. Milhares de ostras, de mexilhões, perceves e búzios — crustáceos de todas as espécies — viviam agarrados às rochas. Os índios alimentavam-se de marisco durante meses a fio e secavam o que ficava para levarem para casa, deitando fora as conchas, grandes montes das quais se viam por toda a parte, e a vegetação tropical cobria-as até parecerem colinas verdes; muitas vezes também havia por baixo ossos humanos, porque todo o índio que morresse durante a pesca era sepultado debaixo das conchas.

Durante séculos foi este um lugar solitário. Os índios pescavam, levantavam os acampamentos e desapareciam na floresta, deixando a costa em poder dos macacos, que se multiplicavam por aqueles sítios. Os índios chamavam-lhes *buriquis* e o monte em que eles viviam, Buriquioca — Casa de Macacos. Parece que as primeiras habitações humanas que se viram naquela costa foram as choças levantadas na ilha alagadiça de São Vicente por certos marinheiros de Portugal e de Espanha ali naufragados.

Não se sabe ao certo como e quando eles lá chegaram. Supõe-se que o «Bacharel» acima citado foi o primeiro desse número. Houve também um chamado António Rodrigues, que dizem ter vivido junto da praia, e houve muitos mais. Diogo Garcia, que passou ali em 1527, diz que encontrou o «Bacharel» com os seus genros e que o abasteceram de provisões, venderam-lhe um bergantim que tinham construído e contrataram com ele o fornecimento de 800 escravos para embarcar para a Espanha. Como os brancos viviam na melhor harmonia com as tribos tupis dos arredores, naturalmente os cativos a exportar pertenciam ao grupo dos inimigos dessas tribos.

O jovem cosmógrafo Alonso de Santa Cruz, que passou um mês neste porto com a armada de Caboto, também tem alguma coisa que dizer do estabelecimento português chamado São Vicente. O «Bacharel» ainda ali estava com os seus genros, levando vida primitiva mas razoàvelmente cordata. Tinham dez ou doze casas, dizem, sendo uma delas de pedra, com telhado, havendo também uma torre defensiva para aí se refugiarem em caso de luta com os índios.

Os portugueses viviam do produto da terra; cultivavam os seus vegetais, e os navios que passavam deixavam-lhes galinhas e porcos. Uma ilhota fora completamente aproveitada para a criação de suinos, sendo muito boa a pescaria que se fazia naquelas águas. Tinham também uma espécie de estaleiro onde construíam bergantins, como vimos atrás. Tal era o núcleo colonial isolado de São Vicente, numa ilha separada da costa por uma enseada, num dos lados duma baía, vasta e abrigada.

Esta descrição reporta-se a 1530, menos de dois anos antes de chegarem os dois irmãos Sousas. Todavia, o irritante Pero Lopes nada nos diz acerca destas coisas.

Ele e Martim Afonso, na *Nossa Senhora das Candeias*, seguida pelo galeão *São Vicente*, chegaram à ilha do mesmo nome a 22 de Janeiro de 1532. A caravela, que completava a sua armada de três navios, ficara mais adiante, no que então se conhecia pelo nome de Porto dos Patos (o actual Rio Grande do Sul), na esperança de encontrar sobreviventes do bergantim, perdido na tempestade de 4 meses antes.

Da ilha de Guaipe (mais tarde chamar-se-ia Santo Amaro) a ocidente da baía, os dois navios passaram para o porto de São Vicente, mais abrigado. A toda a volta viam-se montes verdes e muito juntos saindo de pântanos verdes, ilhas de vegetação beijada pelas águas envolventes, aparecendo, aqui e além como feridos na encosta dos montes, a rica terra vermelha. «A todos nos pareceu tam bem esta terra — declara Pero Lopes — que o capitam Irmão determinou de a povoar»[1]. Não faz qualquer menção de portugueses a viverem ali. Podiam eles estar todos ausentes com o «Bacharel» em Cananeia?

Tão-pouco tem alguma coisa a dizer das edificações vistas por Alonso de Santa Cruz. Supomos que ainda ali se conservavam, embora, evidentemente, naquela região de tempestades portentosas, um ciclone pudesse

(1) *Ob. cit.*, Tom. I, pág. 350

tê-las arrasado completamente. Apenas se sabe que o «Capitão Irmão» fez construir um abrigo precário para guardar as velas e o cordame, e que varou um dos seus navios em terra para reparações necessárias. Quinze dias depois foi ali ter a caravela, levando a tripulação do bergantim perdido, com 15 castelhanos recolhidos com eles no Porto dos Patos. Estes homens tinham, ao que parece, estado ali durante muitos anos, e haviam-se unido aos portugueses naufragados. Todos juntos, andavam a trabalhar na construção de outra jangada, quando a caravela aparecera e os levara para São Vicente.

E depois voltou a falar-se de prata e de ouro. Os castelhanos tinham entrado em contacto com as tribos do sul e arranjaram amostras dos preciosos metais. De onde vinham eles? Sempre a mesma história enganadora — um reino de ouro, lá muito longe. Notícias mais concretas se poderiam obter quando Pero Lobo voltasse com os seus expedicionários que tinham partido em direcção ao desconhecido seis meses antes.

Entretanto, Martim Afonso lançara-se ao trabalho de construção, edificando e traçando o plano para a organização da colónia. Depois, machado e martelo fizeram-se ouvir na floresta virgem, enquanto as árvores eram derrubadas e se cortavam pranchas, que se pregavam para fazerem casebres para os colonos — o que devia ser, para cada homem, casa e lar neste país de sua escolha. E enquanto todos eles trabalhavam, se dermos crédito ao historiador paulista Madre de Deus, olhos brilhantes os observavam, sem serem vistos, desde as profundezas da floresta.

Alguns índios tupis tinham descido das alturas para pescarem nas enseadas pantanosas, ficando espantadíssimos ao verem três navios muito altos e algumas centenas de brancos acampados na praia, com o aspecto de quem se preparava para ali ficar.

Não temos dificuldade nenhuma em acreditar que estes índios nunca tivessem visto antes navios dos brancos, embora seja um facto que durante os últimos trinta anos mais do que um aparecesse naquelas águas, e não é provável que essas tribos, irrequietas e a deslocar-se com rapidez, que andavam sempre por ali, nunca tivessem ouvido falar daquelas visitas. O que, com mais probabilidade, lhes causou surpresa foi o número dos brancos naquela ocasião. Os estrangeiros barbados até então tinham aparecido apenas em pequenos grupos, ao passo que as forças de Martim Afonso eram centenas. E pareciam estar muito à vontade, estas curiosas criaturas — *mbae-aba*, «o que parece um homem» é um dos nomes que os índios deram aos seus exóticos visitantes — e estavam a fazer casas para si!

Os tupis receavam que dali lhes viesse mal. Em silêncio e sem que os vissem, como tinham vindo, afastaram-se pelas veredas da floresta, subiram, por caminhos precípites, até ao plató que se erguia por ali, para consultarem os anciãos da tribo. Canoas enormes tinham saído do mar! exclamaram eles — canoas que, comparadas com as suas, eram como a árvore e a relva humilde! Uma multidão de antropóides desembarcara e estava a tomar posse da terra.

Então que os desalojassem! opinou o chefe. Passassem palavra às tribos dos arredores, mas primeiro ele iria falar no assunto com o poderoso guerreiro Tibiriça, que era senhor dos vastos campos de Piratininga.

O grande homem ouviu a história com imenso interesse. Por sua vez, comunicou o caso ao seu mais seguro oráculo, que, por acaso, era o seu genro.

Este era um estrangeiro, vindo de muito longe — homem sensato de falas estranhas, e terrível no combate. Tibiriça nunca fazia nada sem o consultar, por isso

contou-lhe tudo a respeito dos intrusos que deviam ser exterminados.

De modo nenhum! respondeu o outro, horrorizado. Esses estrangeiros eram, com toda a certeza, irmãos seus! Sem dúvida deviam ser uns pobres desgraçados, batidos do mar e das tormentas, que naquela costa haviam encontrado a sua única esperança de salvação. Permitisse Tibiriçá que ele corresse em seu auxílio antes de outras tribos levarem por diante os seus maus intentos!

Tibiriçá admirava o genro. O que ele dizia fazia-se, e — escreve Madre de Deus — os esquadrões volantes do Brasil excediam em rapidez todos os exércitos da terra. Assim foi que, dentro dum espaço de tempo, inacreditàvelmente breve, Martim Afonso e os seus homens viram uma nuvem de índios em marcha, com 500 arqueiros à frente.

Aquilo parecia ameaçador. Todos os homens correram para o seu posto defensivo, a artilharia já tinha sido apontada, quando de repente se viu uma figura sair do meio dos guerreiros emplumados e avançar sòzinha a grandes passos. Chegada ao alcance da voz, gritou alto em português e correu para o receberem de braços abertos.

Desta maneira entra em cena o grande João Ramalho, mas se realmente aquilo aconteceu desta maneira, não o juramos, nem importa. A história talvez seja lenda, o homem não é. É facto concreto e documentado —montanhês robusto da Beira, nascido na antiga vila de Vouzela, nos pinhais e soutos do Vale do Vouga.

Ignora-se a história dos seus primeiros tempos, e quando ou porque deixou ele a sua terra para atravessar o oceano. Naufragado como o Caramuru, em 1510 pouco mais ou menos, os índios receberam-no como um dos seus, e levaram-no para o interior para viver no elevado planalto de Piratininga.

Parece que João Ramalho encontrou ali vida ao

seu gosto. Certamente, não era bacharel. Sendo completamente analfabeto de facto, não sentia a falta de contactos intelectuais. O clima era bom, ele novo e forte, e a caça excelente, os guerreiros índios amigos e as filhas deles acolhedoras. Quanto à mulher que deixara em Vouzela, se João Ramalho alguma vez sentiu saudades, breve se consolou. Ninguém se preocupou com descobrir quantas mulheres índias ele adquiriu, mas toda a gente está de acordo em que a principal era a filha de Tibiriçá.

Segundo Madre de Deus, João Ramalho contou a sua história a Martim Afonso e apresentou-lhe o sogro. Martim Afonso recebeu Tibiriçá como um príncipe; celebrou-se uma aliança; os índios dançaram e cantaram ao som dos seus bárbaros instrumentos, enquanto atiravam setas para o ar. Os portugueses tocaram música sua e despertaram os ecos dos montes com o troar da artilharia. De ambos os lados o barulho era ensurdecedor e toda a gente se sentia contente.

Pero Lopes nada diz acerca de tudo isto. Em algumas linhas refere a sua permanência de três meses em São Vicente.

Fala por alto da visita a Piratininga. João Ramalho deve ter servido de guia. Realmente, eles não poderiam ter alcançado o planalto sem um guia a orientá-los pela muralha de montanhas.

Era quase inacessível. Diz-se que a actual via-férrea de Santos a São Paulo foi uma proeza de engenharia perfeitamente atordoante, e quanto ao caminho nesse tempo, escreve Madre de Deus, que o conheceu, é «talvez e peior que tem o mundo».

Estrada não havia nenhuma, nem mesmo caminho, apenas veredas escorregadias e íngremes, de rochedo para rochedo, uma escada sem fim trepando de pico para pico. Andaram de joelhos e com as mãos pelo chão, agarrando-se às raízes por cima do precipício,

ferindo-se na vegetação emaranhada e escorregando nas pedras soltas.

E assim indefinidamente, sempre a subir, acima das nuvens que se enovelavam pelos flancos da montanha, abrindo-se de vez em quando para revelar visões celestiais lá muito em baixo. Os cabos, as penínsulas e as ilhas da costa, jardins cheios de verdura, rodeados pela água azul das baías e das enseadas, apareciam e desapareciam por entre os pedaços de névoa flutuante que se enovelava acima deles. A arquejar, mas triunfantes, chegaram finalmente ao cume e respiraram a aragem pura e vivificante que soprava na amplidão dos espaços dos campos cheios de frescura a que davam sombra grupos de araucárias, banhados por ribeiros cristalinos que corriam para o pequeno rio chamado Piratininga.

Que belo sítio para uma cidade! Pero Lopes diz que o «capitão irmão» resolveu criar ali uma colónia como a que já se criara em São Vicente. Dividiu os colonos entre o planalto e a planície — e, diz seu irmão, «fez nellas oficiaes: e poz tudo em boa obra de justiça, de que a gente toda tomou muita consolaçam, com verem povoar villas e ter leis e sacreficios e celebrar matrimónios (com mulheres índias, certamente), e viverem em comunicação das artes; e ser cada um senhor do seu; e vestir as enjurias particulares; e ter todolos outros bens da vida sigura e conversavel»[1].

Este quadro fagueiro deve ter pertencido antes ao futuro, parece-nos, do que aos breves meses em que Pero Lopes pôde assistir ao incremento das cidades.

Em São Vicente o «capitão irmão» convocou um conselho da oficialidade de bordo, aí se debatendo acerca do que convinha fazer. Os navios estavam todos atacados do busano e as quilhas sujas. Se eles permanecessem mais dois meses no porto, ficariam completamente inutilizados e incapazes de atravessar o oceano. Os marinheiros também estavam ociosos. Recebiam o pré e comiam em terra, mas apenas serviam o rei com a sua presença. Acordou-se que Pero Lopes voltasse com os navios a Portugal, enquanto o resto da gente ficaria com o «capitão irmão».

(1) *Ob. cit.*, pág. 351, 352.

Por isso, no dia 22 de Maio, Pero Lopes fez-se de vela com a *Nossa Senhora das Candeias* e o galeão *São Vicente*. A caravela só seguiria quando se completassem as reparações. Assim Martim Afonso ficou sem armada para comandar, mas com uma colónia para organizar e governar.

Martim Afonso concentrou a sua atenção em São Vicente. Embora os belos campos de Piratininga fossem muito atraentes, entendia ele que o porto de mar devia desenvolver-se primeiro. Um estabelecimento no interior sem porto apenas constituiria uma comunidade isolada vivendo vida pastoril entre os rebanhos, plantando o que lhe fosse necessário para a sua subsistência, unidade isolada, talvez próspera, mas não um membro activo dum império mundial.

Martim Afonso pertencia a uma geração que aprendera a pensar imperialmente. Era o mar que ligava a mãe-pátria aos seus postos avançados remotos. Por isso convinha tratar-se de desenvolver primeiro os estabelecimentos ao longo da costa, pelo que não se devia iludir muitos colonos com o encanto daquele planalto adorável. E como os índios viviam, na sua maior parte, no interior, não lhe parecia de aconselhar deixá-los isolados ali. Sempre que um degredado anda por onde quer, resultam daí embaraços com os indígenas.

Por este motivo Martim Afonso publicou um decreto pelo qual os mercadores idos da costa só podiam fazer o seu negócio no planalto com licença especial do seu capitão. Parece que a aldeia que fundara em Piratininga a confiou aos cuidados de João

Ramalho, mas não há notícia exacta do modo como ali deixou as coisas.

Como se fizera nas ilhas oceânicas um século antes, e na Costa do Ouro havia 50 anos, organizou-se um Município no modelo dos *concelhos* de Portugal à beira das florestas do Brasil. Tinha os seus vereadores, os seus magistrados, os seus notários com o livro das Actas e Vereações, as suas assembleias de «Homens bons», convocadas ao toque do sino para resolverem os negócios do burgo.

Martim Afonso distribuiu terras. Existem ainda hoje alguns dos documentos lavrados, que constituem leitura curiosa. A linguagem estereotipada do direito medieval, usada para conferir a qualquer bom lavrador a posse dum pequeno campo que confina com o quintal do seu vizinho ou as terras do Senhor Prior, soa de modo estranho nos vastos espaços do Brasil, inçada de nomes bárbaros. Assim, Martim Afonso declara que é do seu agrado conceder a Pero de Góis «as terras de Taquararira com a serra que está da banda d'onde nasce o sol com águas vertentes com o rio Jarabatyba, o qual rio e terras estão defronte da ilha de São Vicente d'onde chamam Gohayó, a qual terra subirá para serra acima até o cume e d'ahi a buscar o Capetevar, e d'ahi virá a intestar com o rio adiante que está da banda do Norte» (1), e assim por diante em picos e prados e pinheirais, cadeias de montanhas até São Vicente—tem o aspecto duma lição de geografia física.

Adiante está cuidadosamente registado um «Auto de Posse»—lavrado nos termos costumados: «por virtude da qual carta e doação em cumprimento fui eu escrivão ás ditas terras com o dito Pero de Goes e lh'as divisei e demarquei, puz todos os nomes das mais terras e confrontações e levei commigo a João Ramalho

(1) *Ob. cit*, vol. II, pág 14

e Antonio Rodrigues, línguas d'estas terras já de quinze e vinte anos estantes n'esta terra, e conforme o que elles juraram assim o fiz o assento como mais largamente se verá pelo livro do tombo que o dito governador para isso mandou fazer, e com meu poder o metti de posse d'ellas ao dito Pero de Goes, de todas as terras que na carta faz menção e lhe metti nas suas mãos terra, pedra, páos e ramos de arvores que das ditas terras tomei e pela qual o dei empossado e dou d'este dia para todo o sempre tão solemnemente como de dereito se pode fazer...» (1) É a mesma formalidade que encontramos nos registos de numerosos tabeliães das antigas vilas de Portugal — cerimónia que deveria levar uma hora duma tarde, mas aqui deve ter sido uma expedição de alguns dias, atravessando uma floresta virgem, indicando os limites solitários duma propriedade para além das montanhas ínvias e junto de rios ignorados.

Assim Martim Afonso entregou aos seus homens léguas incomensuráveis como «sesmaria» durante dois anos, ao fim dos quais, se não fossem exploradas de qualquer maneira, deveriam ser entregues a outro.

Esta era uma comunidade agrícola. O açúcar, segundo Martim Afonso acreditava, devia ser provàvelmente a melhor colheita. Durante muitos anos fora o açúcar a principal fonte de riqueza das ilhas oceânicas. O clima junto da costa brasileira não era muito diferente do da Madeira. Portanto, Martim Afonso procurou arranjar máquinas para fabricar o açúcar. A indústria açucareira só por si asseguraria a prosperidade do litoral, antes de a prometida colheita de prata e ouro começar a vir do interior.

Até então não haviam chegado quaisquer notícias da expedição de Pero Lobo à terra do ouro no fim do

(1) *Ob. cit*, pág. 15.

ano, quando João de Sousa regressou de Portugal, o João de Sousa que Martim Afonso mandara de Pernambuco com o navio pirata capturado em 1531.

Ele trazia despachos consigo: «Martim Afonso, amigo», escrevia D. João III, «Vi as cartas que me escrevestes por João de Sousa: e por elle soube da vossa chegada a essa terra do Brasil, e como ieis correndo a costa, caminho do rio da Prata; assim do que passastes com as naos francezas, dos corsários que tomastes, e tudo o que nisso fizestes vos agradeço muito; e foi tão bem feito como se de vós esperava; e sou certo qual a vontade que tendes para me servir...» [1]

Martim Afonso não precisava de mandar o navio francês para Portugal. Podia ter ficado com ele para aumentar as suas forças. Quanto à exploração do Rio da Prata — o rei não dava instruções, deixando-a à discrição de Martim Afonso. Tudo o que pedia era que o informassem.

Martim Afonso podia tomar decisão quanto à sua demora no Brasil: «se vos parecer que não é necessario estardes lá mais, poder-vos-eis vir; porque pela confiança que em vós tenho, o deixo a vós, que sou certo que nisso fareis o que mais meu serviço for».

Ùltimamente houvera muitas discussões a respeito da colonização do Brasil: «algumas pessoas me requeriam capitanias em terra della. Eu quizera antes de nisso fazer cousa alguma, esperar por vossa vinda, para com vossa informação fazer o que me bem parecer, e que na repartição que disso se houver de fazer, escolhaes a melhor parte». A intenção do rei é dividir a costa em capitanias de 50 léguas cada uma, mas «antes de se dar a nenhuma pessoa mandei apartar

(1) — Carta de El-Rei D. João III para Martim Afonso de Sousa, de 29 de Setembro de 1532, publicada por Caetano de Sousa, *Hist. Geneal.*, vol. VI das «Provas»; *Hist. da Col. Port. do Brasil*, Tom. III, pág. 160, e *Diário da Navegação*, vol. I, pág. 433.

para vos cem leguas, e para Pero Lopes, vosso irmão, cincoenta, nos melhores limites dessa costa...»

Entretanto havia notícia de novos actos de pirataria. Junto da costa da Andaluzia «foi tomada agora pelas minhas caravelas, que andavam na Armada do Estreito, uma nao franceza carregada de brazil e trazida a esta cidade; a qual foi de Marselha a Pernambuco, e desembarcou gente em terra, a qual desfez uma feitoria minha que ahi estava (pela segunda vez!), e deixou lá setenta com intenção de povoarem a terra e de se defenderem. E o que Eu tenho mandado que se nisso faça, o mandei ao Conde que vol-o escrevesse, para serdes informado de tudo o que passa e se ha de fazer». Entretanto Martim Afonso devia estar vigilante, «que vos não possa acontecer nenhum mao recado; e que qualquer força ou fortaleza que tiverdes feita, quando nella não estiverdes, deixeis pessoa de que confieis que a tenha a bom recado; ainda que Eu creio que elles não tornarão lá mais a fazer outro tal; pois lhe esta não sucedeu como cuidavam»! [1]

Martim Afonso veio a saber por João de Sousa muito mais do que o rei sabia na ocasião em que escrevia acerca do malogro das esperanças postas na expedição de Marselha. João de Sousa passara por Pernambuco na descida da costa e por isso pôde completar a história.

(1) *Loc. cit.*

VII

A Aventura de «La Pellerine»

O barão Bertrand de Saint Blancard, almirante da esquadra do Mediterrâneo do Rei Cristianíssimo de França, tinha grandes aspirações coloniais. Tal como o seu real amo, entendia que o testamento de Adão tinha sido injustamente interpretado. Porque não fundaria a França uma colónia em Pernambuco?

Francisco I aprovou a ideia, não ostensivamente, é claro — a situação diplomática era delicada — mas de modo concreto e sem ruído. Por isso, com a sua bênção eficaz, Saint Blancard equipou um belo navio no porto de Marselha, de nome *La Pellerine*. Levava ela «dezoito peças de metal bronzeo pesando quatrocentos e cinco quintais, e muitas outras peças de metal ferro, em quantidade tal que bastassem para a defesa da sua citada nave e, alem disso, de uma fortificação.

«E armou essa nave com o maior número possível de armas de todo o genero, taes como ballistas, chuços, lanças e muitos outros petrechos destinados a defender tanto a nave como o forte. Tripulou a nave com cento e vinte homens de guerra, nobres e plebeus, com altas soldadas.

«E abasteceu a dita nave com a maior quantidade possível de mercadorias, procuradas e tidas em alto preço nas ilhas brasileiras, para as quaes seriam conduzidas afim de se permutarem com outras mercadorias dessas mesmas ilhas, muito procuradas em França. Abasteceu tambem de instrumentos precisos para construir um forte e para aproveitar a terra inculta em culturas, e dos moveis necessarios para guarnecer o dito forte.

«E nomeou para capitão da dita nave a João Dupéret, que partiu de Marselha e atravessou os mares por tres mezes, findos os quaes aportou nas ditas ilhas no logar chamado Pernambuco». [1] Deve ter sido isto em Março de 1532, quando Martim Afonso e o seu irmão Pero Lopes estavam empenhados na sua empresa colonial de São Vicente e de Piratininga.

La Pellerine encontrou o porto de Pernambuco mais ou menos como Martim Afonso o deixara no ano anterior. A feitoria havia sido reconstruída e reabastecida de fazendas. Seis homens tinham-na a seu cargo — muito provàvelmente os doentes que Pero Lopes diz ter deixado em terra, mas nesta altura é razoável supor que já estariam restabelecidos.

Há duas versões do que aconteceu depois. Segundo o depoimento de Saint Blancard, esta meia dúzia de portugueses atacou os franceses, «com o maior furor e grande auxilio dos indios mas, com a ajuda de Deus, sahiram incolumes os francezes e lograram vencer». [2] A seguir fizeram as pazes, acrescenta o barão, e os franceses, com a ajuda dos índios e dos seis portugueses, continuaram a levantar o seu forte.

Pero Lopes, no seu depoimento apresentado ao

(1) Trad. da cópia fotográfica do 2.º Libelo do Barão de Saint Blancard. Torre do Tombo, *Corpo Cronol.*, Parte 1.ª Maço 6, doc. 148, publicado por Eugénio de Castro, *Diário de Navegação de Pero Lopes*, Vol. II, pág. 31.
(2) *Ob. cit.*, pág. 32.

tribunal internacional de inquérito que alguns anos depois seria convocado para julgar o caso, apresenta os factos de maneira um tanto diversa. Diz ele: «tanto que a gente da dita nao chegou ao porto de Fernam Buquo, sabendo que a dita fortaleza era feita e possuida por portuguezes que estavam nella e tinham ay muito ouro e prata e muitas mercadorias e fazenda com que tratavam com os naturaes da terra, logo em chegando ao dito porto poseram cerco a dita fortaleza e aos portuguezes que nella estavam e os combateram com muitos tiros de bombardas e espingardas e alcabuzes e outras armas e lhe poseram fogo e a dirribaram e queimaram e asi a todallas casas da dita fortaleza e asi roubaram e queimaram a dita igreja e lhe tomaram e levaram os calizes e cruzes e toda outra prata e ornamentos da dita igreja a qual riqueza ouro e prata e merquadorias e mantimentos que na dita fortaleza, igreja e povoação roubaram valiam muita quantidade de dinheiro» [1].

Os franceses, continua ele, «mataram muita gente dos ditos portugueses, homẽs, molheres e muitos escravos» (evidentemente índios), saquearam tudo e os poucos portugueses que tinham ficado vivos foram carregados de ferros e tratados «muy cruelmente como se foram infieis».

Entretanto, como dizem ambas as versões, *La Pellerine* carregava o roubado e partiu, levando — diz Saint Blancard — um rico carregamento de pau brasil, além de 300 quintais de algodão, outro tanto de sementes diversas produzidas na região, e óleos medicinais. Havia também 600 papagaios que falavam francês, 300 peles de leopardo e de outros animais, com diferentes características, assim como 300 macacas, tudo avaliado num total de 623 mil ducados.

(1) Per maneira de contrariedade de Pero Lopes, *ob. cit.*, pág. 43.

Tudo roubado da feitoria! declara Pero Lopes. Saint Blancard afirma que fora adquirido por troca honesta com os índios.

Seja qual for a verdade, e talvez haja alguma de ambos os lados, *La Pellerine* partiu, deixando o senhor De la Motte a comandar a fortaleza francesa com 60 homens e mercadorias que valiam três vezes, diz o barão, as que seguiam a bordo do navio.

Foi então que, como D. João III informara Martim Afonso de Sousa, as coisas deixaram de passar-se de acordo com o plano traçado. *La Pellerine* foi capturada pela armada metropolitana de Portugal e levada para Lisboa.

La Pellerine de verdade! exclamavam os portugueses. O barão de Saint Blancard nunca fora o proprietário legal deste navio! Ele tinha sido roubado a André Afonso, cidadão do Porto e vassalo de «El-Rei nosso Senhor».

O pau brasil, os papagaios que falavam francês, as macacas e tudo o mais foi apresado imediatamente, e a tripulação de *La Pellerine* metida na prisão. Alguns dos homens, declara Saint Blancard, foram enforcados e outros torturados, e, segundo o seu depoimento, seis anos depois os sobreviventes ainda gemiam no cativeiro, sujeitos a toda a espécie de maus tratos. O senhor De la Motte em Pernambuco não teve mais sorte. Parece que chegou um navio francês com reforços, mas ao mesmo tempo Pero Lopes apareceu em frente da costa.

Como de costume, aquele mancebo estava pronto para enfrentar fosse o que fosse. Na Baía de Todos os Santos recebera abastecimentos e calafetara os navios. Passou revista às suas forças e viu que tinha 53 homens capazes de combater. É verdade que 30 não tinham armas; em todo o caso eram 53 homens.

A 4 de Agosto, estava ele de observação no mastro

real, e «as 9 oras do dia vi a ilha de santalexo (em frente de Pernambuco): demorava me ao norte e como me acheguei mais a ella vi hũa nao que estava surta antre ella e a terra: parecia ser mui grande: logo me deçi da gavia, e mandei fazer prestes a artelharia e mandei fazer sinal ao galeam que vinha por minha popa e em chegando a mym lhe disse que pusesse a artelharia em ordem, e se fizesse a gente prestes porque se a nao que estava na ilha surta fosse de França avia de pelejar com ella». [1] O *Diário* termina aqui — nada mais sabemos em primeira mão. É por documentos posteriores que se averigua que ele atacou o navio tão eficazmente que o capturou.

Quanto à fortaleza, também se sabe o que aconteceu, mas não é fácil concluir como e qual foi a sequência exacta dos factos.

Segundo o depoimento de Pero Lopes em 1538, os gemidos dos infelizes prisioneiros chegaram-lhe aos ouvidos em Pernambuco. Ele intimou a guarnição francesa a entregar-lhe os cativos e as coisas roubadas, o que «o nam quizeram fazer antes se pozeram em armas contra elle reo e contra os da sua companhia, tirando-lhe muytas bombardadas, espingardadas e outros muytos tiros de fogo, cometendoos e offendendoos e impedindoos que nam saisem em terra». [2]

Então, declara Pero Lopes, desembarcou em força e obrigou os franceses a render-se.

O cerco durou vários dias, diz Saint Blancard. O senhor De la Motte, sem esperança de receber rápidos reforços de França, viu-se obrigado a capitular. Os franceses tiveram a vida poupada, sob juramento prestado sobre a Hóstia.

Apesar disso, acrescenta Saint Blancard, Pero

(1) *Diário da Navegação*, vol. I, pág. 379 - 388.
(2) Ibd. vol. II, pág 41.

Lopes enforcou o senhor De la Motte com 20 companheiros. Dois homens foram entregues aos índios para os devorarem e os restantes mandados para Portugal.

Segundo Pero Lopes, a verdade era diferente. Os franceses, declara, foram muito bem tratados. Prometeram obedecer-lhe e levou-os com ele, deixando-os andar em liberdade, comportando-se para com eles todos tão «amigavelmente asi como fazia aos proprios portuguezes de sua companhia». (1)

Mas eles, diz, estavam a tramar com os índios matá-lo à traição. Uma noite, quando ele estava sentado junto duma vela acesa com a janela aberta sobre a escuridão tépida, duas setas foram disparadas da treva, uma das quais, atravessando-lhe o roupão, foi espetar-se na almofada por detrás dele, e ficou a tremer na parede de madeira. Vendo esta traição, diz ele, e «constando-lhe do dito caso mandou fazer justiça dalgũs que achou mais culpados e huũ ou dous dos ditos culpados se lançaram com os silvestres e os outros trouxe elle reo a Portugal e os entregou as justiças da cidade de Lixboa pera delles se fazer o que fose direito e justiça».(2)

O historiador brasileiro, Frei Vicente do Salvador, escrevendo algumas gerações mais tarde, conta mais ou menos a mesma história. Apenas, concluímos da sua narrativa, Pero Lopes dera ordem para enforcar toda a gente logo os dois bombardeiros franceses avançaram e confessaram ser os únicos culpados. Então o carrasco recebeu ordem de parar. Infelizmente já 20 homens perneavam na forca, entre os quais o senhor De la Motte.

Quanto a nós, parece-nos que de ambos os lados a verdade não é clara, e cremos não haver qualquer documento a provar a certeza dos factos; tão-pouco sabe-

---

(1) *Ob. cit.*, vol. II, pág. 44. Contrariedade cit.
(2) *Ob. cit*, pág. 45.

mos qual foi a decisão final dos juízes das duas nações que, 6 anos depois, se reuniram em Baiona para estudar o assunto. Por essa ocasião Pero Lopes estava ausente na Índia, e o seu depoimento foi feito por procuração.

Ele deixara Pernambuco nos fins de 1532, depois de ter reedificado o disputadíssimo forte. Em Janeiro de 1533 sabemos que estava em Faro com os dois navios franceses — *Nossa Senhora das Candeias* e a sua captura mais recente transportando 30 prisioneiros, além de dois «reis» índios. Estes tinham sido levados em visita de cortesia, cremos, pois D. João III ordenou que os vestissem de seda.

Pero Lopes nunca mais voltou ao Brasil para tomar posse da capitania que o rei lhe concedera — capitania composta de duas porções completamente separadas: uma ao norte, em Itamaracá, logo abaixo de Pernambuco, outra conhecida pelo nome de Santo Amaro, ao sul de São Vicente.

Tão-pouco permaneceu em Portugal para saborear a vida de família, embora casasse depois do seu regresso. Serviu em várias comissões na armada da costa, partiu com seu primo Tomé de Sousa para Safi em Marrocos; e com o contingente português comandado por António de Saldanha, tomou parte na conquista de Túnis pelo imperador Carlos V.

Em 1539 era o capitão-mor da armada que saiu de Portugal para a Índia, onde ganhou a admiração de D. João de Castro pela sua perícia naval, e as censuras de Gaspar Correia pelo modo violento como tratou os seushomens.

No fim daquele ano partiu para Portugal e é esta a última vez que ouvimos falar de Pero Lopes. Desapareceu para sempre no Oceano Índico, onde o seu navio foi engolido sem ficar um único sobrevivente ou um resto do navio para dar testemunho da sua sorte.

Isto foi semelhante ao que acontecera seis anos antes

a Pero Lobo e aos 80 homens que se tinham embrenhado no continente desconhecido à procura dos reinos do ouro. De modo tão decisivo e inexorável como o grande mar engolira Pero Lopes, a vasta terra fechou-se sobre eles para sempre. Em São Vicente, Martim Afonso esperou em vão notícias deles. Jamais se ouviu qualquer palavra a seu respeito pelas longas léguas de montanhas solitárias e florestas impenetráveis. Todos trucidados pelos índios! dizia um boato — boato nascido não se sabe como nem onde.

Tendo esperado oito meses, Martim Afonso armou outra expedição comandada por Pero de Góis e Rui Pinto para ir procurar os pioneiros perdidos. Depois fez-se de vela para Portugal, atrás do irmão.

Como Pero Lopes, também o «capitão irmão» não voltou a ver o Brasil. O esplendor e o feitiço do Oriente reclamaram-no a seguir, e a sua carreira ali foi proveitosa, embora sempre distinta.

Não esqueceu completamente o Brasil. Mandou colonos e canas de açúcar e gado para a sua capitania ocidental, mas não há dúvida de que perdera o interesse. Durante a sua ausência na Índia, os assuntos brasileiros foram tratados (e maltratados) pela mulher em Portugal, e quando o seu amigo conde da Castanheira manifestou desejo de possuir terras na capitania de São Vicente, Martim Afonso disse que ele podia escolher a que quisesse — de facto não se importava que ele ficasse com tudo!

A repartição das capitanias no fim do século de Quinhentos. Os nomes dos capitães incluídos no mapa são os dos herdeiros dos primeiros donatários.

VIII

Capitanias do Deserto

O Brasil estava na ordem do dia depois de se divulgarem as notícias que Martim Afonso trouxera de piratas em frente da costa de Pernambuco, e a vista dos montes de pau brasil confiscado, de papagaios que falavam francês, de macacos e do resto, quando tudo isto foi descarregado de *La Pellerine* nos cais de Lisboa.

De Ruão escrevia o Dr. Diogo de Gouveia: Eu bem dizia! De facto, ele tinha dado muitas vezes a sua opinião acerca do assunto. Se ao menos, dizia o doutor, houvesse sete ou oito feitorias na costa do continente ocidental, isso teria bastado para impedir os índios de venderem pau brasil a qualquer pessoa—e «não o vendendo as naus não hão de querer lá ir para virem de vazio. Depois disso aproveitarão (os colonos) a terra (...) e converterão a gente á fé» [1].

Colonizassem a terra sem mais demora! bradavam

(1) Carta de Diogo de Gouveia, in — *Hist. da Col. Portuguesa do Brasil*, vol. cit., pág. 170.

todos. Mas qual seria a solução prática? Tratava-se duma terra vasta, cujo interior se conhecia vagamente. A Coroa já estava envolvida nos seus cometimentos do Oriente. Seria necessário interessar a iniciativa particular em larga escala.

Qual seria a melhor maneira? A prata, o ouro, as jóias e as especiarias atraíam para o Oriente. O seu feitiço seria sempre bastante para atrair voluntários. O Brasil não tinha por enquanto tais atractivos para oferecer—mas havia ainda outra solicitação que podia aproveitar-se e que podia satisfazer por completo—era a fome de terra.

O amor da gleba é uma paixão enraizada na alma portuguesa, quer na do pobre camponês que sonha aumentar a área da sua pequena propriedade, quer na do fidalgo que aspira a ser dono de vastos campos, florestas e solares. O amor da aventura era a paixão rival desta solicitação, e no século XVI mostrava-se mais forte. Os campos de Portugal estavam entregues à urze invasora, abandonados pelos jovens irrequietos que desertavam das propriedades da família, atraídos pelo feitiço e pelo mistério dos mundos recém-descobertos além dos mares, onde combateriam pelo seu Deus e pelo seu rei contra os inimigos da Santa Fé. Cruzados, iriam implantar a bandeira da Cruz em cima das torres do Paganismo, e ganhariam a coroa do martírio ou amontoariam riqueza tal como nenhum homem jamais sonhou, com os tesouros dos príncipes pagãos vencidos. Um dia, quando fossem velhos, voltariam à pátria, a qualquer pequena quinta ou antigo solar entre pinheiros e castanheiros, ou à sombra das oliveiras. Aí cultivariam o solo e a vinha, e com a riqueza trazida do Oriente comprariam terras e mais terras, deixando depois hectares e hectares de campos aos filhos.

O Brasil poderia satisfazer a dupla paixão imediatamente. Ali havia terra para todos — não hectares mas léguas dilatadas — e tomar posse dela em face de perigos em grande parte desconhecidos, seria uma grande aventura, mas também meritório, pois não era ela uma terra selvagem e pagã a reclamar para a Santa Igreja?

Portanto, o rei, como disse a Martim Afonso, resolveu dividir o Brasil em capitanias, cada uma com o tamanho dum reino, para serem distribuídas pelos sequazes do capitão.

Este sistema fora iniciado, em muito menor escala, pelo infante D. Henrique quando povoara as ilhas desertas do Oceano. E tinha dado bom resultado. O capitão de cada ilha trabalhara com entusiasmo para fundar colónias e cuidar do seu bem-estar.

A Madeira transformara-se num jardim de delícias cujos frutos, açúcar e vinho, enriqueciam as mesas dos banquetes da Europa. Os verdejantes Açores produziam todos os lacticínios, e os seus portos proporcionavam abrigos, equipamento e aguada às armadas que se dirigiam para longe. Descobertas, possuídas, colonizadas e exploradas por Portugal, as ilhas ficaram a fazer parte da mãe-pátria: nenhum estrangeiro sonhava em disputar o seu domínio.

Coisa análoga devia fazer-se no Brasil. Todavia, tornava-se evidente que isto era coisa de maior vulto. Pequenas ilhas estreitas podiam tratar-se com tanta facilidade como as propriedades em Portugal — a questão era: como dividir uma grande faixa de continente, cujos limites exactos ninguém conhecia, apenas se encontrando fixada no mapa com alguma certeza a linha do litoral? Seguindo ùnicamente esta linha, a solução alcançada pelo rei foi simples. Como ele informara Martim Afonso, mandou-a dividir em secções de 50 léguas do Norte para o Sul. Cada capitania tinha uma frente de 50 léguas de costa. Entre ela e a sua

vizinha, traçou-se uma linha recta em direcção ao interior. Qual era a sua extensão? Isso ficou indeciso. «Até aos limites da minha conquista», disse o rei, tendo em mente o meridiano de Tordesilhas. Como a costa avultava consideràvelmente para leste, isso queria dizer que as capitanias médias teriam muito mais léguas de território do que as do norte ou do sul. Todavia, parece que ninguém se incomodou com isso. Tão-pouco era provável que devesse nomear-se qualquer comissão para delimitar a fronteira ainda durante muitos anos. As florestas ínvias e os montes inexpugnados do interior pertenceriam àqueles que primeiro lá quisessem ir.

As capitanias do Brasil seriam hereditárias — primeiro na linha dos descendentes varões directos do capitão, falhando a qual passariam às filhas ou aos colaterais. Todavia, cada uma dessas vastas heranças não constituiria propriedade privada — o donatário não podia reservar mais de 10 léguas para explorar por sua própria conta, e isso não num único bloco, mas por parcelas separadas—seria um domínio dependente da Coroa.

Governar-se-iam pelas leis de Portugal. O capitão não seria um soberano com poder legislativo. A sua função era interpretar e administrar. Podia fundar cidades e conceder-lhes forais; devia nomear magistrados e criar cargos executivos. Seria o juiz supremo para todos e árbitro de vida e morte para colonos de baixa extracção; para os delinquentes nobres a sua jurisdição não ia além da sentença de 10 anos de degredo ou de multa pecuniária. Em caso de crime demasiado grave, o delinquente devia ser remetido à justiça do reino.

O capitão podia distribuir as terras à sua vontade, como *sesmarias* que deviam ser cultivadas. Tinha direito à dízima do rendimento que o pau brasil desse à Coroa, um vigésimo de todas as pes-

carias da capitania pertencia-lhe, além de um décimo das dízimas pagas à Ordem de Cristo.

Uma capitania daria assim proveito ao seu donatário — tinha de dar, porque isso era tudo o que a Coroa se propunha fazer em benefício das suas despesas. Os colonos e o seu transporte, o gado e as sementes e os instrumentos agrícolas deviam ser fornecidos por ele. Tinha de governar o que era quase um reino seu, mas, a não ser que pudesse fazê-la render, tinha ele de pagar as favas.

Não há dúvida de que a proposta do rei despertou interesse. Seria talvez ir demasiado longe dizer que houve competição encarniçada à volta das capitanias, mas não deixaram de aparecer pretendentes.

Parece que os veteranos da Índia foram principalmente o tipo de gente a quem esta oportunidade convinha. Depois de terem passado longos anos a navegar em mares orlados de palmeiras e a vaguear por remotas terras fantásticas, onde todos os dias um homem tinha a vida em perigo e quase tudo podia acontecer, nem toda a gente queria voltar à pátria para descansar. Passar os dias em qualquer quinta tranquila, perdida entre montes cobertos de pinheiros, ver os bois pacientes a lavrar os pequeninos campos, e vigiar as vindimas, parecia coisa aborrecida e insípida a homens vigorosos e ainda na força da vida; frequentar as antecâmaras da Corte não parecia melhor. Em vez disto, ser um potentado num novo continente, senhor de tudo quanto a vista pudesse alcançar, árbitro da paz e da guerra com as tribos selvagens, chefe dos destinos dos seus próprios compatriotas, responsável apenas perante o rei pelo que fizesse e resolvesse — era uma perspectiva aliciante para um guerreiro regressado da Índia, onde tantas vezes se sentira oprimido pela autoridade dum «Capitão-mor».

No Brasil um homem podia levar vida completa-

mente livre à beira do Grande Desconhecido, onde todos os dias poderia surgir uma aventura estranha. Por isso, capitães da Índia procuraram ser capitães do Brasil e investir no novo empreendimento todo o capital reunido.

Assim, entre os primeiros encontramos Duarte Coelho, herói do Extremo Oriente e dos mares da China, e Francisco Pereira Coutinho, que em 1510 tomara parte na conquista de Goa; do mesmo modo Vasco Fernandes Coutinho, que em rapaz servira às ordens de Albuquerque, e Aires da Cunha, coxo duma perna pelas feridas recebidas em combate junto da ilha de Bintang, que servira muitos anos na costa indiana e nos arquipélagos do Extremo Oriente.

Martim Afonso de Sousa e seu irmão Pero Lopes, como vimos, foram também capitães do Brasil e no Oriente, mas a sua carreira seguiu ordem inversa — do Brasil passaram para a Índia.

Não assim com Pero de Góis, já possuidor duma *sesmaria* em São Vicente. Ele aprendera a amar a imensa terra inexplorada, portentosa de promessas misteriosas. E pediu uma capitania do Brasil.

Homem de tipo diferente destes era Pero do Campo Tourinho — marinheiro e agricultor de Viana do Castelo. Dizem que era um hábil navegador, mas ao contrário do marinheiro da velha canção que «vendeu a sua herdade para ir para o mar», Pero do Campo fez o inverso: abandonou a vida marítima para levar vida agrícola em longa escala no Brasil.

Além destes homens activos e empreendedores, um ou dois capitalistas tomaram para si uma capitania como exploração comercial. Um deles era o rico Jorge de Figueiredo Correia, funcionário do Tesouro real, que obteve um belo pedaço de terra mesmo no centro da costa, e mandou para ali o castelhano Francisco Romero como seu agente.

O geógrafo e historiador João de Barros também se interessou. Homem de espírito curioso e investigador, o desenvolvimento do Novo Mundo era uma aventura que lhe estava acarácter. Não podia ir pessoalmente, mas obteve uma capitania em que o seu amigo Aires da Cunha o representaria, juntamente com seus dois filhos João e Jerónimo de Barros. Fernando Álvares de Andrade, tesoureiro do reino, também tomou uma capitania para ser administrada juntamente com estes.

Finalmente, um António Cardoso de Barros igualmente pediu terras perto das deles, mas embora em anos posteriores o encontremos no Brasil, parece que nunca desenvolveu a sua capitania por falta de fundos ou por qualquer outra razão.

Seja como for, em 1535 já vemos a costa brasileira dividida claramente em secções, cada uma com o seu dono. De João de Barros e Aires da Cunha, junto da foz do Amazonas, até Pero Lopes de Sousa, na Cananeia, ao sul, cada polegada de costa tem seu dono.

Faltava ir agora tomar posse. Já a bandeira das «quinas» dominava nas costas e nos mares da Índia. Portugal, com o seu milhão de habitantes, preparava-se agora para ocupar o Brasil.

IX

Nova Lusitânia

«Aos 40 já se é velho!» esta é uma frase-feita que se ouve hoje a cada passo. Não há a certeza do que pensava o século XVI a respeito dos limites impostos pela idade. Todavia, é evidente que Duarte Coelho aos 50 ou mais não tinha sequer pensado numa coisa dessas.

Se a aproximação do meio século o encontrara em boa forma e pronto a recomeçar a vida, não era porque tivesse um passado tranquilo e recolhido. Os anos estavam cheios de aventuras e incidentes em muitas terras, e ele começara muito novo.

Filho dum capitão de navios, nascido em Miragaia, à sombra das muralhas antigas do Porto, acompanhou, diz-se, seu pai Gonçalo Coelho ao Brasil em 1503, numa das suas primeiras viagens de exploração. Com mais certeza sabe-se que o mancebo partiu para a Índia em 1509, sob o comando do malfadado marechal D. Fernando Coutinho.

Durante os 19 anos seguintes encontramos Duarte Coelho a servir no Oriente, às vezes em Malaca, outras

vezes a navegar nos mares do Extremo Oriente em missões diplomáticas, a combater ou em exploração, levando um junco ao Sião, negociando ali tratados, visitando a costa da China, procurando a pimenta de Sonda ou comandando uma viagem de descobrimento à Cochinchina.

Parece ter voltado à pátria em 1527, mas não se fixou ali. Ouvimos falar dele em missões à África ocidental e a Marrocos; esteve em França em 1531 — sem dúvida em missão diplomática — e dois anos mais tarde cruzava o mar dos Açores à caça de piratas.

Ali encontrou Martim Afonso de Sousa, que regressava da sua recém-fundada colónia de São Vicente, e partiram juntos para Portugal. Podemos ter a certeza de que os dois tiveram conversas interessantes acerca do Brasil, e Duarte Coelho voltou à pátria a sonhar com o continente ocidental, cujas florestas virgens e montanhas inexploradas vira quando era rapaz. O rei estava a distribuir toda aquela costa em capitanias, disse Martim Afonso. Óptima ideia! Com toda a certeza a lembrança dos serviços de Duarte Coelho durante muitos anos o habilitava a participar desta nova aventura.

Pediu uma capitania e o pedido foi graciosamente recebido, porque — escreveu D. João III no estilo enfático desses diplomas de concessão: «Esguardando eu aos muytos serviços que Duarte Coelho fidalguo da minha casa a elRey meu sõr e padre que samta glorya ajaa e a mym tem feytos, asy nestes Reinos como nas partes da India onde servio muito tempo e em muytas cousas de meu serviço nas quaes sempre deu de sy muy boa comta, avendo como he rezão de lhe fazer asy por os serviços que até quy tem feitos como por os que espero que me ao diamte fara», [1] o rei dignava-se

(1) Carta de Doação da Capitania de Pernambuco, 5 de Setembro de 1534 Chancelaria de D. João III. Livro 7. fol. 83, publicada na *História da Colon. Port. do Brasil*. Tomo III, pág. 309

conceder-lhe, não 50 mas 60 léguas de costa brasileira, desde a ilha de Itamarcá até ao rio de S. Francisco, junto do cabo de Santo Agostinho.

Era uma bela doação — quase a melhor de todas as capitanias da costa brasileira. Não só se tornava daí mais fácil alcançar a Europa, e se encontrava ela no caminho das armadas da Índia, mas também disfrutava de agradável clima, batida dos saudáveis ventos alíseos.

Também tinha a vantagem de haver lá já alguns colonos. A feitoria fundada no rio Pernambuco por Cristóvão Jaques, saqueada pelos franceses e restaurada por Martim Afonso de Sousa e seu irmão, ainda ali se encontrava para constituir um núcleo populacional. Os portugueses lá residentes eram casados (mais ou menos) com mulheres índias e falavam línguas índias, podendo fornecer toda a espécie de informações.

O novo capitão de Pernambuco era tão belo tipo de pioneiro, como qualquer homem pronto para se estabelecer numa terra virgem. Cheio de energia vigorosa que a idade não diminuíra, possuindo experiência variada como marinheiro e como soldado, explorador e diplomata, condutor nato de homens e habituado a tratar com todos os tipos, e, além de tudo isto, verdadeiro filho do Renascimento, a sua carreira de vagabundo não o impedira de adquirir alguns conhecimentos dos clássicos. Produto genuíno do século dinâmico em que viveu, Duarte Coelho, depois dos anos plenos e variados que lhe tinham absorvido a juventude, estava pronto a recomeçar de novo. Queria fundar uma família no novo mundo, porque se casara havia pouco tempo.

A noiva era D. Brites de Albuquerque, dama da casa da rainha, e parente do grande Afonso de Albuquerque. Esta digna filha duma família de heróis estava resolvida a trocar, da melhor vontade, o luxo da vida

da Corte pelas dificuldades e perigos ignorados duma terra selvagem.

Seu irmão Jerónimo — «Branco cisne venerando» [1] como lhe chamou o poeta Bento Teixeira — também quis ir. Em 1534 o «branco cisne» ainda não era venerando, mas a sua «natural brandura e boa condição», [2] que um cronista louvara, faria dele um agradável companheiro.

Vasco Fernandes de Lucena, descendente duma família culta e de letrados gozando muito do favor de vários reis, deixara a mulher e os filhos para ir para o Brasil, mas não se sabe por que razão.

Outros colonos foram recrutados entre os velhos companheiros de armas de Duarte Coelho — homens do campo e agricultores. Já a atracção do Brasil — terra de promissão além dos mares, que durante os últimos 400 anos tem atraído da sua pátria o camponês — começava a lançar o seu feitiço sobre as províncias de Trás-os-Montes e do Minho.

Duarte Coelho não era um desses muitos homens que partiram para o novo mundo à caça das riquezas. Muito pelo contrário, tinha já fortuna – não fora em vão que passara os melhores dias da sua vida nas Ilhas das Especiarias do Oriente dourado. O Ocidente, ainda por desenvolver, abriria agora uma brecha no seu tesouro. Equipou uma bela armada à sua custa, com tudo o que ela precisava, sendo alguns dos fornecimentos comprados em Portugal, vindo outros do estrangeiro. Sabemos isto por uma concessão que obteve isentando de todos os direitos na Alfândega de Lisboa os instrumentos de ferro e outras coisas que mandou vir para embarcar nos seus navios, que partiram de Portugal em 1535.

(1) Bento Teixeira, *Prosopopeia*.
(2) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, cap. X.

Foi em Março que pela primeira vez avistaram a terra dos seus desejos – uma linha longa e baixa de florestas orladas de areia branca de neve, protegida por recifes do embate das ondas do Atlântico. Os índios chamavam a este pedaço de costa Pernambuco, palavra que na sua língua significa — Buraco aberto no mar.

Nas margens do rio Iguaraçu havia um grupo de cabanas à volta do forte de madeira restaurado por Pero Lopes de Sousa. Um Paulo Nunes ficara ali a comandar 8 ou 10 homens, que esperavam com ansiedade a chegada de colonos para lhes aumentarem o número.

Deve ter sido grande a animação à chegada da armada, que levava o recém-nomeado senhor da terra, com todo o seu séquito e o equipamento e — a novidade mais encantadora de todas as que se viram naquelas partes — mulheres brancas!

Seria interessante saber o que D. Brites sentiu quando viu pela primeira vez a terra que ia ser o reino do marido: uma floresta de árvores gigantescas junto dum pântano de mangues — terra sem estradas nem caminhos, nem povoações, com excepção de meia dúzia de cabanas, e ocultos, no deserto, os acampamentos volantes dos selvagens nus, que vagueavam por trilhos desconhecidos, em número que se ignorava. E das sombras enigmáticas corria o rio — rio dos Monstros fora ele chamado pelos primeiros expedicionários, por terem nele visto uma dúzia de seres terríveis, com braços compridos, corpos cabeludos, cabelo lanoso e mãos espalmadas, saltando como rãs para a água.

Foi para esta terra que Duarte Coelho trouxe a noiva. No forte de madeira junto do rio dos Monstros começou a sua vida de casada esta dama criada no paço duma rainha, e ali lhe nasceram os dois filhos.

D. Brites era nova, forte e animosa. Manteve-se firme ao lado do marido, que tomou a tarefa nas mãos sem empalidecer. Para empregarmos as suas próprias palavras, Duarte Coelho estava preparado para «conquistar a palmos a terra que lhe fora doada ás léguas», (1) e começou imediatamente a trabalhar.

Deixando a jovem esposa e a gente da casa em Iguaraçu, fez o reconhecimento da costa à procura dum sítio apropriado para erguer a sua cidade, achando o que desejava algumas léguas ao sul. Por cima das águas quietas e azuis resguardadas pelos recifes, um istmo ondulado coberto de árvores verdes que murmuravam ao sol. Como aquilo era belo! Conta uma história que Duarte Coelho, de pé sobre o monte airoso, percorreu com a vista o mundo verde e azul que tinha a seus pés, exclamando com alegria deliciada: «Ó linda!» E assim a cidade fundada veio a chamar-se Olinda. Segundo outra versão não foi o capitão mas um seu criado galego quem primeiro louvou a beleza do local. Provàvelmente ambas as histórias são falsas, mas o certo é que Duarte Coelho escolheu o local e aquele nome.

Com a sua energia costumada, pôs imediatamente toda a gente a trabalhar, começando por uma torre defensiva quadrada como a dum castelo da sua pátria. Foi levantada uma pequena capela para a colónia rezar e casas próprias para se viver.

Da floresta acorreram em massa os guerreiros índios, nus, com os seus grandes arcos e as plumas ondulantes, reunindo-se para olharem com admiração para o que os brancos faziam. Duarte Coelho, mão experimentada no trato com as raças primitivas dos mares do Sul, procurou captar a amizade dos selvagens. Presentes de instrumentos de ferro, guizos e

(1) Carta de Duarte Coelho, cit., sem mais indicações, na *Hist. da Colon. Port. do Brasil*, Tom. IV, pág. 292.

contas foram bem recebidos, e promessas de ajuda contra os inimigos das tribos. Os chefes caetés Itabira, Itagipe e Uirahy (Arco Verde) ficaram cativados com as propostas de Duarte Coelho, enquanto o amável Jerónimo de Albuquerque teve ainda mais êxito junto das filhas deles.

A construção progrediu com rapidez e os índios prestaram auxílio, trazendo frutas, peixe e caça aos brancos. Olinda tinha em breve quase o aspecto duma pequena cidade, e Duarte Coelho concedeu-lhe foral.

Passava-se isto em 1537. Supomos que nessa altura a família do capitão se havia transferido de Iguaraçu para Olinda. Iguaraçu foi confiada à guarda de Afonso Gonçalves, companheiro dos tempos da Índia, que mandou chamar todos os parentes pobres (muitos e muito pobres, segundo o cronista) de Viana do Castelo.

Em Olinda a colónia seguia bem. Tendo servido em novo às ordens de Albuquerque, Duarte Coelho tivera boa escola na arte da administração colonial. Governou os seus domínios paternalmente, mas com vara de ferro. Cada homem tinha de puxar à corda e trabalhar na profissão em que fosse hábil, pelo bem comum. Carpinteiros, ferreiros e oleiros trabalhavam em Olinda, arranjando-se o casamento dos rapazes solteiros com mulheres índias.

O capitão distribuía terras para lavrar e cultivar, tendo num livro copiadas todas as cartas de doação. Aquela terra era muito fértil, o clima de um calor suave e de chuvas torrenciais, tudo o que se plantava nascia, mesmo um pau seco metido naquela terra rebentava em botões como a vara de Arão.

Os colonos lavraram, semearam e fizeram experiências. O solo era muito rico e o sol, segundo achavam, muito quente para o trigo, mas a farinha de mandioca que os índios lhes ensinaram a preparar era excelente,

a da raíz conhecida por *aipim* dava um pão esplêndido; feijões de todas as espécies cresciam de modo fantástico, as hortaliças de Portugal não davam trabalho nenhum, as abóboras, os pepinos e as melancias cresciam lado a lado com as *taiobas* de folhas largas e com o sabor do espinafre, os amargos *gilós* e *maxixes* que os portugueses aprenderam a saborear cozidos. O caju sumarento era muitíssimo refrescante, o grande *mamão* amarelo não diferia muito dum melão e parecia não haver fim nas frutas fragrantes e exóticas que aprenderam pelos índios a conhecer.

Assim a alimentação não constituía um problema no Brasil e como fonte de riqueza havia o açúcar. Duarte Coelho resolveu que isto devia fazer-se segundo os métodos mais perfeitos. Em 1540 ou 1541 empreendeu uma viagem à Europa, para contratar operários especializados.

Voltou dali com peritos das famosas plantações da Madeira, levando toda a maquinaria para instalar os engenhos ou fábricas de açúcar, que eram movidas a água, ou então utilizava-se uma junta de bois para fazer girar a roda que punha em movimento os grandes tambores entre os quais se esmagava a cana. O suco era recebido em grandes tanques, e levado depois para caldeiras de cobre para ferver e ser purificado. Depois vazava-se dentro de moldes de barro e levava-se à refinaria para ser submetido ao último processo. Aí o líquido escuro era filtrado e lançava-se, por cima do açúcar que ficava, barro para o tornar branco, daí resultando um pão de açúcar branco de neve.

Mas tudo isto era dispendioso de instalar-se. Calculara-se que um engenho de açúcar custaria 10 mil cruzados para ficar pronto a trabalhar. Duarte Coelho, que já tinha gasto uma grande parte do seu capital na empresa brasileira, teve então de contrair um empréstimo com um financeiro de Lisboa, e quando voltou ao Brasil disse ao rei que estava fortemente endividado.

Não era que isso o incomodasse. Entusiasta com os olhos postos no futuro, jamais se queixara das despesas. Aos seus peritos deu «tudo o que me pedyram sem olhar a proveito nem ynteresse algum meu mas a hobra yr avante como desejo. Temos grande soma de canas prantadas todo povo com todo o trabalho que foy posivell e dando a todos ajuda que a mim foy posivell e cedo acabaremos um enjenho mui grande e perfeito e ando ordenando de começar outros praza ao Senhor Deos que segumdo sua graça mysericordia e minha boa entençam sua ajuda» [1].

Isto era em 1542. Em 1546 Duarte Coelho pôde mandar para a pátria caixas com amostras escolhidas do seu açúcar. O açúcar de Pernambuco era muito bom. Os cinco engenhos que trabalhavam no tempo de Duarte Coelho produziam com abundância. A futura fonte de receita da «Nova Lusitânia», como ele chamava à sua colónia, era certa. O algodão parecia ser também um produto aproveitável.

A colónia cresceu e floresceu sem dúvida, mas não deve imaginar-se que o seu progresso foi um caminho de rosas. Duarte Coelho fala em sangue e sacrifício, mas não dá quaisquer pormenores. Quando e como começaram os aborrecimentos? Infelizmente os cronistas não indicam datas, e os poucos documentos que restam não dão quaisquer indicações.

Duarte Coelho não era homem para hostilizar as tribos indígenas, parecendo ter sido bom no trato com os índios. Fora educado na tradição dos primeiros descobridores, cujo sistema com os povos primitivos

---

(1) Carta de Duarte Coelho para el-Rei, datada de Olinda 27 de Abril de 1542. Torre do Tombo, *Corpo Cron.* Parte I, maço 71, doc 145, publicada in *ob. cit.*, Tom. cit., pág. 313, 314.

consistia na tolerância e na amizade. Sabia como devia aliar a autoridade com a justiça, que ganhava a consideração dos indígenas.

Infelizmente, porém, a capitania vizinha de Itamaracá constituía um elemento perturbador. Ali não se fixara nenhuma colónia, sendo simplesmente ponto de reunião dos mercadores à procura de pau brasil, que pagavam aos índios com belas roupas e outras coisas que os colonos de Pernambuco não podiam obter fàcilmente, ou — o que era muitíssimo pior — com espingardas e munições. Tão-pouco esses visitantes esporádicos pensavam no modo como deviam proceder, como pensavam os residentes. A homens que vinham, carregavam e partiam, fazer boa impressão não parecia coisa de importância. Muitas vezes semeavam a suspeita e a inimizade, deixando a colónia colher os resultados dos seus actos menos correctos.

Fosse qual fosse a causa latente, parece que a chispa se transformou em chama em Iguaraçu em data ignorada.

Afonso Gonçalves fizera ali muita coisa. Os parentes pobres tinham trabalhado bem. Cultivavam o solo com o maior zelo fazendo produzir tudo aquilo de que precisavam para se alimentarem. Plantaram canas, e assim começaram a fabricar açúcar. Os índios vinham e iam em paz, por entre eles, trocando mercadorias. As aldeias indígenas ficavam perto da colónia dos brancos, que viviam com eles em excelentes relações.

Foi obra do demónio da bebida o fim de tudo aquilo. Fosse com vinho de Portugal ou com bebidas suas, ignoramo-lo, mas um dia, um grupo de índios embriagou-se. O vinho tornou-os implicativos, das palavras azedas chegaram a vias de facto e daí a pouco atiravam-se às gargantas uns dos outros. «Separem-nos!» gritou o capitão, mas os colonos mais antigos encolheram os ombros. Devem-se deixar os índios bêbados sòzinhos quebrarem as cabeças uns aos outros, se for essa a sua vontade, porque, se um branco se intrometer, unem-se contra ele.

Ao capitão este conselho pareceu desassisado. Era necessário pôr fim a uma balbúrdia daquelas. Por isso, mandou alguns brancos com os seus escravos para separarem os combatentes — exactamente com os resultados previstos. Os pacificadores tinham dispersado um vespeiro, que imediatamente lhes caiu na cabeça. Seguiu-se uma luta furiosa, o capitão teve de vir em socorro com mais homens, e aquilo foi deitar azeite no lume. Os poucos índios que não estavam embriagados correram às aldeias com a notícia de que os brancos estavam a matar e a prender os seus camaradas. «Vejam este cadáver»! Casualmente, era o do filho do chefe da aldeia, a quem tinham quebrado a cabeça.

Daqui resultou uma confusão indescritível. A aldeia correu às armas, e caindo sobre os escravos do capitão que estavam perto a abater árvores tranquilamente, mataram um enquanto os outros se punham em fuga.

Depois daquilo, todas as explicações eram inúteis. Era impossível fazer compreender aos índios que os brancos tinham simplesmente procurado separar os combatentes por puro altruísmo, como seus amigos. O chefe partiu o escravo do capitão às postas e distribuiu-as a todas as aldeias vizinhas, para que toda a gente comesse um pedaço e viesse depois para a guerra.

A seguir a jovem cidade de Iguaraçu viu-se cercada por uma infinidade de guerreiros que cortaram todo o acesso às plantações e tornaram impossível ir pescar no rio.

Nuvens de setas mortíferas caíam sobre todo aquele que se aventurasse a sair das defesas, e uma das primeiras vítimas foi o capitão. O projéctil penetrou-lhe

num olho e atravessou-lhe o cérebro. Os seus camaradas recolheram o cadáver e enterraram-no alta noite tão silenciosamente que os selvagens nunca sonharam que tinham matado o capitão.

Privados do seu comandante, os cercados uniram-se e conservaram-se firmes, repelindo todos os assaltos, vigiando dia e noite, enfrentando a fome. As mulheres, brancas e índias, longe de constituírem um embaraço, prestaram grande auxílio, vigiando enquanto os homens dormiam.

Uma noite, escura e silenciosa, o inimigo avançou rastejando e sem ruído até à muralha. Não ouvindo qualquer som dentro, os índios supuseram a cidade deserta e morta. Como cobras por entre a erva, alguns desses treparam até às seteiras. Mas na escuridão, de dentes cerrados e rígidas, as mulheres estavam de vigia, com partasanas na mão.

O corpo nu ficou quase atravessado quando o frio aço foi arremessado de encontro ao peito. Uma mulher agarrou num morrão e disparou uma espingarda. O súbito ribombo que quebrou o silêncio pôs os índios em fuga. Então os homens acordaram e louvaram as heróicas mulheres, pensando, como homens, que era admirável que as mulheres pudessem ser tão caladas e mostrar tão grande presença de espírito!

Assim se aguentou Iguaraçu, sem Olinda poder auxiliá-la, pois Duarte Coelho também se encontrava cercado na sua torre quadrada. A rebelião estendera-se até ao sul ao longo da costa, incitada ainda por alguns corsários franceses que se juntaram aos índios no cerco aos portugueses, cortando todo o abastecimento de alimentos e água.

Foi então que Vasco Fernandes de Lucena desempenhou um útil papel. Duarte Coelho descreveu Vasco Fernandes como «homem manso e de boa

consiencia» [1]. Todavia, a mulher e os filhos, que ficaram em Portugal, não parecem ter-lhe pesado muito. Vasco Fernandes encontrou consolação na filha dum chefe índio e aprendeu a falar fluentemente a língua indígena. Parece ter tido uma personalidade que exercia sobre os índios um ascendente magnético. Eles consideravam-no feiticeiro poderoso e o velho chefe sentia-se orgulhoso de ter por genro um estrangeiro tão distinto. Durante este cerco, a mulher de Vasco Fernandes prestou ajuda eficaz, atravessando as linhas e indo visitar as suas amigas do campo inimigo, a quem elogiou os portugueses até levar as colegas a ajudarem a transportar comida e água para Olinda para que gente tão interessante não morresse.

Pela sua parte, Vasco Fernandes agia largamente valendo-se dos seus supostos poderes mágicos. Diz-se que um dia, quando o inimigo atacava muito perto, ele saiu sòzinho e falou-lhe, dizendo que os portugueses eram os seus melhores amigos, não os falsos franceses! Estes enganavam-nos e estavam a levá-los para perdição certa. Que nenhum homem se aproximasse do forte! Com uma vara, Vasco Fernandes traçou uma linha no chão. Quem passasse aquela linha, disse ele significativamente, seria homem morto, afirmação que foi recebida com grandes risadas de escârnio. Mas não houve avanço em força por parte dos inimigos. Vasco Fernandes, com a vara na mão, permanecia ali, sòzinho, enigmático e provocante.

Espumando de raiva, oito guerreiros aceitaram o desafio e precipitaram-se para o matar, mas quando atravessavam a linha todos caíram mortos — não

(1) Carta de Duarte Coelho para el-Rei, datada de Olinda, 22 de Março de 1548. Torre do Tombo, *Corpo Cron.*, Parte I, maço 80, doc. 60, publicada in-*ob. cit.*, tom. cit, pág. 316.

sabemos se atingidos por atiradores ocultos do forte ou mortos por sugestão mental. Frei Vicente do Salvador diz que nunca acreditaria nesta história, se ele «não soubera que neste proprio lugar onde se fez a risca, defronte da torre, se edificou depois um sumptuoso templo ao Salvador» ([1]).

Não se sabe de certeza quando e como acabaram as hostilidades. Segundo Frei Vicente, os índios cansaram-se de combater sem resultado e por isso estavam ansiosos por fazer a paz.

Vendo a sua capital libertada, Duarte Coelho desceu a costa, em toda a extensão da sua capitania, entrando em todos os portos e capturando todos os navios franceses que encontrava ancorados. Houve alguns combates violentos e o velho guerreiro ficou gravemente ferido com um tiro de bombarda, mas não descansou enquanto não limpou a costa.

Depois disto, apresentou aos índios admirados as suas condições de paz. Este homem, diziam eles, não era humano, mas qualquer diabo imortal! Não satisfeito com derrotar o inimigo na sua terra, ainda precisava de ir à procura de outros inimigos para combater! Toda a resistência estava no fim. Foi possível estabelecer novas plantações de açúcar nos arredores de Olinda, o solo era lavrado e semeado em paz em todas as redondezas, os índios ofereciam os seus inimigos capturados para trabalharem como escravos, e ainda abasteciam os portugueses com caça, fruta e peixe.

Nas cinco cartas de Duarte Coelho, que se conservam no Arquivo de Lisboa, não encontramos quaisquer referências ao cerco de Olinda. Não se toca nelas nas dificuldades e provações da colonização. Duarte Coelho mostra-se totalmente absorvido pela sua obra construtiva, ansioso por pôr em marcha a máquina administrativa, cheio de planos para a prosperidade futura da sua Nova Lusitânia.

([1]) Frei Vicente do Salvador, *História*, pág. 112-115.

Mostra-se desejoso de atrair para ali o tipo conveniente de colono. A sua escolha recaiu nos laboriosos camponeses do Minho ou da Galiza, ou mesmo indígenas das Ilhas Canárias, habituados ao sol e ao trabalho, levando-os para o Brasil à sua custa e fixando-os na terra. Porque é que o rei lhe transtornara todos os planos, mandando-lhe carregamentos de criminosos e de vadios? «juro pella ora da morte que nenhum fruyto nem bem fazem na terra» ([1]).

Mas disso resultaria ainda menos bem e proveito para Portugal. Ver-se livres dos indesejáveis mandando-os para o Ultramar pareceu em certas ocasiões, a todas as nações coloniais, uma solução feliz. E assim aconteceu que a capitania de Duarte Coelho foi precisamente uma que as autoridades escolheriam para mandar os tais elementos perturbadores. Sabia-se que o velho capitão era um disciplinador severo, muito capaz de meter na ordem todos os desordeiros. Mas ele pôs objecções a este papel de regenerador que lhe queriam atribuir: «o que Deos nem a natureza não remedeia como eu ho posso remedear Senhor, se não em cada dya os mandar emforcar»? pergunta ele indignado. E aquilo era muito mau para o prestígio dos portugueses diante dos índios: «crea V. A. que são pyores qua na terra que peste pollo qual peço a V. A. que pollo amor de Deus tall peçonha me qua não mande»!

No monopólio do comércio do pau brasil estava outra causa de preocupações para Duarte Coelho. Era

([1]) Carta de Duarte Coelho para el Rei, datada de Olinda, 20 de Dezembro de 1546. Torre do Tombo, *Corpo Cron.*, Parte I. Maço 78, doc. 105, publicada in-*História da Col. Port. do Brasil*, Tom. III, pág. 314-316.

vigiar os contratadores que iam derrubar as árvores para embarcar. Eles alvorotavam os índios das circunvizinhanças de Olinda. Não poderia o rei ordenar que eles frequentassem outros portos, longe da colónia? Havia muitos lugares adequados entre o cabo de Santo Agostinho e o rio de São Francisco, onde se poderia encontrar madeira muito boa, ou no território onde viviam os índios Potigares, que eram hostis aos Caetés que viviam à volta de Olinda. Nenhum mal se faria à colónia cortando madeira naqueles lugares, e todos os navios seriam bem acolhidos no porto de Olinda onde receberiam intérpretes e se abasteceriam de tudo aquilo de que precisassem.

Duarte Coelho também pedia ao soberano que lhe concedesse um privilégio autorizando-o a exportar 3.000 quintais de pau brasil por sua conta própria. Ele sabia onde obtê-lo de lugares onde não havia inconveniente, e precisava de dinheiro para adquirir as coisas de que carecia para os negócios da terra. Receava já não poder contrair mais empréstimos em Lisboa.

Apesar de ter falta de fundos para fazer face às suas despesas, Duarte Coelho não se deixava levar pela ilusão do ouro e das pedras preciosas. Rumores de riquezas fabulosas existentes em sítios ignorados do interior continuavam a chegar à costa. O rei ouvira falar disso e estava com muito interesse. As despesas de manter exércitos e armadas quase à volta do mundo esgotavam o tesouro muito mais depressa do que as especiarias do Oriente entravam. As minas de ouro ou prata do Brasil seriam uma descoberta benvinda.

Duarte Coelho sabia aquilo muito bem. Afirmou ao seu real amo que não esquecia a possibilidade de achar metais preciosos, e mandou pesquisadores, cujas indicações eram prometedoras, mas parece que as

minas ficavam muito longe, com índios perigosos de três tribos hostis a impedir a passagem. Para tentar qualquer coisa seria necessário organizar cuidadosamente uma expedição que o capitão deveria comandar em pessoa — mas para isso não chegara ainda o momento oportuno. Não se devia cometer o erro que os castelhanos tinham cometido no rio da Prata, onde mais de mil homens se perderam, ou repetir o fracasso mais recente do Maranhão. Por isso, escreve Coelho, «espero que a ora do Senhor Deos em o quall praza a elle Deos que me cometa esta empreza e pera seu santo serviço e de V. A. que será o maior contentamento e ganho que eu dyso querya dar». [1]

Entretanto ele próprio construiu uma frota de barcos costeiros para manter as comunicações com os seus vários postos e os de outras capitanias. Os índios, em troca de ferramentas e de outras coisas de pequeno valor, vendiam-lhe escravos — mulheres que o capitão casava com os seus criados, e homens que forneciam mão de obra para as plantações.

Este problema da mão de obra não deixava de ser um caso sério. Devemos recordar que os brancos de Olinda e Iguaraçu não se contavam às centenas. Naquele clima de abundância natural, viver simplesmente seria bastante fácil. Caçar e pescar, comer as frutas da floresta, esgaravatar o solo e plantar mandioca como os índios faziam, bastaria para manter a existência. Mas os brancos não tinham ido para o Brasil apenas para levar uma vida primitiva. A ideia não era pôr de parte as tradições e padrões de vida do passado, mas refazê-los noutro continente e criar um futuro brilhante para os filhos. Nesta terra vasta e selvagem, esperavam reconstituir o que tinham deixado, desenvolver as possibilidades do país e abrir

(1) Carta de 27 de Abril cit.

novas fontes de riqueza. A colónia tinha que viver com os seus próprios recursos, e para isso tornava-se necessário haver excesso de produção. Como poderia chegar-se a isso sem braços suplementares para o trabalho?

Para isto, tinham pensado nos índios, mas estes mostravam não servir para a agricultura. A sua vocação era a caça e a pesca — um escravo índio podia ter a mesa do amo bem abastecida, mas quando se tratava de trabalho nas plantações ou nos engenhos do açúcar, logo se via que os índios não satisfaziam. Como eram muito mais úteis os negros da Guiné, mansos e trabalhadores! Duarte Coelho obteve autorização do rei para importar um certo número de escravos da África, e assim apareceu o preto no Brasil para aumentar a grande confusão racial que se estava já a formar. Não há dúvida de que ele contribuiu muitíssimo para o progresso e prosperidade de Pernambuco.

Duarte Coelho assistia com grande satisfação e amor ao desenvolvimento da sua Nova Lusitânia. Tudo ia de bom a melhor, informou ele o rei. E considerava, com reprovação, as desprezadas capitanias do norte e do sul — Itamaracá, governada em nome da viúva do pobre Pero Lopes por agentes que não governavam nada — Ilhéus, onde Jorge de Figueiredo estava representado por um castelhano. Porque era a Nova Lusitânia um caso muito mais feliz? Porque, diz ele, o próprio pastor estava à testa e não um mercenário!

E assim era. O pastor encontrava-se ali permanentemente com a família: D. Brites, digna mulher dum pioneiro, era mãe de todos em Olinda, diziam, e tratava todos os colonos como filhos. Os seus próprios filhos, Jerónimo e Jorge, ambos brasileiros, cresciam robustos e corajosos como qualquer herói da sua raça, sob o sol ardente junto da selva, fraternizando com caçadores índios. Quanto ao irmão dela, Jerónimo, manso e agradável, parece ter sido muito feliz no Brasil onde deixou 24 filhos. Oito eram os filhos do Arco Verde, cinco nasceram de várias mães índias, e finalmente quando já passara em muito a idade madura, por sugestão da rainha D. Catarina, Jerónimo casou-se obsequiosamente com D. Filipa de Melo, sua protegida, que lhe deu mais onze filhos. Todas as melhores famílias de Pernambuco haviam de considerar-se suas descendentes.

A pequena cidade de Olinda estava a receber melhoramentos — tinha casas de pedra com telhados de telha, igrejas e algumas lojas. Pelo seu lado, Iguaraçu era um burgo em progresso. Duarte Coelho diz ao rei que ele não faz ideia completa da grande importância do Brasil — especialmente da Nova Lusitânia!

O próprio donatário, depois de 13 anos em Pernambuco, declara que é um pobre homem, mas acrescenta: «Nenhuũa inveja tenho aos mais ricos nem as suas riquezas pois do all pera o de Deos e pera o do meu Rey e Senhor poucos darey á vantajem asy do passado como do porvir confyando em Deos» [1]

Era um alarde de orgulho mas não despropositado na boca de um dos fundadores duma nação.

(1) Carta de 22 de Março cit.

X

Vasco Fernandes Coutinho e o seu «Vilão farto».

No ano de 1510 Vasco Fernandes Coutinho é referido como «homem bem mancebo». (1) Novo e forte e sem recear nada deste mundo: levantava um «mouro» do cavalo com a ponta da lança, atirava-o ao chão e matava o infiel.

Sob as ordens do grande Afonso de Albuquerque, Vasco Fernandes ajudou à conquista de Goa aos Turcos. Em 1511 partiu com o conquistador para o Extremo Oriente e fez frente a uma carga de elefantes na tomada de Malaca.

Comandou um navio da esquadra que Albuquerque deixou de vigia no estreito de Malaca, mas em 1514 encontramo-lo de novo na Índia. No ano imediato partiu com Albuquerque para Ormuz, no Golfo Pérsico, tomou parte na morte do guazil Ras Ahmede e trabalhou com outros fidalgos na construção da fortaleza.

Estouvado e irresponsável como qualquer dos traga-mouros que compunham o grupo de Albuquerque,

---

(1) Gaspar Correia, *Lendas da India*, II, pág. 175.

Vasco Fernandes, como os outros, teve de submeter-se à dura mão da disciplina. Assim, quando o jovem capitão teve falta de recipientes para água para a sua galé prestes a levantar ferro, pareceu-lhe que não passaria duma brincadeira roubar uns dois a um mouro. Mas quando este se queixou a Albuquerque, este jurou pelas barbas que os jarros que faltavam deviam ser imediatamente entregues, senão mandaria cortar as orelhas do homem que os tivesse em seu poder. Todos sabiam que as ameaças de Albuquerque não eram palavras vãs. Os jarros foram apresentados a toda a pressa, mas Vasco Fernandes ficou privado dos seus soldos durante seis meses, e teve de indemnizar o mouro à razão de cem pardaus.

Parece que o mancebo irrequieto não ficou muito abatido com aquilo; porque, pouco depois, no mar, trocou palavras azedas com D. Garcia de Noronha, sobrinho do Governador. O navio de Vasco Fernandes atravessou por diante da nau de D. Garcia tomando-lhe o vento.

— «Cachaparrão sandeu sem nenhum acatamento»! gritou D. Garcia enfurecido.

— «Sabeys quão sandeu, replicou Vasco Fernandes, que se nom foreys tio (*sic*) do Governador nom chamáreys tal?» [1]

Albuquerque reconciliou os dois jovens. Ele conhecia-lhes os temperamentos.

Após cinco anos de serviço com Afonso de Albuquerque, não é provável que Vasco Fernandes pudesse continuar a servir sob o comando pouco estimulante do sucessor do grande Governador. Parece que o jovem Vasco voltou a Portugal em 1516, mas regressou à Índia em 1521, durante o governo de D. Duarte de Meneses. Dali acompanhou seu irmão Martim Afonso de Melo Coutinho à China, onde encontraram Duarte

(1) Gaspar Correia, *Lendas da Índia*. Tomo II, pág. 408.

Coelho navegando por aqueles mares, e juntos combateram contra os juncos chineses.

Quando Vasco Fernandes regressou a Portugal não se sabe ao certo, nem o que fez antes de 1529. Provàvelmente esteve algum tempo numa das fortalezas de Marrocos. Os documentos dão-no como tendo servido não só no Oriente, mas também na África, e este parece ser o único intervalo de tempo em que tal serviço podia ter sido desempenhado.

Em 1529 sabe-se que comprara uma pequena quinta em Alenquer. Pensava ele em fixar-se então entre oliveiras e pinheiros mansos para gozar a paz bucólica do Ribatejo? Parece que não por muito tempo. Vasco Fernandes Coutinho não era homem para isso. Ali chegou-lhe aos ouvidos a história de terras do tamanho de reinos que ficavam do outro lado dos mares ocidentais e que se adquiriam por pedido. O seu velho camarada Duarte Coelho ia tomar posse duma capitania no Brasil. Vasco Fernandes também queria ser grão-senhor numa terra virgem. No mesmo dia, 25 de Setembro de 1534, em Évora foram assinadas pelo rei as duas cartas de doação.

As 50 léguas de Vasco Fernandes desciam a costa desde 20° de latitude Sul, entre a capitania de Porto Seguro e a pequenina faixa reclamada por Pero de Góis, ao longo do rio de Paraíba do Sul. Se a tentativa de Duarte Coelho era um salto no desconhecido, a de Vasco Fernandes era-o mais ainda. O «Rio de Pernambuco» fora conhecido e visitado durante duas décadas, mas os domínios de Vasco Fernandes eram uma faixa de costa desconhecida, onde nenhum branco vivera até então.

Isto não assustou Vasco Fernandes. Tão impetuoso na idade viril como na juventude irrequieta, procedeu à venda de tudo o que tinha, porque estava longe de ser um homem rico e as capitanias do Brasil reque-

riam muito capital. Vasco Fernandes vendeu a quinta de Alenquer, trocou por uma nau e alguns fornecimentos a tença que comprara à Coroa, e pediu dinheiro emprestado a torto e a direito.

Tudo aquilo não bastava. Era preciso ter também em consideração o elemento humano e arranjar colonos para irem com ele. Mas onde estavam eles? O portuense Duarte Coelho pudera contratar para a capitania a ajuda de minhotos, gente dada à agricultura — ainda hoje são estes os melhores imigrantes para o Brasil —, mas a região de Alenquer não tinha a população de Entre-Douro-e-Minho. Vasco Fernandes nem por isso deixou de solucionar o seu caso. Havia um tipo de homens sempre prontos para emigrar — espíritos animosos que a polícia da metrópole buscava.

Nisto mostrava-se o rei disposto a colaborar. D. João II, o seu grande antecesssor, estabelecera o princípio de que era desperdício executar um homem quando havia tantas ilhas para colonizar. D. João III estava de acordo — como estavam outros que não eram chamados para viver nessas ilhas. Além disso, havia muitos condenados por crimes, que escapavam à justiça fugindo para o estrangeiro, e o rei achava que era «Mais serviço de Deos e Meo que os sobreditos fiquem antes em terra de Meus senhorios e vivam e morram n'ella especialmente na Capitania do Brasil que ora fiz mercê a Vasco Fernandes Coutinho» (1).

Assim, com excepção dos condenados por crimes sem perdão — heresia, traição, sodomia ou moeda falsa — todos «indo-se para o dito Brasil a morar e povoar a Capitania do dito Vasco Fernandes, não possam lá ser presos acusados nem demandados, ou constrangidos nem executados por nenhuma via nem modo que

(1) Documento publicado por Misael Ferreira Perma, in—*História da província de Espirito Santo*. Rio de Janeiro, 1878. Apêndice, pág. 27.

seja pelos casos que cá tiverem commettido», (1) mesmo que tivessem sido condenados à morte.

Para mais, o seu exílio no Brasil não seria sem remédio. De quatro em quatro anos, dependente de licença do capitão, seriam autorizados a voltar à pátria e a permanecer 6 meses em Portugal, desde que não voltassem ao local do crime nem tentassem mostrar-se na Corte.

Escusado é dizer que aquilo era uma ocasião para os condenados agarrarem pelos cabelos. Vasco Fernandes contratou uns 60 patifes.

Alguns amigos velhos dos tempos do Oriente vieram também — talvez não mais recomendáveis, embora pudessem ser «de muyta calidade», (2) como D. Jorge de Meneses. Este indivíduo, após alguns acidentados anos como capitão de Ternate, fora mandado para o reino para responder perante o rei por uma longa lista de acusações. Homens da qualidade de D. Jorge tinham sido no passado banidos para as fortalezas marroquinas para embotar as suas energias inconvenientes nos mouros, mas agora era o Brasil que o fazia, pelo que D. Jorge de Meneses iria cumprir a sua sentença na capitania do seu velho camarada Vasco Fernandes Coutinho.

D. Simão de Castelo Branco era outro que tal, ao que parece. Não apareceu até hoje nenhum relato dos seus feitos no Oriente, mas sabe-se que foi para o Brasil para expiar mau comportamento na Índia.

Com toda esta bela gente e o coração cheio de esperança, Vasco Fernandes partiu em 1535, e a 23 de Maio a sua nau aproximava-se da costa prometida. Diante dele, viu uma terra encantadora de montanhas, campos e florestas, fresca e brilhante com campinas

(1) Ibid.
(2) Gaspar Correia, *ob. cit.*, tom. cit., pág. 378.

verdejantes e bem irrigadas. Esta costa figurava nos mapas, embora o país ainda não fosse explorado, e Vasco Fernandes sabia onde se encontraria o melhor porto.

A nau entrou numa baía azul semeada de belas ilhas, e ancorou no sopé de um rochedo liso e escarpado. Era então a festa de Pentecostes. O Espírito do Senhor parecia pairar na luz doirada. Que nome melhor do que Espírito Santo para este lugar encantador? Aqui construiria Vasco Fernandes a sua capital, antes de partir para explorar o interior aliciante, à procura de tesouros escondidos nas montanhas distantes.

Mas foi necessário desembarcar debaixo duma chuva de setas. Os guerreiros das tribos selvagens dos Goiatacazes, com o corpo nu pintado de símbolos fantásticos com o suco da fruta *genipapo*, saíram em multidão da floresta para expulsar a estranha invasão. Mas soldados do Oceano Índico e das ilhas do Extremo Oriente estavam acostumados a desembarques em frente de resistência armada. O inimigo foi rechaçado com êxito, enquanto Vasco Fernandes estabelecia e fortificava o seu acampamento.

Logo de princípio se notou que aquela terra era muito boa. As florestas rescendiam com as gomas aromáticas e os óleos perfumados que brotavam das árvores; em todas as clareiras abundavam os pastos para o gado; frutas estranhas e doces, e de muitas espécies, cresciam em abundância; a baía e o rio enxameavam de peixe, e nas enseadas e lagunas podia apanhar-se o «peixe boi», um monstro estranho, de cabeça de vaca e rabo de peixe, grande e corpulento como uma vitela, cuja carne não se distinguia da de vaca.

A terra vermelha e rica parecia estar a pedir que a cultivassem. Evidentemente, o açúcar foi a primeira coisa em que se pensou. Vasco Fernandes e os seus homens lançaram-se ao trabalho plantando canas que

tinham levado com eles. Os índios — alguns deles — fizeram as pazes, e ajudaram a derrubar as árvores e a abrir clareiras, mas as suas boas graças eram duvidosas, e a gente de Vasco Fernandes não era da espécie capaz de captar simpatias. A todos os momentos havia questões, e os índios desapareciam para voltarem a aparecer soltando gritos de guerra de gelar o sangue nas veias, por detrás duma nuvem de setas mortíferas.

E 60 homens eram muito poucos para se aguentarem junto da costa contra as tribos ferozes do deserto com léguas ignoradas de floresta a servir-lhes de esconderijo. Defender as vidas e fundar uma colónia requeria coragem e iniciativa — que não faltavam — mas carecia-se ainda mais de método, tacto e disciplina, qualidades que Vasco Fernandes não podia encontrar nos seus subordinados.

Ao menos tinha um bom vizinho em Pero de Góis, que ocupava a estreita capitania do sul. Onde acabavam os domínios de um e começavam os do outro tornava-se difícil de determinar naquelas regiões ainda não exploradas — por, diz Vasco Fernandes, «não saber homem como se ha de medir que de hũa maneira crescerá e doutra minguará» [1].

Juntos fizeram a demarcação com o maior cuidado e muitas vezes, porque nenhum deles queria defraudar o outro. Por fim resolveram escolher o rio Itaperimim, a que deram o nome de Santa Catarina, como limite, e mesmo assim Pero de Góis receava ter enganado Vasco Fernandes. Não se tratava disso, declarou Vasco Fernandes, e se assim fosse, não importava! Pero de Góis fora muito amável em «ajudarme e

---

(1) Carta de Confirmação da demarcação das capitanias de Pero de Góis e de Vasco Fernandes Coutinho, 12 de Março de 1543, Chancel. de D. João III, liv., 6 fol. 15 v.°, publ. in—*Hist. da Colon. Port. do Brasil*, Tomo III, pág. 264, 265.

socorrerme e fazer obras porque depois de Deus a minha capitania se sustivesse e eu recebi grande bem em darme escravos e outras boas obras». (1) Por isso, se por qualquer circunstância a demarcação atribuísse a Pero de Góis mais do que por direito lhe pertencia a ele, Vasco Fernandes, ficaria satisfeitíssimo em o deixar ir!

Outros, menos desinteressados do que Pero de Góis, tinham também prestado assistência, porque Vasco Fernandes distribuiu terras com abundância, não só por ser, de seu natural, liberal e imprevidente, mas também devido à necessidade que tinha de obter mais auxílio. Por isso, aos espíritos empreendedores e gananciosos, parecia que o Espírito Santo oferecia grande futuro.

Duarte de Lemos, outro veterano dos mares da Índia, desceu da Baía de Todos os Santos, levando com ele alguns colonos. Este, homem calmo e prático, com os olhos postos na melhor oportunidade, levou a Vasco Fernandes uma boa ajuda, recebendo em troca a melhor das ilhas da baía, para ser governada por ele e pelos seus herdeiros com quase os mesmos poderes que Vasco Fernandes exercia na sua capitania em geral. Vasco Fernandes Coutinho, alma sempre grata, declarou que dava aquela ilha de Santo António a Duarte de Lemos em reconhecimento da grande dívida que lhe devia por o ajudar a conservar a terra, o que ele não podia ter feito sem o seu auxílio.

Duarte de Lemos fora realmente útil. Com a sua ajuda e conselho, os índios tinham sido vencidos e pacificados, a «cidade» do Espírito Santo fundada junto da costa, canas de açúcar plantadas em redor, que se multiplicaram de tal modo que já estavam a trabalhar quatro engenhos.

(1) *Loc. cit.*

Do cimo do monte coberto de palmeiras, Vasco Fernandes olhava para as belas florestas e as montanhas azuis da sua capitania, e sonhava. Quem sabia o que se escondia por detrás daquelas montanhas? Falava-se duma montanha de cristal, lá muito longe, e de esmeraldas e outras pedras preciosas. Deviam com certeza existir terras de ouro no coração deste continente — não estariam elas na sua capitania, cujos limites ocidentais ninguém podia adivinhar? Não devia ele ir à procura dessas minas? Mas isto implicava grandes despesas, e Vasco Fernandes não tinha capital. Resolveu portanto ir à pátria buscar dinheiro. Duarte de Lemos resolveu ir com ele e obter a confirmação dos seus domínios por diploma real para melhor se garantir.

Pensavam eles que podiam deixar por então a capitania. Os índios estavam sossegados e as plantações prósperas. D. Jorge de Meneses ficaria como capitão da colónia. Não tinha ele muita experiência das Molucas?

Infelizmente D. Jorge tinha. Desde então nada aprendera e nada esquecera. Nem lhe lembrou que não é tão perigoso criar questões com indígenas das ilhas dos mares dominados pelas armadas de sua pátria, como hostilizar tribos desconhecidas espalhadas por um continente desconhecido, em que apenas se tem um pequeno sítio na costa em que pôr os pés. D. Jorge de Meneses nunca se preocupou com ganhar a amizade das hordas que viviam em volta do acampamento — os belicosos Goiatacazes e Tupiniquins que vagueavam pelas florestas das cercanias, ou os ainda mais ferozes Aimorés, selvagens emigrados das selvas densas que cobriam as encostas da fantástica serra dos Órgãos, situadas mais para o Sul.

Do caminho da floresta uma chispa pode fàcilmente provocar um incêndio. D. Jorge de Meneses e

os condenados que Vasco Fernandes levara com ele não estavam habituados a impedir essas chispas de saltar.

Daí resultou uma luta feroz entre forças desiguais. Quando Vasco Fernandes regressou, verificou que o seu lugar-tenente fora morto pelos índios, tendo acontecido o mesmo a D. Simão de Castelo Branco, que lhe sucedera. Os engenhos de açúcar estavam todos destruídos, os colonos tinham sido dispersados. Uns subiram a costa até às margens do rio de São Mateus, outros agarraram-se com desespero às suas posições junto da costa, mas as esperanças da capitania estavam perdidas.

Duarte de Lemos não era homem para interessar-se por causas perdidas, e parecia que o Espírito Santo não podia ser restaurado ainda durante muitos anos. A ser assim, achou preferível evitar mais prejuízos. Deixando Vasco Fernandes arranjar as coisas o melhor que pudesse, Duarte de Lemos mudou-se para outro sítio. Qual ele fosse não se sabe com certeza, mas é provável que voltasse à pátria.

Com falta de homens e cada vez mais falho de dinheiro — parece que a viagem a Portugal só servira para lhe aumentar a insolvência — Vasco Fernandes não perdeu a coragem. Resolveu transferir a sua capital para a ilha de Duarte de Lemos, boa posição estratégica, protegida por rochedos e montes elevados, onde podia fortificar-se contra os ataques de selvagens do interior.

Ali procurou reunir as forças dispersas, mas se os índios eram difíceis, também o eram os ferrabrazes europeus. Estes eram muito poucos para constituírem uma colónia próspera, além de serem demasiado turbulentos para ele os manter na ordem. De certo modo, estavam organizados: tinham uma Vereação, meirinhos e outros funcionários municipais. Mas

andavam constantemente em questão uns com os outros, e Vasco Fernandes não desanuviou o ambiente abrindo de par em par os seus domínios como refúgio dos criminosos fugidos à justiça das capitanias limítrofes. Ao contrário do esperto e sisudo Duarte Coelho, Vasco Fernandes estava pronto a tomar «aquele veneno». Achava mesmo que devia, por precisar de homens.

Porque a sua capitania era boa. Ele bem o sabia! Desprezada como a terra estava, ainda assim produzia com abundância. «Meu vilão farto»: era como Vasco Fernandes chamava ao seu rico domínio arreliador, e apesar de apertado por todos os lados, ainda assim, aguentava-se.

Não se sabe quanto tempo durou a luta. Há poucos relatos desse período no Brasil. Todavia, parece que em 1549 as notícias de Portugal levaram Vasco Fernandes a empregar esforços desesperados.

O rei resolvera mandar um Governador Geral para o Brasil, com jurisdição suprema sobre todas as capitanias. Para a maior parte dos donatários aquilo era um golpe fundo. Não lhes tiravam as terras, mas daí em diante já não seriam apenas responsáveis perante Deus e o rei, do outro lado do mar, pela forma como as governavam ou desgovernavam.

Nas instruções dadas a Tomé de Sousa, o primeiro Governador, encontramos referências especiais à capitania de Vasco Fernandes Coutinho. O rei ouvira dizer que ela se encontrava em estado de anarquia: era necessário fazer um inquérito a tal respeito.

Esperando, apesar de tudo, conseguir dar-lhe um aspecto de estabilidade, Vasco Fernandes embarcou numa caravela e visitou vários portos ao longo da costa, para reunir recrutas para se estabelecerem nas suas terras e ajudá-lo a defendê-las. Mas parece ter encontrado só indesejáveis.

Duarte de Lemos, que regressara em 1549 e que

ele encontrou em Porto Seguro, fez certos comentários desagradáveis. Este indivíduo desfrutava nessa altura do cómodo cargo de lugar-tenente da próspera capitania de Porto-Seguro, cujo donatário se encontrava então em Portugal, para responder por acusação perante a Inquisição.

É provável que o pobre Vasco Fernandes, em conversa com o seu velho camarada, deixasse escapar algumas frases amargas. Desde que as doações já não deviam continuar nas condições primitivas, achou preferível abandonar tudo e ir para qualquer outra parte em busca da fortuna.

Duarte de Lemos carregou o mais que pôde as cores a tudo o que ele disse, escrevendo uma carta ao rei a informá-lo de que Vasco Fernandes chegara numa caravela com um bando de ladrões e criminosos com quem teimava «yr se a França a se restaurar se de seus gastos ffeitos na sua capitania, dizendo que asy ho ade fazer pois lhe V. A. quebra suas doações». [1] Diz que não tem dúvidas de que Vasco Fernandes executará o seu plano: nada tem que perder porque está crivado de dívidas no reino. Além disso — ele tivera sempre más intenções a tal respeito: quando chegou pela primeira vez ao Brasil, quisera libertar-se da obediência à Coroa, propondo a Duarte de Lemos que fizesse o mesmo, ao que ele respondera com justa indignação! Por agora — «se vay a Pernambuco a ver com Duarte Coelho».

Com certeza pouco mal havia nisso. Vasco Fernandes esperava, sem dúvida, que o seu antigo companheiro dos mares da China o ajudasse.

É coisa vaga para onde ele foi exactamente e que

(1) Carta de Duarte de Lemos escrita de Porto Seguro a D. João III. Torre do Tombo. *Corpo Cron.* Parte I, Maço 84, n.º 99. Publ. in — *Hist. da Col. Port. do Brasil*, Tomo III, pág. 267.

fez durante os poucos anos seguintes. Pero de Góis, escrevendo da Baía em 1551, diz que Vasco Fernandes tinha partido, ninguém sabia para onde. As comunicações ao longo da costa brasileira eram raras e lentas. Vasco Fernandes deixara o Espírito Santo por algum tempo, mas certamente nunca foi para França, nem tentou traição de qualquer espécie. O que aconteceu ao carregamento de criminososs—e realmente levara carregamento—do seu navio, não podemos dizê-lo. Se lançou ferro com eles em Pernambuco, é mais que certo que Duarte Coelho não os autorizaria a desembarcar.

Vasco Fernandes permaneceu algum tempo em Pernambuco, ao que parece, antes de partir para a nova cidade do Salvador que o governador edificara junto da Baía de Todos os Santos. Vasco Fernandes sempre esperara que haviam de fazer qualquer coisa da sua capitania, mas até então tudo falhara. Ninguém lhe obedecia na ilha; os índios eram senhores do interior; ele não conseguira juntar os reforços que buscara, e parece que nem sequer tinha dinheiro para a volta; a sua saúde ressentia-se dos anos de dificuldades numa terra selvagem, e então devia ter 70 anos ou mais. Iria isto ser o fim de todos os seus sonhos? Onde estava o Vasco Fernandes dos velhos tempos — os heróicos velhos tempos, os violentos velhos tempos—o jovem que levantava mouros na ponta da lança, que lutava com elefantes, que saltava como um garrano indomado sob as rédeas de Albuquerque? Onde estava o Vasco Fernandes que sonhava dominar as montanhas de cristal duma terra de ouro? O Vasco Fernandes que então vivia estava em baixo, alquebrado, velho e doente, a quem os amigos davam de comer e de dormir por amor de Deus.

A sua consolação era uma planta indígena que se dissolvia em fumo que muito acalmava. Vasco Fernandes «bebia fumo» como os índios, diziam os que o

viam, e o bispo, recém-chegado, ficou horrorizado. Aquilo era um costume pagão, e quem sabia a que odiosos ritos ele podia estar associado? O bispo não toleraria tais hábitos entre os membros do seu rebanho! Quando um homem das classes baixas se dava a «beber o fumo», as ordens do prelado eram que o desnudassem até à cintura e que ficasse na igreja durante a missa com a perniciosa planta enrolada no pescoço.

Ele não podia tratar assim um fidalgo, mas fez tudo o que pôde para humilhar o pobre capitão velho. Negou-lhe o privilégio de sentar-se numa cadeira de espaldar na igreja, como era devido à sua categoria, proclamou em público a sua excomunhão, e nunca deixou de dizer, do alto do púlpito, «cousas delle tam descorteses estando elle presente que o puseram em condiçam de se perder» [1].

Vasco Fernandes protestou dizendo que não podia deixar de fumar, «sem o qual nam tem vida» e o governador — então D. Duarte da Costa — julgou o bispo pessoa de espírito demasiado estreito, dizendo que aquela planta era medicinal, «hũa mezinha que nesta terra sarava os homens e as alimarias de muitas doenças e que parece que nom devia de defender».

D. Duarte da Costa era uma boa alma. Recebeu Vasco Fernandes em sua casa, fez o que pôde para lhe mitigar a pobreza e mandou-o de novo para o Espírito Santo.

Encontramos Vasco Fernandes a residir ali de novo nos princípios de 1555. Ele deve ter-se sentido muito contente por encontrar uma capitania melhor do que a que deixara, talvez não melhor organizada mas melhorada em moral e maneiras.

(1) Carta de D. Duarte da Costa a el-Rei, 20 de Maio de 1555. *Corpo Cron.*, Parte I, maço 95, n.º 70. Publicado in—*loc. cit*, pág 375.

O autor desta modificação oportuna era um bom padre jesuíta, o P.ᵉ Afonso Brás. A Companhia de Jesus — de que depois falaremos muito mais desenvolvidamente—aparecera no Brasil em 1549, e a sua influência e actividade estavam a descer ao longo da costa.

O P.ᵉ Afonso, que chegara ao Espírito Santo em 1551 com um irmão da Companhia, ficara deliciado com a terra — «a melhor e mais fertil de todo o Brasil», [1] disse ele, lamentando não poder dizer outro tanto acerca dos colonos ali estabelecidos. Embora fossem poucos em número, davam-lhe muito que fazer.

Pelo menos receberam o P.ᵉ Afonso com alegria. Havia muitos anos que eles não viam igreja nem padre. Também não tinham ocasião para confessar os seus pecados, cuja história era muito comprida. Durante dias e dias seguidos o P.ᵉ Afonso nada mais fez senão confessar.

O padre tomou firmemente a seu cuidado estes penitentes. Obrigou-os a deixar as amantes ou a casar com elas, confiscou cartas e dados, e embora os obstinados protestassem, outros resolveram «de se emendar e ser bons ao diante».

Certamente fizeram-se mais observantes. Sabemos que em 1552 toda a gente se confessava quinzenalmente, e muitos uma vez por semana. A supressão da linguagem baixa foi talvez mais difícil, porque as pragas vinham à boca dum homem quando ele estava irritado, pelo que os espíritos zelosos organizaram uma Irmandade que tinha em vista acabar com as blasfêmias. Havia multas para cada transgressão: 5 réis se o transgressor se denunciasse a si mesmo, 20 réis se a sua falta fosse denunciada por outrem.

(1) Carta de Afonso Brás mandada do porto do Espírito Santo do ano de 1551. *Cartas Jesuíticas*. Vol. II. Cartas Avulsas. Rio de Janeiro, 1931. Pág. 88.

Foi a esta comunidade reformada que Vasco Fernandes voltou. P.° Afonso Brás não estava ali, tendo as suas funções sido tomadas por um colega seu cujo nome — que se confunde com o dele — era P.° Brás Lourenço. Já se tinha edificado uma igreja e aberto uma escola onde as crianças — mestiças e índias — aprendiam a doutrina cristã, além de ler e escrever. Vasco Fernandes deu-se muito bem com os Jesuítas, pessoas muito mais compreensivas do que o bispo da Baía. Fosse o que fosse que eles pensassem do seu hábito de fumar, os missionários estavam ocupados de mais na luta contra os pecados mais graves, como a poligamia, o adultério, o canibalismo e o assassínio, para voltarem as suas baterias contra as fraquezas do velho capitão.

Com o seu regresso, a capitania adquiriu um aspecto mais esperançoso, de certo modo. Além do apoio moral dos padres, Vasco Fernandes parece ter encontrado alguma ajuda para a administração no seu secretário, Belchior de Azevedo, homem geralmente estimado.

O capitão estava mais pobre do que nunca, mas algumas expedições ao interior trouxeram amostras de ouro, e o que parecia ser pedras preciosas, ficando toda a gente cheia de esperança, tanto mais que na própria ilha se encontrara um metal que parecia prata. Talvez um dia — quem sabe? — grandes riquezas se descobrissem!

Entretanto, a capitania consistia em três povoações, a que chamavam vilas: a «capital», na ilha de Duarte de Lemos, mais tarde chamada Vitória; a primeira povoação, quase abandonada, chamada Vila Velha, onde alguns brancos ainda viviam; e São Mateus, mais ao norte da costa, junto do rio do mesmo nome, onde alguns refugiados desgarrados, em anos passados, tinham procurado fugir aos índios.

Estes selvagens perseguidores continuavam a ser a grande ameaça. Em toda a parte os índios eram difíceis e perigosos, e os colonos de Vasco Fernandes, em especial, tinham-se tornado impopulares. Falhos de mão de obra como estavam, parecia uma solução feliz raptar os indígenas e fazê-los escravos. O resultado foi que os índios se retiraram para alguma distância da costa e da segurança das suas florestas faziam incursões e assaltavam os estabelecimentos dos brancos, levando estes por sua vez, não para trabalharem para eles mas para os engordarem para o festim de cerimónia. Nestas circunstâncias, pode-se imaginar como era precário para um branco trabalhar na sua plantação a certa distância da «vila». Tudo por culpa deles! diziam os Jesuítas. Eles próprios tinham atraído esses males. A maior parte das vezes os culpados tinham sido eles, mas isso não tornava a situação mais fácil.

A acrescentar ao perigo que espreitava das florestas do interior, havia o dos piratas franceses que infestavam a costa. Na sua estreita faixa junto do mar, o punhado de colonos mal armados deve ter-se sentido exactamente «entre a cruz e a caldeirinha».

Aos preocupados colonos, era ao menos uma bênção que, se os índios não gostavam deles, as diferentes tribos ainda gostavam menos umas das outras. Foi por esse motivo que o «Grande Gato» e toda a sua família vieram viver para a capitania do Espírito Santo.

Maracajaguaçu — Grande Gato — fora um chefe poderoso, cujo nome era respeitado e temido em muitas léguas de floresta. Vivia na ilha principal da baía de Guanabara, aliás conhecida por Rio de Janeiro. Dali fazia guerra aos Tamoios e durante muitos anos a vitória seguiu-o, comendo a carne dos seus inimigos. Mas ùltimamente a maré baixara. Os seus inimigos juntaram-se e atacaram em massa de todos os lados, a

aldeia foi cercada e a sua retirada cortada. Parecia certo que dentro em breve o Grande Gato e toda a família dariam aos Tamoios o banquete da vitória.

Eles não podiam fugir senão por mar, e para onde poderiam ir? São Vicente ficava perto, e o Grande Gato mantivera relações amistosas com os portugueses. Mas infelizmente os Tupis, que viviam em volta do seu estabelecimento, eram todos seus inimigos. Fugir para o norte seria o mesmo que ir meter-se na boca do lobo!

O melhor seria tentar ir para o Espírito Santo. Grande Gato mandou o filho implorar auxílio aos portugueses. Não quereriam eles mandá-lo buscar e à família? A maior parte deles estavam preparados para se fazerem cristãos.

Os Jesuítas, como é evidente, ficaram encantadíssimos — tantas almas a salvar e «moveu isto a piedade aos moradores» (1). Todavia hesitaram durante a ausência de Vasco Fernandes. A situação era delicada, o Grande Gato e a sua tribo vinham de terras pertencentes à capitania de São Vicente. Devia Espírito Santo intervir?

O filho do Grande Gato ia partir desanimado, mas voltou ao saber do regresso de Vasco Fernandes. O capitão ouviu com simpatia a sua triste história, prometeu mandar quatro barcos com munições em socorro do Grande Gato, mas disse que só em último recurso ele e os seus deviam ser trazidos.

Todavia, quando o grupo chegou à Guanabara, encontrou o Grande Gato e todos os sequazes à espera na praia, tendo já queimado as suas choças e todos os seus haveres. Nada mais podia fazer-se senão levá-los, e todos embarcaram tão depressa que deixaram várias criancinhas em terra, as quais os bons dos Jesuítas foram buscar e baptizaram. Se elas vivessem, seriam

(1) *Novas Cartas Jesuíticas*. Publicadas por Serafim Leite. Pág. 180.

educadas como bons cristãos; se morressem, iam para o Céu.

P.e Brás Lourenço andava ocupadíssimo a cuidar de tanta gente deslocada, missão que estava mesmo ao sabor do excelente padre. Grande Gato e todos os que lhe pertenciam foram persuadidos a fixar-se numa aldeia que edificaram fora da cidade, e aí P.e Lourenço colheu muitos frutos entre todos eles, catequizando as crianças e esforçando-se por preparar os adultos para professarem a fé cristã. O próprio Grande Gato levou dois anos a ser instruído com esse fim.

Em 1558, Vasco Fernandes perguntou se Maracajaguaçu queria cumprir a sua promessa e fazer-se cristão. Sendo como era tão grande amigo dos padres, como ele dizia ser, porque não comprovaria as suas palavras? Com certeza chegara o momento de se baptizar.

Talvez! Grande Gato pensou no caso. Um dos seus filhos — um jovem doente — fizera profissão da fé dos brancos. Duarte de Lemos, que reaparece em cena nesta conjuntura, fora o padrinho, dando ao jovem o nome de Sebastião de Lemos.

Vasco Fernandes ofereceu-se então para padrinho de Grande Gato e da mulher, dando a um o seu próprio nome, e ao outro o da sua mãe. Também havia de dar um grande banquete para celebrar o facto.

E assim Maracajaguaçu recebeu a água santa na pia, e o nome de Vasco Fernandes Coutinho, enquanto a sua mulher de pele fusca se chamou D. Branca. O capitão, conforme prometera, deu um grande jantar para celebrar o alegre acto e sentou o afilhado ao seu lado à mesa.

O novo Vasco Fernandes tornou-se, em geral, um bom converso, embora de vez em quando desgostasse o seu confessor com recaídas no paganismo. Mas, como o ex-Grande Gato não deixou de acentuar, eles não deviam esperar muito dele, que era cristão havia tão

pouco tempo, considerando o que ele observara do procedimento de alguns que eram cristãos de nascimento! Ao menos, desde que fora baptizado tivera apenas uma mulher. Parecia-lhe que o mesmo não podia dizer-se de muitos cristãos!

Vasco Fernandes Coutinho fez tudo o que pôde para proteger os índios da sua capitania dos brancos e dos outros. Proibiu de vender os filhos como escravos aos colonos, e os brancos de entrarem em tais negociações

Não lhe obedeciam muito bem. Apesar de todas as práticas piedosas introduzidas recentemente, é de recear que a regeneração estivesse longe de ser completa, e mesmo que os fiéis se confessassem uma vez por semana nunca podiam estar isentos de culpas. Entre eles, estavam constantemente a questionar e tinham violentas questões com o capitão. A Câmara tratava-o com sobranceria, parecendo que foram as minas, ainda por descobrir, a causa das zangas. Pertencia aos vereadores tratarem desses assuntos, diziam eles, e não ao capitão. De facto, segundo Vasco Fernandes escreveu, trataram-no com «pouco amor e cortesia». [1]

Vasco Fernandes, que fora arrebatado na juventude, pode muito bem ter sido irritável na velhice. Mas também ele sentiu a influência dos bons missionários; «quiz Nosso Senhor movel-o», escreve um deles, «e mandou chamar a todos aquelles que lhe parecia estarem escandalisados e com boas palavras e mostra de sentimento lhes pediu a todos perdão com protestação que, si a algum havia damnificado, o satisfaria e que dali por diante queria estar bem com todos.» [2]

(1) Carta de Vasco Fernandes Coutinho para Mem de Sá. Torre do Tombo. *Corpo Cron.* Parte I. Maço 102, n.º 96. Publ. in — *Hist. da Col. Port. do Brasil*, Tomo III, pág. 382.

(2) *Cartas Avulsas* n.º 196. Carta de Francisco Pires do Espírito Santo, 1558.

Se havia uma capitania que tivesse necessidade de ser unida e estar em paz dentro das suas fronteiras, era o Espírito Santo nessa época. O regresso de Vasco Fernandes Coutinho quase coincidiu com uma grande investida dos Tamoios, incitados e auxiliados pelos piratas franceses cujos navios frequentavam a costa. A colónia não estava bem armada ou equipada para a defesa, nem havia dinheiro para comprar com que fazê-la. A capitania tinha com certeza os dias contados se não se fizesse qualquer coisa imediatamente.

Vasco Fernandes apelou para o novo governador Mem de Sá. Se ele não lhes mandasse ajuda, os colonos seriam mortos e devorados.

Mem de Sá, que chegara havia pouco tempo, mandou uma armada de que fazia parte seu próprio filho. Os homens desceram a costa, desembarcaram junto do rio Cricaré, e avançaram para o interior pelos cursos de água e pelos caminhos da floresta. Descobriram as tribos de Tamoios e puseram-nas em fuga diante do troar da sua artilharia, perseguiram-nas pelo interior até muito longe nos seus esconderijos e alcançaram uma vitória retumbante no deserto — vitória que Fernão de Sá, filho do governador, pagou com a vida.

Vasco Fernandes recebeu com tristeza o exército triunfante na sua capital, desde então chamada Vitória. Obtivera-se uma libertação completa, mas por que preço? Os índios foram derrotados e a capitania salva, para quê? Não para ser governada por Vasco Fernandes Coutinho.

Ele sentia-se velho e doente. Já não estava em condições de comandar rudes pioneiros — sentia-o no coração e via-o nos olhos dos seus homens. Não tinha força para impor a sua vontade, nem dinheiro para conservar a sua posição. Era um indivíduo isolado. A mulher, D. Isabel Fróis, ao que se sabe, nunca o

acompanhara para a sua capitania, naturalmente morrera em Portugal havia muito tempo; e embora por referências se saiba que ele tinha dois filhos, ambos no Brasil, não consta que eles fossem de muita ajuda para o pai. Passara o seu tempo; tinha de dar o lugar a outros. Pediria ao rei que o exonerasse da sua capitania e mandasse alguém competente para tomar conta do seu «vilão farto».

Vasco Fernandes queria voltar a Portugal e ver os velhos lugares e os velhos amigos antes de morrer. Iria ele morrer em Portugal? Mas amava muito esta terra luminosa de azul e verde, esta terra nova de esperança radiante, a que devotara um terço da sua vida. Em Portugal talvez encontrasse ajuda afinal, quaisquer meios de realizar tudo aquilo que planeara e esperava fazer ainda nesta hora tardia. E o velho sonhador mais uma vez sonhou.

Entretanto, teve de subir a costa até ao Salvador para agradecer ao governador o seu auxílio oportuno. Por isso, Vasco Fernandes deixou Vitória, mas estava longe de encontrar-se bem, e os navios não eram então lugar para doentes. Não passou além de Porto Seguro — «com mao tempo e má vida do barco, ja quando aqui cheguei, foi dita chegar vivo» (1), escreveu ele a Mem de Sá. Logo que se sentisse melhor, iria ver o governador e falar acerca da sua capitania, que, graças a Mem de Sá, estava agora livre dos seus inimigos e «em termos melhores de que nunca esteve».

Mas ele não podia aguentar mais os colonos, pelo que pedia ao governador para abandonar o cargo. Por muitas razões, o seu único desejo era chegar a Portugal, se Deus lhe fizesse essa grande mercê. Ali esperava recrutar novos colonos para a sua capitania ou vendê-la a quem pudesse. Estava ansioso por ver a terra habitada e que «não esteja tão deserta, como está e tão desamparada, é necessário ir tomar conclusão antes que morra, porque são (sou) já mui velho e mui cercado de doenças e morrendo desta maneira corra a alma muito risco». Implorava ao governador que escrevesse ao rei a respeito da sua capitania, dizendo-lhe como não se devia deixar perder tal terra, «se la ha embarcação e Vossa Senhoria ha de mandar algum navio para o Reino folgaria de por elle ser embarcado e ir».

(1) *Lo cit.*

Mem de Sá concordou perfeitamente em ser preciso fazer qualquer coisa pelo Espírito Santo. Agora já estava livre de índios, «mui pacifica e o seu gentio tão castigado, mortos tantos e tam principaes que parece que não Alevamtará a cabeça tam cedo(...) o perigo que esta terra agora pode ter — dizia ele ao rei — hee ter capitão tão velho e pobre» (1). O rei devia chamá-la de novo à Coroa. Vasco Fernandes estava «tão cansado e emfadado que não deseia senão que lhe tome a capitania».

Em 1560 Mem de Sá fez isso finalmente. Chegando a Vitória, tomou posse formalmente em nome da Coroa e nomeou Belchior de Azevedo como lugar-tenente.

Vasco Fernandes nunca mais voltou a Portugal. Não tinha saúde para tão longa viagem. Ficou no Brasil mais um ano — tão pobre que dizem que algumas pessoas lhe davam de comer por esmola, tão pobre que, quando morreu em 1561, Frei Vicente do Salvador duvida que deixasse o bastante para comprar a mortalha.

(1) Carta de Mem de Sá para el-Rei, de 1 de Junho de 1558. Torre do Tombo. *Corpo Cron.* Parte I, Maço 102, doc. 103. Pub. in — *Hist. da Provincia do Espirito Santo*, pág. 35.

XI

Trabalho baldado

Pero de Góis amava o Brasil. Entre todos os capitães que pediram terras no novo continente, era ele o único que conhecia por experiência o que pedia, escolhendo o Brasil por ser a terra do seu coração.

Navegara ao longo de toda a costa com Martim Afonso de Sousa. Vira a alvorada surgir cor de sangue por cima das árvores da floresta de Pernambuco; conhecia as ilhas verdes e frescas que enchiam a Baía de Todos os Santos, e as montanhas encantadas, que ao lusco-fusco pareciam cor de pérola e púrpura que cercavam o Rio de Janeiro; e trepara aos montes de Piratininga para ver o mar azul a estender-se lá em baixo com a sua linha de ondazinhas brancas de neve cobrindo os contornos irregulares da costa.

Ajudara a fundar os dois estabelecimentos de Martim Afonso, no planalto e junto do oceano em São Vicente; possuía uma «sesmaria» na capitania, um domínio de montes ainda por explorar, de rios que vinham de nascentes desconhecidas.

Andara pelo interior até grande distância com o

grupo que procurara em vão os perdidos expedicionários de Cananeia. Aspirara esse perfume, suave e acre, que paira nos vales selváticos duma terra erma, e atravessara com dificuldade as florestas impenetráveis por onde vagueia, entre as sombras profundas, a onça. Conhecia o silêncio murmurante das longas noites à luz das estrelas meridionais e ouvira os periquitos gritar ao nascer do sol.

Pero de Góis era oriundo, ao que parece, de Beja — antiga cidade erguida num monte sobranceiro à infinita planície alentejana. Campos de trigo a ondular sob um céu sem nuvens — verde claro nos princípios da primavera, dourados nos começos do verão e, depois, queimados a reverberarem ao calor de Agosto — eis a paisagem no meio da qual crescera, simples, batida do sol e seca — terra que conhecia o arado desde o tempo dos Romanos, onde basta raspar o solo para desenterrar os restos de civilizações mortas. Pero de Góis passara deste para um mundo novo e estranho, sem história, onde a passagem do homem não deixa rasto sob o verde perene que se fecha sobre ele como as ondas do mar sobre os navios que engole.

Quando Martim Afonso de Sousa voltou a Portugal em 1533, Pero de Góis e seu irmão Luís ficaram na jovem colónia de São Vicente. Viveram a vida dos pioneiros, lutando para domar o deserto, caçando e pescando com João Ramalho e os seus guerreiros índios, e ao mesmo tempo dando-se ao trabalho de criar uma organização política em sítios onde jamais se vira tal coisa.

Não era fácil. O homem civilizado volta mais depressa ao estado selvagem do que refaz uma civilização. Os grupos de condenados e os marinheiros naufragados que se tinham tornado selvagens com os índios da costa ressentiram-se com a nova autoridade que se propunha diminuir a sua liberdade sem lei. Um bando

deles assaltou e saqueou a jovem cidade de São Vicente enquanto Pero de Góis e o irmão se encontravam ausentes no planalto. Tiveram que descer com o seu aliado Tabiriça para castigar os rebeldes.

Tal foi a vida vivida por Pedro de Góis até 1536, quando voltou à terra natal para ser investido da capitania que o rei lhe concedera.

Talvez por ter chegado mais tarde do que os outros, quando a maior parte das doações já estavam repartidas, Pero de Góis teve menos do que qualquer outro capitão. Deram-lhe a terra entre o Espírito Santo e São Vicente, umas 30 léguas da costa que abrangiam o vale fértil do rio Paraíba, a nordeste do cabo Frio.

Ficou muito contente com isto, porque não era rico e não teria podido arranjar o capital para manter mais. Parece que era solteiro, mas tinha mãe e três irmãs a sustentar. Como muitos outros nestas condições, esperou que o Brasil resolvesse o seu caso pessoal. Não tinha muitas ambições. Não sonhava com minas e pedras preciosas. O que ele pensava fazer era lavrar o solo, torná-lo fértil e multiplicar as suas colheitas.

A sua capitania ficava próxima de São Vicente, a parte do Brasil que ele conhecia melhor. Terra ideal para a cultura do açúcar, estava ele certo de que havia de ser. Em 1536, quando chegou ao Brasil novamente, passou por São Vicente, e convenceu seu irmão Luís a juntar-se-lhe. Luís trouxe alguns mais, assim como grande número de canas de açúcar, transplantadas de outras já nascidas na terra de Martim Afonso.

Os dois irmãos subiram juntos a costa até à foz do rio Paraíba aí fundando a Vila da Rainha. Plantaram canas, que se deram bem, mas faltavam muitas outras coisas : máquinas para os engenhos, mercadorias para trocar com os índios e ferramentas de toda a

espécie para fabricar e fazer consertos. Como outros capitães, Pero de Góis, feito o reconhecimento da terra e a primeira experiência, encontrava-se insuficientemente equipado, resolvendo ir à metrópole para arranjar as coisas para o futuro. Ele e Luís partiram em Abril de 1542, e visitando Duarte Coelho na passagem, chegaram a Portugal naquela primavera.

Pero de Góis teve sorte ali. Conseguira interessar Martim Ferreira, um rico mercador, que aceitou associar-se a ele, explorando juntos a indústria do açúcar. Martim Ferreira forneceria os capitais e todos os utensílios de ferro e outras coisas necessárias.

Talvez em 1543, Pero de Góis partiu uma vez mais, cheio de esperança. Luís também foi, sendo talvez então que levou a mulher para o Brasil — ou ela já ali se encontraria — e seu filhinho Pero.

Era uma pena que os capitães tivessem de sair alguma vez das suas capitanias. Ao voltar à terra, Pero de Góis viu que se passara o costumado. Os colonos, cada um a puxar para o seu lado, tinham-se zangado e entrado em questões com os indígenas: «quanto desbaratada achei a minha capitania e allevantada», [1] escreveu ele ao rei ; os colonos tinham-se dispersado e as plantações estavam abandonadas.

Mas não era homem para desanimar fàcilmente. Com toda a paciência, recomeçou a trabalhar. Sem dúvida tinha trazido outros colonos com ele, e arrebanhou os que pôde entre os fugitivos.

Armazenado o grosso dos fornecimentos que trouxera, junto da foz do rio Paraíba, Pero resolveu explorar todos os cursos de água que atravessavam os seus domínios. Durante dois meses, por entre florestas densas, entraram e saíram dos muitos afluentes, estudando onde poderia ser melhor sítio para instalarem os engenhos de açúcar. Os índios percebiam muito pouco do que se pretendia para poderem ajudá-los. Apenas podiam avançar milha a milha observando por si mesmos.

(1) Carta de Pero de Góis para el-Rei, escrita em Vila da Rainha em 29 de Abril de 1546 *Corpo Cron.* Parte I. Maço 77, doc. 120. Publ. in — *Hist. da Col. Port. do Brasil*, tomo III, pág. 263.

Não era de aconselhar fixarem-se a grande distância da costa, e muitos sítios que pareciam bons a Pero de Góis tiveram de se pôr de parte, por serem de difícil acesso, encontrando-se a água obstruída por raízes e troncos que dariam muito trabalho a destruir.

Por fim encontrou, no rio Menagé, um lugar com água limpa. Não era o ideal, disse ele ao sócio, porque estava a 7 ou 8 léguas da costa por terra, ou 10 léguas por água, mas por então servia. Pero de Góis subiu o rio até onde os barcos puderam chegar, em frente das cataratas, e aí «achey poderem se fazer todos quantos engenhos quisermos», [1] escreveu ele, e na estação das chuvas os navios podiam ir do mar até lá.

Neste lugar, informou ele mais tarde o rei, «fis hũa mui boa povoação com muitos moradores e muita fazenda» [2]. Tinha sido difícil, acrescenta ele, para todos por se encontrar tão longe da costa.

Foi ao Espírito Santo para arranjar um mecânico hábil para instalar os engenhos, que pediu salário elevado: um cruzado por dia. O custo total montava a 18 mil reais pelo tempo todo, mas Pero de Góis teve a satisfação de saber que o trabalho tinha sido bem feito.

O transporte era um problema que se tornava necessário considerar em tempo oportuno. Pero de Góis mandou abrir uma estrada através da selva, direita à costa.

(1) Carta de Pero de Góis para o seu sócio Martim Ferreira, escrita de Vila da Rainha, 18 de Agosto de 1545. Biblioteca Pública de Évora, cod. CXVI, 2-3, n.º 2, in - *ob. cit.*, pág. 262.
(2) Carta para el-Rei. cit.

Ao longo destas 7 léguas, escreveu ele ao sócio, um carro podia andar em seco «e cavalos e tudo, tudo ho que homem quiser» [1]. Assim «quem nam quer ir polo rio, vai por terra» e o açúcar podia ir pela água. «Isto da propria maneira que lhe escrevo, pasa; e escrevo lhe pera que o saiba».

Pero de Góis parece muito contente.

Arranjara um bom intérprete que, juntamente com outro homem, andava pelo país a negociar com os índios e a contratá-los para servirem. Ajudado por eles, os dois homens desbravaram e plantaram na ilha, que estava no rio, canas de açúcar, e procederam a outros trabalhos para a cultura de cereais — e assim quando chegassem mais colonos, eles encontrariam alimentos para comer.

Enquanto este trabalho agrícola prosseguia, Pero de Góis instalava dois «engenhos» junto da costa, os quais deviam ser accionados por trabalho animal; «moia um delles pera os moradores, e houtro pera nós (Pero de Góis e o seu sócio) somente». Isto por então, para toda a gente ter que fazer, porque «Pera estes dois engenhos, bento Deus, tenho gente e o mais que lhe pertence que he canas pranto agora». Dentro de 18 meses contava mandar para o reino umas 2 mil arrobas de açúcar, e no futuro esperava aumentar esse número. Pensava ele que havia de ser o melhor açúcar da costa, pois aquela terra era a ideal para ele. Os técnicos, diz Pero, sentiam-se «muito satisfeitos da terra».

Já tinha um «Mestre de açúcar», homem casado ido do Espírito Santo, onde já estivera contratado pelo salário anual de 60 mil reais. Acontecia que este homem deixara a mulher — índia, cremos — junto do rio Paraíba. Ele ia buscar a mulher, quando Pero de

(1) Carta cit.

Góis o deteve e lhe ordenou que ficasse. Devia ganhar 20 reais durante o primeiro ano antes de os engenhos começarem a trabalhar, e o dobro quando se fabricasse açúcar. A oferta foi aceita com relutância, diz Pero, o que, quando a comparamos com a norma dos sálarios, não é para surpreender! Mas «fiqua seguro por ser casado que não ha outra cousa pera terra».

Seriam precisos mais homens desses, que deviam ir no momento oportuno, para «te-los seguros na boia» logo que os engenhos começassem a trabalhar. Mesmo que uma pessoa fosse obrigada a pagar-lhes durante um ano sem trabalharem, era melhor que eles tivessem de esperar pelas máquinas do que os engenhos ficassem à espera deles, com prejuízo das canas. Em qualquer dos casos, acrescenta ele, um homem não servia para muito durante o seu primeiro ano no Brasil: «neste anno primeiro sempre gastão em doenças e fazerem-se á terra». Portanto, arranjasse-se tudo com tempo.

Quando chegou ao trabalho manual, Pero de Góis estava preparado para meter ombros ao carro. Para os dois engenhos movidos a cavalo que ele estivera a instalar, «eu só, bento Deus, com João Velho abasto»! Por então não era preciso fazer mais despesas. Mais tarde, quando a expansão que ele esperava tivesse começado, seriam precisos uns 60 escravos da Guiné — dez para ajudar a levar os carregamentos para os engenhos, e 50 para os engenhos de água que trabalhavam junto do rio.

A carta de Pero termina com uma nota admonitória ao seu sócio, para o abastecer de instrumentos e ferramentas; ao que parece, aquele queria muito economizar: comprar só do melhor, insiste ele, os produtos baratos saem caros afinal. — «Tenho pera mim que nenhũa cousa é pior pera armação que mandar cousas roins». E mandasse-as bem acondicionadas em boas caixas. A última remessa de tesouras, feita em

cestos, não servira absolutamente para nada: «e isto nom he minha culpa que eu ho avisei bem do caso e nom sey porque se nom lembra do que lhe escrevo pois tudo é seu proveito e serviço»!

Assim discorria Pero de Góis, cheio de esperança, da sua Vila da Rainha, a 18 de Agosto de 1545.

O futuro parecia realmente muitíssimo prometedor. Quem podia adivinhar que menos de um ano passado tudo teria caminhado mal? Resultou isto da vizinhança com a capitania do Espírito Santo.

Pero de Góis e Vasco Fernandes Coutinho eram os melhores amigos, prontos a ajudarem-se em todas as ocasiões, cada qual muito escrupuloso em respeitar as fronteiras do outro, e mesmo quando Pero de Góis se apropriou do melhor perito açucareiro do seu amigo, parece não ter havido má-vontade — é muito possível que Vasco Fernandes nunca soubesse nada acerca disto.

Como quer que fosse, entre os capitães continuava a haver perfeita harmonia, e nenhum deles queria causar incómodos ao outro. Foi o bando de aventureiros ousados de Vasco Fernandes que deitou azeite no lume. Aquele não tinha qualquer autoridade sobre eles.

Portanto, sem o consultar, Henrique Luís, homem atrevido e mau, com outros do mesmo estofo, desceram um dia a costa para traficar com os índios, desafiando as ordens reais. Henrique Luís não se contentou com limitar as suas actividades a um simples comércio ilegal; raptou o principal chefe da capitania de Pero de Góis, homem que tinha sido sempre bom amigo dos colonos — e levou-o para pedir resgate por ele. Aquilo já era mau, mas quando a extorsão foi paga, Henrique Luís fez pior. Nessa altura andava ele a mendigar os favores de outra tribo, inimiga do seu prisioneiro e à qual o entregou para o matarem e devorarem.

Acto de traição tão vil provocou, naturalmente,

um levantamento geral contra os brancos. O odioso Henrique Luís e os seus cúmplices fugiram a toda a pressa para a sua caravela, deixando o inocente sofrer a vingança dos seus crimes.

Daquele dia em diante, Pero de Góis viu os seus sonhos desvanecerem-se e o trabalho das suas mãos destruído à sua vista. Os índios faziam incursões constantes. Não havia possibilidade de paz, porque todos diziam «de nos muitos malles que se não fiassem em nos que não mantinhamos verdade», [1] escreveu ele ao rei.

Os engenhos situados junto do rio e perto das cataratas foram destruídos, assim como as florescentes plantações. Os colonos tiveram de abandoná-las e entricheirarem-se na Vila da Rainha, junto da costa. Ali lutaram desesperadamente contra os milhares de selvícolas. Vinte e cinco dos melhores homens breve foram mortos — «fiquei com hum olho perdido de que não vejo». E acrescenta que também perdera os 15 anos que dedicara ao Brasil, mas o que o preocupava mais era ter arrastado os homens que tinham acreditado nele e investido dinheiro na sua empresa. Há tão pouco temor de Deus em alguns pontos desta terra, dizia ele, que se não se fizesse qualquer coisa por ela, dentro de dois anos ficava arruinada! Sua Alteza devia insistir por que as suas ordens fossem cumpridas, e os actos de pirataria e de violência suprimidos!

Realmente devia, mas era mais fácil dizê-lo do que fazê-lo! Como podia qualquer autoridade de tão longe impor a lei a tão poucos homens espalhados por léguas e léguas ao longo duma costa selvática e deserta?

Se ao menos houvesse paz na terra, lamenta-se

(1) Carta para el-Rei, cit.

Pero de Góis, os seus engenhos de açúcar deviam de estar então a produzir riqueza. Mas encontravam-se em ruínas e o seu espírito muito preocupado com a mãe e os irmãos que deixara em Beja. Não tinha fortuna pessoal — «mantenho-as com muito trabalho da mynha vida e pesoa». E pedia ao rei que lhe mandasse auxílio antes que fosse tarde para que não se perdesse a capitania, com a qual esperara sustentá-las.

Não sabemos qual foi a resposta a este apelo patético, nem como Pero de Góis resistiu na sua Vila da Rainha. Diz-se que foram os seus colonos que exigiram que a abandonasse, gritando que os levassem, porque a vida era impossível em tal lugar!

Pero de Góis teve de aceitar a derrota. Apelou para o seu amigo Vasco Fernandes Coutinho para o ajudar com embarcações a fim de transportarem os refugiados da Vila da Rainha. Vasco Fernandes mandou-lhes barcos, acolhendo Pero de Góis na sua capitania, mas, como vimos, ele próprio não podia fazer muito.

Luís de Góis voltou com a família a São Vicente, e Pero de Góis regressou a Portugal, não se sabe ao certo quando.

Nunca chegou a adquirir meios para restaurar a sua capitania. Nas margens do rio Paraíba todos aqueles engenhos de açúcar foram absorvidos pela floresta. A Vila da Rainha, caindo em ruínas na solidão da costa, foi envolvida e engolida pela selva. Não há hoje quaisquer indícios do lugar onde se encontrava, discutindo os historiadores qual ele teria sido. Dizem uns ser a cidade de Campos, capital do açúcar, cujas refinarias são abastecidas pelas canas do vale do Paraíba. Se assim é, a visão que Pero de Góis teve da região chegou a realizar-se.

A ele só lhe trouxera desilusões, mas, de qualquer modo, amou o Brasil. Voltou lá em 1549, não já como capitão donatário, mas como comandante da esquadra mandada pelo rei para cruzar em frente da costa brasileira. Sabemos que serviu ali fielmente vários anos, fazendo tudo o que pôde em benefício da terra, e supõe-se geralmente que morreu no Brasil.

A baía de Todos os Santos e a cidade do Salvador

Do códice quinhentista da Biblioteca da Ajuda "Roteiro de todos os sinais, conhecimentos fundos, baixos, alturas, que há na costa do Brasil".

XII

Paraíso perdido

A ampla Baía de Todos os Santos, ou simplesmente a «Baía», como iriam chamar-lhe daí a pouco, com as ricas terras que se estendiam a toda a volta, era considerada a jóia e a prenda de todo o Brasil.

De onde lhe viera o nome? De ser um paraíso digno de todos os santos! Diziam outros que era porque parecia que todos os santos tinham contribuído para a sua beleza.

Estava ali um porto que poderia abrigar todas as armadas do mundo — um mar interior com as suas próprias baías e enseadas com os seus pântanos salgados, as suas dezenas de ilhas, ilhotas infinitas de verde ondulante, e os seus rios a desaguarem nas águas cristalinas. Estas águas eram tão calmas e transparentes que do meio da baía a vista podia alcançar o fundo onde se avistavam as conchas e os seixos prateados.

As margens, que num arco de círculo de algumas léguas de extremo a extremo envolviam este cristal encantado, eram um jardim de verdura, com as folhas mais escuras dos mangues de raízes aéreas que orlavam

a praia, mergulhando nos verdes claros da relva, das palmeiras e das árvores da floresta a cobrirem os montes que se estendiam para o interior. Serpenteando até à baía havia uma rede de cursos de água, rios e ribeiros desaguando uns nos outros ou deles brotando, todos navegáveis por embarcações pequenas. Quase não se precisava de estradas através desta região, as comunicações estavam feitas — e que é que não havia de crescer neste rico solo vermelho?

O clima era considerado divinal. Nem o calor esmagador da África, nem o violento sol da India, que secava a medula dos ossos do homem, nem o vento gelado dum inverno europeu alligiria o feliz colono ali estabelecido — nem mesmo a geada nocturna que cai nos montes de Piratininga. Na Baía havia uma temperatura levemente quente durante todo o ano, uma brisa suave vinda do mar, que refrescava o ar mas nunca gelava. De mês para mês, do dia para a noite, o ambiente era abençoado.

Foi isto que tocou em sorte a Francisco Pereira Coutinho, conhecido pelo «Rusticão» pelos seus companheiros dos tempos da Índia.

Porque foi ele favorecido de tal maneira? Confessamos que não vemos qualquer razão especial. Francisco Pereira, sem dúvida um homem valente, servira durante muitos anos e com honra na Índia. Nos fins de 1509 já ali estava e o seu nome figura entre os dos fidalgos que acompanharam Albuquerque em 1510 à conquista de Goa. Depois disto parece ter voltado ao reino, encontrando-se registado o seu regresso à Índia em 1514. Comandou um dos navios que se encontravam sob as ordens de Cristóvão de Brito, capitão-mor, que se queixa amargamente de Francisco Pereira Coutinho quase ter feito naufragar a esquadra! Por ter visto alguns lobos marinhos, indicou terra onde não havia tal coisa — e «nunca me

quys falar nem dizer porque fizera aquyllo». [1] No ano seguinte parece que foi para Ormuz com Afonso de Albuquerque e ali ficou depois de partir o governador, com a armada que patrulhava o Golfo Pérsico. Francisco Pereira e os outros capitães serviam bem, escreveu o comandante da fortaleza de Ormuz, não dando qualquer incómodo. São estas as referências que encontramos a seu respeito, mas há poucos pormenores acerca das suas acções. Francisco Pereira Coutinho, o «Rusticão», era apenas um entre muitos outros.

Não é fácil inferir das crónicas quantas vezes ou durante quanto tempo serviu no ultramar. Sabe-se que acabava de regressar do Oriente em 1534, quando as capitanias brasileiras estavam a distribuir-se. Francisco Pereira requereu uma delas e assim recebeu as 50 léguas de costa que, medidas desde o rio São Francisco para o sul, abrangiam precisamente a majestosa baía dentro dos seus limites.

A doação está datada de 1534, e evidentemente Francisco Pereira partiu no ano imediato, como pode depreender-se do documento de 6 de Julho de 1535, em que o rei lhe faz presente de «mil cruzados pera comprar artelharia pera levar nos navios em que ora vai pera a sua capitania do Brasil» [2].

Todas as vantagens de Pernambuco como capitania também se disfrutavam na Baía. Era quase tão fàcilmente acessível da Europa e pela navegação da rota da Índia. Tão-pouco era costa desconhecida. Fora visitada durante mais de 20 anos e havia colonos a viver junto da Baía. Devemos recordar como Martim Afonso de Sousa deixou ali dois homens da sua armada

---

(1) Carta de Cristóvão de Brito para el-Rei, de 9 de Novembro de 1514. Publicada in *Cartas de Afonso de Albuquerque*, Tomo III, pág. 99
(2) *Registo da Casa da Índia*, publ. pelo Prof Luciano Ribeiro, Vol. I, pág. 64, doc. nº. 276.

para ver o que o solo podia produzir e casarem com as filhas meio-índias do Caramuru.

Como pai duma colónia, Diogo Álvares Caramuru devia desempenhar também o seu papel. Ele soubera tudo acerca da região havia anos, tendo aprendido à sua custa; encontrava-se nas melhores relações com índios, e tinha um grupo muito conveniente de filhas casadoiras. Sabemos que uma delas se chamava Madalena Álvares e que em 1534 casara com Afonso Rodrigues de Óbidos na primeira igreja construída na Baía — pelo menos assim reza a inscrição numa que fica hoje no mesmo local. Todavia temos de supor que a «igreja» de 1534 pode ter sido pouco melhor que um pardieiro. Outro dos genros do Caramuru foi Paulo Dias, genovês, parece que vindo de Pernambuco, onde primeiro residira.

Quando Francisco Pereira desembarcou encontrou nove europeus a viver na Baía ao lado do patriarca Caramuru, aparentemente todos felicíssimos e prósperos.

Assim pudessem eles também ser! Os recém-chegados ficaram encantados com tudo. Com certeza aquela era a terra mais bela do mundo! Que porto — tão fácil de entrar — que perfeito ancoradouro lá dentro — como eram belas as praias à volta — que rica terra, «dara tudo que lhe deitarem [1] — que esplêndido algodão havia na terra — que grande quantidade de açúcar havia de produzir um dia — e que coisas adoráveis havia ali já para comer! Caça de todas as espécies em tal abundância que uma anta, um veado ou um porco bravo seria vendido por um vintém, e peixe — peixe enorme e delicioso — atraído pelo isco tão fàcilmente que se podia obter de graça, e

(1) Relação das informações e fragmentos históricos, de Anchieta, cit. in-*Hist. da Col. Port. do Brasil* tomo III, pág. 250.

fruta de variadas espécies crescendo nos bosques, pronta a colher-se.

Quanto aos índios — eram gente encantadora! Muitíssimos deles vieram saudar o capitão à chegada, trazendo-lhe presentes. Parecia até que queriam fazer-se cristãos!

Tal era a brilhante descrição redigida em 1536, quando o capitão edificara a sua Vila Pereira. Uma torre andava a erguer-se para dominar a terra em grande extensão — a terra adorável que ele estava a distribuir aos seus companheiros em «sesmarias». Evidentemente, Diogo Álvares Caramuru vinha pedir um bom pedaço dela, assim como Fernão Dolores, Sebastião Aranha e Francisco de Azevedo, além de muitos outros cujas escrituras não chegaram até nós. Espalharam-se pelas amplas curvas da baía larga e lavraram e semearam, e tudo nasceu. Que terra para agricultura!

Como conseguiu entrar a serpente neste éden? Não sabemos. Supomos que se chamava João Bezerra. Quando este homem, useiro e vezeiro em armar questões, apareceu, ou de onde veio, não se sabe. Apenas sabemos que era padre com nenhuma reputação de santidade e devia ser afinal o génio mau de duas capitanias.

Parece que era o padre que, segundo a informação de Nóbrega, tivera fortes questões com um chefe índio; e «lhe lançou a morte». Por outras palavras, com todo o poder de sugestão mental que possuía, ordenou ao homem que morresse e para um índio isso bastava para o matar. Convencido da condenação, o chefe desfaleceu, sendo as suas últimas palavras exortar os filhos a vingarem-no.

O índios da Baía eram uma raça feroz e belicosa. A guerra que fizeram aos colonos foi implacável e terrível; o seu número elevava-se a milhares, e o dos brancos não chegava a duzentos. E ainda viviam espa-

lhados aqui e além à volta da baía. Não era fácil reuni-los nem agrupá-los para a defesa comum, nem parece que Francisco Pereira possuísse grandes qualidades de chefe. Muitos dos colonos tinham sido aniquilados antes de o capitão poder reunir os sobreviventes na torre-fortaleza junto da entrada da baía, e ali encontraram-se cercados. As próprias reservas de água acabaram por ser cortadas, tendo de mandar-se barcos à costa oposta para a obter.

O pior de tudo isto era que muitos dos que se mandavam ali não voltavam, com ou sem água. Fugiam sorrateiramente para a vizinha capitania dos Ilhéus e ali se deixavam ficar. Francisco Pereira também devia ir! diziam eles. De que servia agarrar-se a uma defesa sem esperança até serem todos mortos? Era melhor abandonar a fortaleza e assim pôr termo às suas perdas!

Estava a trabalhar um espírito de insubordinação — o espírito de João Bezerra. Naturalmente ele passara em segurança para os Ilhéus e ali trabalhava aqueles que vinham. Visto que o capitão recusava abandonar a defesa e os homens eram bastante tolos para ficarem com ele, tinha de fazer-se qualquer coisa para o obrigar a ceder. Então os fugitivos começaram a estudar em conjunto um plano, tendo o Padre Bezerra ideias brilhantes.

O pobre Francisco Pereira, sentindo-se envelhecer, agarrando-se desesperadamente à sua fortaleza e à sua capitania, apesar da insubordinação nas suas fileiras e de as hordas selvagens apertarem o seu ataque do exterior, deve ter ficado agradàvelmente surpreendido um dia com a chegada duma caravela, que lhe disseram vir de Portugal.

De Portugal! A grande satisfação de Francisco Pereira aumentou. Talvez não reparasse que os seus informadores tinham um ar estranho. Alguém desembarcou; e deu-se público conhecimento dum papel que causou impressão, pois perante todos os funcionários da colónia se declarou ser uma ordem real para prenderem Francisco Pereira Coutinho! Não sabemos sob que acusação.

Fosse qual fosse, uma ordem de El-Rei Nosso Senhor não devia ser desobedecida. Espantado, o velho capitão deixou-se levar preso para bordo. A maior parte dos homens da guarnição deviam de estar no segredo da conjura. Também eles embarcaram na caravela e assim se abandonou a fortaleza.

Quando e como teve Francisco Pereira conhecimento do miserável estratagema de que se serviram contra ele? A caravela vinha dos Ilhéus, não de Portugal, e a ordem era falsa—forjada propositadamente por João Bezerra! Esta história não tem sido contada por completo. Tudo o que sabemos é através de referências indirectas em documentos e cartas que dizem respeito a outros assuntos. O que é certo é que a fraude se descobriu muito tarde para salvar a colónia — se é que ela podia salvar-se. Os colonos da Baía dispersaram-se e o capitão passou dos Ilhéus para Porto Seguro, onde permaneceu um ano ou mais — exilado da sua capitania, criticado pelo activo Duarte Coelho, e espicaçado pelo enérgico Pero do Campo Tourinho, capitão donatário de Porto Seguro, que lhe dava hospitalidade.

Era verdade, escreveu Duarte Coelho ao rei, que Francisco Pereira estava doente e velho, mas apesar disso a culpa era dele: «não sabia husar com a jemte como bom capytão e ser mole pera resistir ás doudyces e desmandos dos doudos e mall ensynados que fazem e causão levantamentos e ouniões de que elle se não pode escuzar de cullpa» (1). Apesar disso, continua a dizer

(1) Carta de Duarte Coelho para el-Rei, de 20 de Dezembro de 1546 *Corpo Cron.* Parte I, maço 78, n.o 105. Publ. in *ob. cit.* Tomo III, pág. 315.

o veterano disciplinador, os culpados «cumpre e he necessario... serem muy bem castyguados... e o clerygo que foy o princypyo daquelle dano e mall deve V. A. de o mandar yr preso pera Portugall e que nunca torne ao Brasyll porque tenho sabydo ser hum grão riballdo».

Francisco Pereira não fazia nada pela sua capitania — declarava Pero do Campo na sua carta ao rei, escrita de Porto Seguro em 28 de Julho de 1546: «averá hum anno e ele se veyo aquy onde está sem nunqua pôr nenhua deligencia acerqua de a povuar»[1].

Entretanto os índios, tendo expulsado os brancos das suas costas, sentiram-se como o homem da história que matou a galinha dos ovos de ouro. Por ali não voltariam a vir tesouras, nem facas, nem instrumentos de aço, nem lindos barretes escarlates ou encantadoras contas de cor, ou deliciosos cascavéis! Parece que se mandaram alguns recados aos portugueses para regressarem. O que é certo é que Diogo Álvares Caramuru embarcou numa caravela de cabotagem e se dirigiu para a Baía para fazer investigações acerca da situação.

As notícias que obteve eram pouco tranquilizadoras. Informaram-no de que recentemente um navio francês chegara e ancorara na baía, e os franceses tinham feito oferecimentos aos índios. Viram tudo e gostaram do que viram e partiram prometendo voltar dentro de meses, trazendo mais três navios bem armados e colonos para se fixarem na terra, colherem algodão e derrubarem pau-brasil e reerguerem os abandonados engenhos.

Mas aquilo seria a ruína do Brasil! exclamou Pero do Campo. Um estabelecimento francês na Baía,

(1) Carta de Pero do Campo Tourinho para el-Rei, de 28 de Julho de 1546. *Corpo Cron* Parte I, maço 78, n.º 45. Publ. in—*ob. cit.* Tomo III, pág 266.

escreveu ele ao rei, não seria de serviço para Deus nem de proveito para Sua Alteza! Francisco Pereira devia partir para Portugal imediatamente e informar D. João III do que se passava.

Mas Francisco Pereira recusou fazer aquilo. Voltar à pátria derrotado e dizer ao rei que a Baía estava abandonada aos franceses, era demasiada humilhação. O orgulho do velho guerreiro acordou. Seria preferível voltar à sua capitania para desafiar os intrusos e resistir ao gentio. Talvez tivesse melhor sorte desta vez e se o pior se seguisse ao pior, podia morrer a combater.

Portanto, Francisco Pereira fez-se de vela, com dois navios e Diogo Álvares Caramuru, em direcção à Baía, a recuperar o seu posto. Navegando com vento propício, chegaram à baía — à sua encantadora baía! Viu o sítio onde estivera a sua fortaleza deserta e a comprida ilha de Itaparica, que se estendia do lado oposto, com as suas grandes árvores a ondularem ao vento que se levantara.

A tempestade que se formara, tempestade que soprava com violência do sueste, avançava sobre o mar com toda a força, e os navios faziam esforços baldados por penetrar na baía, quando o vento os apanhou e atirou com força indomável de encontro às costas da ilha. Acima do rugido da tormenta, ergueram-se gritos que gelavam o sangue nas veias. E dos seus esconderijos na floresta, os selvagens Tupinambás caíram como um enxame de abelhas sobre os náufragos que lutavam com as ondas para alcançarem a praia.

A luta foi feroz, mas não podia durar muito. Francisco Pereira foi morto e feito em pedaços pelos índios. Naquela noite a floresta iluminou-se com as fogueiras e ecoou ao ritmo das danças e cantos selvagens, enquanto se preparava e, depois, devorava o pavoroso banquete.

Que aconteceu a Diogo Álvares Caramuru? Deixaram-no ir embora. Dizem uns que ele deveu a liberdade à sua mulher índia, outros atribuem-na à sua eloquência pessoal. O mais certo é ele ter-se entendido com os índios, que nunca lhe fizeram mal, mesmo antes de adquirir perfeito conhecimento da sua língua e costumes. É facto que voltou ao seu lar, em qualquer ponto do interior, e aí continuou a residir rodeado pelos seus genros e descendentes mamelucos.

Ali ficaram sòzinhos. A Baía, tão bela e enigmática como dantes, ficou deserta — as suas margens sem serem lavradas, as suas águas sem serem perturbadas, as suas florestas invioladas — enquanto na extensa ilha verde de Itaparica, restos do naufrágio se viam espalhados pela praia, e nas choças dos índios a carne humana estava dependurada a secar.

XIII

A língua rebelde de Pero do Campo

«Tanto que os engenhos se acabarem, eu espero em Deus, V. A. ter aquy um novo Reyno e muita renda em breve tempo» (1)

Assim escrevia Pero do Campo Tourinho ao rei em 1546. Olhando para as vastas léguas da sua capitania, ele podia sentir satisfação com a obra construtiva e bem feita.

A sorte caíra-lhe num lugar agradável — aquelas mesmas praias verdes que Cabral primeiro avistara estendendo-se aos pés do monte Pascoal, tinham-lhe sido concedidas, e Porto Seguro, a pequenina cidade prometedora que ele fundara, ficava a algumas léguas do porto que primeiro tomara aquele nome. Porto Seguro devia ser a capital, mas havia também Santa Cruz e Santo Amaro, ambas cidadezinhas prósperas, além de quatro ou cinco outros estabelecimentos.

(1) Carta de Pero do Campo Tourinho para el-Rei, escrita de Porto Seguro, 28 de Julho de 1546. *Corpo Cron.* Parte I, maço 78, n.º 45. Publ. in-*Hist. da Col. Port. do Brasil*, Tom. III, pág 266-7.

Muitas pessoas viviam na capitania, as searas cresciam, exportava-se belo pau brasil e os engenhos de açúcar estavam a começar a trabalhar. Pero do Campo esperava que dentro em breve houvesse muitos mais porque não tinha falta de água.

Nem tudo correra bem desde o princípio. Os índios causaram perturbação durante alguns anos; Pero do Campo e os seus colonos, no seu campo entrincheirado, viveram a vida dos assediados durante longo tempo, e muitos deles tinham sido mortos. Mas o tacto e o bom senso haviam, por fim, firmado a paz. Os antigos inimigos ajudavam agora a tirar o mato e a lavrar os campos, aceitando em troca as fazendas dos brancos. A capitania progredira muito durante os últimos doze anos, isso era inegável, mas apesar disso Pero do Campo não estava satisfeito. Havia ainda muitíssimo que fazer. O que era preciso, era trabalhar, trabalhar ainda mais!

A Pero do Campo parecia que os domingos estavam sempre a chegar para fazerem parar tudo. E quanto aos dias de observância não andavam os padres sempre a inventar mais? É claro que o povo gostava, demónio de preguiçosos que eles eram! Mas num país novo, onde havia tanto que fazer, uma pessoa não podia andar constantemente a guardar dias santos. Pero do Campo tinha-se na conta de homem piedoso. Achava que cumpria os seus deveres para com o céu. Não tinha ele edificado uma igreja em cada uma das suas aldeias? E duas em Porto Seguro? Não mantinha ele cinco padres e dois frades à sua custa? E que grande incómodo que eles causavam com todos os seus santos! Por exemplo, aquele seu Vigário Geral — o P.e Bernard d'Aureac — teria ele insistido na observância do dia de S. Martinho, se este santo não fosse francês como ele? O dia de S. Martinho nunca fora considerado dia santo de guarda no reino!

Pero do Campo Tourinho era minhoto, nascido e baptizado em Viana do Castelo, o porto mais adorável duma adorável costa, na foz do rio Lima — Viana, que durante séculos mandou marinheiros para os mares do Ocidente e emigrantes para lavrarem as terras virgens que estão do outro lado.

A juventude de Pero passara-se no mar. Ele descera as costas do novo continente até ao rio da Prata, e era navegador experimentado. E tanto assim que o Conselho das Índias de Castela esperava que «pudesse ser pessoa de proveito para o serviço de Sua Majestade» o imperador Carlos V, e portanto procurou atraí-lo, afastando-o da sua obediência natural. Tais blandícias foram baldadas. Pero do Campo era português leal e assim continuou.

Talvez fosse em recompensa da sua fidelidade que o rei lhe concedeu terras no Brasil. Sabemos que vivia em Viana quando a capitania de Porto Seguro lhe coube em sorte, e depois não perdeu tempo. O resultado dos seus preparativos rápidos e enérgicos causou certo pânico no reino vizinho, quando em 1534 chegaram notícias a Castela de que uma armada portuguesa de duas caravelas e dois navios redondos passara nas ilhas Canárias, comandada pelo conhecido piloto Pero do Campo, levando sob as suas ordens «cerca de seiscentos homens, muitos deles acompanhados das mulheres»! Era evidentemente uma expedição para colonização em larga escala! Quereriam eles fixar-se junto do rio da Prata?

Os castelhanos não precisavam de se preocupar tanto. D. João III, naquela época, concentrava as atenções em territórios menos controvertidos. Mas com certeza a expedição era uma aventura importante. Pero do Campo Tourinho reunira toda a sua família, parentes e amigos para partir com eles para o novo mundo.

Pertenciam a uma aristocracia rural habituada a cultivar as suas terras. Cheios de esperança, deixaram os seus pequenos solares ancestrais, os seus pequenos campos e vinhedos limitados por montes cobertos de pinheiros, e, com as mulheres, os filhos e os criados, as vacas, os carneiros, os porcos e as aves de criação, embarcaram para o Grande Desconhecido. Quanto a Pero do Campo, vendeu todos os seus bens e comprou quatro navios, que carregou com instrumentos agrícolas, gado, sementes e outras coisas. Levando a mulher, Inês Fernandes Pinto, e os filhos, Fernão, André e Leonor, partiu a comandar a pequena armada que provocou tanto alvoroço nas ilhas Canárias.

No Brasil toda a gente teve de trabalhar, galvanizada pela energia comunicativa do seu capitão e pela linguagem violenta que aprendera no mar. O cuidado de Pero do Campo pelo trabalho reforçado era inesgotável, mas a sua paciência era exactamente o contrário. Quando se exaltava — e isto dava-se com muita frequência — dizia tudo o que lhe vinha à cabeça.

Enquanto apenas se encontrava rodeado de seus minhotos, é provável que ninguém prestasse atenção a estas cenas de exaltação. Eles conheciam Pero do Campo! Não se devia tomar muito à letra o que dizia — Pero fora sempre assim, no fundo homem são, mas de língua sempre afiada! Quando estava exaltado, ele próprio mal sabia o que dizia. Deitava as palavras pela boca fora, e depois esquecia-as, o que também faziam os amigos. Os aborrecimentos devem ter surgido quando outros colonos se lhes juntaram.

Porque muitos outros vieram para a capitania, que parecia oferecer bom futuro. Uns eram homens honestos e trabalhadores, outros não queriam esforço exagerado. E havia os intriguistas e pretendentes aos lugares e gente que jogava com pau de dois bicos... e havia o P.e João Bezerra. Este pescador de águas turvas, que veio

a Porto Seguro na Baía com Francisco Pereira, ficou lá para vir a ser um espinho na carne de Pero do Campo Tourinho: «hum grão riballdo» ([1]) foi a definição que Duarte Coelho deu do homem. Pero do Campo concordou plenamente com este veredicto, tanto mais que um dia deu uma boa sova no ilustre reverendo. Não é para surpreender, portanto, que o P.e Bezerra se tornasse cabeça e organizador duma campanha de intrigas contra o capitão. Pero do Campo era um grande herege! Não eram blasfêmias algumas das suas observações? E repetiam-se, faziam-se circular e exageravam-se palavras proferidas em momentos de exaltação.

Não andava o capitão sempre a resmungar contra os dias-santos? Deus, dizia ele, santificara o domingo, e com certeza esse bastava! Tinha até proposto a um padre que se celebrasse a festa do Corpo de Deus num domingo, em vez de ser numa quinta-feira, como era de uso, para se não interromperem os trabalhos da semana. Só o papa poderia autorizar tal coisa, responderam-lhe.

— «Papa, papa, papa agora»! ([2]) resmungara Pero do Campo, com um gesto de desprezo. Muitas vezes falava dos cardeais em termos ultrajantes. Disse que eles e os bispos inventaram novos santos para agradarem às amantes. Quanto aos santos, chamava-lhes «santinhos»! E mostrava pouca devoção em servi-los. Uma vez, quando andava, afadigado e aborrecido, à procura duns escravos que tinham fugido, um amigo lembrou-lhe que acendesse umas velas a Santo António. A resposta fora uma torrente de linguagem incontinente. Da última vez que lhe fugiram escravos, berrou Pero do Campo, Santo António não lhos restituíra!

---

(1) Carta de Duarte Coelho para El-Rei, de 20 de Dezembro de 1546, cit.

(2) Processo da Inquisição de Lisboa n.º 8821 Torre do Tombo. Publ. in-*ob. cit.*, pág. 271-283.

De futuro não havia de lhe acender mais velas! E houve mais quem declarasse ter ouvido o capitão falar de modo ofensivo da benta Santa Luzia, por ela o não curar duma doença dos olhos.

Às vezes dizia que os santos levaram vida regalada em comparação com a que tinha de suportar no seu tempo um homem para sustentar mulher e filhos. Ele próprio trabalhava mais do que os santos, e pagava dízimos, o que eles não pagavam! Os santos sofreram tormentos e martírio? Sem dúvida, mas eram ajudados pela graça de Deus. Ele, Pero do Campo, tinha de enfrentar as suas próprias dificuldades sem o auxílio do favor divino. Efectivamente parecia sentir que o Céu não o favorecia em nada! Trabalhava e mourejava, e tudo ia mal! Todos os seus melhores trabalhadores adoeciam e morriam. Só os judeus passavam bem, pelo que via. Deus mostrava-lhes mais favor do que aos bons cristãos!

E uma manhã, depois de chuvas torrenciais, um certo P.e João Camelo, ao passar em frente da casa do capitão, ficou estarrecido ao ouvir grandes berros que vinham de lá. Entrou e encontrou Pero do Campo a bater para um lado e para o outro com um rosário de contas que tinha na mão.

Que era? O quê? Pero tinha precisamente acabado de rezar, quando recebeu a má nova. Como de costume, Deus deixara-o fazer sòzinho todo o seu trabalho com toda a força de que dispunha desajudado da graça divina — e «ora me derrubou ho engenho e tamque»! As águas tinham-lhos levado. «Nam se emgane Deus comygo porque hagora ey de ser mays rroim e maao»! [1] E gritou que viesse Deus cá abaixo para colonizar ele próprio a terra, ou Pero do Campo a entregaria aos pagãos! E atirou com fúria o rosário para cima da cama.

(1) *Loc. cit.*

Outras vezes, em lugar de destemperar contra a Divindade, fingia familiaridade com os seus desígnios. Quando a gente se mostrava receosa das tribos índias das circunvizinhanças, o capitão dizia, ao que constava, que Deus o informara de que não haveria guerra durante trinta anos!

Estas histórias e outras piores circulavam na capitania. Não é fácil conjecturar até que ponto eram verdadeiras, quanto as exageravam ou deturpavam, ou se eram pura e simplesmente mentiras. Parece certo que Pero do Campo tinha uma língua sem freio e irreverente, e que as suas opiniões eram anticlericais, para dizer o mínimo. Se, como afirmavam, realmente disse que queria pegar num machado e cortar as coroas de todos os padres, entendemos que não seria muito popular entre eles. E estes eram inimigos perigosos, especialmente o dito João Bezerra, que tinha sentido a mão pesada do capitão. O vigário geral também trocara várias palavras azedas com Pero do Campo, que lhe saltara aos pés dentro da igreja e protestara em altas vozes quando o vigário anunciara como dia-santo o de S. Martinho. O capitão disse que havia de enforcar o vigário se ele decretasse mais dias-santos, chamando-lhe «francês bebado»!

O clero juntou-se todo e trabalhou o povo. Não deviam suportar que um blasfemo e um herege como o seu capitão continuasse no seu posto! Todos os que tinham experimentado o mau génio de Pero do Campo, todos os que ele castigara por irregularidades (e eram muitos), juntos a todos os que punham objecções em princípio ao trabalho violento, foram fàcilmente convencidos a aliarem-se, seguidos pelas almas piedosas, horrorizadas com a acusação de heresia. Orientados pelo vigário geral, constituíram uma cabala, tão secretamente que o capitão não fazia ideia do que se preparava. Apesar da má sorte que ele tão frequentemente

maldizia, Pero do Campo tinha fé no futuro. E tanto assim era, que a 28 de Julho daquele mesmo ano escrevia as palavras de esperança citadas no princípio deste capítulo.

Deve ter tido, portanto, uma horrível surpresa ao encontrar-se, quatro meses mais tarde, rodeado pelos seus inimigos, que lhe lançaram algemas e o meteram numa prisão.

A 24 de Novembro, em Porto Seguro, «ho rreveremdo padre Bernardo de Aureajac, vigairo que hora he nesta vylla e ho virtuoso frey Jorge capuchinho da ordem de Sam Framcysquo frade barão de aprovada e santa vyda e com Manuell Colaço capelão do duque dAveiro e Joham Camelo Pereira e Pero Ryquo beneficiado da Igreja desta dyta villa e Joham Bezerra padre de mysa e todo ho mays nobre e homrrado pouoo desta villa e capytanya e pesoas de mays autorydade e saber que nesta vylla e capytanya avya prenderão ao dito Pero do Campo Tourinho capitão por muitas heresias e blasfemias e abominações que nesta vylla dyzya e fazya contra Deus noso Senhor e comtra a samta Madre Igreja sem nenhum temor como pesoa que na terra nã tinha sopryor» (1)

Perante os juízes, Pero Escórcio Drummond e Pero Anes Vicente, o vigário requereu que se fizesse devassa a estas blasfémias, para serem levadas à Santa Inquisição.

A Santa Inquisição não funcionava no Brasil, e tal devassa devia ser feita por um inquisidor eclesiástico e um escrivão. Não havendo ofícios desses, o vigário insistiu por que «da parte de Deus e do Samto Padre e de sua Alteza que elles como justiça del Rey que heram emlegessem com elle vigairo jumtamente dos

(1) *Loc. cit.*, pág. 271

dytos padres» nomeasse as pessoas competentes para efectuarem a devassa.

Então escolheram-se Manuel Colaço, «Pesoa virtuosa e de muyta autorydade e saber», e João Camelo, «de muyta comfyamça e saber». Depois o P.e Bernardo d'Aureac traçou uma lista de todas as coisas pavorosas que o capitão dissera, e chamou testemunhas para as comprovarem.

Certamente apresentaram um número formidável. Vinte e cinco cidadãos de Porto Seguro, de várias proveniências e categorias, desde Duarte Sequeira, cavaleiro da Casa Real, o dito juiz Drummond, vários notários, padres e vereadores, até simples artífices depuseram por sua vez o que tinham ouvido acerca dos ditos de Pero do Campo, ou o que tinham ouvido ao povo que ele dizia. João Camelo Pereira, padre de missa e escrivão público, além de testemunha também, escreveu tudo.

Seguiu-se o resumo do vigário:

«Vysto hos casos blasfemeas he heresias polos quaes hos padres e rreligiosos desta capytanya jumtamente todos com ho povo prenderam a Pero do Campo Tourinho ho rremeto vysto a calydade de seus casos com estes autos e Inquysição asi preso em ferros como está a meu perlado ou a quem ho caso no Reyno pertemçer» (1).

Assim Pero do Campo voltou a Portugal preso, para ser julgado pela Santa Inquisição. Parece que em Lisboa lhe concederam a liberdade sob fiança, dando como garantia os rendimentos da sua capitania no Brasil.

A engrenagem do Santo Ofício, como era seu costume, moveu-se devagar e com firmeza, desfibrando e esmiuçando os mais leves indícios de prova e multi-

(1) *Loc. cit.*, pág., 281.

plicando os interrogatórios. Bem podia Pero do Campo impacientar-se e irritar-se preocupado com a sua capitania: quem não tinha pressa eram os seus juízes eclesiásticos.

Em Setembro de 1547 achamo-lo ainda em Lisboa, a residir na Rua do Poço e a responder às acusações que lhe faziam. Não se considerava culpado, mas, como ele disse, vítima duma conjura preparada por «certos moradores seus imigos capitães e por ho lançarem da terra o prenderam em ferros e mandaram a este Reino com autos de testemunhas falsas e fabricadas e subornadas afim de me destruirem sendo tudo ho comtrairo do que elles de mim dizem por eu ser muito bom catholico cristaom»!

Pero do Campo teve de responder, durante todo o Setembro e Outubro, em pormenor às acusações perante João de Melo, o inquisidor.

Perguntaram-lhe se tinha alguma vez declarado na sua capitania que dias-santos não deviam guardar-se, respondendo ele que nada disso afirmara, sendo ele próprio observante! Apenas às vezes tinha repreendido o vigário francês que determinara que fossem dias-santos o de S. Martinho, de S. Guilherme, de S. Jorge e de outros santos cujos dias a Santa Madre Igreja não considera de festa — «por quamto a terra era nova e era necesaryo trabalhar pera se povoar a terra e fazeremse algũas cousas de serviço de Deus».

Perguntaram-lhe se dissera alguma vez que ele merecia mais do que os santos apóstolos, e que se não lhe dessem um lugar mais elevado do que o dos profetas, então Deus que guardasse o seu paraíso. Nunca! respondeu Pero do Campo Tourinho. Tudo o que ele dizia às vezes era que «vemdo que trabalhava de noyte e de dya com muitos cuydados que mais trabalhos podia ter Sam Pedro que elle»?

E dissera ele que eram os eclesiásticos de alta cate-

goria quem multiplicava os dias santos para agradarem às amantes que tinham o mesmo nome? Pero do Campo confessou que — por brincadeira, ùnicamente! — podia ter dito uma coisa dessas referindo-se a santos que não estavam no calendário. Só por chalaça ele diria que o prelado santificara o dia em honra da amante — e «quem era priguiçoso por jogar e folgar buscava muitos samtos e que ysto tudo dyzia pera anymar os homens que trabalhasem pera que a terra se povoase e se fizese o que era necesario e se aumentase a fee catolyca».

Todavia, duvidamos muito que o inquisidor aprovasse tal brincadeira!

Mais adiante perguntaram-lhe se ele escarnecera de Santa Luzia. Longe disso! foi a resposta. O capitão mandava dizer uma missa em honra dela todas as semanas. Chamara nomes feios aos bispos? Pero do Campo respondeu com altivez que tinha muito em que pensar para se preocupar com os bispos!

Declarara alguma vez que Deus lhe afirmara que não haveria guerra na terra enquanto ele fosse capitão, não sendo precisas defesas? Nada disso! disse Pero do Campo. Quando a gente se deixava tomar de pânico e falava em guerra, ele dizia «que não ouvesem medo que Noso Señor tynha cuydado delles e que fosem trabalhar e fazer o que avya de fazer e nam ouvesem medo»!

E assim sucessivamente. Perguntado finalmente se estava de acordo com a lista das acusações levantadas contra ele no Brasil, declarou que era tudo mentiras, fabricadas pelos seus inimigos, de que citou nomes, compreendendo estes muitas das testemunhas. Todas estas pessoas lhe queriam mal «por elle bradar com elles que nam queryam trabalhar e lhe rrepremdya seus viços e os castigava e premdya quando era necesario pollos malles que fazyam aos ymdios».

E pediu aos Senhores do Santo Ofício que o

mandassem outra vez para o Brasil sem demora, com receio de que na sua ausência a capitania chegasse à ruína. Podia dar-se o caso «de se levantarem comtra ella os yndios da terra como fizeram a capitania de Pero de Goes e a capitania de Vasco Fernandes Coutinho». Cada homem devia estar a fazer o que muito bem lhe apetecia, agora que se tinham visto livres dele!

Esta súplica fervorosa é a última que conhecemos de Pero do Campo Tourinho. Qual foi o fim de toda esta trama? Nenhum relato no-lo conta. Supõe-se que conseguiu desenvencilhar-se dela, porque quando morreu em 1556, em Portugal, o filho herdou a capitania, que não podia ter passado para ele se o pai fosse um herege condenado.

Mas até onde podemos saber, o pobre Pero do Campo nunca mais foi autorizado a voltar a Porto Seguro, sendo para ali mandado Duarte de Lemos em 1549, na qualidade de lugar-tenente. Viu que a terra não progredia muito, sendo o pau brasil a única exportação.

Porto Seguro, escreve Gabriel Soares, prosperou sob o governo de Pero do Campo Tourinho. Logo que ele saiu, o progresso parou; os seus herdeiros não fizeram muito, e os habitantes tornaram-se um bando de desordeiros. Já em 1550 eram descritos como «povo revolto e uns com outros mui alborotados» [1]. Quanto aos engenhos de açúcar em que Pero do Campo pusera tanta esperança, parece que poucos chegaram a produzir alguma coisa.

A gente precisava que ele a importunasse para trabalhar!

(1) Carta do P.e Leonardo Nunes, do ano de 1550. Publ. in - *Cartas Jesuíticas*, Vol. II, Cartas Avulsas, pág. 57.

XIV

Proprietários absentistas

A história dos capitães do Brasil não é uma história de êxitos. Quinze anos depois do plano colonial ter sido esboçado, apenas a Nova Lusitânia de Duarte Coelho apresentava o aspecto duma empresa realmente próspera e progressiva, avançando com firmeza sob um governo paternal. Duarte Coelho estava convencido de que isso se devia à presença constante do pastor junto do seu rebanho. Também podia atribuir-se aos seus dotes próprios. Como se viu, nem todos os pastores residentes tinham sido tão felizes nas suas empresas. Pero do Campo Tourinho fora preso pelas suas ovelhas, Vasco Fernandes Coutinho, vencido pela sua pobreza pessoal e pela insubordinação dos seus súbditos, Pero de Góis combatera com insucesso contra selvagens, e estes tinham devorado Francisco Pereira.

Talvez os mais avisados da sua geração fossem os donatários que ficavam no reino, deixando outros cultivar os seus vastos domínios. Jorge de Figueiredo pertencia a este número. Possuía uma faixa da costa entre a Baía e Porto Seguro, conhecida por capitania dos Ilhéus,

nome que vinha do grupo de ilhotas que protegiam o seu melhor porto.

Jorge de Figueiredo era um homem opulento, que desempenhara o cargo importante de escrivão da Fazenda. Com certeza não tinha intenção de transportar-se com a família para uma terra selvagem. E mandou o castelhano Francisco Romero representá-lo no Brasil.

Francisco Romero teve todos os aborrecimentos costumados — questões com colonos insubordinados, indígenas hostis e tudo o mais. Mas pelo menos havia capitais a apoiá-lo, e uma constante remessa de abastecimentos ida do reino. Em honra do donatário fundou-se uma agradável cidadezinha chamada São Jorge, e visto não haver falta de dinheiro para se adquirirem as máquinas necessárias, puseram a trabalhar ali mais engenhos de açúcar em menos tempo do que em qualquer outra parte.

Dizer que os Ilhéus se tornaram uma colónia sossegada e obediente às leis, não seria verdade. Francisco Romero, simples agente, para mais castelhano, era o menos indicado para exigir obediência. Tanto assim que finalmente foi preso e acusado pelos seus subordinados e obrigado a voltar a Portugal, tomando o seu lugar Sebastião Martins, homem da terra.

Apesar de tudo, supomos que a capitania dava bom rendimento, aliás não teria parecido um bom emprego de capital a Lucas Giraldes, o eminente financeiro de Lisboa. Este sagaz florentino comprou os Ilhéus ao filho de Jorge de Figueiredo, e continuou a investir nessa capitania mais capital para o seu desenvolvimento.

Sabemos que instalou grande número de engenhos, mas é duvidoso que eles o fizessem mais rico. O feitor que nomeou — um seu compatriota de nome Tomás Alegre — mandava-lhe pouco açúcar, mas escrevia-lhe lindas cartas, a expor com grande eloquência e encanto as razões por que não podia haver mais.

Lucas Giraldes lia as suas cartas todos os anos, mas um dia não pôde suportar mais. Agarrou numa pena e traçou apenas estas linhas: «Thomaso, quere que te diga, manda lo asucre deixa la parolle!» (1) Só isto, por cima da sua assinatura. O eloquente Tomás continuou a viver no Brasil, mas não como feitor de Lucas Giraldes. Um português, Henrique Luís, ficou em seu lugar — homem de menos palavras talvez, mas de realizações mais concretas.

Outro proprietário absentista foi nada menos que a pessoa do historiador João de Barros — João de Barros feitor e tesoureiro da Casa da Índia e da Mina e cronista das proezas de Portugal na Ásia.

O autor das *Décadas*, espírito inquieto e investigador, verdadeiro filho do Renascimento — filólogo, historiador e geógrafo —, estava apaixonadamente interessado pelas maravilhas do mundo. Ele própio, homem sossegado e casado, de hábitos estudiosos e vida sedentária, não aspirava a rivalizar com os heróis cujas façanhas narrava com tão grande talento, nem a visitar as terras que descreveu na sua *Geografia*; a visão espiritual bastava-lhe. Mas fascinava-o o alargamento dos horizontes da Terra. O grande continente novo que seus pais jamais haviam conhecido, não podia deixar de atraí-lo. Que destino mais interessante podia ele encontrar para as suas economias?

João de Barros e o seu amigo Fernand'Alvares de Andrade, também funcionário da Coroa, tesoureiro-mor do reino, resolveram investir todo o seu capital no Brasil. Fernand'Alvares tão-pouco estava disposto a emigrar para o Ultramar, mas havia Aires da Cunha, amigo dos dois, que se prontificou a representá-los. Era este um veterano da Índia e das ilhas do Extremo Oriente. Habituado aos perigos do mar e às surpresas dos

(1) Frei Vicente do Salvador. Pág 100 e 101.

terrenos exóticos, apesar de ser coxo duma perna em virtude duma ferida de azagaia malaia, estava pronto a embarcar para novas aventuras.

Os três amigos iam ficar com as capitanias ao norte do cabo de Santo Agostinho — costa solitária quase por visitar, extensas léguas de desertos de areia, ao longo dos quais desciam impenetráveis florestas até ao mar — vastas florestas negras e ciclópicas, de árvores gigantescas que cobriam a linha equinocial, onde um grande rio lançava o seu volume de água doce até 60 léguas dentro do mar. Eram estas as últimas terras que o rei distribuíra, e esta região a mais quente, a mais feroz, a mais selvática do Brasil.

A empresa que estes três sócios tinham em vista diferia um tanto das dos outros capitães. Os seus colegas visavam principalmente a exploração agrícola: João de Barros, Aires da Cunha e Fernand'Álvares iam lançar-se na busca de tesouros. Assim o queriam e assim propôs o rei que deviam fazer. Estava-se então na época em que se contava como os exércitos de Castela tinham chegado à fabulosa cidade de Cuzco no Peru, e visto o templo de ouro do Sol, chispante sob a luz da manhã. Estas coisas faziam cismar D. João III. Estariam, de certeza, todas as minas de ouro e de prata na metade ocidental do grande continente? Realmente seria muito má sorte não haver nenhuma no Brasil! Evidentemente, não junto da costa. As cidades dos tesouros dos Incas ficavam muito no interior, para lá das margens mais remotas dos grandes rios que desciam do Ocidente para o Oriente até ao mar. A expedição do rio da Prata, que se dirigira às minas, falhara, além de que o rio da Prata — seria melhor considerar o caso de frente! — não era fácil de ajeitar dentro do meridiano português. O gigantesco rio do norte entrava nele com certeza. Se essa vasta via pudesse seguir-se até à sua nascente desconhecida,

quem sabe que maravilhas de ouro poderiam ainda revelar-se?

João de Barros, Fernand'Álvares e Aires da Cunha estavam prontos a fazer o que fosse possível. Fez-se a doação em nome dos três amigos. Iam ficar com 225 léguas de costa, para explorarem «como milhor podem por espaço de vynte anos e que no fim delles as repartam entre sy como lhes bem parecer». (1)

Entretanto, Aires da Cunha, em nome de todos os três, preparava-se para «com ajuda de Nosso Senhor hir as ditas capitanyas e terras e tomar pose delas pera omde leva navios darmada com muyta gemte asy de cavalo como de pee e artilharia armas e munições de guerra tudo a propria custa despesa delles ditos Ayres da Cunha e Fernamd Alvares e Joham de Barros pera descobrirem e segurarem e apecificarem a terra e asy pera buscarem e descobrirem quaesquer minas douro e prata que la ouver», minas que o rei havia por bem conceder-lhes e aos seus herdeiros, reservando para ele apenas o quinto real.

Este documento demonstra claramente que se estava a preparar qualquer coisa como a conquista do Peru e do México. Nenhum dos outros donatários parece ter feito preparativos militares em tal escala. Equiparam-se dez navios e encheram-se com as munições, a artilharia e os cavalos acima referidos, fornecidos pela Coroa aos donatários, a crédito.

Se a expedição de Pero do Campo, muito mais modesta, preocupara Castela, pode imaginar-se o que houve com esta. O embaixador castelhano em Portugal andava consumido. A sua primeira suposição foi destinar-se ao rio da Prata, que sempre pareceu ser a causa

---

(1) Carta de mercê e doação das minas de ouro e de prata que Fernão Alvares de Andrade, Aires da Cunha e João de Barros venham a descobrir nas suas capitanias do Brasil. Torre do Tombo. *Chanc. de D. João III.* Liv. 21. fl. 73. Publ. in *Hist. da Colon Port. do Brasil.* Tomo III, pág. 269.

principal da agitação. Quando, porém, se tornou conhecido que a armada se destinava ao nordeste do Brasil, então os segundos pensamentos do embaixador tornaram-se ainda mais perturbados. Pensariam subir o rio até ao Peru e aparecerem como rivais no reino dos Incas? Claro que nenhum protesto diplomático se podia àpresentar sem primeiro se ver o que os portugueses realmente pensavam fazer.

O que eles fizeram foi ir a Pernambuco, onde Duarte Coelho, que já vivia ali havia um ano, os recebeu com grande alegria. Um aparato de navios como aquele não podia deixar de impressionar os índios com um efeito muitíssimo salutar!

Duarte Coelho prestou muita ajuda e bons conselhos. Disse ele que os índios lhe tinham dito que a montante do rio Maranhão havia uma montanha toda de ouro! Ele podia fornecer intérpretes à expedição para os ajudar a encontrar caminho, e deu também um pequeno barco a remos para a exploração ao longo da vasta costa desconhecida.

Os dez navios fizeram-se de vela. Lentamente e sondando com cautela, dobraram o cabo de São Roque e seguiram a curva do continente para nordeste. Era uma costa solitária, de rochedos e cachopos e dunas que se estendiam a perder de vista, praias inóspitas onde os bravios índios Potiguares estavam à espreita, prontos a disparar as flechas contra o estrangeiro que desembarcasse.

Os ventos e as correntes eram indomáveis, tendo-se perdido o barco a remos. Pior do que isso, a nau de Aires da Cunha encalhou nos traiçoeiros bancos de areia. Não se sabe se houve sobreviventes, tudo o que se sabe é que Aires da Cunha, que tinha quase dado a volta ao mundo de leste para oeste, terminou a vida junto do novo continente.

Os outros desembarcaram num estuário numa ilha

a que chamaram Trindade, que se julga ser a que hoje se chama São Luís do Maranhão, na foz do rio Mearim. Há certa confusão a respeito do nome de Maranhão aplicado pelos Castelhanos ao Amazonas, enquanto os Portugueses o deram a um rio mais pequeno que desagua numa ampla baía algumas léguas mais ao sul. Isto tem causado dores de cabeça aos historiadores.

Nesta ilha da Trindade (ou São Luís), no rio Mearim (ou Maranhão), a expedição acampou durante três anos. Os indígenas, pacíficos, mostraram-se amigos, os portugueses levantaram uma espécie de forte que chamaram Nazaré e exploraram a região circunvizinha.

Encontraram ali um emaranhado de rios, que vinham de longe, e de árvores gigantescas que cobriam a terra até ao mar — árvores das mais variadas, belas e de madeira muito dura — e havia vegetação duma riqueza e exuberância jamais sonhadas, que cobria a vasta planície de aluvião, virgem de agricultura. Também havia ali abundância de frutos e caça, e o peixe podia ser apanhado sem grande trabalho—os índios limitavam-se a pôr as suas pirogas num certo ângulo face à maré, que, à medida que ia enchendo, enchia também o barco de peixe.

Havia tudo isto, mas nem rastos de ouro.

Não há notícias dos anos que eles passaram neste deserto, dos longos dias monótonos, sem que a mudança das estações os modificassem, as noites vaporosas destilando odores aromáticos da terra, as explorações pelos misteriosos rios acima, o silêncio de morte sob o bater compassado dos remos na água e o vozear das cigarras na verdura espessa e imóvel, com excepção do movimento rápido do beija-flor ou o bater azulado das asas das grandes borboletas. A prospecção do ouro parecia ser coisa a pôr de parte neste país, tão longe dele como todas as empresas humanas. O homem, com as suas preocupações e impaciências,

apenas por acaso passava por ali; inexorável e suprema, a Natureza reinava sem entraves. O homem tinha de viver como ser da floresta ou morrer.

Não sabemos exactamente como os europeus passaram aqueles anos, ou quando chegaram ao ponto em que já não podiam suportar mais. Apenas se sabe que resolveram voltar à pátria, mas na viagem de regresso metade da armada naufragou. Três dos navios, impelidos pela tempestade, chegaram às Antilhas, onde os castelhamos meteram os sobreviventes na prisão. Oficialmente os soberanos de Castela e de Portugal eram irmãos muito amados — no alto mar e nas ilhas do Oriente e do Ocidente, os seus leais súbditos eram apenas rivais acérrimos.

Escrevendo em 1542, Duarte Coelho declara que 700 homens se perderam na expedição do Maranhão. Apesar disso, João de Barros repetiu a experiência 15 anos depois, mandando desta vez seus filhos Jerónimo e João.

«Meu irmam João de Barros e eu — declarou Jerónimo em época posterior — em tempo del Rei Dom João o 3.º fomos por seu mandado ao Rio Maranham com hũa armada a descobrir o dito Rio e costa pelas esperanças que avia de grande resgate de ouro e descobrimos mais de quinhentas legoas de costa e entramos assi o dito rio Maranham como outros muitos grandes e notaveis e resgatamos alguns homens que nella andaram dos que se perderam com Luis de Mello no que passamos muitos trabalhos de guerra com os franceses e com o gentio da terra e fomos e povoamos em tres partes no que gastamos perto de cinquo anos sostentando tudo sempre a custa de meu pay até gastar quanto tinha e fizemos muito serviço a el Rei». [1]

---

(1) Arquivo da Torre do Tombo. Cod. 2664, publ. in - *Boletim da Segunda Classe*, da Academia, vol XI, cit. in - *Hist. da Colon. Port. do Brasil*, vol. III, pág. 210.

Outro documento dá-nos a entender que o fracasso se deveu a certos homens que tinham ido adiante e indispuseram os índios. Talvez este seja o Luís de Melo acima referido — aventureiro independente que partiu de Lisboa em 1554 com cinco navios e grande quantidade de homens, mas naufragou no Pará, junto da foz do Amazonas, escapando com uma caravela e um pequeno barco para S. Domingos.

A história primitiva destas capitanias setentrionais é tão escassa e tão mal registada, há tanta confusão entre as várias expedições lá enviadas, que não se pode fazer avultar uma ideia clara da sequência dos factos. João de Barros, com a sua pena eloquente, podia fàcilmente ter-nos deixado uma narrativa lúcida e interessante de todas estas coisas, mas se o fez, tal relato não chegou até nós. A sua única contribuição para o assunto parece ser a solitária observação de que sempre recordará as expedições ao Brasil «por quão morto me deixou o grande custo desta armada sem fruito algum!» Talvez se sentisse demasiadamente desalentado para dizer mais qualquer coisa.

E que se passava com a capitania de Pero Lopes de Sousa, o pioneiro das terras do sul, que ajudara a fundar a colónia de São Vicente e Piratininga? Morreu, como sabemos, no Oceano Índico em 1539, deixando D. Isabel de Gamboa, sua viúva, a dirigir as suas propriedades.

Era uma herança desastrada dividida em três partes. A faixa do extremo sul — capitania de Sant'Ana, como lhe chamavam — compreendendo as terras perdidas além da ilha de Cananeia, varridas da chuva, parece que ninguém se preocupou com ela. Ficava muito longe, demasiado afastada de qualquer outra terra para então se pensar em um plano de colonização. Essas costas isoladas deviam ficar de reserva para o futuro.

Itamaracá, ao norte, nos confins de Pernambuco, deixava-se seguir sem governo. Tinha ali estado a residir um Francisco Braga, deixado pela armada de Pero Lopes de Sousa em 1532. Francisco Braga falava a língua dos índios e vivia em boas relações com os indígenas. Procedia como capitão de um punhado de brancos estabelecidos nas redondezas. Infelizmente, porém, quando Duarte Coelho chegou, ele e o donatário de Pernambuco zangaram-se um com o outro.

Ignoram-se as razões do caso. O certo é que Duarte Coelho não estava disposto a tolerar más respostas dum homem de categoria inferior, fazendo castigar Francisco Braga com um golpe de cutelo na face. Então Braga, desgostoso, não podendo vingar-se, pegou em tudo o que era seu e partiu para as Índias de Castela.

Itamaracá tornou-se assim uma capitania «desbaratada, perdida, como corpo sem cabeça» [1]. D. Isabel de Gamboa tentou mandar para lá lugares-tenentes, mas o primeiro a partir naufragou e nunca chegou ao Brasil, e o segundo escolhido da pobre senhora tem sido descrito como um capitão «que mais era para governar uma barca» [2]. Não pôde aguentar-se e em breve abandonou Itamaracá.

Mas era um porto de fácil acesso e rico em pau brasil. A capitania tornou-se, como estava condenada a ser, um foco de contrabandistas, paraíso para todos os negociantes ilegais, porto de refúgio para os colonos da capitania vizinha que se sentiam coactos pelo governo enérgico de Duarte Coelho. Por isso, apesar de tudo, a população aumentou em número, se não em virtude.

(1) Frei Vicente do Salvador, *Hist. da província do Brasil* pág. 126.
(2) Ibid.

A terceira faixa estreita de Pero Lopes, compreendendo a ilha de Santo Amaro junto de São Vicente, estava em condições diferentes. Passava pelo meio das terras do «Capitão Irmão», por isso foi administrada quase em comum.

Martim Afonso de Sousa — também proprietário absentista — encontrava-se em melhor situação do que os seus colegas. Pelo menos a instalação não se fizera ao princípio à sua própria custa. A colónia existente na sua capitania fora criada pela Coroa antes de as doações serem feitas. O trabalho de Martim Afonso tinha sido o de representante do rei, e o capital originário não era seu.

Em São Vicente deixara 300 pioneiros resolutos e a vida municipal bem organizada. Havia uma igreja e uma fortaleza, um pelourinho — então considerado indispensável à vida urbana — situado mesmo defronte do edifício da Câmara onde os administradores do jovem burgo tinham as suas reuniões.

Martim Afonso tomou assim posse duma empresa já lançada, que ajudou de tempos a tempos mandando-lhe vacas e carneiros de Portugal e canas de açúcar da Madeira. O capitão era homem de fina intuição comercial, como demonstrou na Índia onde traficou com dinheiro e realizou negócios financeiros com os príncipes indianos. Para impulsionar o comércio no Brasil parece que fundou uma companhia de importação e exportação, à cujos sócios chamou «armadores do trato» [1]. Mandavam vir mercadorias da Europa para os portugueses venderem aos índios, e exportavam para Portugal os produtos da terra, principalmente açúcar, que chegou a substituir o uso da moeda no Brasil colonial. Dizem que o primeiro engenho que

(1) Madre de Deos, *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, pág. 66.

funcionou foi na ilha de São Vicente, ao lado da capela dedicada a São Jorge. Todavia a indústria não se desenvolveu na mesma escala que em Pernambuco, ou mesmo, mais tarde, na Baía.

Os colonos de Martim Afonso eram, sob muitos aspectos, privilegiados. Ali, a Natureza, embora ainda de exuberância subtropical, era menos opressiva do que no norte, e o clima não muito diferente daquele a que eles estavam habituados na pátria. Na capitania de São Vicente eram os «ares frios, e temperados como em Hespanha, cuja terra he mais sadia e de frescas e delgadas aguas» ([1]). Ao contrário das terras setentrionais, em que reinava um verão eterno, São Vicente mostrava distintamente um inverno, durante o qual as temperaturas variavam do fresco agradável ao frio razoável, ou mesmo intenso. Mas — é estranho dizê-lo, observa um autor — por razões que só Ele conhece, o Autor da Natureza inverteu aqui as estações, e estava frio de Março a Novembro e quente durante o tempo que os Europeus consideram meses de inverno!

Nas encostas das montanhas podiam cultivar-se todos os vegetais e frutas da Europa, a vinha florescia e produzia-se vinho em abundância. Achavam eles que não se conservava como na Europa, pelo que o levavam ao lume para ferver, a fim de evitar que se tornasse vinagre. Não sabemos que paladar teria esse vinho depois de submetido a tal tratamento.

O elemento humano, no geral, parece ter sido menos difícil em São Vicente do que em algumas outras capitanias. Por qualquer razão os índios eram aqui mais amigos do que os encontrados em outros pontos, além de que lá estava sempre João Ramalho,

---

(1) Gabriel Soares de Sousa, *Noticias do Brasil*, cap. XIII.

cuja influência em Tibiriça, seu sogro, contribuía imenso para a conservação das boas relações.

O próprio João Ramalho era sogro de quase metade da colónia. Ninguém sabe ao certo quantas mulheres tinha, ou qual o número dos filhos, mas é certo que era pai duma tribo de «mamelucos», como chamavam aos índios mestiços, havendo muitas filhas a colocar. Evidentemente, não havia uma para cada colono solteiro, alguns tinham de casar com índias de puro sangue; outros, mais felizes, foram casados de Portugal, indo as mulheres depois ter com eles ao Brasil. Todos eles em breve deram origem a uma nova geração de jovens brasileiros.

Os pais — alguns deles homens escolhidos, que tinham ido na armada de Martim Afonso — eram, geralmente falando, de tipo melhor que os que se encontravam nas capitanias entre São Vicente e Pernambuco. Existia mesmo um grupo de homens de boa família e sem mancha.

Havia Belchior de Azevedo, mais tarde lugar-tenente do capitão do Espírito Santo, Rui Pinto, que, com Pero de Góis, tinha comandado uma expedição ao interior; e havia o irmão de Pero, Luís de Góis, que mandara ir a mulher e os filhos de Portugal; quando Pero voltou ao reino, ele ficou em São Vicente, administrando a «sesmaria» do irmão. Havia também Jorge Ferreira — um dos mais nobres, dizem, que, com Joana, filha de João Ramalho, veio a ser o antepassado duma das mais orgulhosas famílias do Brasil colonial — e Cristóvão de Aguiar de Altero, além dum grupo de genoveses activos, como a família Adorno, e, acima de todos, havia Brás Cubas.

Este valoroso cidadão do Porto era, só por si, uma hoste, e levara com ele os irmãos Antônio e Gonçalo. Seu pai, João Pires Cubas, foi mais tarde juntar-se aos filhos, levando consigo os seus bens.

Brás Cubas era um genuíno portuense — tenaz, trabalhador, honesto e inteligente, tipo do colono que as terras novas desejam mais vezes do que encontram. Desde a época em que chegou ao Brasil com Martim Afonso, tornou-se um pilar da colónia nascente. Vivia com o pai e os irmãos numa pequena ilha em frente de São Vicente, fabricando açúcar e cultivando os vastos terrenos da «sesmaria» que possuía no continente. Encontramo-lo a desempenhar cargos de responsabilidade e confiança, sendo por diversas vezes provedor da Fazenda real e alcaide-mor, e agente do capitão ausente, Martim Afonso de Sousa.

Todavia, não deve supor-se que tudo havia sido um mar de rosas para a colónia nascente. Ela teve os seus percalços e atribulações como as outras. Em 1536 houvera uma luta violenta com um bando de assaltantes castelhanos e portugueses, que tinham vivido como selvagens na costa em anos passados e eram contra todas as formas de governo organizado. Com os seus aliados índios, fizeram incursões em São Vicente, causaram ruínas em todas as redondezas e fugiram com os arquivos da Câmara. Teve de se chamar o valente Tibiriça das alturas de Piratininga para ajudar a expulsar os invasores.

Também teve São Vicente de lutar com o mar, como lutara com os assaltos do homem. Martim Afonso, quando escolheu o local para edificar, nada sabia acerca da ressáca, que muitas vezes varre aquelas costas. São Vicente ficava nas baixas, junto da praia. Um dia levantou-se uma vaga e arrastou a casa da Câmara juntamente com o Pelourinho e a igreja paroquial.

Os cidadãos de São Vicente eram intrépidos. Reconstruíram a sua igreja noutro lugar e arrancaram os sinos do fundo do mar. Toda a cidade se mudou um pouco mais para o interior, o que foi uma sorte,

porque o primeiro sítio a pouco e pouco desapareceu sob as ondas.

Depois, quando o porto ficou destruído, Brás Cubas teve uma boa ideia. A enseada que fica entre as ilhas de São Vicente e Santo Amaro podia proporcionar esplêndido ancoradouro para qualquer armada. Aí resolveu ele fundar em 1543 uma cidade numas terras que possuía e que iria ser o porto de São Vicente.

Brás Cubas era um daqueles homens cujas iniciativas prosperam sempre. A sua aldeia cresceu, a população multiplicou-se. Em 1545, nomeado lugar-tenente da colónia, por Martim Afonso, serviu-se dos seus poderes para conceder foral à cidade do futuro.

Como verdadeiro portuense, Brás Cubas era profundamente caritativo. Uma das primeiras vantagens que ele proporcionou ao novo burgo foi a fundação duma Misericórdia — para socorrer os pobres e os doentes, irmandade a que o coração compassivo duma grande rainha dera corpo 50 anos antes em todas as cidades de Portugal. Junto da igreja dedicada a Nossa Senhora da Misericórdia, a Misericórdia de Brás Cubas teria um hospital, chamado de Todos os Santos como o grande hospital de Lisboa. E é do nome deste hospital que o porto de Santos tira o seu.

Assim a capitania de São Vicente progrediu, se não a passos de gigante, ao menos aos poucos. Em 1548, Luís de Góis informava o rei de que a população — homens, mulheres e crianças — contava 600 almas, que tinham ao seu serviço 3.000 escravos, havendo já seis engenhos de açúcar.

Apesar da ausência do dono, esta era, depois de Pernambuco, a capitania que parecia apresentar melhores perspectivas; entre estes dois faróis brilhantes ao norte e ao sul, o quadro era menos animador. De todos os barcos que tinham partido tão auspiciosamente à

conquista de reinos no deserto, a lavrar, semear, edificar e defender, qual havia sido o resultado ao fim de 16 anos? Uma meia dúzia de estabelecimentos espalhados ao longo de mais de 200 léguas de costa, algumas aldeias bisonhas onde os homens viviam uma vida rude, cultivando o solo de espada na mão e mosquete pronto a usar ante a ameaça das tribos selvagens que vagueavam pelos arredores.

Os piratas franceses voltaram. O seu objectivo não era agora Pernambuco — Duarte Coelho podia cuidar desse —, mas toda a longa costa ao sul; tão escassamente povoada e tão pouco defendida, era presa fácil, onde os índios tinham razão de queixa dos colonos, ou mesmo ùnicamente pela sua natural instabilidade; alguns presentes de ferramentas e armas de fogo podiam comprar-lhes a aliança. São Vicente encontrava-se defendida firmemente; era uma forte posição. Assim o podia ter sido a bela baía de Guanabara, mas estava completamente deserta e não havia defesa em cabo Frio. De 1544 a 1546 sete ou oito navios franceses tinham ido àquela baía, e destes pontos haviam assaltado os estabelecimentos mais fracos, interceptando a navegação, fazendo incursões e saqueando: «se com tempo e brevidade Vosa Alteza não socorre a estas capitanias e costa do Brazil — escrevia Luís de Góis — que ainda que nos percamos as vidas e fazendas vosa Alteza perderá a terra!» (1) E se o rei não prestasse atenção àquilo, podia acontecer ainda pior. Uma vez que os franceses tivessem «Hum pée no Brasil ey medo adonde quererão e podem ter ho outro». O Brasil ficava no caminho marítimo para a Índia — o que poderia levá-los a pensar em novas empresas:

(1) Carta de Luís de Góis para D. João III, escrita da vila de Santos em 12 de Março de 1548. *Corpo Cronol.* Parte I. Maço 80. Doc. 110. Publ. in *Hist. da Colon. Port. do Brasil*, tomo III, pág, 259.

«queira a Deus não se atrevão a dobrar o Cabo da Boa Esperança»! Ou seriam capazes de levantar um forte em Santa Helena. Se Sua Alteza quisesse agir a tempo, ainda podia expulsar os intrusos «com pequeno custo e pouco trabalho, porque em tanto que estas capitanias estão em pee com a gente dellas e ajuda e favor de Vosa Alteza se alimpará a costa e o mar delles e lhe tirarão a ocasião de mais».

O próprio Luís de Góis teria expulsado dois navios vistos recentemente no Rio de Janeiro, se não lhe faltassem meios por completo para o fazer. A falta destes muito mal já se fizera. E pedia ao rei que salvasse o que restava — fruto dos trabalhos «por nós que a povoamos como per muitos que ajudarom a povoar que de mim diguo que des ho dia que vosa Alteza me mandou que a ella viesse com Martim Afonso de Sousa alem de gastar ho milhor da minha vida ategora não fiz senão gastar ate mais não ter e ate mais não poder e o que me fica pera guastar he a minha vida e a de minha molher e meus filhos das quaes a Deus e a Vosa Alteza farei sacrificio ementes nos durar»!

D. João III ponderou tudo isto. Certamente não desejava perder o Brasil, por isso parecia ter chegado o tempo para novas resoluções. O sistema de capitães donatários servira a seu tempo, mas era evidente que não dava os resultados esperados. Requeria-se da metrópole intervenção e apoio mais directos.

E devia fazer-se alguma coisa dos índios.

XV

Os Índios

Não há dúvida de que eles eram o principal problema — problema tal como Portugal ainda não defrontara em parte nenhuma.

As ilhas do Oceano — Madeira, Açores, Cabo Verde, São Tomé — não tinham aborígenes. Os colonos podiam estender-se à vontade por toda a terra, onde apenas havia a vencer a Natureza, onde as disputas eram ùnicamente entre eles, e a falta de mão de obra se podia suprir com a importação de escravos da Guiné e da Costa do Ouro.

Os entrepostos e as fortalezas no continente africano não tinham qualquer semelhança com as capitanias do Brasil. Os brancos não iam ali fixar-se para toda a vida, possuir vastas plantações ou cultivar o solo. Iam para lá em serviço, geralmente não excedendo três anos, trocar produtos europeus por ouro, especiarias e escravos, e, embora os Africanos fossem bastante bárbaros, não eram totalmente ignorantes e não viviam isolados do mundo como os Índios do Brasil. Mesmo à África equatorial haviam chegado ecos do

mundo antigo, os reis negros, durante séculos, tinham tido contactos distantes e raros com a Arábia e Marrocos. Entre estas gentes havia certa organização política, um ponto de compreensão mútua sobre que se podia edificar alguma coisa. Os reis de Portugal e os reis da África comunicavam entre si como de soberano para soberano, e chefes categorizados trocavam cumprimentos com os fidalgos.

Pelo que respeitava às feitorias e conquistas portuguesas na Ásia — Goa, Malaca, Cochim, Dio e o resto — também constituíam um caso totalmente diferente. A situação era a de uma potência protectora entre terras civilizadas. No Oriente, era necessário diplomacia política e estratégia — o contacto psicológico fazia-se com um tipo completamente diferente.

Os Índios nus do Brasil não pertenciam ao mesmo mundo. Eram produto duma época muito anterior, da manhã da Criação. Adão antes da Queda! tinha exclamado Caminha com satisfação. Esta gente amável, simples e inocente só precisava da doutrina cristã elementar que um degredado ensinasse, para se voltar para a luz como as flores!

Que não era assim — que pena! — logo se tornou evidente. Homem primitivo, sim, mas muito longe do Homem antes da queda. Nem amáveis, nem simples, nem inocentes, nem ansiosos por serem instruídos.

Se o Índio não era o que Pero Vaz de Caminha sonhara, tão-pouco era o nobre guerreiro e o perfeito cavalheiro popularizado por Fenimore Cooper e José de Alencar nos romances modernos.

Era um ser completamente rudimentar: feroz, valente, astuto, traiçoeiro e mentiroso, não conhecendo rei, senhor ou forma de governo, excepto o do mais forte, à maneira dos animais selvagens que vivem em rebanhos. Nunca sentira necessidade de roupa para se aquecer ou por pudor; não sabia contar senão até 4,

todos os pesos e medidas lhe eram desconhecidos, a sua única ciência era a da floresta, o seu objectivo na vida era caçar, combater e matar, comer e beber com abundância.

Parecia não ter qualquer religião, além de um desejo de propiciar as forças da Natureza, os espíritos malignos que espiam nos bosques. *Tupã*, o trovão, parecia ser a Voz Suprema, mas ele não fazia qualquer outra ideia de Deus.

O seu sistema social era o da mais simples forma de nomadismo: cada tribo constituía uma unidade que se bastava a si própria, percorrendo a floresta dum acampamento para o outro. Onde se resolvia parar, aí se queimava o mato, se levantavam quatro ou cinco choças alongadas de barro e bambu e cobertas de folhas de palmeira, o solo era esgaravatado, semeando-se milho e mandioca para dar a farinha que era a sua comida de todos os dias, os arcos e as flechas dos caçadores asseguravam o abastecimento de carne e o peixe matava-se à seta ou à lançada quando nadava na água. Ao fim de 4 ou 5 meses, quando as choças começavam a cair, a tribo mudava-se para outro sítio.

Não havia rebanhos nem manadas nem animais domésticos. As artes manuais eram poucas; as mulheres fiavam fio de algodão para fazerem as malhas das redes em que eles dormiam; sabiam fabricar vasos de barro, embora não conhecessem a roda do oleiro, e coziam-nos num buraco feito no chão com uma fogueira acesa por cima. Fabricava-se uma espécie de cestos com erva; faziam colares com enfiadas de dentes, ossos, grãos, ou mesmo cerdas de porco espinho; das penas brilhantes das aves da floresta faziam notáveis adornos para si. Estes adornos, com as armas e as redes e os utensílios de cozinha eram as únicas coisas que possuíam. Também não tinham muita ideia acerca da

propriedade. Dentro das choças todas as coisas eram mais ou menos comuns.

Estas choças compridas e baixas, com uma pequena abertura em cada extremidade, eram muito escuras e cheias de fumo, e — visto que pelos hábitos pessoais estavam ao nível dos animais — exalavam os odores desagradáveis do estábulo.

Em cada choça viviam 20 ou 30 famílias, cada qual com o seu espaço marcado para dependurar a rede e acender uma fogueira no meio. Aqui, a todas as horas do dia e da noite, indiferentes à atmosfera fétida ou aos nervos dos outros, as mulheres conversavam, as crianças brincavam e gritavam, os rapazes gracejavam e os mais velhos faziam longos discursos. O Índio estimava muito os dotes de orador, e por muito estranho que pareça, dizem que estes selvagens, cuja cultura não ultrapassara a idade da pedra, possuíam uma bela língua, com inflexões admiráveis e harmoniosas de ouvir.

Enquanto comiam, ninguém falava; cada guerreiro fazia-o confortàvelmente na sua rede, servido pelas mulheres, ou então todos se sentavam no chão com as costas para a fogueira. Com a refeição não se bebia qualquer espécie de bebida. A sede apagava-se depois com a água que se pudesse arranjar, por muito suja ou contaminada que estivesse.

Tão-pouco sentia o Índio qualquer escrúpulo no que comia. Devorava répteis e até insectos sem repugnância. Para ele, comer os parasitas do homem era acto de vingança dignificadora. Quando um amigo estava a catar a cabeça de outro, dava-lhe o que apanhava para esmagar entre os dentes.

Não havia horas certas para as refeições. Havendo comida, o Índio comia em grandes quantidades e tantas vezes quantas a fantasia lhe pedia, até não haver mais que comer. Se havia pouco que comer, passava sem se alimentar, e não parecia ficar pior do que se tivesse comido de mais.

Toda a comida se partilhava fraternalmente. Não havia disputas dentro da choça. O Índio nunca se zangava com os seus camaradas senão quando estava embriagado. Então, prudentemente, as mulheres escondiam-lhe as armas.

Todos—homens e mulheres—gostavam de bebidas fortes, e davam-se a elas sempre que podiam, mas nunca durante as refeições. Pelo contrário, quando se bebia não se comia. Bebia-se e dançava-se durante todo o dia e toda a noite, até não haver gota para beber e todos os dançarinos terem caído.

Orgias destas não se realizavam todos os dias. Exigiam preparação. Como nunca ficava uma só gota de licor, tinha-se de fazer de novo para cada ocasião. A raiz chamada *aipim* era a principal produtora de bebidas fermentadas, preparadas pelas mulheres idosas. Ferviam a raiz e pisavam-na e depois davam-na às raparigas mais bonitas da tribo para as mastigarem, as quais as cuspiam dentro de grandes vasos de barro onde fermentavam. Quanto mais bela fosse a mastigadora,melhor seria a bebida!

Na noite anterior àquela em que a bebida estivesse pronta, toda a aldeia cantava e dançava até ao amanhecer; depois as donzelas de todas as choças deitavam o vinho em meias cabaças chamadas *cuias*, para oferecerem aos dançarinos. Estes bebiam e dançavam, as mulheres bebiam, dançavam, toda a gente cantava e saltava, e assim continuava horas seguidas. Era motivo de grande orgulho para o homem que pudesse beber mais e fazer as coisas mais disparatadas enquanto estivesse bêbado. A distinção para um índio consistia nisto, e em ter muitas mulheres, em matar muitos inimigos e devorá-los com todo o ritual prescrito.

Matar em combate era coisa gloriosa, mas glória

ainda maior seria apanhar vivo o inimigo. Depois a operação era regulada por um ritual complicado.

O prisioneiro era levado à aldeia, com uma corda ao pescoço, escoltado por uma multidão que dançava ao seu lado, dizendo zombarias, dando bofetões e beliscando-o. Preparava-se uma choça para ele perto daquela em que vivia o seu captor, com uma rede prontamente armada em que o prisioneiro era depositado—daquele momento em diante cessavam os maus tratos.

Porque ele tinha de engordar para o festim, e não há nada como a angústia para fazer um homem perder o peso! Durante meses a fio, alimentavam-no como a um galo de combate; punham-se caçadores ao seu serviço para o abastecerem de caça e de peixe; davam-lhe para mulher uma bela rapariga, e ela tinha de o servir durante todo o dia e dar-lhe tudo o que ele quisesse. Quando ela julgava que o seu protegido estava bastante suculento, comunicava-o aos anciães e fixava-se o dia para o banquete.

Então faziam-se formidáveis preparativos; convidavam-se todos os parentes e amigos de perto e de longe. Fabricavam-se enormes recipientes para levarem muitos litros de vinho, e quando tudo estava pronto, o dia anterior ao sacrifício era dedicado a danças, a beber e a cantar, no que se esperava que a vítima tomasse parte. A tribo cantava as proezas do vencedor, vituperando o cativo que respondia com a epopeia dos seus próprios feitos e a vingança futura.

Enfeitavam-no para as últimas cerimónias. Pintavam-lhe todo o corpo com sumo de genipapo; a seguir untavam-no de mel e colocavam-lhe penas de cor dos pés à cabeça. Os pés eram pintados de vermelho e metiam-lhe na mão uma maça; tiravam-lhe a corda do pescoço e passavam-lha à volta da cinta. Assim amarrado, levavam-no para o terreiro à volta do qual se

erguiam as choças, escoltado por velhas horrendas, com os corpos enrugados pintados de vermelho e amarelo vivo, e sem qualquer vestuário à excepção de colares de dentes humanos, todas a cantar enquanto faziam um barulho infernal batendo em tigelas vazias, que levavam para receber o sangue da vítima.

Obrigavam-no depois a ficar de pé entre dois postes com buracos, através dos quais passavam as extremidades das cordas que o prendiam. Olhe para o sol pela última vez! cantavam as velhas. Que lhe importava a morte? respondia o prisioneiro com altivez. Não devorara ele muitos dos parentes deles no passado? Os seus matariam e devorariam ainda mais quando viessem vingá-lo!

Entretanto, o carrasco preparava-se para o acto final. Todo pintado de arabescos negros, com pulseiras nos braços e nas pernas, um diadema de penas vermelhas ou amarelas na cabeça, tufos de penas e contas pendentes do corpo, saía devagar da sua choça, e solenemente precedido de um homem com uma grande maça numa bacia, todo enfeitado com ornatos de penas e com desenhos feitos em casca de ovo colada com cera.

A família e os amigos seguiam atrás dele, a bater em tambores e a tocar buzinas feitas de ossos humanos. Oh, abençoado! cantavam eles, que teve a honra de vingar as mortes dos seus parentes e dos antepassados da tribo!

A vítima, presa pela cintura com cordas, esperava, ameaçando com a maça. Deixem-no defender-se, gritava o carrasco, porque ele deve morrer! O prisioneiro respondia com imprecações cheias de altivez. Deixavam-lhe os braços de propósito livres, ele lutava para o afugentar, enquanto o carrasco se dirigia para ele com a maça, mas os que seguravam as cordas puxavam com toda a força de cada vez que ele tentava evitar o

golpe. Às vezes uma vítima robusta e activa conseguia ferir o executor, mas o fim era sempre o mesmo. Rápido e inexorável, o pau-ferro caía esmigalhando-lhe o crânio; semelhantes a harpias, as velhas lançavam-se sobre o cadáver. Nesse momento os membros eram cortados, as entranhas tiradas e fervidas, a carne assada para ser devorada imediatamente, excepto um braço ou uma perna, que ficava de parte para pôr a secar e guardar de conserva para oferecer aos hóspedes de honra, ou para figurar em futuros banquetes. Todavia, se não havia bastante para se comer primeiro, então cortavam-se e coziam-se os dedos dos pés e das mãos, fazendo-se um caldo para toda a gente provar e partilhar do triunfo. Parece que a vingança constituía o motivo primário destas orgias de canibais, mas a carne humana era considerada em si a comida mais deliciosa e estimulante.

Tendo cumprido a sua horrível missão, o carrasco retirava-se para a choça, onde lhe faziam incisões em todo o corpo, senão a alma do morto poderia matá-lo. Quando reaparecia alguns dias mais tarde, anunciava que tomara novo nome, que seria divulgado em data futura, no auge dum banquete.

Um herói era um homem de muitos nomes, porque tomava um por cada inimigo morto, quer fosse em combate, quer morto à paulada na presença da tribo antes do festim. Em qualquer dos casos, era honroso matar e comer a carne dum inimigo, mas a maior glória estava em dispor dele com todo o cerimonial que acabamos de descrever. Tanto assim era que um pai capturava um prisioneiro, que engordava para o filho matar, a fim de o jovem ter a honra de tomar novo nome.

Quanto à rapariga que consolara o prisioneiro durante os últimos meses, como a natureza humana é humana até entre selvagens, às vezes acontecia que se

apaixonava pela vítima e ajudava-a a fugir, e se tivesse um filho dele, tinha de o ocultar para o subtrair à vingança da tribo.

Independentemente destas excepções romanescas, qualquer filho do inimigo seria deixado com vida até ter 7 ou 8 anos, sendo então o desgraçadinho abatido e devorado, participando da cerimónia a própria mãe.

Apesar de tais enormidades, os Índios eram pais dedicados. Amavam os filhos profundamente, mas não faziam qualquer tentativa para os educarem. Nem lhes exigiam obediência, nem procuravam incutir-lhes quaisquer preceitos, nem mesmo os castigavam. A autoridade era uma concepção com que nunca tinham sonhado. Os seus chefes eram seguidos da mesma maneira que as crianças nos seus jogos se submetem às ordens do mais forte dos seus companheiros. A posição dum chefe não passava disso. Era um homem forte, um grande caçador e um valente guerreiro, que matara muitos dos seus inimigos e que tinha muitas mulheres; por isso os seus seguidores o admiravam e ouviam o que ele dizia. Mas ninguém esperava que lhe obedecessem se não quisessem. A obediência não se considerava virtude. Não havia virtudes no seu código moral, excepto a coragem, tal como a cobardia era o único pecado.

Nem fé, nem rei, nem lei! Como era significativo, diziam os portugueses, que faltassem na fonética dos índios as três letras F, L, R,! A um homem civilizado do século XVI isto parecia um terrível estado de coisas. De todos os povos da terra, exclamaram eles, estes eram os mais bestiais!

Que poderia fazer-se deles? Ao princípio parecera fácil. Os homens de Cabral cantaram e dançaram com os índios, atraíram-nos a bordo do navio, e fizeram-nos dormir como bons cristãos em camas entre lençóis civilizados; disseram missa diante dos seus olhos espantados e convenceram-se de que eles estavam profunda-

mente impressionados. Era claro que apenas se necessitava de leve orientação e ali estaria um rebanho pronto para entrar no redil da Igreja, e com um pouco de ensino estes mesmos catecúmenos tornar-se-iam lavradores dóceis para ajudarem o agricultor a lavrar os seus campos.

Mas os Índios não procuraram essa orientação. Ainda menos desejavam lavrar os campos de quem quer que fosse. Não aspiravam a um modo de vida diferente. A súbita e dramática irrupção dos brancos no meio deles — criaturas fantásticas do outro mundo, muito afastado e jamais ouvido — não foi saudada como o advento de salvadores vindos de longe, mas como uma aparição espantosa para se estudar com grande cautela. Os índios vagueavam em redor, espreitavam e fugiam. Num minuto correspondiam às tentativas, para logo a seguir desaparecerem. A suspeição andava sempre abrigada no seu peito, pronta a saltar em chama. Às vezes rebentava sem provocação — pelo menos até onde os estrangeiros podiam compreender — e então as setas mortais cobriam o ar.

Estabelecer amizade duradoura com gente tão bravia e viver em harmonia com ela requeria infinita paciência, grande boa vontade e autodomínio, que, devemos confessar, muitos colonos não possuíam. Se os capitães, homens que tinham comandado na África e no Extremo Oriente, possuíam alguma prática no trato com as raças atrasadas (embora não tão primitivas como esta), os marinheiros e os degredados que eram duros, rudes e irresponsáveis, não faziam a mais leve ideia dos métodos suasórios. Uma coisa era fraternizar com tolerância amiga enquanto uma nau carregava lenha e água junto duma costa selvagem, outra muito diferente era viver ano após ano em contacto contínuo com os homens do mato. Os embates tinham de dar-se dentro de pouco tempo, e os embates

com os Índios, como se ficou a saber daí a pouco, muitas vezes terminavam em chacinas públicas e no pavoroso festim.

Mas esta gente eram demónios com forma humana! bradaram os que pela primeira vez assistiram a tais espectáculos de horror. Isso dificultou o convencimento de que o índio é um homem e um irmão, e forneceu uma desculpa àqueles que queriam apanhar índios como escravos.

E a escravidão era coisa que os Índios não podiam compreender. Nenhuns negociantes estrangeiros tinham jamais aparecido nas suas costas, e o seu próprio sistema social não tinha problemas de trabalho. As suas necessidades elementares eram satisfeitas dia a dia com pouco esforço. Não exigiam serviços dos seus prisioneiros. Comiam-nos.

Com todas as florestas ínvias do vasto interior atrás de si, teria sido fácil aos índios desaparecerem e viverem sem serem vistos e independentes do branco que vivia junto da costa. Mas eles sentiram-se fascinados pelos utensílios que os brancos traziam. As ferramentas de ferro e de aço que cortavam a terra e abriam a madeira tão fàcilmente comparadas com as pederneiras e arcos aguçados que eram os únicos instrumentos cortantes que os índios conheciam, pareciam-lhes maravilhosos, amavam as belas contas transparentes e os espelhos em que a própria face dum homem olhava de modo tão estranho para ele; e os brancos tinham animais jamais vistos — a vaca, que lhes parecia uma grande anta com chifres — essa útil ave, a galinha cacarejante e barulhenta, que vivia em casa do homem e constantemente punha ovos — e o melhor de todos, o cão!

Ao Índio, caçador acima de tudo, o cão parecia a mais bela conquista da raça humana. Era o companheiro ideal, que auxiliava, hábil farejador, cujos dotes

podiam tão ràpidamente devotar-se ao homem. Um cão tornou-se a posse mais apreciada que um índio podia adquirir. Animal sem preço, queriam-lhe como a seus próprios filhos. As mulheres levavam cães às costas quando viajavam, como se eles fossem criancinhas, e sabe-se até que criavam ao peito os pequeninos cachorros.

Em troca desses presentes inestimáveis, os índios deitariam abaixo árvores de pau brasil, e ajudariam a carregá-los, e forneceriam abundância de caça e de frutas da floresta. Também se deu à venda de escravos, desde que se lhe apresentou um novo uso para a carne humana. Sabendo que os brancos dariam em troca coisas de valor, os índios frequentemente assaltavam os seus inimigos simplesmente para obterem mercadorias de troca.

Muitas vezes estavam prontos a entregar também as filhas, mas manda a verdade que digamos que os brancos nem sempre esperavam pela oferta. As raparigas índias eram muitíssimo acolhedoras, dizem, e as mulheres brancas escasseavam. Escusado é dizer que estava aqui outra fonte abundante de atritos.

Despertar a hostilidade das tribos selvagens era coisa terrível. Embora os brancos tivessem a vantagem das suas armas de fogo, os índios tinham por si o número... e a floresta. O mato cerrado, sussurrante e emaranhado, onde a vegetação bravia oculta a terra e eclipsa o céu, não tinha para eles mais mistérios do que uma estrada aberta. Podia-se levar um índio ao longo da costa e afastá-lo 300 léguas do lugar em que a sua tribo vivia, que ele saberia encontrar o caminho para casa sem errar. O seu sentido de orientação era tão infalível como o dum marinheiro, o seu olfacto tão apurado que a muitas milhas de distância sentia o fumo duma aldeia; sabia rastejar por entre as plantas o silencioso como um jaguar à espreita, passar sem

ser visto a poucas polegadas duma multidão e desaparecer sem deixar rasto.

Um branco, trabalhando sòzinho na sua plantação a desbravar a terra nas proximidades da floresta, caía varado por uma seta atirada, parecia, de parte nenhuma por mão oculta. E enquanto toda a colónia se conservava completamente desprevenida, uma hoste podia atravessar de rastos a paisagem, sem ser percebida, para se lançar de repente com gritos horríveis sobre a cidade meio construída antes de os homens poderem correr para as armas. Então perdiam-se vidas valiosas, ricas plantações ficavam destruídas e os prisioneiros eram arrastados para uma morte horrenda.

Frequentemente tais arremetidas tinham sido provocadas por homens descuidados ou atrevidos, mas às vezes não tinham qualquer razão aparente. Todos os relatos concordam em que nunca se podia contar com os índios: se a sua inimizade era terrível, a sua amizade era incerta.

Enquanto o problema dos índios se não resolvesse, a colonização não podia progredir. Havia dois caminhos a seguir: ou entrar na guerra de extermínio, ou civilizar o selvagem, fazendo dele um cristão.

A primeira alternativa não parece ter sido tomada em consideração. Independentemente da dificuldade e despesas de tal campanha, não estava de acordo com a política de Portugal, firmemente convencidos, como estavam os seus chefes, da missão da sua terra. A expansão ultramarina não se fizera para destruir mas para estender o triunfo da Cruz. Estes índios podiam parecer animais selvagens, mas as suas almas imortais tinham de ser gânhas para o Senhor e para a Igreja.

Ao princípio supusera-se que por não possuírem qualquer religião seria muito fácil convertê-los. Como a realidade era diferente! O próprio facto de não terem deuses nenhuns tornava-lhes difícil compreenderem um

acto de adoração. Levar as suas almas rudimentares às luzes da revelação, explicar-lhes valores com que nem mesmo haviam sonhado, pôr diante deles a honestidade, a pureza e a verdade — tudo coisas de que não faziam qualquer ideia —, ensinar-lhes a recusar o mal e a escolher o bem, era missão que requeria uma vida inteira de infinita paciência, compreensão e amor.

Capitães da Índia e seus sequazes — soldados aventureiros, honestos agricultores, marinheiros — embora se considerassem colunas da Igreja e bons cristãos — não eram homens para tal missão. Tão-pouco o eram os padres leigos que tinham ido com eles para o Brasil. Muitos deles eram Joões Bezerras. Esta vocação requeria o especialista.

O rei sabia aonde havia de obtê-lo. Inácio de Loiola, um coração ardente convertido a Deus pelo sofrimento, tendo renunciado à carreira militar pela luta espiritual, chamara para si e organizara e treinara uma nova milícia de missionários preparados para pregar o Evangelho com os lábios e com a vida em qualquer terra pagã do orbe.

D. João III chamou a Companhia de Jesus para levar a cabo a missão no Brasil. O P.e Simão Rodrigues, Provincial de Portugal, e um dos primeiros companheiros de Inácio, estava ansioso por ir, mas os superiores não o puderam dispensar, por isso teve de nomear outro. A hora revelou o homem: Manuel da Nóbrega, jovem padre de 32 anos, que durante os cinco anos passados estivera a chamar toda a terra circunvizinha de Coimbra à renovação da vida religiosa.

Conhecemos o perfil deste rosto magro o ascético: cabelo curto, crescendo muito acima duns olhos pensativos, profundos e cavados pelas vigílias, nariz comprido e aquilino, lábios sensíveis. Era de esperar que Manuel da Nóbrega, de sangue nobre e parentes influentes, estudante brilhante em Salamanca e Coimbra, perito

em Direito canónico, considerado pelo sábio Dr. Martim Azpilcueta Navarro como o seu aluno mais esperançoso, embora inibido por ser tartamudo, fosse longe no caminho dos progressos no mundo. Mas aos 24 anos renunciara ao mundo e pedira que o aceitassem como noviço na recém-fundada Companhia de Jesus. Que esperava vir a ser na Ordem? O P.e Simão Rodrigues perguntara-lho e o jovem respondera que «quizera não saber o que quero, mas em todo caso sómente querer a Jesu Crucificado [1]».

Como verdadeiro soldado da milícia de Loiola, entregou aos superiores toda a sua obediência, e todo o seu ser aos progressos da Companhia, mas jamais perdeu de vista uma lealdade superior. Assim, quando lhe pediram a sua opinião de perito respeitante a certos rendimentos que a Companhia podia pretender, não hesitou em demonstrar a fragilidade do seu ponto de vista legal. Apenas esperava estar enganado, termina por dizer, mas «posto que ame a Companhia depois de Deus sobre todas as coisas, não queria, por amor dela, perder a Cristo [2]».

Tal era o único intuito do homem que, quando chegou a hora, estava preparado para dizer adeus à terra natal e às mansões do saber onde se instruíra, e dedicar-se com todas as forças do seu espírito de estudioso e dotes espirituais ao ensino do povo mais primitivo da terra.

Para o acompanharem escolheram-se cinco companheiros de espírito semelhante — três padres e dois irmãos leigos: o P.e Leonardo Nunes, cuja energia era uma chama ardente, o poliglota P.e João de

---

(1) *Vida de Nóbrega pelo Padre António Franco*. Publ. in - *Cartas do Brasil*, ed. de Afrânio Peixoto, pág. 23.

(2) Carta do P.e Manuel da Nóbrega, escrita de Sanfins do Minho em 18 de Junho de 1548. Publ. in - *Nóbrega e a Fundação de S. Paulo*, por Serafim Leite, pág. 103.

Azpilcueta Navarro, sobrinho do famoso mestre de Nóbrega, o resoluto e bom P.e António Pires, o bondoso Irmão Jácome, e o Irmão Vicente Rodrigues, alma cândida.

Todos eram jovens e entusiastas, prontos a trabalhar e a sofrer com o verdadeiro espírito do seu fundador Inácio de Loiola, que lhes inspirara o desejo de apenas «servirem o Senhor como ele merece, dar e não contar o preço, combater e não cuidar das feridas, trabalhar e não procurar descanso, afadigar-se e não pedir outra recompensa senão a de saber que fizeram a Sua Vontade».

Tal era o grupo de missionários que em 1549 partiram com o recém-nomeado governador geral Tomé de Sousa.

XVI

O Governador

O patriarca Diogo Álvares Caramuru, vivendo junto da Baía de Todos os Santos, cercado pelos filhos e filhas e prole mestiça, seus genros e outros brancos extraviados que tinham voltado após a tragédia de 1546, recebeu um dia a seguinte carta:

«Diogo Álvares. Eu el-rey vos envio muyto saudar.

«Eu ora mando Thomé de Souza, fidalgo de minha casa, a essa Bahya de Todos os Santos, por capitão e governador della, para na dita capitania, e mais outras desse Estado do Brazyl, prover de justiça della e do mais que ao meu serviço cumprir; e mandei que na dita Bahya faça hũa povoação e assento grande e outras cousas de meo serviço: e porque sou informado, pela muita pratica e experiencia que tendes dessas terras e da gente e costumes dellas, e sabereis bem ajudar e conciliar, vos mando que tanto o dito Thomé de Souza lá chegar, vos vades para elle, e o ajudeis no que lhe deveis cumprir e vos elle encarregar; porque fareis nisso muito serviço. E porque o cumprimento e

tempo de sua chegada ache abastada de mantimentos a terra, para provimento da gente que com elle vay, escrevo sobre isso a Paulo Dias, vosso genro, procure se haverem, e os va buscar pelos portos dessacapitania de Jorge de Figueiredo, sendo necessario vossa companhya e ajuda, encommendo-os que o ajudeis, no que virdes que cumpre, como creyo que o fareis.

«Bartolomeu Fernandes a fez em Lisboa a 19 de novembro de 1548.

Rei.» [1]

Não sabemos quem foi o portador desta importante mensagem, nem quando ela chegou ao seu destino. O navio que a levou teria chegado ao Brasil, quando muito, por alturas dos meados de Janeiro de 1549, o que não deixava a Diogo Álvares muito tempo para completar todos os preparativos. Apesar disso parece que já estava pronto e no lugar indicado quando a 29 de Março chegou a frota do governador.

Era a esquadra mais imponente que jamais aparecera desde a expedição de Martim Afonso de Sousa. Das cinco naus redondas e das duas caravelas que ancoraram junto do forte de Francisco Pereira, havia muito abandonado, desembarcaram mais de mil homens — uma parte mesclada da população do reino. Havia fidalgos replandecentes nas suas capas e de espada, letrados e escrivães com os seus tinteiros de osso, camponeses e lavradores transportando as suas alfaias agrícolas, 600 soldados que trouxeram para terra a artilharia, além de 400 degredados, mandados para o novo mundo a refazer a sua vida, e padres de preto com grandes cruzes.

As águas transparentes da Baía nunca tinham

(1) Publicada por Varnhagen na sua *História do Brasil*, sem indicação de proveniência.

reflectido cena tão variegada. O punhado de exilados que observavam na praia derramaram lágrimas de alegria ao verem um pouco do seu mundo perdido voltar até eles; os seus filhos mestiços olhavam espantados para as coisas estranhas que seus pais tinham descrito mas eles nunca tinham conhecido, enquanto os recém-chegados arregalavam os olhos para a terra prometida. Toda verde e azul sob um sol doirado — Como eram belas as obras do Criador! pensava o P.e Nóbrega. «Similham os montes grandes jardins e pomares, que não me lembra ter visto panno de raz tão bello». [1]

Tomé de Sousa, o novo governador, activo, competente, braço vigoroso e língua humorística, não teve tempo para se deliciar com a contemplação. Ràpidamente, dispôs as suas forças em linha junto da costa e fê-las marchar para o interior de bandeiras desfraldadas, indo os soldados com os seus arcabuzes e artilharia atrás do P.e Nóbrega e dos seus homens de paz, que seguiam adiante, levando erguido o Símbolo da sua actividade espiritual. A Cruz foi levantada no monte e as tropas acamparam em volta.

Em baixo estendia-se a terra virgem — os topes arredondados das árvores das florestas verdes que nunca haviam conhecido o machado, espessuras emaranhadas que nenhuma vereda dividia, aqui e além cortadas por espaços de capim verde vivo e nos intervalos em toda a extensão do litoral recortado podiam ver-se espalhadas as choças dos índios, de que todos os dias saíam homens bronzeados e nus, que subiam ao monte para olharem admirados os recém-chegados — observadores, curiosos e na defensiva.

Perto ficava a Vila Pereira — daí a pouco chamou-se Vila Velha — conjunto de choupanas arrui-

(1) Nóbrega, *Cartas do Brasil*, publ. por Valle Cabral, pág 89; carta ao Dr. Navarro, datada de 1549.

nadas em volta de «uma maneira de igreja», [1] onde o P.e Nóbrega disse missa. Esta era a primeira cidade da Baía, mas Tomé de Sousa tinha instruções para a reedificar noutro sítio onde houvesse um porto mais abrigado. Por isso, o governador mandou explorar a baía a toda a volta.

Entretanto procurou entrar em relações amigáveis com os índios. Sem a sua boa vontade era evidente que nada podia fazer-se. Com a ajuda da língua persuasiva de Diogo Álvares, uma impressionante exibição de forças e o domínio firme dos seus ferrabrazes, Tomé de Sousa em breve alcançou as boas graças dos indígenas, tanto melhor que esta não era a mesma tribo que devorara Francisco Pereira.

Faltava só resolver onde se edificaria a nova cidade. Nisto, escreve Nóbrega, «muito ainda obrou o Senhor, deparando logo muito bom sitio sobre a praia em local de muitas fontes» [1]. Não ficava longe do primitivo estabelecimento, sobre um planalto que dominava a baía e dava sobre um esplêndido porto, abrigado de todos os ventos, onde podia fundear uma frota completa.

Tomé de Sousa levava com ele a planta da cidade já traçada, de que Salvador seria o nome. Luís Dias, mestre de obras, estava pronto para meter mãos à obra, mas primeiro o governador mandou levantar uma forte paliçada a toda a volta do local da construção e reunir todas as suas forças dentro dela. Por detrás desta muralha improvisada podiam trabalhar em segurança, protegidos de todas as surpresas. Os índios pareciam bastante pacíficos e amigos, e até prontos a prestarem serviços, mas em qualquer ocasião podia surgir qual-

---

(1) Ibid., pág. 71. Carta ao Padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, 1549

(1) Ibid., Carta ao Dr. Navarro, pág. 89.

quer acontecimento inesperado, e Tomé de Sousa não queria complicações.

Isto caracterizava o homem. Seu primo Martim Afonso de Sousa observava que entre as muitas qualidades magníficas de Tomé a mais saliente era uma grande dose de bom-senso. Ele inspirava a mesma confiança a outras pessoas: «farmea gramde merce em me mandar (Lourenço Pires e) Tomé de Sousa para me ajudar (em) a o servir, por que comfio nele (s) que o fara (m) bem e verdadeiramente», [1] escrevia D. João de Castro da Índia ao rei em 1547.

Era também essa a opinião de D. João III. De modo que, quando por esta altura a carta citada chegou a Portugal, Tomé de Sousa já fora nomeado, não para desempenhar qualquer cargo às ordens do governador da Índia, mas para ele próprio ser governador do Brasil.

Estava talhado para tal missão. Sem dúvida na Corte havia figuras mais brilhantes do que a deste sensato fidalgo minhoto, mas as qualidades brilhantes não eram as mais requeridas nessa altura para governar o Brasil. Muita firmeza de carácter e raciocínio eram a necessidade primária, e Tomé de Sousa, através duma carreira honrosa, demonstrara não carecer de nenhum.

Essencialmente um homem positivo, doseava em justas proporções as qualidades requeridas para o cargo. Para começar—como tinha de ser naquela época de jerarquias – a sua linhagem e ligações eram bastante nobres. Não era o omnipotente conde de Castanheira seu primo? É verdade que Tomé de Sousa, filho ilegítimo do prior de Rates, não seria bastante fidalgo para

---

(1) Fragmento de carta de D. João de Castro para el-Rei. *Col. S. Lourenço*, vol. V, fol. 95, publ. in-*O Investigador Português em Inglaterra*, vol. XVI, e Elaine Sanceau, *Cartas de D. João de Castro*, pág. 363

ser escolhido para governador da Índia, onde os filhos das famílias mais altivas faziam o seu tirocínio militar, mas estava perfeitamente indicado para governar a sociedade mista do Brasil.

A acrescentar a isto havia a sua experiência no trato dos homens, em terra e no mar, a qual era vasta e variada. Tomé de Sousa servira com distinção nas fortalezas da África, e comandara um navio na Índia.

A sua idade era exactamente a feliz meia idade— aproximadamente 40 e tal. Nem as leviandades da juventude o atraíam, nem sentia diminuído o vigor da sua mocidade. Tinha em Portugal a mulher e uma filha jovem, mas esperava voltar à pátria daí a três anos, e então arranjaria a casar a pequena Helena. Até então, com o espírito livre, podia dedicar-se ao desempenho do programa que o rei lhe traçara num extenso «regimento».

A sua missão definia-se aí «Conservar e nobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil e dar ordens e maneira com que milhor e mais seguramente se posão ir povoando pera eixalçamento da nosa santa fee e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles» [1].

O rei resolvera que uma era nova devia abrir-se para o Brasil. Os donatários não voltariam mais a governar e desgovernar os seus vastos domínios à sua vontade, ligados apenas pelo leve fio da vassalagem à Coroa distante.

Daí em diante a Coroa estaria presente no lugar, e haveria uma capital que seria, como explica Frei Vicente do Salvador, «como coração no meio do corpo, donde todos se socorressem e fossem governados» [2].

---

(1) Regimento de Tomé de Sousa, publ. in *Hist. da Colon. Port. do Brasil*, tomo III, pág. 345.
(2) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, Liv. III, cap. I.

Segundo o rei observara, o sítio mais conveniente da costa do Brasil para este fim parecia ser a Baía de Todos os Santos, devido à sua situação central, belo clima e abastecimento de água. Por isso D. João III comprou ao herdeiro de Francisco Pereira a capitania abandonada. Tomé de Sousa seria ali capitão e, ao mesmo tempo, governador do Brasil, e devia construir uma cidade muito bem fortificada; a terra circunvizinha seria cultivada, instalar-se-iam engenhos de açúcar e os proprietários de «sesmarias» seriam obrigados a tornar o solo produtivo.

O problema dos índios resolver-se-ia com mão firme. Os que tinham matado Francisco Pereira seriam castigados. Ao mesmo tempo o governador devia de ter presente «o pouco entendimento que esa gemte ateeguora tem a qual cousa demenue muyto em suas culpas» [1]. Os que se arrependessem dos seus erros e pedissem perdão ao rei, seriam perdoados — porque «o principal intento meu he que se convertão a nosa samta fee», e tudo se deve fazer com esse fim. Portanto os capitães e os seus subordinados deviam ser obrigados a tratar bem os índios, evitando a guerra a não ser em último recurso, porque a guerra interrompe as comunicações.

Sob pena de morte, a ninguém se consentia que fornecesse armas aos índios — nem arcabuzes, nem espingardas, nem bestas, nem lanças, nem punhais, nem mesmo foices. Apenas artigos de cutelaria de menos importância, como tesouras, machadinhas e facas poderiam dar-se, desde que se tivesse dispensa do papa para isso.

Só às pessoas responsáveis se permitiria a visita às aldeias índias, mas podiam realizar-se mercados semanais em todas as cidades, aos quais os indígenas

---

(1) Regimento de Tomé de Sousa, cit.

podiam levar as suas frutas e caça para venderem. Nenhum navio particular seria autorizado a navegar ao longo da costa duma capitania para outra para capturar índios. A pacificação tinha de estar na ordem do dia.

Uma cópia deste regimento seria enviada a cada capitania aguardando que o próprio governador visitasse cada uma delas em viagem de inspecção — promessa que foi recebida com muita frieza. Os capitães nunca tinham esperado terem de ver um superior a eles próprios. Vasco Fernandes disse que queria retirar-se, e Duarte Coelho deu publicidade a um violento protesto. A sua Nova Lusitânia, declarou ele ao rei, não precisava de qualquer interferência de fora, nem os colonos a desejavam. O rei reconheceu que havia justiça na alegação. De todos os donatários, só Duarte Coelho conseguira pôr ordem no caos. D. João III escreveu a Tomé de Sousa aconselhando-o a não intervir em Pernambuco.

Para auxiliar o governador na sua espinhosa missão, o rei dera-lhe uma equipa muito útil. O P.e Nóbrega e os seus missionários eram, evidentemente, os primeiros e os melhores. Como enviados, cujo único intuito era conseguir modificar o coração dos desordeiros selvagens e civilizados, apenas com as suas armas espirituais, seria de esperar que alcançassem resultados muito mais vastos do que os obtidos pela força material.

Pelo lado secular também o governador tinha bons auxiliares. O Dr. Pero Borges, ouvidor, tinha já vasta experiência como corregedor no Algarve e também em Elvas. Se satisfizesse no Brasil, o rei prometera-lhe nomeá-lo Juiz do Supremo Tribunal do Reino. Nóbrega descreve Pero Borges como «muito virtuoso» [1]

(1) *Ob. cit*, pág. 87. Carta de 1549.

— veredicto com que nem todos concordam, mas parece certo que era homem capaz e competente.

António Cardoso de Barros ia ser Provedor da Fazenda e recebedor dos dízimos da Coroa, e também chefe da Alfândega que se estabeleceria na nova capital.

António Cardoso, como vimos atrás, era donatário do Ceará no extremo norte, concessão de que nunca tomara posse, nem, pelo que sabemos, tencionava fazê-lo. Ao que parece, sentia-se satisfeito por viver no Brasil; mas sendo homem de negócios esperto e prático, preferia agir como funcionário assalariado da Coroa, a fazê-lo com a glória custosa de capitão.

Alguém que tinha aprendido por amarga experiência como isso custava, voltou ao Brasil sob o comando do novo governador. Pero de Góis, que dera os melhores anos da sua vida a São Vicente e ao vale de Paraíba, voltava atraído pelo encanto estranho da terra, desta vez como capitão general da armada que devia cruzar ao largo da costa brasileira.

Tomé de Sousa apreciou calorosamente a sua colaboração leal. Em tudo, disse ele ao rei, Pero de Góis serviu com fidelidade, dando do seu com generosidade — «gasta mais do que tem e fez hũas casas nesta cidade por lhe parecer que nisso tambem servia V. A. tam boas e milhores que as que eu ffiz». [1] E também porque a isso o levara a sua visão do futuro.

Esta construção da capital absorveu as energias de toda a gente o ano inteiro. Desde o mais baixo ao mais elevado, todos trabalhavam. Nóbrega e os seus colegas edificaram a sua igreja com as próprias mãos, os leigos fizeram eles mesmo casas para viver,

(1) Carta de Tomé de Sousa para el-Rei, datada de 18 de Julho de 1551. Torre do Tombo. *Corpo Cron.* Parte I, ms. 86, doc. 96. Publ. in — *Hist. da Colon. Port. do Brasil*, tomo III, pág. 361.

e o governador andava pelo meio deles todos, de colher de trolha na mão, misturando argamassa e levando aos ombros madeiras para as casas. E para toda a gente tinha palavras de incitamento. «Com isto folgavam todos de trabalhar». [1] Até os índios se interessaram e vieram ajudar.

Tomé de Sousa deu-se bem com eles, segundo o seu modo prático. Tratar bem todos e nada de disparates! foi a atitude que tomou. Nenhum branco devia andar pelas aldeias indígenas a provocar distúrbios, mas quando um que o fez foi morto, o governador não teve compaixão do criminoso. Mandou-o amarrar à boca do cano duma bombarda e fê-lo em pedaços. Os índios assistiram àquilo apavorados mas sem mostrarem desacordo.

Sob a direcção do hábil mestre de obras Luís Dias, a cidade crescia a pouco e pouco. As casas particulares eram provàvelmente de madeira e cobertas de colmo, mas Luís Dias fala ao rei dos edifícios públicos que ergueu de pedra e cal e cobertos de telha. Havia uma casa da Câmara com a sua sala de audiências no rés-do-chão, a Tesouraria, a Alfândega, um arsenal e armazéns. Também — porque se a terra parecia um paraíso, infelizmente os colonos não eram anjos — «asy fazemos cadeya muito boa e bem acabada». [2]

As muralhas que rodeavam a cidade eram fortes. Embora não fossem de pedra, Luís Dias confiava em que haviam de durar indefinidamente. Flanqueadas por dois baluartes que dominavam a baía, eram defendidas por artilharia. Pelo menos durante 20 anos deviam ser boas — «por ser de paos de mange que se criam nagoa e sam como fero».

---

(1) Frei Vicente do Salvador, *ob. cit.*, liv. III, cap. I.
(2) Carta de Luís Dias, mestre de obras, datada de 15 de Agosto de 1551. Torre do Tombo. *Corpo Cron.* Parte I, ms. 86, doc. 111. Publ. in — *Hist. da Col. Port. do Brasil*, tomo III, pág 362, 3.

«Cidade do Salvador da Baía de Todos os Santos» foi o nome da primeira capital do Brasil, conhecida hoje mais simplesmente por Baía. Em Agosto de 1549 tinha cem casas construídas e acabadas, havia uma igreja, esperançosamente chamada «a Sé» embora ainda não houvesse bispo, e os moradores mostravam «cada um as habilidades que tinha» [1]. A 13 de Junho o Corpo de Deus celebrara-se no Salvador com especial contentamento. Ao troar da artilharia, uma solene procissão atravessou as ruas da cidade, que estavam cobertas de verdura, e, segundo a tradição medieval em que a religião se misturava com a diversão, houvera momos, jogos e danças.

A toda a volta do Salvador cresciam as plantações de açúcar, e estavam a florescer outras culturas — «a terra é fertil de tudo», [2] observa o P.e Nóbrega — demasiado rica mesmo para certas plantas europeias que davam folhas em profusão, mas não produziam fruto.

A saúde geral mantinha-se excelente. Apesar do trabalho árduo e da alimentação desacostumada, poucos homens adoeceram e os doentes depressa melhoraram. Aos portugueses que tinham conhecido as epidemias da Índia e as febres da Costa do Ouro, a Baía parecia uma estância de cura.

Se a saúde pública era boa, o P.e Nóbrega confessa com tristeza que não podia dizer o mesmo da saúde moral. Os pioneiros do ultramar têm tendência para serem duros e bravos; 400 dos que Tomé de Sousa levara eram criminosos de direito comum, e os colonos encontrados na terra tinham vivido durante 10, 20 ou mesmo 30 anos à lei da Natureza e fazendo o que muito bem queriam. Os Jesuítas acharam que estes

---

(1) Frei Vicente do Salvador, *ob. cit.*, liv. 3, cap. I.
(2) Carta ao Dr. Navarro, *ob. cit.*, pág. 89.

homens de costumes soltos e de linguagem desenfreada lhes davam tanto trabalho como os pagãos. Não eram o praguejar e o questionar de mais difícil correcção. A disciplina do governador era severa, o ouvidor estabelecera sanções seculares contra a blasfêmia, e os sermões causavam funda impressão nos homens que durante anos não tinham ouvido tais censuras. O pior problema era a falta de mulheres europeias.

Para os homens solteiros prontos a tomar mulheres índias, não havia falta, e sabe-se que as noivas não se mostravam esquivas. Um homem podia fazer a sua escolha e se conseguissem convencê-lo a ter só uma, podia casar respeitàvelmente; mas havia muitos homens que esperavam mulher branca qualquer dia, e por isso preferiam arranjos temporários. Havia também o problema do homem casado com mulher em Portugal e que procurava consolação local. E havia os proprietários de terras vastas que podiam e queriam manter um serralho de belezas índias.

Com exortações e com sermões, os bons dos padres procuraram trazer os transgressores à noção de pecado. Ao mesmo tempo Nóbrega escreveu ao rei a insistir por que mandasse mulheres para os colonos. As poucas que tinham ido com a armada de Tomé de Sousa foram apanhadas num instante — até houve homens que se bateram por uma mulher já velha. Que aquelas que não tivessem encontrado marido no reino fossem para o Brasil, diz Nóbrega, mesmo que o seu passado não estivesse livre de mácula—e «casarão todas mui bem com tanto que não sejam taes que de todo tenham perdido a vergonha de Deus e ao mundo» (1). E a terra abençoada ajudá-las-ia a todas.

D. João III esperava que sim. Ele tinha tomado a peito a colonização do Brasil. Todos os anos mandava

(1) Carta ao Padre Mestre Simão, *ob. cit.*, pág. 80.

navios mercantes e coisas próprias para a agricultura: mandou vacas «a mayor nobreza e ffartura que pode aver nestas partes» (1), escreveu o governador, mandou escravos da Guiné para trabalharem nas plantações, mandou casais para povoarem a cidade do Salvador, e já em 1551 mandou noivas.

Não eram mulheres perdidas ou semi-mundanas, mas donzelas virtuosas cuidadosamente educadas. As «órfãs d'el-Rei», como são conhecidas, sob a vigilância da rainha, tinham sido instruídas nas artes domésticas e embarcadas para casarem na Índia ou no Brasil.

Assim a cidade prosperou e aumentou, preparando-se para ser o coração do corpo do Brasil, de onde o novo Estado iria ser governado politicamente, e seria também a sede espiritual, porque em 1552 chegou um bispo para ser entronizado na catedral da Baía.

Por essa ocasião parece que o Salvador estava a tornar-se o modelo para as outras capitanias — pelo menos segundo os padres Francisco Pires e Vicente Rodrigues. Todas as questões acabavam ràpidamente, nunca se davam roubos, exceptuando entre os deportados por esse crime, e o praguejar tornara-se raro — se uma palavra suja escapava a um homem, ele olhava para os lados para ter a certeza de que ninguém a ouvira! De facto, declara o P.e Pires, se houvesse mais mulheres europeias para se casarem, «se podera bem chamar esta capitania uma religião» (2).

As outras capitanias, menos privilegiadas, não tinham sido abandonadas pelas autoridades centrais. Em Novembro de 1549, Pero de Góis partira, levando com ele Pero Borges, o ouvidor, e António Cardoso,

(1) Carta de Tomé de Sousa, para el-Rei, datada de 18 de Julho de 1552. Torre do Tombo. *Corpo Cron.* Parte I, ms. 86, doc. 96.

(2) Carta do P.e Francisco Pires, escrita da Baía em 1552, publicada por Afrânio Peixoto in-*Cartas Jesuíticas*, II, Cartas Avulsas, pág. 128.

provedor da Fazenda, numa viagem de inspecção ao longo da costa. Escreveu Tomé de Sousa ao rei a dizer que cada um se desempenhou da sua missão o melhor que pôde, e cada qual encontrou muito com que se ocupar.

Pero Borges relatou que nos Ilhéus e em Porto Seguro encontrara magistrados em funções, os quais não sabiam ler nem escrever, e condenados fazendo parte da Vereação municipal. Crimes recentes e antigos aguardavam o julgamento, e havia muitas prisões a fazer. Temos também notícias do nosso velho conhecido João Bezerra. Parece que fora para a selva e ali se acolhera com um malfeitor fugido à justiça. O Dr. Borges entregou este criminoso ao castigo, diz ele, mas não se atreveu a prender o padre — «porem se V. A. mandar fallo ey, porque elle nam vive bem» [1].

O ouvidor não foi autorizado a visitar Pernambuco, porque Duarte Coelho havia sido isentado da intervenção dos magistrados da Coroa. Todavia, António Cardoso, como recebedor da Fazenda Real, não podia ser excluído, mas depreende-se que a sua visita não foi um êxito, pois indispôs-se com Duarte Coelho e com o cunhado, o que — comenta Tomé de Sousa, escrevendo ao rei — fora uma coisa desastrada. Depois disto, António Cardoso não podia voltar a Pernambuco, e o governador não podia ir lá em vez dele. Com toda a certeza, «os capitães destas partes merecem muita honra e merce de V. A. e mais que todos Duarte Coelho» [2], acrescenta Tomé de Sousa, mas, seja como for, ele pensa que é um erro grave isentar alguém de visitas de inspecção.

Como de costume, Pero de Góis portou-se galhardamente. Deixando António Cardoso e o Dr. Pero Borges em São Vicente no exercício separado das suas funções, cruzou em frente à costa rochosa à procura de piratas. Todos os estabelecimentos fervilhavam com boatos a respeito de corsários franceses. Eles encontravam-se no Rio de Janeiro, tendo vindo em grandes navios de 200 toneladas atulhados de artilharia poderosa! Que forças tinham os colonos para lhes fazerem frente?

(1) Carta de Pedro Borges para D. João III, escrita de Porto Seguro, 7 de Fevereiro de 1550. Torre do Tombo. *Corpo Cron.* Parte I. Ms. 67, doc. 8, publ. in-*Hist. da Colon. Port. do Brasil*, tomo III, págs., 268, 269.

(2) Carta de Tomé de Sousa, datada de 18 de Julho de 1551, já citada.

Tão-pouco poderia considerar-se que a esquadra de Pero de Góis pudesse inspirar terror. A sua força consistia em duas caravelas e um pequeno bergantim. Ele disse ao rei que, se as unidades se encontrassem convenientemente equipadas, aquilo não lhe parecia desproporcionado. Mas quase não havia homens para manobrarem as velas, muito poucos homens de armas, e os oito bombardeiros, divididos pelos três navios, não sabiam como haviam de fazer disparar as peças, nem tinham nunca ido para o mar!

Em frente do cabo Frio, Pero de Góis avistou um galeão — um grande barco de 200 toneladas, carregado de pau brasil. Uma das caravelas perdera-se de vista, mas Pero de Góis, dentro da outra e auxiliado pelo bergantim, tentou atacar o gigante. Infelizmente, diz ele, as descargas do seu navio foram uma desgraça! Durante todo o dia não houvera um único homem que em 50 tiros acertasse uma só vez no alvo — «semdo ho galleão hua torre!» [1] E o vento, soprando em sentido contrário, fez o resto... os inimigos desapareceram.

Pero de Góis rangeu os dentes de raiva. Se o rei mandasse navios maiores para guardar aquela costa,

(1) Carta de Pero de Góis para el-Rei, datada de 29 de Abril de 1551, escrita da Baía. Torre do Tombo. *Corpo Cron.*, Parte I, ms. 92, doc. 113, in-*ob. cit.*, pág. 322, 323.

observou ele mais tarde ao governador, e artilheiros que soubessem disparar, os corsários franceses teriam que fazer com ele! Tomé de Sousa encolheu os ombros. Também ele pedira bombardeiros para o reino, disse, e responderam-lhe que os preparasse no Brasil, porque ali não havia nenhum disponível. O facto é que o potencial humano estava a dar mostras de esgotamento numa pequena nação cujos domínios se espalhavam do Atlântico ocidental até aos extremos limites do Oceano Índico.

Uma presa útil que Pero de Góis trouxe do sul foram dois prisioneiros franceses encontrados junto da costa do Rio de Janeiro a viver com os índios: «nom os mandey enfforcar por que tinha muita necessidade de gente que me nom custe dinheiro», (1) escreve o governador ao rei. Um dos cativos era um intérprete de línguas índias, o outro era armeiro — «o quall he o mais abell homem que tenho visto porque ffaz bestas e espingardas e todas as armas».

Homens que não custassem dinheiro! Nesta frase Tomé de Sousa resumira não só a sua necessidade mais urgente, mas também a de seu amo, pois além da falta de homens, o rei exigia urgentemente novas fontes de receita. As grandes despesas das empresas orientais excediam o que o comércio das especiarias podia jamais pagar — não se poderia pedir um pouco de auxílio ao Brasil? «desejo eu muito saber o que vay por esta terra, escreve o governador, pera ver se poso descobrir algũa boaventura pera V. A. pois esta terra e ho Peruu he todo hum».

Filipe Guilhem, mineralogista castelhano, veio dos Ilhéus a contar uma história tentadora. Os índios de Porto Seguro falavam dum grande rio do interior que nascia numa montanha encantada, toda de ouro bri-

(1) Carta de Tomé de Sousa, cit.

lhante! «sole da tera», (1) chamavam-lhe eles, mas não se atreviam a aproximar-se do seu brilho radiante. Às vezes pedaços do metal luminoso destacavam-se e rolavam para o rio, mas os índios nunca se serviam deles para adorno pessoal — diziam eles que o homem que usasse aquele metal enfeitiçado, adoecia e morria, mas deste metal faziam celhas para darem de comer aos porcos... ou assim o compreendera Filipe Guilhem!

E contavam-se histórias mais realistas de esmeraldas e de outras pedras preciosas. Filipe Guilhem era velho, homem «de muito siso e cuidado», e cosmógrafo habituado a calcular a latitude. Ofereceu-se para comandar uma expedição à procura daquelas grandes riquezas, mas «enganamdome a vontade no que a ydade me tem desemganado», acrescenta com tristeza. Lembrou-lhe a idade quando atacado duma doença da vista, e assim a expedição nunca chegou a partir.

A história era estranha, mas por detrás dela podia haver qualquer coisa. Tomé de Sousa mandou um Miguel Henriques — «homem honrado e pera todo careguo que lhe quisereem dar» (2) — numa galé recém-construída na Baía. Pero Rebelo, piloto com dez anos de experiência da costa, partiu com ele. Deviam subir os rios até onde fosse possível chegar e descobrir tudo o que pudessem das terras que ficavam para além. A 5 de Novembro de 1550 partiram — e nunca mais se soube nada deles até hoje: «prazerá a Deos... que os levara todos ao paraizo», escreve Tomé de Sousa, acrescentando filosòficamente que «quando a noso Senhor aprouver de dar outro Peruu a V. A. aqui, que a ordenara quanto e como quiser e nos por muito que

(1) Carta de Filipe Guilhem para el-Rei, escrita na cidade do Salvador, a 20 de Julho de 1550. *Corpo Cron.* Parte I, ms. 84, doc. 109. Publ. in - *ob. cit*, pág. 339.
(2) Carta de Tomé de Sousa, cit.

madruguemos não ha de amanhecer mais asinha»! Como Duarte Coelho, promete continuar a espreitar as oportunidades e esperanças para fazer futuras tentativas — mas isto deve fazer-se «com muito tento e pouca perda de gente e ffazenda». Entretanto, não dirá nada mais a respeito do ouro, «se não se o mandar a V. A».

Por fim, em 1553, o próprio governador saiu em viagem de inspecção com Pero de Góis e o P.^e Nóbrega; «me pareçe que nisso fiz muito serviço a V. A. he bem a terra», escreveu ele ao rei no regresso, «ao menos fiz todo ho que pude e entendy e guastey tudo o que tinha» (1).

Estivera em toda parte e cuidara da defesa de todas as pequenas vilas, mandando levantar muralhas onde não as havia, proporcionando a artilharia necessária e aperfeiçoando o plano das cidades. Todas as críticas e sugestões se faziam com modos agradáveis e tacto — porque, observa ele ao rei, não pensava governar despòticamente as pessoas.

Navegando para o Sul, entrou na encantadora baía do Rio de Janeiro — a Guanabara dos índios — a tremular ao calor do sol de verão sob os seus rochedos cor de púrpura. Aquelas enseadas azul ferrete a introduzirem-se em meandros por entre os bosques rescendentes a orquídeas, aquelas ilhas fantásticas a pairar acima das águas transparentes, só eram fojo de selvagens e piratas.

Mas que belo sítio para construir uma cidade! Tomé de Sousa, que vira muitos sítios belos da Terra, olhava extasiado para este Paraíso revelado. Ali tudo era graça, disse ele ao rei — «quem quiser como deseje hum Rio isso tem este de Janeiro»! E mandou um

---

(1) Carta de Tomé de Sousa, datada de 1 de Junho de 1553, escrita da cidade do Salvador. Torre do Tombo. Gavetas, 18, maço 8, doc. n.º 8. Publ, in - *ob. cit.*, pág. 36 - 46.

esboço da baía. O rei, dizia ele, devia fundar ali uma grande cidade. Esta terra encantadora devia ser povoada pelos seus súbditos, nem que fosse só por razões de ordem prática. A pimenta crescia ali — um ano os franceses tinham carregado 50 pipas — mas se um forte português lá se construísse, os competidores não voltariam. Tomé de Sousa teria metido ombros à empresa e começaria a construção naquele mesmo ano, se dispusesse de homens.

O governador deixou com pena aquele deserto radioso e continuou para São Vicente. O que ali encontrou agradou-lhe muito. Aqui está uma capitania esplêndida, escreve ele, «de gramdes agoas e cerras e campos». A cidade de Martim Afonso na ilha estava florescente, orgulhando-se de «Hũa igreja muito honrrada e honrradas casas de pedra e call». Mas Santos, a meia légua de distância, tinha muito melhor porto — «todas as naus do mundo poderão estar nelle».

São Vicente e Santos ambas eram pequeninas cidades de casas construídas dentro de grandes jardins, e espalhadas por aqui e por ali, desprovidas de qualquer espécie de muralhas. Para as levantar agora, dizia Tomé de Sousa, seria caro e difícil. O que cada um devia fazer era levantar a sua própria torre onde lhe parecesse melhor, «desta maneira ficarão bem segundo a callidade da terra».

Duas cidades, pensava o governador, numa ilha tão pequena como São Vicente, eram de mais e das duas ele preferiria Santos por causa do seu esplêndido porto. Martim Afonso não ficaria contente se a cidade que fundara fosse abandonada — «aynda que lhe acrecentase tres» — pelo que a colónia primitiva ficou em paz.

Mas Tomé de Sousa fundou duas novas vilas no continente, uma em Bertioga, a cinco léguas de São Vicente, onde pensava que seria útil um forte, e outra à beira

do planalto a que deu o nome de Santo André do Campo.

João Ramalho encontrou-se ali com o governador. Direito como um pinheiro, com uma saúde de touro ao fim de 40 anos passados no deserto, o formidável montanhês velho chegou cercado da sua descendência.

Tomé de Sousa respirou fundo. E fossem-lhe falar de Diogo Álvares Caramuru! Este grande velho tinha «tantos filhos e netos bisnetos e descendentes delle ho nom ouso de dizer a V. A., não tem cãa na cabeça nem no rosto e anda nove leguoas a pé amtes de yantar».

João Ramalho e a sua tribo eram por si só núcleo de população bastante para qualquer cidade nova. O governador nomeou-o capitão de Santo André do Campo.

Em São Vicente um capitão castelhano apareceu diante de Tomé de Sousa. Chamava-se Juan de Salazar, segundo disse. Ele e 60 companheiros tinham naufragado a certa distância no sul da costa quando se dirigiam para o rio da Prata. Metade dos sobreviventes eram mulheres, uma das quais viúva do capitão Fernando de Saraiva, e oito ou nove das restantes também eram fidalgas.

Mulheres! E casadoiras, ao que se supunha! Fosse todo esse grupo de naufragados já para São Vicente! exclamou o governador. E mandou logo um navio para os trazer imediatamente, enviando muitos presentes para suprir as necessidades deles. «E parti com elles desta pobreza minha que llevava», escreveu Tomé de Sousa ao rei, e que, acrescenta, constituía as suas economias de 30 anos!

Os castelhanos eram bem recebidos como colonos, mas não como invasores dos domínios portugueses. A cidade de Assunción que tinham edificado no interior, observa o governador, segundo o seu cômputo da latitude, devia ficar compreendida dentro do hemisfério

de D. João III. Distava de São Vicente apenas uns três graus, e os castelhanos continuavam a infiltrar-se na capitania, levando as suas fazendas para vender junto da costa. Tomé de Sousa deu ordem para se interromperem as comunicações desta espécie, e mandou destruir as armas reais de Castela que tinham sido levantadas em vários pontos da costa, de São Vicente ao rio da Prata, «mandeias tirar e deitar no mar e por as de V. A.».

A 1 de Junho de 1553, o governador estava de regresso ao Salvador, escrevendo o relatório para o rei, aguardando a chegada do seu sucessor, que já devia ter chegado havia um ano.

Havia muito tempo que ele desejava esse momento. Em 1551 tivera o cuidado de recordar ao rei que em Janeiro seguinte teria completado o seu mandato de três anos e esperava que o período se não prolongasse: «Peço a V. A. por amor de Deus que me mande ir pera hũa molher velha que tenho e hua filha moça»! [1] O seu desejo era servir o rei em tudo, mas estava com grande desejo de tratar do casamento da filha e de voltar a ver a mulher—«se forem vivas» acrescenta ele ansiosamente (a tal distância como é que uma pessoa podia saber?) «que depois que cá estou me aconteceo escrever a quem está no outro mundo».

E contudo — por entre esses assaltos de nostalgia, sentia a fascinação do Brasil, desta linda terra virgem e bárbara, portentosa com a glória do futuro. Falando com o seu amigo Nóbrega, Tomé de Sousa dizia às vezes sentir que podia ser feliz vivendo no Brasil — não como governador, nem com qualquer cargo oficial, mas como colono nas suas terras; «é muito contente desta terra, escreveu Nóbrega ao Provincial de Portugal, e acha-se muito bem nella». Se o rei quisesse casar

(1) Carta de 18 de Julho de 1551, já citada.

a filha dele honradamente e mandar a mulher ter com ele ao Brasil, Tomé de Sousa quereria sem dúvida ficár, e isso — acrescentou o padre — «será grande favor da terra» [1].

O P.e Nóbrega não escondia a sua apreensão pensando que um novo governador iria desfazer a boa obra de Tomé de Sousa. E disse ao rei que nenhum homem faria melhor ou mesmo tão bem — «Os meus desejos em Nosso Senhor são que ou elle se não vá ou outro por elle, porque o maior mal que lhe achamos é ser um pouco mais amigo da Fazenda de Vossa Alteza do que deve» [2].

Boa recomendação, na verdade, para um rei! Mas aconteceu que o novo governador já estava escolhido. Uma manhã de Julho, Tomé de Sousa foi cumprimentado pelo meirinho que lhe pediu alvíssaras por lhe trazer boas novas. D. Duarte da Costa chegara para o libertar do seu cargo oneroso. O navio estava a entrar na baía!

Era a ocasião com que Tomé de Sousa sonhara tantas vezes durante os últimos quatro anos. Quantas vezes ele antegozara a emoção de receber tal notícia — e contudo: «Vedes isso, meirinho? Verdade é que eu desejava muito, e me crescia a agua na boca quando cuidava em ir para Portugal; mas não sei porque agora se me seca a boca de tal modo que quero cuspir e não posso»! [3].

---

(1) Carta de Nóbrega para o Padre Provincial, datada da Baía de 1552, já citada.

(2) Carta de Nóbrega para D. João III, datada de 1552. Publ. in - *Cartas do Brasil*, pág. 134.

(3) *Hist. da Colon. Port. do Brasil*, tomo III, Introdução, pág. LV.

XVII

Os Missionários

«Esta terra é nossa empresa, e o mais Gentio (*sic*) do mundo» [1]!

O P.e Nóbrega olhava e via à sua volta o paraíso verde e ouro, a tremeluzir à luz eterna, mas no seu espírito pairava a sombra dum grande negrume. Aqui, nesta terra matutina, as almas dos homens perdiam-se na noite antiga. Poderia fazer-se ver olhos tão cegos?

Nunca duvidou que se pudesse, mas o campo era vasto e poucos os trabalhadores, que ainda eram mais prejudicados do que ajudados pelo exemplo dos cristãos de nascimento. Pregar um Deus de misericórdia e de amor e justiça àqueles que muitas vezes deviam ver deportados criminosos e de coração empedernido e mãos maculadas de sangue professando-se sequazes desse Deus, não era missão fácil. Os Jesuítas teriam gostado de viver longe da colónia europeia, mas os brancos requeriam também o seu ministério na ausência de clero regular, além de que o governador

---

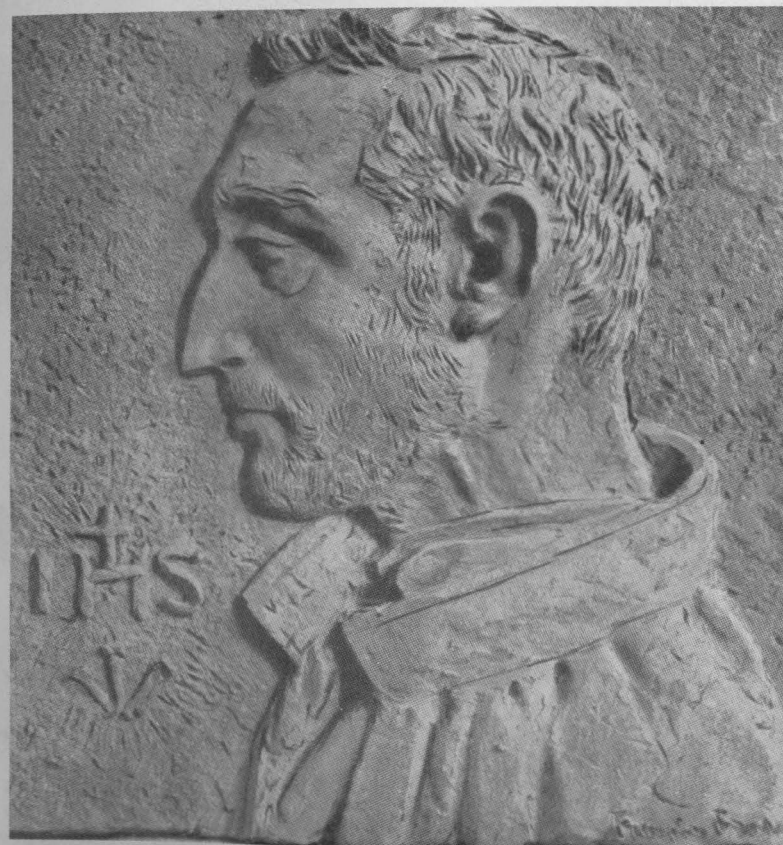
(1) Nóbrega, *Cartas do Brasil*, pág. 82.

desejava que eles ficassem ao abrigo dos muros da cidade. Deixou-os escolher o melhor sítio para edificarem o seu colégio, mas dentro da cidade não havia nenhum realmente ideal—«Não tem onde se possa fazer horta, nem outra cousa», (1) disse Nóbrega, e era necessário terreno para preparar a futura expansão.

Por fim encontraram o que procuravam, num monte fora da cidade, sítio agradável, com uma linda vista sobre o mar, bom abastecimento de água e amplo espaço à volta para a cultura. Ali o P.e Nóbrega estaria bastante perto para exercer o ministério junto dos cristãos do Salvador, enquanto o vigário geral não chegasse de Portugal; e também estava muito perto duma aldeia índia. O único inconveniente deste sítio, acentuou o governador, era não se encontrar dentro das muralhas. Se rebentasse a luta com os índios, que aconteceria? Não nos farão mal! respondeu o P.e Nóbrega. — vimos e vamos, já comemos e dormimos nas suas aldeias e sentimo-nos perfeitamente em segurança «pela affeição que já nos começam a ter» (2).

E era verdade. Os índios gostavam dos padres. Aqueles homens bondosos, que se esforçavam tanto por lhes falar na sua própria língua, que censuravam qualquer branco que quisesse fazer-lhes mal, que nunca pediam presentes como faziam os seus feiticeiros, mas que andavam pelo meio deles a fazer o bem, tratando dos doentes e ensinando aos seus filhos coisas maravilhosas, em breve se tornaram amados.

Diogo Álvares Caramuru foi o primeiro intermediário. A sua família índia, a maior parte de cujos membros não falavam uma palavra de português, estava toda preparada para meter mãos à obra. Claro que eles trouxeram os seus amigos e ajudaram a estabelecer

(1) *Ob. cit.*, pág. 83.
(2) *Ob. cit.*, pág 84.

Padre Manuel da Nóbrega

os primeiros contactos, mas mesmo dentro e nas circunvizinhanças da cidade havia uma grande quantidade de mestiços para catequizar, de mulheres indígenas para baptizar e casar legalmente, além de que os brancos estabelecidos em volta da Baía tinham muitos escravos índios para evangelizar.

Entre gente desta as conversões eram fáceis. Senhores que não se preocupavam com ministrar religião aos seus escravos nem com praticá-la eles próprios, aceitavam de boamente que os ensinassem a rezar e a vestir-se para irem à missa. O problema era arranjar-lhes roupa!

No século XVI o nudismo considerava-se quase um pecado, e na igreja seria, evidentemente, um sacrilégio, mas na incipiente cidade do Salvador mal havia roupas para todos. Os padres deram tudo quanto tinham trazido, porque, escreve Nóbrega — seria atroz «que por falta de algumas ceroulas deixa uma alma de ser christã e conhecer a seu Creador e Senhor»![1] Assim arranjou-se qualquer coisa para toda a gente e todos foram arrebanhados. Durante as primeiras semanas desde a chegada dos missionários houve grande quantidade de baptismos entre os índios que tinham vivido em contacto com os brancos, e esses conversos foram apartados para instrução e orientação.

Mais difícil era tratar com a população flutuante da grande floresta, que ia e vinha, e olhava admirada para os brancos e as suas obras antes de voltar para a sua vida misteriosa. Pareciam todos interassadíssimos por tudo Quando o sino tocava para a missa, corriam para a porta da igreja; ouviam maravilhados a música dos salmos; seguiam satisfeitíssimos atrás das procissões religiosas; pareciam beber os sermões expostos pelo intérprete; quando lhes mostravam livros,

(1) *Ob. cit*, pág. 74.

ficavam admirados e queriam aprender a ler; alguns pediam mesmo para ser baptizados e começar a receber instrução — mas um dia desapareciam na floresta.

Os padres seguiam até às suas aldeias. Aí o feiticeiro — o *pagé* — perorava e trovejava, gesticulava e batia com os pés, pedia oferendas para aplacar os espíritos da selva e os índios ouviam-lhe as palavras com tanta curiosidade como tinham ouvido as dos sermões cristãos. Acreditavam eles nas coisas que o *pagé* lhes dizia? perguntavam os missionários. Os índios diziam que eles podiam falar verdade ou não.

Sons mais temerosos se ouviam de noite dentro destas aldeias — cantos infernais desenfreados, o barulho do bater dos pés na dança, gritos de gelar o sangue que se elevavam no ar, e a luz da manhã via a vítima emplumada abatida a golpes da maça, o seu corpo agarrado pelas harpias que aguardavam para o fazerem em pedaços.

Espectáculos destes eram impossíveis de suportar pelo espectador cristão. Um dia, sem se importarem com as consequências, os padres agarraram pelos pés a vítima inerte e, antes de os abutres voltarem a si da surpresa, o trágico troféu foi depositado em sepultura decente num lugar secreto.

As harpias, recobradas da surpresa, incitaram os homens a vingar o ultraje que os privara do festim. Espicaçada pela fúria, toda a aldeia partiu à caça dos padres até aos muros da cidade. Teria havido um assalto, se o governador não tivesse chamado as tropas. Ante a ameaça das armas de fogo, os índios prometeram portar-se bem—o que simplesmente queria dizer que a proeza não se repetiria tão perto da cidade do Salvador.

No interior bravio em volta da baía, as tribos rivais continuavam a guerrear-se de morte, e os prisioneiros eram levados para cada um dos campos. O P.e Azpilcueta Navarro, ao atravessar uma aldeia, ficou horrorizado ao ver um caldeirão a ferver cheio de cabeças e pés e pernas humanas, enquanto seis ou sete mulheres dançavam em redor como demónios enlouquecidos. «*Vis, Domine, ut descendat ignis de cœlo et consumet illos?*» foi a palavra da Escritura que logo ocorreu ao padre. Mas então lembrou-se da resposta do Senhor. «*Nom veni perdere animas sed salvare*» (1). E o seu coração enchia-se de esperança de que pela misericórdia divina dentro em breve estes costumes pavorosos seriam abandonados e as águas do Santo Baptismo lavariam os seus pecados.

Entretanto, ele fazia recriminações todas as vezes que se lhe deparavam tais horrores, embora os seus ouvintes o ameaçassem de o atirar também para dentro do caldeirão se ele desse mais uma palavra! O intérprete calou isto, «Então quando isto vi, comecei-lhes a falar do que sabia», (2) diz o P.e Navarro, e falou com tal eficácia, que eles prometeram suspender o festim e enterrar o pobre corpo humano.

Arrancar a vítima viva das garras dos captores raras vezes se conseguia, mas se o corpo não podia salvar-se, não haveria probabilidade de lhe salvar a alma? Não poderiam os missionários ser autorizados a pregar o Evangelho ao cativo que aguardava o sacrifício?

Os índios não puseram a isto qualquer objecção. Assim foi que às vezes um prisioneiro, engordado e enfeitado com penas, enquanto aguardava o seu fim, ouvia boas novas de um Deus de amor que morreu duma morte horrível na Terra para salvar as almas dos homens. É problemático que ele pudesse compreender

(1) Queres, Senhor, que desça o fogo do céu para os consumir? *Ob. cit.*, pág. 52.

(2) *Ob. cit.*, pág. 72.

em tão pouco tempo alguma coisa — provàvelmente apenas compreendia que o estrangeiro lhe oferecia uma esperança radiosa. Queria então ser baptizado? perguntava o padre. A resposta era de costume afirmativa. Derramava-se a água lustral, fazia-se o sinal sagrado na testa. A vítima era a seguir abatida à maça, mas os padres rejubilavam — uma alma seguira para o Céu!

Parece que isto aconteceu diversas vezes, até que alguém se queixou, o que foi repetido e confirmado por todos, de que o baptismo prejudicava o sabor da carne humana! A água sacramental tirava-lhe todo o paladar. De futuro os prisioneiros não seriam baptizados!

Os padres, com uma piedosa fraude, ladearam a dificuldade. Podia levar-se fàcilmente dentro da manga um lenço ensopado em água. Algumas gotas espargidas sobre a testa do paciente quando ninguém estivesse a olhar, enganariam o demónio.

Os índios não nutriam hostilidade pelo Cristianismo. Não havia lealdade a uma religião rival a vencer como acontecia aos missionários da Índia. Como Nóbrega observou, os seus espíritos eram como o papel branco em que nada se escrevera ainda. A pregação que eles ouviam parecia-lhes maravilhosa. Estavam preparados para adorar Deus da maneira que os missionários lhes ensinassem, mas não para reverem o seu próprio código moral, ou antes as normas dos costumes tribais.

De tudo o que o Cristianismo requeria dum homem, o mais difícil para o Índio consistia na abstenção da carne humana. Para ele, esta era o melhor, o mais delicioso, o mais nutritivo dos alimentos; comê-lo simbolizava a mais nobre vingança que podia tirar do inimigo — a que havia a acrescentar o argumento de que os seus antepassados sempre a tinham comido, pelo que eles deviam fazê-lo também. Era o costume, e para os selvagens estava tudo dito.

Mesmo cristãos baptizados costumavam recair no canibalismo e devorar os seus prisioneiros de guerra, como os missionários viam com desgosto. Na ocasião mais inesperada, esbarravam com essa prática como uma pessoa pode ir de repente de encontro a uma parede. Conta-se repetidamente a história dum bom padre, que encontrou uma velha moribunda e lhe pregou o Evangelho na sua desolação. Tendo-lhe cuidado da alma, o bom do homem disse-lhe:

— «Minha avó, se eu vos dera agora hum pequeno de açucar, ou outro bocado de conforto de lá das nossas partes do mar, não o comerieis»?

— «Meu neto! suspirou a doente, nenhuma cousa da vida desejo, tudo já me aborrece; só huma cousa me pudêra abrir agora o fastio: se eu tivêra huma maõsinha de hum rapaz Tapuya de pouca idade tenrinha, e lhe chupara aquelles osinhos, então me parece tomára algum alento; porém eu (coitada de mim) não tenho quem me vá frechar a hum destes» [1]!

De vez em quando, fazia-se uma genuína conversão de alguém que renunciava, com sinceridade e do fundo do coração, ao canibalismo, à poligamia e à guerra de represálias; mas eram muito poucas. Os costumes ancestrais estavam profundamente enraizados, ao que havia a acrescentar a vida irrequieta da tribo, que era um grande obstáculo à contínua instrução. As suas aldeias não eram permanentes, mas mais acampamentos do que lugares fixos, e às vezes desapareciam durante uma noite. Um homem embriagado lançava fogo, num frenesi, à sua choça, e as chamas varriam ràpidamente todas as outras cabanas de palmeiras e vimes.

Outra dificuldade com que havia a contar eram os *pagés*. Não eram membros dum sacerdócio, que não

(1) Vasconcelos, *Chronica da Campanhia de Jesus do Estado do Brasil*, liv. I, pág. 49.

pode existir onde não existe divindade. Eram feiticeiros poderosos. Um *pagé* vivia sòzinho numa choça escura em que se não podia entrar senão de rastos. Estava em comunicação com os espíritos maus da selva, e conhecia as ocasiões propícias para partir para a guerra; como um vampiro, sugava o sangue dos doentes que era chamado a tratar.

Transmitia os seus oráculos pela boca de um feitiço especial, que consistia numa cabeça pintada com o aspecto dum rosto humano e toda enfeitada com penas. De vez em quando o objecto exibia-se pùblicamente, e o *pagé*, que era ventríloquo, fazia-o falar enquanto se erguia uma exaltação histérica, as mulheres caíam ao chão e esperneavam a espumar, nas convulsões mais horríveis.

Os *pagés* odiavam os Jesuítas, considerando-os seus rivais na prática da profecia e da medicina, e sentiam-se ofendidos por eles prestarem os seus serviços de graça. O P.e Nóbrega estava havia pouco tempo na Baía quando teve um atrito com um *pagé*, na ocasião em que os dois discutiam em público perante a aldeia reunida. O feiticeiro, parece, foi contundido e converteu-se realmente, mas tal milagre era raro. Embora o selvagem adulto muitas vezes pedisse o baptismo, quando chegava a ocasião de ter de mudar de vida, raras vezes ia por diante. Os missionários viram em breve que a sua principal esperança estava nas crianças. Se os pequeninos pudessem ser atraídos para se educarem na fé cristã, surgiria uma geração não contaminada pelo costume pagão.

As crianças índias eram almazinhas comunicativas e espertas, como os Jesuítas observavam. Os pequenitos nus foram os seus primeiros mestres na língua da terra. Brincando com eles, os padres apanhavam palavras índias, as crianças aprendiam o nome de Jesus e a fazer o sinal da Cruz; eles amavam a

música em especial, e fàcilmente se podiam ensinar a cantar hinos com grande satisfação dos pais.

Os índios eram pais extremosos, e interessar-se pelos seus filhinhos era um meio seguro de lhes tocar o coração. De boa vontade deixavam as crianças seguir os bondosos estrangeiros para aprenderem com eles algumas das belas coisas que os brancos sabiam fazer.

Neste trabalho, Nóbrega recebeu uma ajuda inesperada. Quatro padres jesuítas foram juntar-se à missão do Brasil em 1550 e levaram com eles sete pequenos órfãos, mandados de Lisboa para evangelizarem as crianças índias!

O autor desta ideia ousada era o P.e Domenech, catalão, pioneiro na obra de salvação dos jovens. Três séculos antes do Dr. Barnardo e dos seus recolhimentos [1], quatro séculos antes do P.e Américo, este homem notável tinha percorrido Lisboa à procura de rapazes perdidos. Ali recolhera rapazinhos, vagabundos que viviam de expedientes, aprendendo a roubar e a cometer crimes, e tomara-os ao seu cuidado para os educar como cristãos e membros úteis da sociedade.

A «Casa dos Meninos Órfãos» que fundou em Lisboa, prosperou extraordinàriamente, e os seus habitantes transformaram-se de maneira admirável. De tal modo que em 1550 sete foram escolhidos para se instruírem para as missões do Ultramar, entre os quais se encontravam os primeiros quatro salvos pelo P.e Domenech.

Os jovens do século XVI tomavam-se a si próprios muito a sério, e estes rapazes nunca duvidavam da sua vocação. Ninguém podia desanimá-los, embora muitos o tentassem. Amigos e parentes, que eram autorizados a visitá-los de tempos a tempos, escarneciam de

(1) Filantropo inglês do século passado, fundador e director de asilos para crianças desamparadas.

tal ideia: «Vos sois ainda meninos e sabeis pouco para ensinar» [1] diziam-lhes, mas eles respondiam, cheios de esperança: «Deus é grande e nos esforçará e ensinará aquilo que havemos de dizer.» Que ideia, irem para o Brasil! exclamou alguém. A gente morria lá ou era comida pelos canibais! Também se morria em Lisboa, retorquiam os pequenos missionários, e os vermes comiam as pessoas. Não era isso mau também?

Foram todos em procissão até Belém a cantar, e a cantar embarcaram, depois duma despedida emocionante. Os seus camaradas, que tinham vindo com o P.e Domenech para se despedirem deles, estavam banhados em lágrimas, e gemiam e soluçavam durante o regresso a casa, enquanto o galeão descia o rio ao som de hinos.

Temos a impressão de que o P.e Nóbrega ficou um pouco desapontado quando viu os trabalhadores que lhe tinham mandado para a sua vinha. Soldados para treinar para Cristo e estudantes para o seu Colégio — tudo isto estava muito bem. Mas, como haviam eles de viver? As crianças índias podiam ser mantidas com pequena despesa, mas os rapazes europeus eram mais dispendiosos. E «por razão da terra ser nova, e pouca gente nella, que lhe pudesse dar esmolas por serem os mais degradados e outra gente pobre e miseravel.» [2]

Nóbrega falou acerca do assunto com o governador e resolveram que a única coisa a fazer era os Jesuítas irem para a terra imediatamente, e edificarem e plantarem com as suas próprias mãos, ajudados por alguém que se oferecesse, e até as sementeiras terem

(1) Carta que o abade Pero do meneque (Domenech) escreve de Lisboa aos Irmãos da Comp.ª de Jesus do Collegio de Coimbra aos 27 de Janeiro de 1550. Ms. da Biblioteca Pública de Evora, cód. VIII, 2/1, fls. 152 v. — 153 v. publ por Serafim Leite, *Broteria*, Julho de 1933, pág 40.
(2) Nóbrega, *Cartas do Brasil*, pág. 138.

produzido alimento, o governador, «como zeloso e virtuoso que é», ofereceu-se para suprir a todas as necessidades das crianças, aliás elas estariam bastante mal, porque embora também se recolhesse o produto dum peditório feito na colónia, as ofertas recolhidas mal chegariam para uma única refeição.

Embora estes primeiros dias fossem difíceis, Nóbrega esperava grandes coisas no futuro. Contava ter 200 estudantes no seu Colégio dos Meninos de Jesus, a maior parte deles crianças índias. A sua mantença já não seria um problema uma vez que a terra se cultivasse. Alguns escravos — ou talvez os próprios pais das crianças — iriam caçar ou pescar para eles, e plantar-se-ia algodão para se fazer a roupa.

Entretanto as vacas que o rei mandara de Portugal dariam o leite. Nóbrega adquiriu a crédito doze vacas e três escravos da Guiné que ajudariam no trabalho das plantações, e esclareceu que tudo o que existia na propriedade pertencia aos «Meninos», não a ele ou aos seus colegas. Para a sua própria alimentação, os Jesuítas resolveram aceitar esmolas, para que não se pudesse dizer que andavam a juntar bens para si mesmos. Quando se encontravam na cidade, podiam comer em casa do governador, onde havia mesa franca para toda a gente que necessitasse; e aí — escreve Nóbrega — «agora uma vez ao dia comemos de maneira que é melhor que duas que antes comiamos em casa». [1]

Apareceram alguns auxiliares para ajudarem à construção, e outros brancos emprestaram os seus escravos. Com tal ajuda os padres ergueram edifícios de adobe e palha, e limparam o terreno à volta, e

(1) Ibid , pág. 140

cavaram os campos, e cada um se encarregou da sua missão especial.

Artífices habilitados havia muito poucos, por isso, escreve o P.e António Pires, «a necessidade nos faz aprender todos os officios; porque de mim vos digo que pelos officios que nesta terra tenho aprendido poderia já viver»! ([1]) Ele tornara-se em especial um hábil carpinteiro, embora lhe faltassem ferramentas, e também um útil trolha juntamente com o P.e Manuel de Paiva, um dos recém-chegados. O irmão Vicente Rodrigues era o principal hortelão que pedia lhe mandassem do reino muitas sementes. Tinha também vocação para ensinar crianças, e tornou-se o mestre-escola com quem os pequenos índios e os mestiços aprenderam com facilidade a ler e a escrever.

O P.e Navarro também ensinava a ler, a escrever e a rezar, e era o melhor linguista da missão. Ao fim de três meses já sabia pregar aos índios na sua própria língua. Julgava-se que aprendera tão fàcilmente porque a língua tupi se assemelhava ao seu vasconço natal! Não só a falava, mas estudou como reproduzir por escrito a linguagem dos brasileiros. Traduziu partes da Escritura — a Criação do Mundo, a Incarnação, e os Dez Mandamentos, além dos artigos de Fé e a Oração Dominical. Devido ao seu dom especial, era principalmente empregado como professor itinerante e catequista, visitando as aldeias afastadas, onde pregava aos adultos e ensinava as crianças a cantar as orações que traduzira, em vez dos cantos «diabólicos e lascivos», os únicos que eles sabiam.

O P.e Leonardo Nunes fora enviado para os Ilhéus com o P.e Diogo Jácome para exercer o ministério com os colonos de quem Nóbrega diz que ele ouvira contar

(1) Carta do Padre António Pires, de 2 de Agosto de 1551, publ. in — *Cartas Avulsas*, pág. 84.

tristes coisas. Os dois foram também verificar «a saber o fructo que na terra se póde fazer» ([1]) antes de descerem a costa até São Vicente.

Nóbrega tencionava partir logo, mas entretanto estava muitíssimo ocupado, não só com a organização de todo o trabalho da missão, como com o sacerdócio entre a população branca. Só por si isto podia ter constituído fàcilmente trabalho para todo o tempo, do que ele esperava ficar aliviado com a chegada de um vigário geral. Os poucos padres leigos que havia entre os colonos considera-os francamente «escumalha», e não há razões para duvidar da sua palavra. Alguns deles provàvelmente eram até degredados que serviam como castigo por crimes seculares. Uma vez que o prometido bispo chegasse com toda a hierarquia correspondente, Nóbrega esperava ver-se livre para dedicar os seus esforços inteiramente aos índios. Já estava a fazer muito por eles, embora com a sua gaguez não conseguisse nunca dominar a língua deles, mas pregava ajudado por bons intérpretes.

Os rapazinhos de Lisboa nisso levavam-lhe vantagem. Não levou muito tempo a poderem conversar com os seus pequenos companheiros. No seu papel de missionários, os rapazes fizeram grande sucesso. Onde quer que aparecessem, logo as crianças índias os rodeavam. Juntos riam e brincavam e faziam-se festas mùtuamente. Quando os rapazes brancos voltavam ao Colégio, os seus pequeninos amigos seguiam-nos e aprendiam com eles a rezar as orações cristãs e a cantar cânticos sagrados.

Os pequenos índios gostavam daquilo tudo e os seus pais ficaram encantados com a sabedoria das crianças brancas. Com alegria deixavam os filhos ir

(1) Ibid., pág. 71.

aumentar o número do «Colégio dos Meninos», extra-muros do Salvador.

Ali os pequenos alunos saboreavam a vida. Aprendiam a ler, a escrever, a cantar e a tocar flauta. Os rapazes brancos sentiam vaidade em desempenharem o papel de guias e instrutores dos seus companheiros índios, que, por sua vez, ficavam contentíssimos em transmitir conhecimentos à família.

Todos amavam em especial as excursões missionárias, quando nos dias santos um ou outro dos padres levava os pequenos a dar uma volta pelas aldeias circunvizinhas. Iam em procissão dois a dois ou três a três, levando a cruz alçada «pregando Cristo a grandes vozes», [1] enquanto iam seguindo e cantando hinos.

A recepção variava de aldeia para aldeia. Numas, onde os *pagés* tinham convencido o povo de que aquilo era uma nova forma de feitiçaria, os pais escondiam os filhos com medo do mau-olhado e atiravam sal e pimenta ao lume, na esperança de afugentar os visitantes com o fumo. Outros, pelo contrário, saíam ao seu encontro com danças e canções.

Um índio, conhecido pelo «Grilo», chefe muito respeitado, insistiu para eles construírem uma casa para si próprios próximo da sua e ficarem junto dele para sempre. Este «Grilo» era um amigo dos brancos e achava que sabia entretê-los. Não só tinha duas redes prontas para hóspedes de passagem, mas também um «livro muito bom» [2] — adquirido não sabemos como — que apresentava a quem quisesse ler, além de um baralho de cartas para dar prazer aos de espírito mais frívolo.

Em 1552 fez-se uma romagem memorável às mis-

(1) Carta dos Meninos do Colégio de Jesus ao Padre Domenech. In-*Novas Cartas Jesuíticas*, publ. por Serafim Leite, pág. 143.
(2) Ibid.

teriosas pegadas nos rochedos de Paripe, algumas léguas ao sul do Salvador, na costa. Os índios diziam que tinham sido ali deixados pelo lendário Sumé — homem barbado que muitos anos antes viera de além dos mares e ensinara aos seus pais tudo o que sabiam, antes de desaparecer do meio deles. S. Tomé, evidentemente! disseram os portugueses quando pela primeira vez ouviram a história em 1514. Os Jesuítas confirmaram que se tratava, òbviamente, de S. Tomé; aquelas pegadas indicavam um lugar sagrado.

Metendo-se pelos pântanos e tropeçando nas pedras à beira-mar, ferindo as pernas nas conchas das ostras, os rapazinhos atingiram as rochas escorregadias que a maré deixara a descoberto, e viram «quatro pisadas mui signaladas com seus dedos» [1]. Parecia que um homem escorregara enquanto corria, observaram os rapazes «e a pedra deu lugar a seus pés como se fosse barro, assim se abaixou e humilhou», [2] pensamento muitíssimo edificante!

A aldeia vizinha recebeu os peregrinos de braços abertos, e em breve se esqueceram todas as dificuldades da jornada. Dançaram com os habitantes e cantaram canções na língua índia, a mulher do chefe levantou-se e veio saltitar com eles e levou-os a um limoal onde se regalaram com limões.

Cantando «cantares de Nosso Senhor», levaram toda a aldeia a ver as pegadas. De pé sobre as marcas do santo, entoaram um hino ao Espírito Santo. Os índios, satisfeitíssimos, pediram aos seus hóspedes que ficassem e abrissem ali uma escola para ensinar-lhes os filhos. Por isso o irmão Vicente Rodrigues e dois alunos ficaram. Deram-se as despedidas e os outros

(1) Nóbrega *Cartas do Brasil*, pág. 101.
(2) Carta dos Meninos, cit.

romeiros regressaram, todos contentes, ao que parece, embora mordidos pelos mosquitos.

Quando chegaram a casa, Nóbrega fez cinco dos rapazes escreverem uma carta ao P.e Domenech a descrever aquilo tudo, exercício que talvez lhes fosse menos agradável.

Os «meninos» mostraram ser de tal utilidade para a missão, que onde quer que os padres abrissem novas missões ao longo da costa, levavam um ou dois dos seus pequenos alunos consigo para constituírem um núcleo para cada colégio fundado por eles. «Principalmente pretendemos ensinar bem os moços, escreve o P.e Nóbrega, porque estes bem doutrinados e acostumados em virtude, serão firmes e constantes, os quaes seus paes deixam ensinar e folgam com isso, e por isso nos repartiremos pelas capitanias, e com as linguas que nos acompanham nos ocupamos nisto, aprendendo pouco a pouco a língua, para que entremos pelo sertão dentro, onde ainda não chegaram os Christãos» (1).

Entretanto o P.e Nóbrega, levando consigo o P.e António Pires e vários «meninos», aproveitou-se da primeira oportunidade para visitar Pernambuco.

Depois da recém-fundada colónia da Baía, ainda muito rude e grosseira, Pernambuco deve ter parecido avançada e antiga. Era a mais populosa das capitanias e também a mais próspera. A pequena cidade de Olinda alargara-se, enquanto a de Iguaraçu progredia, e a toda a volta havia fazendas onde o gado pastava e floresciam as canas de açúcar e os colonos brancos criavam as suas famílias de pequenos brasileiros — uns brancos, outros morenos, outros pardos. Os escravos negros da Guiné faziam andar os engenhos; os caçadores negros forneçiam o peixe e a caça para os seus amos brancos; as tribos de pagãos da floresta circun-

(1) Nóbrega, *Cartas do Brasil*, pág. 115.

vizinha vinham à cidade e misturavam-se pacificamente com os colonos. Nóbrega achou estes índios mais amáveis e mais próprios para ensinar do que em qualquer outra parte, por «ter a terra Capitão, que não consentiu fazerem-lhe aggravos como nas outras partes» (1).

Materialmente, Pernambuco era bastante agradável, mas moralmente não era melhor do que o resto — talvez ainda pior! Onde havia muita gente havia muitos pecados, escreve Nóbrega. Os fazendeiros despreocupados tinham numerosas concubinas, havendo poucos homens realmente casados. Alguns não se tinham confessado ou comungado durante 20 anos. Quanto aos padres locais, de que parece havia meia dúzia, Nóbrega, que nunca fez muito doces as suas palavras, chama-lhes demónios.

Não censura o capitão nem a mulher, por este estado de coisas. Duarte Coelho e D. Brites são um par virtuoso, diz ele, e quaisquer erros que praticassem, praticaram-nos por ignorância. Ambos eles receberam os Jesuítas entusiàsticamente. Todavia, não podemos deixar de perguntar a nós próprios se Jerónimo de Albuquerque — esse fácil coleccionador de noivas índias — ficou muito satisfeito com vê-los.

Os padres Nóbrega e Pires lançaram-se logo ao trabalho, pregando e ensinando, ouvindo confissões, reconciliando os desavindos à porta da igreja, casando todos os que queriam — e podiam — casar-se, separando os casais que não podiam, enquanto arranjavam a vinda das esposas ausentes no reino. Pernambuco, ao contrário das outras capitanias, não precisava então de donzelas casadoiras — «Por haverem muitas filhas de homens brancos e de Indias da terra, as quaes todas agora casarão com a ajuda do Senhor». (2)

(1) *Ob. cit.*, pág. 124. Carta para el-rei D. João III.
(2) Ibid, pág. 126.

Daí a pouco revelou-se uma enorme melhoria em Pernambuco. Mesmo entre os padres locais, ao princípio tão hostis aos recém-chegados como qualquer *pagé* índio, muitos reconheceram ter pecado e emendaram-se. Os índios da colónia correspondiam muito ao que se lhes pedia, especialmente as mulheres. Uma mulher idosa, que vivera durante anos na colónia, foi escolhida para vigiar as suas companheiras e levá-las à igreja, função que ela desempenhou com zelo excessivo. Saindo com uma vara na mão, obrigava-as a levantar antes da alvorada e literalmente fazia-as entrar à vergastada.

Muitos dos filhos mestiços de índias e brancos — os mamelucos, como lhes chamavam — haviam-se habituado à vida selvagem na selva. Nóbrega fez tudo quanto pôde para recuperar estas ovelhas perdidas. Encontrou entre outros um jovem, filho dum branco desconhecido, completamente selvagem, que comia carne humana com os índios. Mandou este rapaz para Portugal, para se reeducar na vida civilizada e encontrar o pai, se fosse possível.

Duarte Coelho deu aos Jesuítas um monte sobranceiro ao mar para ali edificarem a sua residência junto da capelinha de Nossa Senhora da Graça já lá existente. Quando Nóbrega regressou à Baía em Janeiro de 1552, o P.e António Pires ficou durante algum tempo em Pernambuco, trabalhando sòzinho. Pelas suas próprias mãos alisou o terreno no cume do monte e ali construiu casas onde as crianças podiam ser recebidas e ensinadas. Continuou a esforçar-se, figura de homem solitário e valoroso, dividindo os seus esforços o melhor que podia entre o ministério com os cristãos e a evangelização dos pagãos. Mas, «Sabei Irmãos, que si esta terra se ouver de converter, que ha de ser com muitos». [1]

(1) Carta de António Pires, de Pernambuco de 1552. *in-Cartas Avulsas* pág. 122.

Entretanto eram um punhado ante a estupenda missão. Centenas de léguas de costa, seis ou sete colónias brancas espalhadas pela sua extensão, tribos selvagens indomáveis pelo meio, e milhas incontáveis de terra pagã desconhecida para o Ocidente. Para ocupar este vasto reino em nome do Senhor, em 1552 havia só dez missionários.

Eles fizeram o melhor que puderam. P.e Afonso Brás batia-se no Espírito Santo; P.e Navarro fora mandado para os Ilhéus onde trabalhava com toda a força; P.e Pires mourejava em Porto Seguro; desde 1550, P.e Leonardo Nunes, com P.e Diogo Jácome, estivera a trabalhar em São Vicente.

Por toda a parte, com o seu ministério e as suas orações, trabalhavam dia e noite; jornadeavam a pé ou de canoa durante milhas, através do deserto — «Cá não ha os caminhos de Portugal»—passavam fome e sede; e davam constantemente tudo o que tinham, não bens materiais que não possuíam, mas a si mesmos, o seu amor, os seus dons intelectuais, a sua saúde.

Mas tudo não passava duma gota no oceano da imensidade: «Vinde Charissimos Irmãos... salvar-se-ão muitas almas, e das mais perdidas que Deus tem em todas as gerações», [1] escreveu Nóbrega.

(1) Nóbrega, Carta para os irmãos do Colégio de Coimbra, em 1551. In-*Cartas do Brasil*, pág 122.

XVIII

A Fundação de São Paulo

Os índios tinham chamado ao P.e Leonardo Nunes *Abarê-Bébé* — o Padre que voa — porque ele parecia estar ao mesmo tempo em toda a parte. Junto da costa, em São Vicente, nas montanhas, na planície de Piratininga, no interior, nunca se sabia onde o P.e Leonardo Nunes podia aparecer.

Em Santos, aonde chegou primeiro em 1550, os colonos tinham-no recebido como o anjo da luz. Ali e em São Vicente pregou, casou e confessou, chamou os pecadores à noção do pecado, edificou uma igreja, fundou um colégio para crianças índias, plantou um pomar. Subiu à muralha de montanhas e nas alturas andou à procura de almas perdidas de brancos a viverem como pagãos. Por ajudantes tinha o irmão Diogo Jácome, que em breve ia ser ordenado, vários irmãos leigos recrutados no local, e alguns «meninos» da Baía.

São Vicente tinha todos os pecados que floresciam nas outras capitanias, mas, mais especialmente talvez do que em qualquer outra parte, o principal vício dos colonos era as incursões para a caça de escravos.

Temos de nos deter aqui para considerar as opiniões da Cristandade do século XVI acerca da questão da escravatura. A atitude, mesmo entre as pessoas de mentalidade mais elevada, era a de a aceitarem em parte. Todo o prisioneiro feito em guerra justa legalmente considerava-se escravo, e, a não ser que o resgatassem, podia passar de mão em mão, ser comprado e vendido — mas era pecado assaltar e raptar.

O abuso a que tal teoria poderia levar é evidente, sendo a expressão «guerra justa» susceptível de interpretações elásticas. No Brasil cobria muitas excursões duvidosas, especialmente em São Vicente, sempre porto de escravos desde a época dos primeiros náufragos que ali se fixaram. Os índios que viviam nas circunvizinhanças do estabelecimento nunca tinham estado em guerra com os brancos, nem estes se mostravam desejosos de os provocar. Procuravam então as suas vítimas mais para o interior, ajudados gentilmente pelos seus amigos índios. O governador mostrava com firmeza o seu desagrado contra todo o tráfico com os «índios salteados», como essas presas eram chamadas; onde os encontrava, libertava-os, e, sempre que possível, repatriava-os. Quando o P.e Leonardo Nunes chegou a São Vicente, trouxe com ele um grande número de índios Carijós do sul, que tinham sido levados como escravos para a Baía, mas aí, a pedido de Nóbrega, Tomé de Sousa ordenara que os levassem para a sua terra.

Em São Vicente, na sua campanha de defender os direitos humanos dos selvagens, o P.e Nunes encontrou um inesperado colaborador. O mais inveterado de todos os esclavagistas veio juntar as suas forças às dele.

Pero Correia tinha a pesar-lhe na alma uma grande carga de pecados. Fora um dos mais antigos colonos da capitania. Conhecia a costa, conhecia os rios que lá iam desaguar, falava a língua índia e compreendia

os seus costumes. E perseguira-os a ferro e fogo; a roubar escravos enriquecera — só ele sabia o mal que fizera.

Enquanto o P.e Leonardo pregava, este homem convencera-se do seu pecado. Pero Correia converteu-se e resolveu dedicar o resto da sua vida aos índios a quem tanto mal fizera. Deu as terras e as propriedades que possuía em São Vicente à Companhia de Jesus para construírem lá a igreja e o colégio; pediu que o aceitassem como irmão da Companhia embora não o pudessem ordenar por ter sangue na alma.

O irmão Pero Correia tornou-se desde então o melhor pregador jesuíta na língua índia, o seu melhor intérprete, o seu guia mais seguro pelo interior, a sua mina de informação local. Para os índios ia ser um protector, conselheiro, professor e amigo, trabalhando incansàvelmente a seu favor, pregando o Evangelho às tribos mais distantes até morrer como mártir às suas mãos. Quando esta notícia chegou a Piratininga, o grande chefe Tibiriça pôs-se a andar à volta da sua choça durante toda a noite, lamentando:

— «Já morreu o Senhor do falar, gemia ele, aquele que sempre nos falava a verdade, aquele que com o coração nos amava; já morreu nosso pai, nosso irmão, nosso amigo»! [1]

Assim devia Pero Correia cumprir a sua expiação.

O P.e Nunes não tivera tanto êxito com João Ramalho. Ao contrário de Diogo Álvares Caramuru, que tanto ajudava os missionários, tão desejoso de voltar à vida civilizada, o patriarca das terras do sul parece ter sido uma fonte de amargura e um tropeço. Durante quase meio século, João Ramalho gozara a existência livre dum chefe índio nos campos de Piratininga, onde a sua palavra era lei. Além da filha do grande Tibiriça,

(1) Cartas de Anchieta, pág. 76 77.

sua primeira mulher, tinha ainda umas duas dezenas de concubinas, o mesmo sucedendo com os seus filhos. Seguiam na senda da guerra com as tribos índias; capturavam escravos como qualquer tratante europeu; não é provável que comessem carne humana, mas todas as suas festas se faziam à moda índia, e raras vezes usavam roupas.

Era uma boa vida e João Ramalho não se propunha alterá-la na sua velhice, nem regularizar a sua situação matrimonial a despeito do que qualquer padre pudesse dizer do pecado mortal! Isto significava excomunhão! Excomunhão, na verdade! chasqueava João Ramalho. Experimentemos! Ele era tão bom cristão como qualquer outro, na sua família todos eram baptizados, e ele ia à igreja tantas vezes quantas queria.

E assim foi que, uma bela manhã, quando o P.e Leonardo Nunes se preparava para dizer missa em Piratininga, o velho régulo, rodeado por todos os seus jovens bárbaros, entrou na igreja de palha e cal.

— «Rua!» gritou o padre. Os santos mistérios não podiam ser celebrados na presença de pecadores excomungados! Alguma coisa das doutrinas aprendidas na juventude se agitou em João Ramalho, que saiu levando os filhos com ele, mas estes estavam furiosos — e «são uns homens como selvagens»! [1] diz Diogo Jácome. Queriam vingar-se do padre que insultara seu pai e os insultara a eles, por isso esperaram para lhe bater quando ele saísse da igreja. O P.e Leonardo Nunes podia ter sido morto se não fosse a intervenção da mulher de João Ramalho, que chamou os filhos. Frequentemente as mulheres índias punham-se ao lado dos padres cristãos, e parece que esta era devota em especial.

Nóbrega, quando veio com o governador em 1552,

(1) Carta de Diogo Jácome, de 1551, in - *Cartas Avulsas*, pág. 104.

deitou água na fervura. Trouxe com ele o P.e Manuel de Paiva, que reconheceu João Ramalho como parente perdido havia muito. É evidente que isso ajudou enormemente. Mais tarde Nóbrega pôde ganhar a confiança do velho e João Ramalho disse-lhe que gostaria de casar com a filha de Tibiriça, mãe de tantos dos seus filhos. A dificuldade era que ele deixara uma mulher em Vouzela e não sabia se ela ainda vivia. Após todos aqueles anos com certeza tinha morrido, acrescentou ele esperançado, mas Nóbrega não queria incertezas. Escreveu para fazerem investigações no reino, e João Ramalho ofereceu-se para pagar todas as despesas que pudessem ocorrer, mandando açúcar.

Os Vouzelenses são uma raça dura, que não morre fàcilmente, pelo que aconteceu que a mulher ainda era viva. E assim João Ramalho e a filha de Tibiriça não puderam casar, mas como ambos eram de idade muito avançada, as suas relações deixaram de ser pecaminosas. Viviam lado a lado perfeitamente inocentes e reconciliados com a igreja. Durante o resto dos seus dias — e eram muitos porque ele quase atingira o centenário quando morreu — João Ramalho levou vida mais ou menos digna, respeitado como o pai da colónia composta de tantos dos seus descendentes.

Nóbrega ficou impressionado com São Vicente. «Achei grande casa e muito boa igreja; ao menos em Portugal não a temos tão boa». [1] O P.e Leonardo Nunes reuniu grande número de rapazinhos órfãos, filhos dos colonos, e muitos índios pequenos haviam sido levados pelos pais para os ensinarem.

O colégio era já uma iniciativa em marcha. As crianças pareciam contentes e aprendiam bem. Visita-

(1) Carta de Nóbrega escrita de São Vicente, 12 de Fevereiro de 1553. In - *Novas Cartas Jesuíticas*, ed. por Serafim Leite, pág 34.

vam-nos os pais ali? perguntou Nóbrega. Disseram--lhe que vinham tantas vezes quantas podiam, mas a viagem era longa e difícil. Porque havia poucos índios a viver junto da costa. Quase todos desciam das montanhas do interior, de onde vinham também os alimentos para o colégio; a mandioca que servia para o pão diário das crianças tinha de ir buscar-se muito longe no interior.

Nóbrega trepou à cordilheira íngreme e visitou os florescentes campos do planalto de Piratininga. Ficou encantado. Ali encontrou o sítio ideal para a sede da missão, com índios a viverem a toda a volta; ali estava a encruzilhada e o ponto de encontro de muitas tribos no caminho do rio da Prata e do Paraguay. O ar era puro e fresco, o solo produzia tudo; aqueles Campos Elísios, próximo dos índios e longe dos brancos, seriam um local esplêndido para fundar um colégio. A cidade de Martim Afonso junto do rio de Piratininga parece ter desaparecido —pelo menos ninguém fala mais dela — mas Nóbrega resolveu fixar-se a algumas léguas da nova aldeia de Santo André do Campo, fundada por Tomé de Sousa. Esta era, achava ele, um ponto--chave de que se podia sair para o interior.

Enquanto o governador reunia os portugueses espalhados pelo planalto em Santo André, Nóbrega procurou os índios cristãos que havia no seu estabelecimento, onde a 29 de Agosto de 1553 baptizou 50 catecúmenos.

Ele previa grandes coisas no futuro. «Desta Capitania se deve de fazer mais fundamento que de nenhuma», [1] escreveu ele. Por isso, quando o governador voltou à Baía, Nóbrega ficou, mas mandou o P.ᵉ Leonardo Nunes a ver que reforços chegavam do reino e levá-los para o sul.

(1) *Ob. cit.*, pág. 35

Em São Vicente, assim como o P.ᵉ Manuel de Paiva, Nóbrega tinha já com ele vários novos irmãos leigos. Além de Pero Correia, havia Manuel de Chaves, mancebo educado no Brasil e que falava fluentemente a língua índia, e Mateus Nogueira, alma já idosa mas cândida, ex-soldado da África e hábil armeiro, que emigrara para o Brasil quando se desfez o seu casamento.

Havia também António Rodrigues, intérprete e músico, soldado e aventureiro, que com os conquistadores castelhanos percorrera o continente desde o rio da Prata ao Amazonas, à procura de prata e ouro, até que, tomado de saudades de Portugal, partiu sòzinho e atravessou os desertos do Paraguay a São Vicente, esperando encontrar um navio que o levasse ao reino. Ou assim esperara um dia, mas nos longos dias solitários de vagabundagem através da terra ínvia, sòzinho contra os perigos do deserto, cercado pela indiferença opressiva da Natureza, António Rodrigues encontrara-se frente a frente com Deus, achando que toda a sua escala de valores se alterara e que ele não tinha desejos de voltar ao mundo que deixara. Uma conversa com o P.ᵉ Nóbrega fixou-lhe o destino; António Rodrigues foi recebido como irmão da Companhia de Jesus.

Homens como estes, conhecendo a terra profundamente, falando as línguas indígenas e perfeitamente familiarizados com os costumes, eram recrutas inapreciáveis para uma missão de pioneiros. Ainda precisavam de orientação, evidentemente, por parte daqueles que tinham sido educados nos processos da Companhia, mas o P.ᵉ Leonardo Nunes trouxe alguns desses instrutores com ele. O P.ᵉ Afonso Brás, que tinha feito muito bom trabalho no Espírito Santo, Vicente Rodrigues, agora ordenado, juntamente com dois jovens irmãos mandados ao Brasil por razões de saúde: Gre-

gório Serrão era um e — o mais notável de todos os recém-chegados naquele ano, embora ainda se não suspeitasse do facto — o outro era José de Anchieta.

Este rapaz, de 20 anos, alma ardente no frágil corpo dum doente, era um sonhador, um poeta, um sábio. Embora filho dum fidalgo biscainho e duma senhora das Ilhas Canárias, fora educado em Portugal, ignora-se exactamente por que razão. Ali fez brilhantes estudos na Universidade de Coimbra, em latim e filosofia, e a sua oratória era muito admirada. Tudo isto aos 17 anos, mas José não ambicionava nenhuma distinção mundana. Visões celestiais e duma santidade perfeita abrasavam de entusiasmo este jovem. Pediu que o recebessem na Companhia de Jesus e depois, arrebatado pelo seu fervor, lançou-se em austeridades que lhe minaram a saúde, a que há a acrescentar a queda duma escada que um dia lhe aleijou a espinha vertebral. Parecia inutilizado para toda a vida.

José passara três anos no hospital com o coração amargurado pelo receio. A sua longa doença parecia incurável. Despedi-lo-iam da Companhia por fisicamente incapaz? Não poderia ele servir ao Senhor?

— «Filho José, perdei esse cuidado com que andais — disse o P.e Simão Rodrigues, o Provincial — porque Deus vos não quer com mais saude» ([1]).

Estas palavras caíram como bálsamo na alma turbada do rapaz. Deus queria-o tal como ele era, por isso podia esperar com paciência. E a paciência recebeu no final a recompensa. Embora estivesse longe de estar curado, os seus superiores resolveram mandá-lo para o Brasil, porque o Brasil era considerado uma bela estância de cura.

José mal podia crer na sua boa fortuna quando

(1) Simão de Vasconcelos, *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Porto, 1953. Pág 11.

ouviu que fora escolhido para a missão do Brasil. Como podia ele agradecer ao Senhor tão grande mercê? A viagem foi toda uma alegria para ele. Com a satisfação e o ar do mar sentia-se cada dia melhor. Havia tanto que fazer a bordo, que nunca se aborrecia. José ajudava toda a gente: cozinhava para os companheiros e auxiliava-os em todos os seus trabalhos; ele e os marinheiros eram como irmãos; mantinha aulas de instrução religiosa no convés e falava aos homens na sua salvação e nos seus deveres para com Deus. Toda a gente recebia muito bem os seus ensinamentos. Este jovem entusiasta tinha uns modos a que ninguém podia resistir. Havia algo na sua simpatia irradiante, que fazia que todos confiassem nele, e a sua intuição rápida do pensamento alheio torná-lo-ia mais tarde um leitor tão seguro do coração humano que o creram dotado duma segunda visão ou inspiração divina.

No Brasil o P.e Nóbrega amou-o imediatamente, reconhecendo no seu jovem colega um espírito afim. Entre os dois desenvolveu-se uma amizade que duraria até à morte.

José de Anchieta começou a sua longa carreira missionária nas alturas arejadas do planalto meridional. Ali, a 25 de Janeiro de 1554, festa da conversão de São Paulo, Nóbrega fundou o seu novo colégio de São Paulo de Piratininga.

O «colégio» não passava dum casebre feito de canas e adobe com telhado de colmo, com 13 passos de comprimento por 10 de largura, que serviu imediatamente «ao mesmo tempo a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a despensa» ([1]). Vinte pessoas dormiam às vezes ali e as crianças iam lá para as ensinarem. As aulas davam-se frequentemente ao ar livre, mesmo quando estava muito frio

(1) Cartas de Anchieta, pág 43.

como naquelas alturas às vezes está — porque, diz Anchieta, «preferimos sofrer o incomodo do frio de fora, do que o do fumo de dentro» (1).

Como o seu patrono São Paulo, trabalharam com as mãos para satisfação das suas necessidades. O irmão Diogo Jácome aprendera por si só a arte de torneiro, e com uma roda feita à mão fabricou rosários e grinaldas que deliciavam os índios, e o irmão Mateus Nogueira levantou uma forja e fez-lhes ferramentas de ferro e anzóis de pesca. Todas estas coisas eram oferecidas, mas em troca os índios davam-lhes vegetais ou caça.

Os alimentos em S. Paulo consistiam em mandioca, feijões, abóboras ou ervas cozidas, às vezes carne de veado, macacos, ou lagartos, outras — mas mais raramente — um pouco de peixe. Em vez de vinho, bebiam a água do milho cozido adoçada com mel das abelhas bravas que enxameavam nos bosques dos arredores, e havia plantas medicinais para curar os doentes. Com tudo isto, Anchieta escreve, «o Senhor a cujo cuidado nos entregamos, nos provê de todas as cousas de que carecemos, até de onde menos esperamos» (2). E sentiam-se muito felizes.

Apesar de toda a falta de conforto, naquelas alturas levava-se vida saudável no ar puro. José sentiu que ela lhe convinha: — «nenhuma diferença se faz de mi a um são» (3), escreveu ele aos amigos que deixara no hospital, «ainda que as vezes não deixão de haver algumas reliquias das doenças passadas, e porem não faço mais caso dellas como se não fossem in rerum natura» (4). Ali não havia nenhum conforto como no hospital — uma refeição consistia muitas vezes apenas em folhas

(1) Ibid.
(2) Ibid., pág. 44.
(3) Carta de José de Anchieta aos irmãos enfermos, publ. in - *Nóbrega e a fundação de S. Paulo*, por Serafim Leite. Pág. 55 e ss
(4) Ibid., pág. 61.

de mostarda fervidas. E trabalhava-se muito; José ensinava gramática latina aos irmãos durante todo o dia, e «Às vezes, estando dormindo, me iam despertar para me perguntarem». Todavia, com tudo isto parecia que ele passava bem e «podereis ver minha disposição pelas cartas que lá escrevo, as quais parecia impossivel eu poder escrever estando lá!»

O seu companheiro, o irmão Gregório Serrão, estava no mesmo caso feliz, embora «ainda que não é tão valente como eu, por ser de mais fraca compreição, todavia ele não me quer dar aventagem e tem para si que é tão bem disposto como eu». E este mesmo irmão Gregório, apesar da sua saúde precária, fora o portador dum recado urgente de São Vicente para Piratininga, apesar de o caminho ser longo e árduo, «e creio que o pior que há em muita parte do mundo, de atoleiros, subidas e matos... E assim foi, dormindo de noite com a camisa empapada em água e sem fogo entre matos, *et vivit et vivimus!*» Na verdade era um bom clima. O conselho de Anchieta aos doentes do reino é — deitem fora todos os remédios e venham para o Brasil!

Em Piratininga, além de ensinar, fazia toda a espécie de coisas — mesmo de cirurgião da aldeia, sangrando doentes, aplicando cataplasmas e tratando muitas mazelas com êxito. E acrescenta triunfantemente que «Alem disto aprendi cá um oficio, que me ensinou a necessidade». Aprendera a fazer sandálias de fibra e «sou já bom mestre; e tenho feitos muitos pera os Irmãos, porque não se pode cá andar polos matos com sapatos de coiro».

Quanto à língua índia, Anchieta aprendeu-a ràpidamente, e daí a pouco lançou-se a compor uma gramática. Entre os irmãos então ali residentes «não há cá a quem aproveite», mas serviria de ajuda aos que chegassem de novo.

O colégio de Piratininga floresceu. Em 1555 Anchieta já podia escrever: «Temos uma grande escola de meninos Indios, bem instruidos em leitura, escrita e bons costumes» (1). Eles também tinham aprendido a cantar. O irmão António Rodrigues era o mestre das crianças; as classes de Latim para os estudantes mais adiantados — irmãos que se preparavam para tomar ordens, ou possíveis recrutas para a Companhia — continuavam a ser mantidas por Anchieta.

As crianças «são elas a consolação nossa», diz José, porque a geração mais velha era um problema difícil. Mesmo entre estes, contudo, se tinha verificado alguma melhoria. Os que viviam nos arredores da missão de São Paulo, declara ele, «já parecem mui diferentes nos costumes dos de outras terras; pois não matam, não comem os inimigos, nem bebem da maneira porque dantes o faziam». De facto, após uma batalha, enterravam os que tinham matado — era o inimigo que, ao voltar do campo de batalha, desenterrava os cadáveres e os devorava, julgando que aqueles corpos eram os dos seus rivais!

Todavia, havia recidivas infelizes, mesmo entre os conversos de estirpe tão antiga como a de Tibiriça, sogro de João Ramalho e o primeiro amigo dos brancos. O grande chefe Martim Afonso Tibiriça, afilhado do donatário de São Vicente, que fora cristão baptizado durante mais de 20 anos, tinha momentos de saudade nostálgica dos costumes da sua juventude. Um dia, tendo capturado um inimigo muito perigoso, achou que a honra exigia a celebração do triunfo à moda dos velhos tempos. Mandou buscar as cordas sacramentais para amarrar a vítima, e a clava para lhe esmagar a cabeça, ordenou às velhas que retirassem as sertãs para o festim — que tudo se preparasse porque ele queria matar o prisioneiro em frente da aldeia!

(1) Ibid., pág. 79,

A proposta foi ouvida com brados de alegria pelos índios do exterior e até os catecúmenos não esconderam e sua grande satisfação. Em vão Nóbrega procurou trazê-los à razão, dizendo «brandas palavras de Deus» — todos eles bradavam pelo sangue como tigres esfaimados.

Então os missionários agarraram nas cordas que deviam segurar a vítima e esconderam-nas em sua própria casa. Tal era o seu prestígio que conseguiram fazer isto e de qualquer modo impediram a clava de ser entregue ao chefe. Inibido, Tibiriça berrou por uma foice, porque queria matar o inimigo, e todos aqueles padres estrangeiros tinham de ir-se embora!

Novamente foram as mulheres que se puseram do lado dos anjos. A mulher de Tibiriça e a sua velha sogra conseguiram, com palavras brandas, acalmá-lo e persuadi-lo a adiar a execução. Ele afastou-se jurando que não o haviam de enganar: o seu prisioneiro seria morto noutra aldeia. Trovejava e espumava, falando «diabòlicamente», injuriando os cristãos. Queria renunciar ao seu nome e fé cristã e voltar a ser pagão, e combater e matar e devorar os seus inimigos como nos belos tempos da sua mocidade!

Os Jesuítas estavam gravemente preocupados, mas toda a fúria dele veio a extinguir-se. Os catecúmenos, chamados à razão, pediram humildemente perdão. Pouco depois, o próprio Tibiriça, tendo sido fortemente censurado pelas mulheres, lançou-se aos pés de Nóbrega. Nunca, nunca mais voltaria a fazer tal coisa! E Tibiriça cumpriu a palavra, dizem, até que morreu como cristão uns 7 anos depois.

Apesar de tais desapontamentos e atrasos, a missão aumentou e progrediu. E a jovem cidade de São Paulo cresceu com ela. A pouco e pouco edificações

permanentes se levantaram para substituir as de adobe e colmo. Foi o P.e Afonso Brás que, embora nunca o ensinassem, se mostrou um hábil carpinteiro e preparou todo o trabalho de madeira para a construção. Superintendeu na edificação e trabalhou nela com as próprias mãos, transportando cestos de terra às costas, e indo buscar água à fonte. Assim se construiu um colégio com dormitórios e salas de aula e todas as acomodações necessárias, levantando-se ao lado uma pequena igreja atraente. O P.e Afonso Brás, com os seus companheiros e discípulos, trabalhando uns como pedreiros e outros como carpinteiros, construiu casas para as famílias índias que viviam nos arredores, metòdicamente dispostas ao longo das ruas como numa aldeia portuguesa.

Plantaram-se terras e produziram-se frutos—limões e laranjas e figos e marmelos — a horta deu cebolas e ervilhas e hortaliças e plantas de Portugal; também se cultivaram flores, rosas e cravos vermelhos. O gado proliferou e multiplicou-se. Pero Correia dotara a missão com vacas da sua antiga propriedade, e Nóbrega tratara-as com o maior cuidado. Por muito que estivessem faltos de carne nos primeiros anos, não deixara matar gado. Devia-se pensar no futuro, disse ele, «porque ha de haver grande multidão de Padres e Irmãos no Brasil que ajudem as almas.» (1)

Assim, trabalhavam com os olhos no futuro, sonhando com trazer o reino dos Céus à terra. Como sempre fazem os sonhadores, trabalharam para o que este mundo não pode ver realizado, mas acenderam uma tocha.

Na vasta cidade que desde então cresceu sobre a humilde choça onde eles tiveram primeiro a sua visão, o mundo, a carne e o diabo também cresceram, como

(1) Ibid., pág. 475.

sempre acontece onde há grande riqueza material. Os ambiciosos de fortuna emigraram em grande número para São Paulo; os que procuravam posição e lugar ultrapassaram em muito os pesquisadores de almas que Nóbrega esperava ver. Apesar disso, aqueles que, entre os seus cidadãos, sabem compreender, podem sentir-se orgulhosos com saber que não foi num solo de caça ao ouro que a sua cidade nasceu mas como uma luz acesa num lugar tenebroso.

XIX

O Bispo da Baía

Foi talvez por se considerar o Brasil uma estância de cura que D. João III propôs à Santa Sé o nome do padre-mestre Pedro Fernandes Sardinha para primeiro bispo do seu novo domínio.

Pedro Fernandes Sardinha era mestre de Teologia, «pessoa de boas letras e doutrina» (1). Ensinara em Paris e em Salamanca e exercera as funções de capelão e pregador da Casa Real. Em 1545, quando partira para a Índia com o governador D. João de Castro, parece que ia um pouco doente. O rei insiste com cuidado por que dêem ao bom homem todo o conforto na nau do governador, «porque he mal desposto» (2). Em Goa, onde mestre Pedro serviu sucessivamente como Deão da Catedral e Vigário Geral da Índia, a sua saúde naturalmente não melhorou. Em 1549, quando voltou à pátria, dizem-no outra vez «mal desposto» : «Não he

---

(1) Carta de D. João III, ao papa Júlio III, de 31 de Julho de 1550, cit. por Serafim Leite.

(2) Carta do mesmo para D. João de Castro, publ. por Saraiva, *Obras Completas*, tom. VI, pág. 219.

pera esta terra–informou o secretário Cosme Anes o rei–; omem he que viveo vertuosamente como digo a Vosa Alteza em outra, pera quaa não serve» [1].

É duvidoso se Cosme Anes pensava ùnicamente no clima índio, ou era sugestão quanto a outras incompatibilidades. A dúvida surge no nosso espírito depois de se ler a carta escrita ao rei pelo governador Garcia de Sá: «Mestre Pedro vigayro-jeral—escreve o sucessor de D. João de Castro—se vay pera o reyno. Parece-me que não vay muito comtemte de mym, e a razão hè porque lhe fuy a mão em allgumas cousas que ele fazia, que não erão muyto de seu carguo nem de seu abyto» [2]. Ele oprimia os cristãos indígenas, declara Garcia de Sá, impondo pesadas multas monetárias por pequenos delitos, e ameaçava os pagãos — «Se de mym fizer queyxume a V. A., sayba que estas são as rezões que tem pera o fazer».

O rei estava habituado a dar desconto às queixas — todos os anos recebia muitas e contraditórias. Ignoramos se ele prestou atenção ao que estes diziam um do outro. Garcia de Sá morreu na Índia naquele mesmo ano, e mestre Pedro Fernandes, em 1552, partiu para o Brasil como primeiro bispo da Baía.

Foi recebido com alegria geral. Quer Tomé de Sousa, quer Nóbrega tinham suspirado por um bispo. Ambos haviam imaginado como seria diferente quando à colónia dessem um Pai em Deus para impor a sua autoridade aos padres indisciplinados, para reformar a moral dos leigos, para receber os pagãos no rebanho da Igreja e em toda a parte restabelecer a paz e a ordem.

Portanto, o P.e Nóbrega achou que alvorecera um grande dia para o Brasil, quando na véspera da festa

(1) Carta de Cosme Anes, datada de Cochim, 30 de Dezembro de 1549, publ. por António da Silva Rego, in - *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, 4.º vol, pág, 472.

(2) *Ob. cit.*, pág. 218

de S. João, o Rev.º Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, activo e benévolo, desembarcou e se instalou provisòriamente na casa dos Jesuítas.

Pregou os mais belos sermões e toda a gente ficou satisfeitíssima: «é muito zeloso da gloria e honra de Nosso Senhor, e tal qual esta terra havia mister, porque a vir um Bispo passeiro, fleugmático e negligente, como tenho visto outros, eu morrera de triste, e por ventura fora ao Inferno com ter pouca paciencia» [1], escreveu Nóbrega no primeiro impulso de entusiasmo.

Realmente assim poderia suceder, mas em breve se tornou evidente que o mesmo risco lhe corria a alma com este dinâmico bispo.

D. Pedro Fernandes instalou-se no seu trono episcopal, olhou à sua volta — e desaprovou. Desaprovou tudo o que viu, a começar pelo próprio P.e Nóbrega.

O bispo disse que estava penalizado e chocado com os processos missionários usados pelos Jesuítas. Tinham eles esquecido o decoro e a decência? Eles pendiam sem vergonha para os costumes pagãos! Os seus discípulos cantavam os hinos cristãos com árias pagãs, acompanhados por instrumentos pagãos; os seus pregadores adoptavam o estilo pagão de oratória, berrando, batendo com os pés e no peito à maneira dos *pagés* para chamarem a atenção dos índios. Os pagãos eram autorizados a vir à missa, embora alguns deles aparecessem despidos, e — pormenor revoltante — os pequenos índios que frequentavam a escola dos Jesuítas usavam o cabelo cortado à moda índia!

Mas, respondeu Nóbrega em defesa, isso não diferia muito do corte de cabelo dum europeu, e os pais preferiam aquela maneira. Quanto ao cantar, eles gostavam muito mais dos hinos com a música que compreendiam e que atraía outros por evangelizar.

(1) *Cartas do Brasil*, pág. 140, 141.

A mesma consideração orientava os sermões pregados no estilo dramático da oratória índia. Nenhuma destas coisas, disse Nóbrega, era em si idólatra, ou prejudicial à fé cristã, e «atraíam os corações dos índios» [1].

Mas, ao contrário de S. Paulo, o bispo não queria que se fizesse «tudo para todos», menos ainda para estes selvagens. E pregou um sermão muito a propósito sobre o assunto.

A confissão por meio de intérpretes também arreliou D. Pedro. Nem todos os padres tinham o dom das línguas, nem podiam todos os índios cristãos falar português, pelo que alguns dos mais devotos mestiços, que eram de confiança, recebiam instrução para servirem de intermediários e ajudarem nas confissões. Nóbrega consultara os livros e encontrou esta prática autorizada por vários doutores da Igreja, incluindo Caetano e o seu próprio ex-mestre Dr. Navarro, de Coimbra. O bispo respondeu irritado que não queria saber do que diziam trezentos Navarros e seiscentos Caetanos. Em Paris o Grande Inácio de Loiola e o provincial Simão Rodrigues tinham ambos aprendido aos seus pés, e ele sabia mais! As confissões por meio de intérpretes eram más e tinham de acabar. O remédio? No futuro os índios cristãos deviam falar português.

Com respeito à debatida questão da nudez, parece que ao fim de três anos no Brasil, Nóbrega começava a sentir que a sua primeira concepção de um par de calções para toda a gente era um conselho de perfeição; «eu não sei quando tanto Gentio se poderá vestir, pois tantos mil annos andou sempre nú, não negando ser bom persuadir-lhes, e pregar-lhes, que se vistam e mettel-os nisto quando puder ser.» [2]

---

(1) Carta de Nóbrega ao P.e Simão Rodrigues, datada de Julho de 1552. In - *Novas Cartas Jesuiticas*, pág. 32.
(1) Carta de Nóbrega, da Baia, de 1552. in - *Cartas do Brasil*, pág. 142.

Que alguém tão obstinado nos seus preconceitos como o bispo não pudesse ser chamado a uma opinião tão realista não nos surpreende, mas numa dúzia de outros assuntos parece ter intervindo apenas pelo prazer de contradizer as decisões de outrem, como quando aboliu a missa do domingo dita na igreja dos Jesuítas para escravos, seguida de instrução religiosa para eles à tarde. «Sou eu tão mau, escreveu Nóbrega com tristeza ao Provincial de Portugal, que suspeito que não ha por bem feito senão o que êle ordena e faz, e tudo o mais despreza!» [1]

Não levou muito tempo que o bispo perdesse todo o interesse pelos Índios. Pareciam-lhe animais estúpidos, incapazes de serem ensinados; «nem as tinha por ovelhas de seu curral, nem que Christo Nosso Senhor se dignaria de as ter por taes!» [2]

Continuou a mostrar muito zelo pela reforma dos colonos brancos — sob todos os aspectos, menos na sua condição matrimonial. Não parecia chocado por encontrar homens a viver com as suas escravas índias — achava os Jesuítas muito esquisitos por negarem a absolvição a tais pecados — ; o que muito mais o horrorizou foi verificar que certos brancos se tinham dado a fumar a planta profana usada pelos índios! Vimos em capítulo anterior como o pobre e velho Vasco Fernandes fora censurado por este hábito, e os de condição humilde que se davam ao uso do tabaco eram tão perseguidos e castigados, que um deles pelo menos refugiou-se na floresta com os índios.

O bispo não gostava da Baía, com tudo aquilo. Não havia dinheiro ainda na terra, o estipêndio do bispo era muito pequeno, os desconfortos grandes,

---

(1) *Novas cartas Jesuiticas*, publ. por Serafim Leite, pág. 32.
(2) Carta de Nóbrega para Tomé de Sousa, escrita da Baia, a 5 dc Julho de 1559. in - *Cartas do Brasil*, pág. 193.

ele já não era novo, e a «sua edade—diz Nóbrega—não sofre já os desamparos desta terra» ([1]). O rei devia fixar rendimentos para a Sé para vencer estes primeiros dias em que a terra tinha «pouco mais de matos e boas aguas, e bons ares».

Entretanto o bispo e o seu clero arrancavam o que podiam à colónia, que achou com desgosto que de futuro tudo aquilo que fora ministrado de graça passaria a custar dinheiro. Os mais ricos talvez ficassem contentes por agora poder resgatar-se a penitência por dinheiro, pelo que se podia pecar enquanto se pudesse pagar.

O pobre Nóbrega ficou desolado por ver a nova desordem que surgiu e o seu trabalho missionário pessoal embaraçado e apertado a cada passo. Procurou responder ao bispo, «com a mais humildade (posto que hipócrita) que eu pude», ([2]) acrescenta ele com a sua costumada candidez. D. Pedro Fernandes «fez-se muito agastado, de que fui muito triste.»

Como este era diferente do bispo que ele e Tomé de Sousa tinham sonhado! Foi com satisfação que Nóbrega se fez de vela para São Vicente com o governador, «encomendando a Deus a Bahia e a seu Prelado.» ([3])

O bispo ficou no Salvador a questionar vigorosamente com toda a gente, em especial com os seus cónegos e clero. Ao que parece, eles não lhe obedeciam como deviam, mas, como Nóbrega observou, o bispo parecia ignorar que às vezes podiam evitar-se as oportunidades para a desobediência.

Se o Salvador não era uma cidade alegre durante o último ano do governo de Tomé de Sousa, as coisas

---

(1) Carta ao Padre Mestre Simão, da Baía 1552, in - *ob. cit.*, pág. 141.
(2) Carta cit., in - *Novas Cartas Jesuiticas*, pág. 31.
(3) Carta para Tomé de Sousa, in - *ob. cit*, pág. 195.

tinham-se tornado piores com a chegada do novo governador em 1553.

D. Duarte da Costa, homem com mais de 50 anos, e pai de dez filhos, não chegara ao Brasil, acentuava ele, «por cobiça nem por vaidade de honra, nem em idade pera folgar de ver mundos novos» ([1]). Só o seu amor pelo serviço real o levara até tão longe da pátria, disse ele—mas porque, pensamos nós, chegara ele a ser escolhido para o cargo de governador do Brasil?

A sua carreira não parece justificar a nomeação. D. Duarte da Costa, armeiro-mor do rei, como seu pai tinha sido antes dele, levara vida tranquila na Corte sem jamais, pelo que sabemos, ter desempenhado qualquer cargo militar ou administrativo de importância. A explicação da nomeação talvez possa encontrar-se na falta crescente de homens aptos no Portugal do século XVI. A geração dos grandes chefes estava já a desaparecer. A Índia absorvera os melhores e a maior parte deles não voltavam. D. João III estava com grande cuidado acerca do Brasil, mas possivelmente não fazia ideia de como a colónia precisava de governo prudente e experiente. Talvez supusesse que após os excelentes trabalhos de Tomé de Sousa fosse muito fácil construir nos alicerces abertos por ele.

Não contava com a natureza humana... nem com o bispo. D. Pedro Fernandes, questionador, inadaptável, completamente desprovido de tacto, já tinha levantado tempestades entre os seus subordinados eclesiásticos. D. Duarte, sem dúvida bem intencionado, mas com pouca prática dos homens, provàvelmente não restabeleceria a paz, tanto mais que ele e o bispo se indispuseram um com o outro logo de princípio.

---

(1) Arquivo da Torre do Tombo, *Corpo Cron.* Parte I, maço 95, doc. 70. Carta de D. Duarte da Costa para el-Rei, publ. in- *Hist. da Col. Port. do Brasil*, vol. III, págs. 375, 376.

Não é fácil determinar quais as razões ou sem-razões do caso. A fazer fé pelas furiosas cartas escritas por ambos os lados, sentimo-nos inclinados a crer que havia culpas de parte a parte.

D. Duarte não era bulhento por natureza. «Senhores, falem baixo, que os ouve o Governador» [1], era a sua única e suave censura quando, ao passar por casa de alguém, ouvia o seu nome criticado em altas vozes; tão-pouco, dizem, mostrava depois má vontade para com os que falavam. Evidentemente bom homem — mas D. Duarte era pai e não queria ouvir uma palavra contra o seu adorado primogênito D. Álvaro, que o acompanhara ao Brasil.

Este alegre mancebo prestara serviço na Índia e noutros pontos e sem dúvida achava a Baía muito aborrecida. Nem as delícias e diversões de Goa ali se poderiam conseguir para encantar as horas vagas dum soldado, nem a agitação dos alarmes e das incursões contra as forças do Islão para dar oportunidade para feitos de cavalaria. Nesta pequena cidade do Salvador — conjunto de pardieiros levantados numa clareira junto do sertão — um sujeito não tinha nada que fazer, a não ser que quisesse pôr o seu principal interesse em plantar açúcar! O jovem Álvaro e um grupo de amigos de igual mentalidade ocupavam as suas muitas horas de lazer a passear pela cidade, pregando partidas aos cidadãos, namorando as raparigas e geralmente irritando toda a gente.

O bispo — talvez com muita razão — sentiu-se chocado, e, quando desaprovava alguma coisa, tudo vinha à luz no sermão seguinte. D. Pedro Fernandes não se preocupou com disfarçar as alusões. Toda a gente soube de quem ele estava a falar e o governador ofendeu-se.

---

(1) Frei Vicente do Salvador, Livro III, cap. V.

E ainda mais quando o prelado, em particular, insistiu com ele para exercer certa repressão sobre o seu leviano filho e afastá-lo das más companhias enquanto era tempo.

D. Duarte disse que o bispo lhe dava vontade de rir. O seu filho tinha liberdade para se divertir com os amigos que quisesse, e os companheiros que ele escolhera eram cavalheiros briosos. Em Portugal todos sabiam como o rapaz era virtuoso. As baixas insinuações do bispo, disse o governador, faziam-no rir a bandeiras despregadas!

O azeite caiu no lume e as chamas cresceram. Ainda hoje as ouvimos crepitar nas cartas que sobreviveram. A capitania da Baía dividiu-se e todos se denunciavam uns aos outros.

O deão e os cónegos uniram-se contra o bispo, mas a Câmara do Salvador e António Cardoso, provedor, aliaram-se ao prelado contra o governador e o ouvidor, o tesoureiro Luís Garcês acusou António Cardoso de práticas ilegais, enquanto Rodrigo de Freitas, escrivão municipal, se lamentava de que D. Duarte e o seu magistrado, tal como a aranha faz veneno daquilo que as abelhas fazem mel, arruinara o melhor dos seus serviços!

O bispo queixava-se de que o seu chantre se revoltara contra ele. O chantre afirmava que o bispo rachara a cabeça dum homem pelas suas próprias mãos, de tal modo que os miolos lhe saíram, como podia ser confirmado pelo próprio físico Jorge Fernandes, que tratara a ferida. Por sua vez, este Jorge Fernandes expõe os agravos que tinha recebido de D. Duarte e do filho — eles não sabiam como devia tratar-se um homem da sua profissão! D. Álvaro da Costa e os seus jovens e irrequietos amigos tinham deixado cair pedras pelo telhado dentro de casa de Jorge Fernandes, caindo-lhe elas na cama enquanto ele dormia de noite, e

rira-se quando o pobre médico protestara. Deviam matar-se os homens nas suas camas como porcos? tinham perguntado várias pessoas sérias, mas o governador recusara-se a tomar conhecimento do facto. Ele era «omem cheio de seus interesses e muito esquecido das mercês que Deos e Vosa Alteza tem feito» [1]. Não que Jorge Fernandes fosse homem do bispo: «as qualidades do bispo, diz ele do prelado, bastam pera despovoar hum reino, quanto mais hũa cidade tão pobre como esta!»

Pode fazer-se ideia de como o governador e o bispo escreviam amargamente a respeito um do outro. O bispo, diz D. Duarte, é ambicioso e duro. Aplica a excomunhão pela mais leve falta, o seu temperamento é tão violento que ninguém se atreve a aproximar-se dele. Tem por seu criado um padre homicida — cujas «orações sam falar em guerras e em omens que matou em desafios na Italia» [2]. Por indicação do bispo, este clérigo rufião espancara um homem pondo-o às portas da morte. Fora o filho do governador, D. Álvaro, que viera em seu socorro.

O bispo, escreveu D. Duarte, «se começou a desacontentar de mim e de meu filho e dahi em diante disse muitas cousas no pulpito e manda dizer nas estações contra mim» [3]. D. Duarte declara que se sentiu tentado a mandar D. Pedro outra vez para Portugal, mas receando que Sua Alteza pudesse tomar aquilo a mal, suportou com paciência, tratando sempre o bispo com cortesia e nunca faltando a nenhum dos seus sermões!

Quanto ao bispo, ele sabia bem que armas podia manejar contra o governador, e explorou isso. D. Duarte ficou terrivelmente sobressaltado ao receber uma carta

---

(1) Carta do físico Jorge da Costa. Torre do Tombo, *Corpo Cron.* Parte I, maço 95, doc. 88, publ. in - *ob. cit.*, pág. 379, 380.
(2) Carta de D. Duarte, cit. *Ob. cit.*, pág. 373.
(3) Ibid.

severa do rei a manifestar-lhe o seu desagrado pelo que o prelado lhe contara de D. Álvaro. Só por consideração pessoal por D. Duarte, declarava o seu real amo, e pelo crédito das funções que desempenhava, evitava ele castigar o mancebo.

D. Duarte respondeu que quase morrera de dor ao dizerem-lhe aquilo, porque «as culpas quando os filhos tem toquem nalma os paes» [1]. Evidentemente o rei aceitara como bom tudo o que o bispo escreveu! Quem havia de imaginar «que hum bispo de 60 anos nam quereria infamar hum mancebo meu filho»?

Seu filho era um excelente rapaz! Queria que o rei mandasse fazer devassa quanto ao modo como D. Álvaro se comportara na Índia e outras partes. O seu procedimento em todos os tempos estava acima de toda a censura, e nunca fizera mal a ninguém. Na Baía fora o braço direito do pai; dava tudo aos pobres; o povo adorava-o e chorava ao pensar que ele ia embora.

Porque o pai resolveu mandá-lo para o reino, para defender a sua inocência perante o rei e pedir que substituísse D. Duarte no seu cargo logo que terminassem os três anos, ou mesmo antes. D. Duarte veria com satisfação diminuído o tempo do seu governo — ao menos para ver-se livre do bispo! «com todo homem me concertara, ainda que fosse diabo!» Enquanto estivesse no Brasil, o governador ao menos procuraria ausentar-se da Baía, «por me escusar de tão terrível conversação».

Que fizeram os Jesuítas no meio de todo este barulho? Parece que se conservavam afastados. Para eles a posição era incómoda. O governador era o seu bom amigo! Vemo-lo muitas vezes pedir conselho ao

---

(1) Carta de D. Duarte da Costa para el-Rei, de 20 de Maio de 1555. In - *ob. cit*, pág. 375.

P.e Luís da Grã, que viera de Portugal com ele, e que continuava com o encargo da missão da Baía, enquanto Nóbrega ainda se conservava em São Vicente. O P.e Grã deu-lhe a sua opinião quando lha pediu, mas ele e os colegas tinham de manobrar com cautela. Eles não gostavam do bispo e este censurava-os, mas eram demasiado disciplinados para tomarem parte em qualquer facção contra o seu superior eclesiástico.

No meio de todo este fervilhar, apareceram os índios de repente. D. Duarte diz que o ataque não foi motivado por provocação, o que talvez seja verdade. Mesmo Nóbrega, sempre disposto a opor-se aos colonos em defesa dos selvagens, admite que os índios muitas vezes matavam «aos que nunca lhes fizeram mal, clérigos, frades, mulheres de tal parecer, que os brutos animais se contentariam delas e lhes não fariam mal» (1).

Os fazendeiros vizinhos da Baía não devem ter irradiado de si tal encanto, mas dedicavam-se pacificamente aos seus negócios quando se tramavam maquinações nos acampamentos afastados dos chefes nómadas, que vieram a ter resultado perigoso.

Os Tupinambás que viviam junto da costa e os Tapuias da floresta, após muitos anos de hostilidade, fizeram as pazes entre si. Juntos resolveram expulsar os brancos e ocupar as boas terras que os portugueses cultivavam. Portanto, um domingo, 5o índios fizeram um assalto aos engenhos de António Cardoso, declarando que a terra era deles e que queriam reavê-la. Os viajantes eram atacados nos caminhos entre as aldeias e o Salvador, o gado roubado, os escravos mortos, as mulheres, crianças e homens brancos aprisionados ou caíam debaixo das setas disparadas da floresta.

«Vendo eu tamanho desavergonhamento, escreveu o

---

(1) Apontamento de coisas do Brasil, escrito por Nóbrega da Baía, a 8 de Maio de 1558. In - *Novas Cartas Jesuíticas*, pág. 76.

governador, que craro mostrava ser cousa cuidada de dias, e ser feita tam perto desta Cidade, houve logo Conselho com algũas pessoas, que pera isso chamei». (1) E resolveu-se fazer e organizar uma expedição punitiva.

Parece depreender-se que se fez com bastante relutância. Os colonos que já tinham começado a colher os frutos do seu trabalho não sentiam vontade nenhuma de se arriscar às devastações da guerra. Um movimento tendente a atrair os selvagens dos confins remotos das florestas para cair em cima da colónia era coisa que devia evitar-se de qualquer maneira.

Mas não havia maneira nenhuma, disse o governador. Deixar tal ofensa sem castigo, ou tratar cada caso por meio de pequenas escaramuças individuais, era convidar ao desastre final. Tinha de se organizar um exército para ir imediatamente contra os assaltantes, e seria comandado por seu filho D. Álvaro.

Deve ter sido neste momento, em face do perigo ameaçador, que o P.e António Pires, pacificador nato de fala persuasiva, conseguiu congraçar as duas cabeças da colónia, a espiritual e a temporal, persuadindo o governador e o bispo a visitarem-se. Chegou mesmo a levar D. Álvaro a apresentar desculpas ao prelado ultrajado — «o que não foi pequena coisa, pois o jovem fazia disso questão de honra». (2)

Enfim, o jovem Álvaro tinha um trabalho importante a fazer e fê-lo bem. Com setenta soldados de infantaria e seis cavaleiros, desceu de noite sobre uma aldeia índia que encontrou fortificada com trincheiras cheias de paus aguçados cobertos de folhas. A batalha que se seguiu foi feroz, o chefe capturado e a aldeia

---

(1) Carta de D. Duarte da Costa para el-Rei, de 10 de Junho de 1555. Torre do Tombo. Gaveta 18, maço 5, n.º 13. Publ. in — *Hist. da Colon. Port. do Brasil*, tomo III, pág. 378.

(2) Carta de António Pires, da Baía, 12 de Junho de 1555. *Cartas Avulsas*, pág. 143.

incendiada. Depois, evitando cuidadosamente as casas dos que não tinham tomado parte no assalto, D. Álvaro assaltou os acampamentos dos ladrões de gado e levou os prisioneiros e as vacas.

Reforçado com 200 homens do Salvador, D. Álvaro marchou em socorro de António Cardoso que estava cercado no seu engenho e separado das suas plantações pelos índios de seis aldeias vizinhas. D. Álvaro incendiou cinco antes de se juntar a António Cardoso para jantar, e depois marchou contra um milhar de homens que se tinham entrincheirado na sexta.

Ali encontrou uma mensagem de desafio: avançasse e combatesse, senão iriam buscá-lo! Até então combatera com guerreiros sem valor. Experimentasse forças com eles e veria!

A batalha foi encarniçada, houve muitos mortos e feridos, mas a vitória coube à minoria bem armada, a despeito de toda a nuvem de setas atiradas com perícia mortal. Os selvagens foram postos em fuga e a impressão causada foi tal que os outros mandaram dizer, preocupados, que não tinham feito mal nenhum, sendo os prisioneiros e os escravos logo entregues.

D. Álvaro regressou triunfante do Salvador, diz o pai, e as gentes pediam que o não mandassem para o reino, «porque o tem elles em outra conta do que o Bispo escrepveo a Vossa Alteza». [1]

Todavia, quem voltou ao reino foi o bispo. O rei, aborrecido com a série de queixas que choviam de ambos os lados, chamou D. Pedro Fernandes a Portugal, para dar explicações.

Em Junho de 1556, o primeiro bispo da Baía deixou o Brasil na nau *Ajuda*. António Cardoso de Barros, provedor da Fazenda real e donatário do Ceará, embarcou com ele, e muitos outros incluindo mulheres e crianças.

(1) Carta de D. Duarte da Costa, cit.

Havia poucos dias que se encontravam no mar, quando se levantou uma terrível tempestade que os impeliu para a costa de Pernambuco. Com ondas alterosas e chuva diluviana, enquanto o trovão ribombava e os relâmpagos cortavam o céu, o navio desfez-se nos rochedos sombrios duma costa deserta.

Deserta? Mas uma hoste de gente escondida vigiava do alto dos montes. Enquanto os passageiros e a tripulação, ensopados até aos ossos, se esforçavam por atingir a terra, a tribo selvagem dos Caetés caiu sobre os náufragos. Ao princípio fingiram oferecer hospitalidade aos brancos, mas logo que os atraíram para o interior, trucidaram toda a gente.

O bispo, dentro dum barco, ia sendo levado para terra. Os índios meteram-se à água e agarraram-no. Mãos no ar! Este era o grande padre dos brancos, gritaram os companheiros, mas os selvagens nem se importaram, nem prestaram atenção. Saltaram sobre a vítima e esmagaram-lhe a cabeça com uma clava. Parece que morreu corajosamente.

E depois os índios devoraram o bispo da Baía.

Nóbrega invejou a D. Pedro Sardinha esta boa sorte. A oportunidade de ganhar a coroa do martírio nunca tinha chegado para *ele*! Realmente, escreveu ele ao seu amigo Tomé de Sousa, para Portugal, os caminhos do Senhor são imperscrutáveis. O bispo nunca gostara dos índios, contudo «fugindo elle dos Gentios e da terra, tendo poucos desejos de morrer em suas mãos, fosse comido d'elles, e a mim que sempre o desejei e pedi a Nosso Senhor, e mettendo-me nas ocasiões mais que elle, me foi negado»[1]!

Talvez, reflecte ele, o Senhor quisesse recompensar a virtude do bispo com a palma do martírio, ao mesmo tempo que castigá-lo por desprezar os pagãos!

(1) Carta de Nóbrega para Tomé de Sousa. *Cartas do Brasil*, pág. 193.

XX

A França antárctica

Enquanto na Baía D. Duarte se indispunha com o bispo, e Nóbrega trabalhava em São Vicente, coisas estranhas estavam a passar-se na baía do Rio de Janeiro.

Tudo começou em 1553, quando o cavaleiro de Malta Nicolau Durand de Villegagnon olhou à sua volta para o vasto mundo e se encontrou em disponibilidade... Tinha 45 anos; era instruído, belo e de bom nascimento–produto característico do seu século versátil. Tinha o seu lugar entre os latinistas e os helenistas, brilhava na Corte e distinguiu-se na guerra. Combatera os mouros em Argel e os turcos na Hungria. Marinheiro tão audaz como destemido soldado, escoltara Maria Stuart, essa rainha romântica, de Dumbarton até França, navegando pelos mares das Hébridas, então quase inacessíveis à navegação. O rei confiara-lhe as obras defensivas de Brest e fê-lo vice-almirante da Bretanha. Podia ter alcançado honras mais elevadas e ainda mais favor, mas Nicolau de Villegagnon tinha mau génio e era turbulento. Zangou-se com um colega e abandonou o cargo.

Que fazer depois? Villegagnon estava pronto para seguir à procura de novas aventuras. Desta vez o seu pensamento voltou-se para as aventuras espirituais juntas com as de tipo mais sensacional, porque Nicolau de Villegagnon, como todo o intelectual do seu tempo, era um amador entusiasta da Teologia.

Católico ou huguenote? Parece que oscilava como um pêndulo. Nesta época entretinha-se com as doutrinas do seu amigo Calvino, e pendia decididamente para a Reforma.

Para a Reforma ou para fundar uma nova religião sua, nem de Roma nem de Genebra? Essa, diziam os seus inimigos, era a sua ideia, quando, com a bênção do bom almirante Coligny, assim como a do cardeal de Lorena, o cavaleiro se propôs fundar uma colónia francesa no Brasil.

Nos portos marítimos da Bretanha e da Normandia, Villegagnon ouvira muitas histórias dessa terra encantada relatadas pelos atrevidos corsários que regressavam com os seus carregamentos de contrabando de pau brasil. Eles contaram-lhe como a deliciosa baía de Guanabara estava aberta e por ocupar. Porque não tomar posse dela para o rei de França?

O rei Henrique II não punha a menor objecção — enquanto a tentativa se fizesse de modo tal que mais tarde pudesse repudiá-la! Ele sabia que o seu irmão de Portugal, com quem oficialmente estava nas melhores relações, reclamava essas terras, mas elas eram vastas e havia espaço para todos! Se a França pudesse fixar-se fortemente no continente ocidental, seria difícil disputar com o facto consumado.

Nicolau de Villegagnon, fogoso, dinâmico e de falas persuasivas, expôs com honestidade a proposta. Ignoramos o que disse ao cardeal, mas parece que ao almirante fez uma descrição de uma Utopia do outro lado do mar, onde não houvesse perseguições religiosas.

Villegagnon declarou que renunciara ao mundo. Tudo o que ele agora queria era servir a Deus numa terra longínqua!

Pela glória de Deus e à grandeza da França! Aquilo falava ao coração do almirante, quer como patriota, quer como cristão. Parece que nesta época Gaspar de Coligny ainda não alinhara com os Huguenotes, mas seu irmão pertencia já à igreja reformada, e as suas inclinações pessoais seguiam essa via. Villegagnon prometeu que a sua colónia seria um refúgio para os da perseguida religião, onde podiam servir o seu Deus como a consciência lhes ditava. Coligny ficou satisfeitíssimo e deu todo o apoio ao projecto.

Uma concessão real de 100 libras ajudou a financiar o projecto, dois bons navios foram equipados e armados, o sobrinho de Villegagnon, Bois-le-Comte, preparou-se para partir com ele, mas os colonos desejosos de se estabelecerem no Brasil não eram fáceis de convencer. Depreende-se daqui que o santuário para os Huguenotes não foi ao princípio declarado. Talvez houvesse um entendimento secreto entre Villegagnon e Coligny, porque certamente tornar isso público teria feito perder o patrocínio do cardeal de Lorena e de outros altamente colocados. Não sabemos de quaisquer huguenotes que tivessem partido com Villegagnon quando ele deixou a França em 1555. Levou com ele um frade franciscano, André Thévet, que relatou as suas aventuras; as prisões de Paris e de Ruão foram vasculhadas à procura de possíveis colonos, e dois navios, tripulados pelos sempre aventurosos normandos, saíram para o Brasil.

A 10 de Novembro chegaram à bela baía do Rio de Janeiro. Ali, à beira das enseadas que se abriam no sopé dos montes cobertos de florestas, o espaço sobrava para acampar em sítios edénicos. Próximo não existia nenhum forte português. Não havia navios por-

tugueses à vista. Os Tamoios que viviam à beira destas praias eram inimigos ferozes das tribos de São Vicente, e por isso dispostos à amizade com os franceses. Vivendo com eles havia vários normandos desgarrados que alguns navios de passagem ali tinham deixado, e estes estavam prontos a servir de intérpretes. Parecia que Villegagnon escolhera bem. Estava ali o sítio ideal para fundar a sua colónia, que se propunha chamar a «França antárctica».

Entretanto, ele só tinha uns 80 homens, e sendo comandante militar experiente, a primeira coisa em que pensou foi arranjar uma posição inexpugnável. Para isso escolheu uma ilha perto da entrada da baía — um rochedo de cerca de uma milha de circunferência, em frente do canal que liga com o mar, à sombra do grande bloco de pedra a que os portugueses chamam o «Pão de Açúcar», mas que os franceses denominaram «Pote de Manteiga».

Numa baía cheia de ilhotas encantadoras — cada uma delas um pequenino paraíso — a escolha de Villegagnon não tinha a recomendá-la senão a sua bela situação estratégica. Nem possuía terra para lavrar, nem água boa para beber, mas era possível fortificá-la, o que o capitão ordenou aos seus homens que fizessem.

Com os Tamoios não teve incómodo nenhum. Deu armas e roupas e instrumentos úteis; os seus subordinados foram conservados debaixo de vigilância rigorosa, pelo que não fizeram mal algum aos índios. Ao tratar com os indígenas, Villegagnon mostrou muito bom senso. O mesmo não podia dizer-se das suas relações com a sua própria gente.

É uma boa coisa para um comandante ser disciplinador, mas Villegagnon era um oficial de grande austeridade, que raro temperava a justiça com a misericórdia. Faltava-lhe por completo aquele tacto humano que tem feito adorar mesmo os chefes mais severos.

E ele tratou o seu grupo com dureza. A ilha era desconfortável, o clima quente e a comida pouca, a chuva a única água que tinham, exceptuando a que podiam ir buscar à terra firme. Os condenados aventureiros que estavam esperançados numa vida à larga num paraíso exótico encontraram-se ancorados num rochedo de alguns pés quadrados, obrigados a mourejar durante todo o dia para um capitão de mau génio. Nem podiam escapar-se para terra para derriçarem com as belezas índias, que sempre surgiam quando apareciam os brancos. Villegagnon era homem austero e castigava tal delinquência com a morte. Ordenou até aos seus intérpretes, havia muito habituados à vida livre da selva, que se modificassem e casassem respeitàvelmente com as suas companheiras.

Casamento respeitável — ou qualquer coisa de respeitável — era a última coisa que estes rebeldes à sociedade desejavam. Não é para surpreender que se preparasse uma conspiração por parte destes normandos bravios dos bosques para assassinarem Villegagnon. Ele ouviu falar dela a tempo e estrangulou a revolta, condenando os conspiradores a trabalhos forçados com grilheta.

Sentindo claramente que os seus colonos não eram da boa espécie, Villegagnon resolveu mandar o sobrinho à pátria para recrutar novo grupo. Bois-le-Comte partiu e o frade André Thévet foi com ele. O bom do homem já estava farto da França antárctica.

Desta vez Villegagnon queria um tipo muito diferente de colono, vendo-se guia e chefe duma comunidade profundamente piedosa. A piedade de Villegagnon neste período estava a tomar a forma protestante. Escreveu uma carta para Genebra a Calvino, a contar-lhe como, movido pelo fervoroso desejo de servir a Deus, estava a fundar uma colónia onde a Fé Reformada iria florescer. Pediu que lhe mandasse ministros,

homens de saber e boa doutrina, e leigos bem instruídos na verdade religiosa.

É claro que Calvino ficou satisfeitíssimo. Escolheu dois pastores de Genebra, mestre Pierre Richier e mestre Guillaume Cartier, homens sensatos e piedosos, ambos excelentes pregadores e profundos teólogos. Por seu lado, o almirante Coligny escreveu ao seu velho amigo e vizinho Filipe du Pont de Corguilleray a pedir-lhe que acompanhasse o grupo. A igreja de Genebra apoiava a petição, e a alma corajosa, apesar de já «*vieil et caduc*», deixou o lar e os filhos e todos os seus negócios na esperança de servir o Senhor na França antárctica de Villegagnon.

Outros homens «*bien instruits en la religion chrêtienne*», reuniram-se sob o seu comando. Os seus nomes eram Pierre Bourdon, Mathieu Verneuil, Jean du Bourdel, André Lafon, Nicolas Denis, Jean Gardien, Martin David, Nicolas Raviquet, Nicolas Carmeau, Jacques Rousseau (talvez antepassado do famoso Jean-Jacques, já a praticar o regresso à Natureza que o seu descendente iria pregar?) e Jean de Léry, que narrou a história.

Do grupo fazia parte também um indivíduo conhecido por Jean Cointa, que por qualquer razão queria que lhe chamassem Monsieur Hector, embora em data posterior se assine Seigneur des Boules. Homem de vasta cultura, tendo sido doutor da Sorbona, sabia ler os Evangelhos em grego e estava familiarizado com as Escrituras hebraicas. Sabia discutir todas as questões de teologia, mas se era calvinista ou católico é coisa tão incerta como o seu nome.

Estes pioneiros eruditos e de espírito fervoroso, embarcaram num navio chamado *La grand' Roberge*, comandado pelo Sieur de Saintte-Marie de l'Espine. Dois outros navios tinham sido equipados ao mesmo tempo, todos transportando colonos, incluindo cinco donzelas com uma mulher idosa para as guardar, as

quais seriam dadas em casamento à chegada à França antárctica.

Os três navios foram «bem fornecidos com artilharia e outras munições de guerra», e os marinheiros «*s'en tenant fiers et forts*» mostraram-se verdadeiros piratas. Assaltaram todos os navios mais fracos que encontraram no caminho, aliviando-os dos seus víveres, causando em especial muita pena à tripulação dum navio espanhol por lhe roubarem a sua melhor galinha poedeira! Mas esta foi uma das suas proezas mais inocentes. Jean de Léry, homem honesto e temente a Deus, sentiu-se chocado com muitos dos seus actos de banditismo — mas então, diz ele, os marinheiros são sempre má gente!

Quer por causa dos sofrimentos com o enjoo e com o biscoito podre que tinham de comer, quer por causa dos outros horrores da vida marítima no século XVI, os viajantes que vinham do interior, em Genebra, devem ter-se regozijado realmente quando a 7 de Março viram finalmente a baía do Rio de Janeiro.

Villegagnon recebeu-os com expressões de grande satisfação. Ergueu os olhos ao céu e, juntando as mãos, agradeceu ao Senhor a sua feliz chegada.

— «Meus filhos, disse ele, serei um pai para vós!»

Como Jesus Cristo na terra nada fez por si, mas tudo pelos outros, assim ele, Villegagnon, nada queria de seu, mas tudo para bem deles. O seu único desejo era criar um refúgio para os «*pauvres fidèles*» perseguidos em França, Espanha e outras partes.

Maître Pierre Richier pregou e Villegagnon bebia-lhe as palavras. Soltava grandes suspiros, erguia os olhos beatificamente para o céu, batia as palmas com devoção fervorosa. Ajoelhou e rezou em voz alta — lindas orações. Jean de Léry declara que jamais tinha ouvido falar melhor acerca de religião. Ali estava um

outro São Paulo! exclamou Pierre Richier. Toda a gente ficou profundamente impressionada.

Villegagnon continuou a organizar a vida religiosa da colónia. A nossa igreja, disse ele, será a mais reformada de todas as igrejas reformadas! Todas as noites haveria orações, todos os dias se pregaria um sermão de uma hora, e aos domingos dois sermões.

Os casamentos foram celebrados segundo o ritual da fé reformada. Escusado é dizer que as cinco donzelas encontraram todas marido imediatamente. Dois dos criados de Villegagnon foram os primeiros a casar-se, depois dois intérpretes normandos agarraram-se à oportunidade de apanharem uma mulher branca, e por fim o erudito Jean Cointa — Monsieur Hector? — casou com a quinta, que era até certo ponto uma herdeira, porque o parente que a trouxera morrera à chegada, deixando-lhe os seus bens terrenos que consistiam numa certa quantidade de facas, espelhos e pentes, anzóis e outras «*petites besognes*», tudo de valor para trocar com os índios.

As tribos de Guanabara que não tinham estado em contacto com os estabelecimentos dos Portugueses nunca tinham visto antes uma mulher vestida! Por isso olhavam com espanto para estas raparigas francesas — e é tudo o que temos a dizer acerca das jovens noivas da França antárctica. Seria interessante saber qual foi a sorte destas cinco valorosas pioneiras, mas não há relato nenhum que nos diga que vida levaram na ilha de Villegagnon.

Para os homens era bastante dura. Villegagnon não os levara para ali só para ouvirem sermões. Desde o primeiro dia, «embora estivéssemos muito fracos da viagem», sem se importar com o calor que no Rio pode ser intenso em Março, obrigou-os a trabalhar como cabouqueiros a transportar pedra e terra para construir

o seu forte, a que chamou «Coligny» do nome do almirante seu patrono.

Eles achavam horrível a comida. Não havia nada que comer senão peixe e raízes assadas nas cinzas à maneira dos índios, e uma pequena medida de farinha de mandioca, fervida na água verde e fétida da única cisterna que tinham para captar a chuva, e que De Léry diz se parecia mais com um cano de esgoto; e não havia outra água para beber. Com tal alimentação, tinham de trabalhar desde madrugada até ao escurecer, embora não houvesse necessidade real para tal urgência. Depois de todas as promessas paternais de Villegagnon, parecia a Jean de Léry que ele os tratava «um pouco mais duramente do que um bom pai deve tratar os filhos»!

A principal distracção nesta ilha parece ter sido a controvérsia religiosa. Villegagnon e Cointa mal se encontravam, logo cada qual relinchava como o corcel de combate pela luta. Cada um fazia discursos sobre Teologia para quem quisesse ouvir e, sem dúvida alguma, para muitos que o não queriam. Discutiam um com o outro horas e horas, e os teólogos de Genebra entravam em campo com eles.

Jean Cointa foi considerado deficiente. Instruído pelos ministros, exigiram-lhe pública confissão da sua fé, abjurando os erros de Roma. Parece que Jean Cointa não se fez rogar: sempre era uma ocasião de falar! Tendo-se assim posto ao lado da Reforma, ele e Villegagnon voltaram-se para os ministros e envolveram-se em aceso debate acerca da Ceia do Senhor.

Em breve toda a ilha fervilhava de argumentos dos que, sendo letrados, nele entravam. As questões candentes que tinham separado a Europa e estavam a fazer correr rios de tinta e de sangue por um continente, abalavam agora um rochedo de alguns pés qua-

drados cercado da floresta virgem. Era de mais para uma ilha pequena.

Villegagnon disse que mandaria propor o caso à pátria. Guilherme Cartier ia voltar com uma lista de todos os pontos duvidosos para serem submetidos ao veredicto dos doutores de Genebra. Carregou-se um navio de pau brasil; nove pequenos índios, devidamente abençoados, foram mandados de presente ao rei. Villegagnon escreveu outra das suas belas cartas a João Calvino, e assim despediu o grupo.

Partiram. Villegagnon e Cointa ficaram — sempre a discutir. Parece que por esta época Villegagnon, à força de falar, se convencera de ter errado por completo. Anunciou que mudara de opinião. João Calvino era um mau homem e um herege! Pôs de parte a assistência dos serviços de Pierre Richier e reduziu o sermão diário a meia hora.

Ou por causa do seu conflito espiritual, ou porque o clima não se dava com ele, o génio de Villegagnon piorava de dia para dia. Jurava por Sant'Iago que havia de quebrar a cabeça, os braços e as pernas a quem quer que o aborrecesse; bateu num dos seus homens deixando-o às portas da morte e castigou outros com tal severidade que eles preferiram fugir para terra firme e ir viver com os índios.

Com os Tamoios Villegagnon continuava humano e justo — eles não podiam incomodá-lo com pontos de doutrina! — mas quando estes amigos índios lhe venderam os seus prisioneiros da tribo do Grande Gato, ele atormentou os desgraçados de tal forma que eles prefeririam ter sido devorados!

Os momentos mais brandos de Villegagnon parecem ter sido dedicados ao vestuário. Tinha com ele grande sortido de sedas, fazendas de lã e chamalote de várias cores, e havia um alfaiate entre os colonos. Assim, mandou fazer seis trajos, um para cada dia da

semana — vermelho, amarelo, castanho, branco, azul e verde. Exactamente como os papagaios daquela terra! escreve Jean de Léry irritado. Coisa absolutamente imprópria da sua idade e funções! A cor escolhida para cada dia dava aos subordinados de Villegagnon um indício do seu humor. Verde ou amarelo, parece, eram os piores sinais de perigo. Ignoramos o que ele vestia ao domingo.

Um a um os colonos fugiam do forte Coligny e iam viver como melhor podiam no continente. Monsieur du Pont de Corguilleray disse a Villegagnon que desde que ele renunciara à Fé Reformada já lhe não deviam obediência. Filipe de Corguilleray era amigo do almirante, por isso Villegagnon não se atreveu a exercer pressão sobre ele. E assim o ancião e Pierre Richier levaram o seu rebanho a aguardar junto das praias da baía que houvesse um navio a sair para França.

Entretanto Villegagnon mandou um mensageiro a Pierre Richier. Que definisse com precisão as suas crenças. Pierre Richier, homem verdadeiro e sem temor, confessou a sua fé livre e francamente. Villegagnon mandou escrever as respostas e meteu-as numa carta selada confiada ao capitão do navio em que Pierre Richier ia partir. As autoridades que prendessem aquele homem, escreveu ele, porque era herege!

Partiram no *Jacques*, velho navio que metia água como um crivo, de tal modo que o capitão, preferindo levar menos passageiros, ofereceu um barco para que aquele que quisesse voltasse a terra. Cinco dos amigos de Léry aproveitaram a oferta. Ele próprio esteve quase para ir com eles, mas resolveu à última hora ficar a bordo do *Jacques*. E assim chegou a França vivo após uma viagem horrível, como Pierre Richier, que, todavia, não ficou detido ao desembarcar, como Villegagnon esperava. O porto em que eles entraram estava nas

mãos dos huguenotes e assim a carta não teve qualquer efeito.

Os cinco que voltaram no barco foram mais infelizes. Villegagnon recebeu-os primeiro bem, autorizando-os a viver no continente, mas depois chamou-os ao seu forte e condenou-os por hereges. — «Dize-me em que crês!» pediu ele a Mathieu Verneuil. — «O mesmo que tu não há muito tempo!» retorquiu o prisioneiro. Villegagnon mandou-o afogar.

Pierre Bourdon também foi atirado dos rochedosao mar, e o mesmo aconteceu a Du Bourdel. Todos enfrentaram o martírio corajosamente; Du Bourdel, a caminho da execução, gritava aos camaradas que se alegrassem, pois a miserável vida presente breve acabaria! Cantando um salmo e chamando por Jesus Cristo, ele foi atirado para a morte. Os outros dois, considerados menos perigosos, foram condenados a trabalhos forçados. Um deles era o alfaiate da colónia, e Villegagnon, como sabemos, tinha predilecção por roupas novas.

A França antárctica ficou assim reduzida a um punhado de homens irrequietos a discutirem numa ilha, e vários fugitivos a viver com os índios nas costas da baía. A estes foi-se juntar logo Jean Cointa, que se indispusera com Villegagnon — escusado é dizer que por causa de pontos de doutrina.

Fosse qual fosse a natureza da divergência, a questão azedou-se até ao ponto de Jean Cointa procurar vingar-se de Villegagnon.

A oportunidade surgiu quando o cavaleiro de Malta, desejoso de alargar os limites do seu reino, incitou os seus amigos tamoios a assaltarem a cidade de São Vicente, mandando-lhes uma meia dúzia dos seus homens para os comandar.

Foi então que Jean Cointa se resolveu a juntar-se aos portugueses. Acompanhou o grupo de atacantes durante a maior parte do caminho, e depois desertou

para avisar o capitão da fortaleza do assalto iminente, a que resistiu com êxito.

O francês prestara um grande serviço, digno de honras e recompensa. Jean Cointa, aliás Monsieur Hector, que então passou a intitular-se o Seigneur des Boules, viveu durante algum tempo em São Vicente gozando de relativo prestígio. Falava português fluentemente [1], tinha maneiras agradáveis, e a sua instrução deslumbrava os simples fazendeiros da costa. A vida podia ter-lhe corrido sem dificuldades, se não fosse a sua paixão dominante.

Não havia ninguém em São Vicente capaz de disputar com ele pontos de Teologia, e o escrever tratados em latim não era desabafo suficiente. Por isso mandou uma carta para Piratininga onde ao tempo se encontrava o P.ᵉ Luís da Grã. O Seigneur des Boules dizia-lhe que desde a mocidade estudara na escola das Musas e bebera a doce linfa da ciência, que era profundamente versado em Teologia e na Sagrada Escritura, tendo aprendido hebreu com os rabinos que melhor conheciam as Escrituras; que gostaria muito duma conversa com o P.ᵉ Luís da Grã sempre que tal oportunidade se desse.

Entretanto, perorava aos cidadãos de São Vicente, que o ouviam de boca aberta. Toda a gente lhe elogiava a eloquência, e chegaram a Piratininga rumores das coisas que ele dizia, e que obrigaram o P.ᵉ Luís da Grã a descer a costa a toda a pressa «a opor-se à pestilencia». [2]

Foi então que saltou a chispa e os argumentos ferveram. O P.ᵉ Luís da Grã aconselhou o seu rebanho

---

(1) «Sabe bem a lingua espanhola» diz Anchieta. (*Cartas Jesuíticas* III, nº. 157.) Basta porém ver as anotações escritas por mão dele no documento do seu processo da Inquisição (Torre do Tombo, 1556), para verificar que conheceu muito bem o português.

(2) *Carta de Anchieta* supra citada, p. 158.

a acautelar-se dos hereges franceses, e «Monseor de Bolés» compôs um libelo em latim contra o P.e Luís da Grã acusando-o de negar o Pão da Palavra às suas ovelhas.

O Seigneur des Boules pertencia a Roma ou à Reforma? Tudo o que sabemos é que ambos os lados o renegavam. Era um diletante em religião, intelectual ecléctico, mais cérebro investigador do que alma desejosa de encontrar a salvação. O século XVI não tinha qualquer tolerância por esta gente. A católicos e a huguenotes Monsieur des Boules parecia um herege perigoso. O P.e Luís da Grã acusou-o de corruptor da Fé e ele foi levado à Baía para ser interrogado.

Homens do temperamento de Jean Cointa não fazem mártires. Um homem não morre pela sua fé se o seu espírito estiver demasiado aberto à objectividade. Na Baía declarou que fora a sua atitude em defesa de Roma que o obrigara a deixar a ilha de Villegagnon. O caso foi levado perante o tribunal secular e afinal remetido para Lisboa para ser tratado pela Inquisição. Aí parece que o Seigneur des Boules abjurou e fez a penitência imposta pelos seus erros. Ao fim de pouco menos de três meses viu-se livre sem mais embaraços. Depois, ou por livre vontade, ou por sentença de banimento, partiu para a Índia. É a última vez que ouvimos falar desta personagem intrigante. Provàvelmente mudou outra vez de nome!

Quanto a Villegagnon, partiu do Brasil em 1558 à procura de reforços, deixando ao sobrinho o comando da ilha. A seguir aparece em França, desta vez católico ardente, orgulhando-se das 200 léguas que afirma ter conquistado para a Coroa francesa do outro lado do mar, e insistindo com o cardeal de Lorena para alcançar de Roma um contingente de jesuítas franceses para pregarem o Evangelho na França antárctica. Tal como parecera um novo S. Paulo a Pierre Richier,

aos Jesuítas em França pareceu uma alma a arder no amor de Deus. Todavia, de Roma veio a resposta de que a Província de Portugal já empreendera a missão do Brasil, e que haviam chegado à Santa Sé rumores de a famigerada colónia de Villegagnon ser um ninho de hereges.

Pelo lado secular as notícias do ultramar não eram animadoras.

Em 1560 o governador português Mem de Sá tomou e destruiu o forte Coligny.

XXI

O Espelho dos Governadores

Quando o novo governador, Mem de Sá, desembarcou no Brasil, a primeira coisa que fez foi um retiro com os Jesuítas, passando uma semana com eles em exercícios espirituais.

Um contemplativo chamado ao governo, parecia! Como os colonos podiam viver à vontade enquanto o governador rezasse as suas orações! Se tal foi a esperança de alguém, breve se desvaneceu. Oito dias depois, completamente desanuviado, apareceu o governador, tomando as rédeas da autoridade com mão firme e todos sentiram a força com que ele as puxava.

Ao escolher o Dr. Mem de Sá por governador do Brasil, o rei afastara-se dos precedentes. Não se tratava dum capitão dos mares da Índia como Tomé de Sousa e a maior parte dos donatários, nem dum funcionário palaciano como D. Duarte da Costa. Este era homem de leis, muito conhecido durante os últimos vinte anos como juiz do Desembargo do Paço em Lisboa. Até onde sabemos, as experiências coloniais nunca o tinham interessado, e embora, como todos os gentis-homens do

seu tempo, Mem de Sá fosse adestrado nas armas, não há notícia de as suas proezas serem testemunhadas em campo.

Podia chamar-se-lhe figura apagada — este irmão do poeta Sá de Miranda, nascido no Entre-Douro-e-Minho. Homem consciencioso e sossegado, vivera tranquilamente em Portugal, casara, educara um rancho de filhos e cumprira os seus deveres judiciais até que D. João III, nos fins de Abril de 1557, o mandou para o Brasil como governador. Foi o último dom que o rei fez à querida terra antes de morrer e, como se demonstrou, o melhor de todos.

O monarca devia saber bem que escolhera o homem à altura. Os governadores do Brasil, tal como os da Índia, eram nomeados por três anos, mas D. João III disse a Mem de Sá que se preparasse para ficar no seu posto muito mais tempo. A continuidade era o que a colónia necessitava mais — continuidade dum governo firme mas justo.

O que Mem de Sá observou quando chegou não era animador. As dissenções entre D. Duarte e o ex-bispo, seguidas pela rebelião dos índios, tinham atrasado o progresso e deixado um ambiente de insegurança. As tribos derrotadas, feita a paz com os brancos, hostilizavam-se agora umas às outras. Não plantavam mandioca e não faziam farinha, e assim a fome ameaçava a terra, enquanto por toda a parte fora da cidade os selvagens combatiam e matavam e devoravam os seus prisioneiros.

Do Espírito Santo chegavam cartas patéticas de Vasco Fernandes Coutinho a implorar auxílio contra as tribos que assolavam a sua capitania, auxiliadas e incitadas pelos corsários franceses. E do sul vinham rumores de intrusões de franceses. Para os que estão habituados às comunicações modernas pode parecer estranho que a aventura de

Villegagnon tivesse durado cinco anos antes de o governo da Baía prestar atenção. Esquecemo-nos de como se encontravam isolados e afastados uns dos outros os pequenos estabelecimentos da costa brasileira, cada qual semelhante à cabeça dum alfinete na sua vasta capitania, dependendo as suas relações mútuas da passagem incerta de navios, que uns anos podiam ser frequentes e noutros não. As comunicações com a Europa, embora lentas e irregulares, eram realmente mais certas: «É mais facil vir de Lisboa recado a esta Capitania do que da Baía», [1] escrevia Nóbrega de São Vicente, e o Rio de Janeiro encontrava-se perdido de permeio. É objecto de conjectura o determinar quanto tempo Villegagnon esteve ali estabelecido antes de mesmo a capitania vizinha dar por isso. A Baía com certeza não foi completamente informada senão em 1557.

Nem a Baía se preocupava com isso ou com qualquer coisa mais. Segundo o P.e António Velasquez, tudo o que preocupava os colonos da Baía era divertir-se e jogar, em vez de trabalharem como a terra requeria «com fouces e enxadas». [2] A sua preocupação mais séria eram os pleitos judiciais.

Ninguém como o Dr. Mem de Sá para compreender que perda de tempo e de dinheiro causam os litígios. Ele e o rei tinham discutido o assunto no reino e feito os seus planos. De futuro, anunciou ele, nenhuma causa devia ser levada ao tribunal sem sua licença, e sem piedade recusava todos os casos que não julgasse dignos de ir a juízo. E de tal modo que os litigantes cansavam-se do seu trabalho, e com diplomacia e tacto o governador conseguia a reconciliação.

---

(1) Carta de Nóbrega, de Agosto de 1553. In - *Novas Cartas Jesuiticas*, pág. 54.

(2) Carta de António Velasquez, escrita da Baía. In - *Cartas Avulsas*, pág. 188.

De várias maneiras, diz ele, «tirei os odios fazendo amizades» [1]. Chegou a haver dias em que o magistrado vinha ao tribunal e nada tinha que fazer, por não haver litigantes!

Mem de Sá também pôs fim ao jogo e obrigou os preguiçosos a trabalhar, estimulados pelo preceito e pelo exemplo. Com mão firme cortava nos abusos, e contudo havia elasticidade no seu juízo. Não cometeu o erro de supor que nas condições rudes e confusas do pioneiro numa terra nova, a lei podia aplicar-se com a mesma rigidez que no reino, e assim disse ao rei «Se V. A. não for muito facil em perdoar não tera gente no Brasil» [2].

Todavia, tinha de haver certas regras básicas com as quais a colónia devia viver, e a respeito destas o governador era inflexível. Os índios não deviam ser roubados pelos brancos! Alguém possuía escravo tomado à traição ou por astúcia? A vítima tinha de ser restituída imediatamente. Um colono que possuía vários em seu poder, recusou-se a entregá-los. Recusava? Muito bem! Mem de Sá ordenou que a casa dele fosse arrasada. O culpado veio às boas. Ficou a saber-se que o governador sabia o que queria. No entanto, este disciplinador que não gostava que lhe desobedecessem, via-se a pedir desculpa de barrete na mão quando lhe escapavam palavras de cólera.

Os índios também lhe sentiram a autoridade. O governador mandou chamar os seus chefes. Estes combates contínuos tinham de terminar! disse ele. Se queriam a amizade e a protecção dos Portugueses, não deviam ir para a guerra sem licença deles, e nunca

---

(1) *Serviços de Mem de Sá*. Torre do Tombo. Papéis dos Jesuítas, Maço 20, n.º 6, publ. in-*Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 27, pág. 129-218.

(2) Carta de Mem de Sá para el-Rei, escrita do Rio de Janeiro 31 de Março de 1560. Torre do Tombo. *Corpo Cron.* Parte I, Maço 104, Doc. 13.

poderiam comer carne humana. Também tinham de acabar as suas vagabundagens irrequietas. Juntassem-se e construíssem aldeias permanentes — não acampamentos temporários — com a sua igreja e casas verdadeiras onde os missionários os pudessem ensinar.

Estas sugestões levantaram uma tempestade de protesto — não tanto dos índios como dos colonos brancos. Não se podia fazer tal coisa! exclamaram eles. Não é possível impedir-se um tigre de devorar a presa, nem o índio de comer os seus prisioneiros. E se eles se combatiam, se matavam e se comiam uns aos outros, tanto melhor! Na sua inimizade mútua assentava a segurança da terra.

Os índios não eram tigres, disse o governador, mas seres humanos que tinham de ensinar-se, e se não quisessem aprender, então era preciso obrigá-los.

E seguia por diante. Ao princípio os índios não tomaram a proibição a sério — ela já fora feita antes! Mas daí a pouco aprenderam que a palavra deste homem tinha de tomar-se à letra. Não executou os infractores, isso não ajudaria muito — um índio valente deve desafiar a morte por amor da honra — mas prendeu-os e isso impressionou-os muito mais. Se uma tribo desobedecesse, ele não hesitava em incendiar-lhe os acampamentos, como eles vieram a verificar, mas também sabiam que este governador procedia com igual justiça quer para com eles quer para com os brancos.

E submeteram-se aos seus planos. Ajudado pelos Jesuítas satisfeitíssimos, juntaram-se quatro aldeias numa única à volta duma igreja edificada de novo. Mem de Sá, com os principais cidadãos do Salvador, veio presidir à cerimónia inaugural da fundação quando foi dado um banquete aos índios. Naquele dia auspicioso baptizaram-se oitenta e quatro criancinhas. O governador apadrinhou-as a todas: assistiu a

toda a cerimónia junto da pia baptismal, olhando radiante para os seus atilhados.

Mem de Sá nomeou um meirinho para manter a ordem na nova povoação, e vestiu o índio contente com um esplêndido fato. Pela sua própria mão o governador entregou-lhe a vara do ofício, e mais tarde mandou levantar um pelourinho e tronco «por lhes mostrar que tem tudo o que os cristãos tem» ([1]).

Os índios ficaram encantados com aquelas novidades. De muito longe chegavam a pedir para lhes darem normas e os aldearem. À volta do Salvador surgiram mais três aldeias, cada uma com a sua igreja e escola onde os filhos dos canibais aprendiam a ser bons cristãos.

Mas Cururupebá — o Sapo Bufador—lançou um desafio desde a sua ilha, onde se encontrava seguro. Queria viver como seus pais tinham vivido desde sempre, rugiu ele, e matar os seus inimigos e comê-los! Assim, também comeria os portugueses, se eles não fossem cobardes e se atrevessem a procurá-lo e descobri-lo. Que venham! berrou Cururupebá. Os seus archeiros estavam prontos para os receber!

Eles chegaram ràpidamente durante a noite com fogo e tiros. A habitação de Sapo Bufador foi arrasada, e os seus valentes, postos em fuga, refugiaram-se na selva. O próprio Sapo, levado sob prisão para o Salvador,aí se conservou um ano inteiro. Foi um cativeiro educativo, sabe-se que a metamorfose chegou a ser completa. Corurupebá veio a ser «o melhor e o mais sujeito que ha na terra» ([2]), e o Boca Torta, outro canibal impenitente, também foi chamado à ordem.

Mais difíceis de alcançar eram as tribos ferozes que viviam a montante do rio Paraguaçu — fortaleza

(1) *Loc. cit.*
(2) Nóbrega, *Cartas do Brasil*, pág. 208.

bravia de montanhas íngremes e florestas impenetráveis. Se os selvagens ali se conservassem, bem estava, mas faziam incursões até à costa. Um dia caíram sobre três índios dos aldeamentos, que estavam numa canoa a pescar, mataram-nos a todos e comeram-nos.

À volta da Baía todos os olhos estavam pregados no governador. Que pensava fazer? Não tinha ele proibido comer a carne humana, e não eram as vítimas seus súbditos? Se não fizesse nada, os seus parentes vingar-se-iam, quer ele os autorizasse, quer não.

Mem de Sá sabia o que aquilo queria dizer—hostilidades prolongadas para sempre. Mandou condolências aos doridos. Mas disse-lhes que descansassem o espírito: a injúria fora tanto a si como a eles; as suas armas vingá-los-iam.

Mandou-se uma mensagem ao rio Paraguaçu. Os culpados tinham de ser entregues imediatamente. O governador não desejava castigar os inocentes; mas se a tribo insistia em esconder os criminosos, então toda a gente sofreria por causa disso.—Venham buscá--los! replicaram os chefes do Paraguaçu. Evidentementea quilo exigia uma expedição armada.

Mas, queriam saber alguns, para que se havia de fazer tal despesa e ter tal maçada? Tratava-se de uma questão entre índios — deixassem-nos! A honra de Deus e a da Coroa, disse Mem de Sá, estavam ambas em jogo. E organizou um exército.

Levando com ele os parentes dos pescadores assassinados e o P.ᵉ António Rodrigues, ex-soldado do Paraguai, que falava todas as línguas índias, abriram caminho a machado e a foice através da floresta ínvia. Durante um dia e uma noite, por entre plantas rasteiras e ervas da floresta, subindo montes elevados e descendo vales profundos, atravessando rios e pântanos, a expedição prosseguiu com esforço até que à luz pálida da manhã viram os postos avançados do inimigo forte-

mente entrincheirado na encosta do monte. Pintados com as cores da guerra e com toucados emplumados, com as setas mortíferas na mão, milhares de guerreiros gritavam, assobiavam e diziam zombarias e sopravam em buzinas feitas de ossos humanos em sinal de desafio.

A batalha foi feroz e a carnificina terrível; houve muitos feridos. Um Gil Falcão ficou com dez setas espetadas no corpo — era um espectáculo cruel, escreveu o P.ᵉ António Rodrigues, vê-lo a tirá-las com os dentes. Os índios de Mem de Sá lutaram como leões até o inimigo fugir do campo de batalha, deixando os seus mortos espalhados pelo chão. Que apetite eles causavam! Os guerreiros suspiraram, e um homem cedeu à tentação.

Por isso se encontrou um cadáver sem um braço no campo da refrega. Onde estava o membro que faltava àquele corpo? trovejou o governador. Qual era a pessoa que se propunha jantar em segredo? Se o braço não fosse tornado a pôr no seu lugar, jurava Mem de Sá, alguém havia de sofrer por causa disso! Felizmente ainda não era tarde, e o braço reapareceu, para tranquilidade de todos.

As tribos do Paraguaçu foram expulsas para o interior no meio de confusão ainda maior, efectuando-se a perseguição de rastos pelo chão, escalando uma montanha a pique enquanto pedras enormes eram precipitadas de cima sobre os trepadores. Estes prosseguiram incansàvelmente até à vitória, dispersaram o inimigo e voltaram em triunfo ao Salvador.

Três dias depois apareceu uma canoa em frente da costa fazendo sinais de paz. Os mensageiros declararam que tinham trazido os delinquentes à justiça e que os restantes guerreiros de Paraguaçu desejavam submeter-se. Estavam prontos a aceitar as condições costumadas — viver em aldeias e ter missionários para os

ensinarem. Foi um dia feliz para o P.ᵉ Nóbrega, e toda a Baía entoou os louvores de Mem de Sá. «O Espelho dos Governadores», chamou-lhe Frei Vicente do Salvador. Um homem enviado pelo céu, exclamaram os contemporâneos, para a paz do estado!

Mas esta paz estava ainda longe de se encontrar garantida enquanto o sul se encontrasse em perigo. Em 1558, como se viu antes, Mem de Sá mandou seu filho Fernão em socorro do Espírito Santo. O jovem obrou grandes feitos na guerra da selva e levou a vitória muito longe ao meio da floresta até cair debaixo das setas mortíferas. «Dou muitas graças a Deos, escreveu seu pai ao rei, por acabar Fernão de Saa meu filho nesta jornada em seu serviço, e de V. A.,» (1) mas era evidente que ele achava que o sacrifício podia ter-lhe sido poupado, porque quando os camaradas do mancebo voltaram, diz Vicente do Salvador, «o Governador os não quis ver, sabendo como haviam deixado matar seu filho». (2)

A capitania de Vasco Fernandes salvou-se, mas havia ainda o Rio de Janeiro. Para isso precisava-se de armamentos poderosos e só em 1560 chegaram reforços da metrópole. Lisboa ouvira finalmente falar dos feitos de Villegagnon. Evidentemente, apresentara-se o costumado protesto diplomático, e parecia que, como de costume, o rei de França encolhera os ombros. Não havia nada a fazer, disse ele com brandura, se Villegagnon se estabelecera no Rio de Janeiro. Os portugueses tinham liberdade plena para o desalojar!

Isso era mais fácil de dizer do que de fazer, pensavam alguns. A posição era forte, os franceses estavam bem armados e os seus auxiliares Tamoios contavam-se por milhares.

(1) Carta de Mem de Sá para el-Rei, de 1 de Junho de 1558. Torre do Tombo. *Corpo Cron.* Maço 102, doc. 103, Parte I.
(2) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil.*

Mas tinham de ser desalojados! disse Mem de Sá, e o seu amigo P.[e] Nóbrega concordou. Este bondoso e ascético coleccionador de almas, que parecia viver mais no céu do que na terra, tinha apesar disso a compreensão dos negócios dos homens e o entendimento dos seus problemas de governo, que o tornavam valioso aos governantes. Mais ainda do que Tomé de Sousa, Mem de Sá falava com ele acerca de todas as coisas, e quando o governador resolveu dirigir-se para o sul, levou o P.[e] Nóbrega. Independentemente do apoio moral que a sua presença dava, os seus amigos esperavam que a mudança seria benéfica à saúde precária do padre. Nóbrega estava então muito doente, e deitava sangue quando tossia — sintoma que parecia embaraçoso ao médico. Às vezes supunha que devia ter rebentado uma veia, outras pensava que o sangue vinha da cabeça! «eu o que mais sinto é ver a febre ir-me gastando pouco a pouco» (¹). No clima mais fresco de São Vicente parecia provável que passasse melhor do que na Baía, onde vivera durante os últimos três anos.

Quando Bartolomeu de Vasconcelos chegou do reino com uma armada, o governador discutiu o plano de acção. Todos concordaram que não havia tempo a perder, portanto — «Eu me fiz logo prestes o melhor que pude, que foi o pior que hum Governador podia ir!».(²)

O facto era que o Brasil sentia sempre a falta de armamentos e munições, e artilheiros competentes, homens de armas experientes e navios que pudessem apoiar a luta. Era muito difícil manter a Índia abastecida de tudo isto e equipar todos os anos armadas destinadas ao Oriente — o Brasil tinha que ficar com o que sobrasse depois desta prioridade, o que não podia

---

(1) *Novas Cartas Jesuíticas*, pag. 70.

(2) Carta de Mem de Sá, escrita de São Vicente, 17 de Junho de 1560, publ. in - Frei Manuel dos Santos, *História Sebástica*, pág 36, 37.

ser muito. Nesta ocasião Mem de Sá tinha os dois navios chegados do reino que estavam mais ou menos bem equipados; a estes acrescentou uns nove barcos e barcas de vários tipos que pudera arranjar ao longo da costa brasileira. Assim, a 16 de Janeiro, deixando a Baía «muito de paz e o gentio todo sogeito e mais pacifico que nũca», (¹) o governador partiu para o Rio de Janeiro, visitando de passagem os Ilhéus, Porto Seguro e o Espírito Santo.

Em todos estes lugares viu muitas coisas a precisar de reforma, a começar por cima: se o rei queria ter o Brasil habitado, escreveu ele, seria preciso «meter nestas Capitanias Capitães onrrados e de boa Conciencia». Os colonos dos Ilhéus queriam abandonar as terras — e não se entendiam com o lugar-tenente. Os de Porto Seguro queriam assassinar o capitão. No Espírito Santo o governador encontrou três filhos de Vasco Fernandes Coutinho «moços sem barbas, e todos são capitães»!

O próprio Vasco Fernandes estava ausente na costa, mas deixara uma carta a pedir ao governador que tomasse posse da capitania em nome do rei. Por isso, «filo, escreveu Mem de Sá, que se não perdese hũa tã boa capitania». O Espírito Santo, diz ele, é a melhor depois do Rio de Janeiro. Mas o belo Rio de Janeiro não fora ainda salvo.

A 21 de Fevereiro a armada aproximou-se da baía de Guanabara. Tentaram ancorar da parte de fora e entrar a barra a coberto da escuridão. Todavia, aconteceu que o guia que viera de São Vicente para lhes indicar o caminho cometeu um erro. Ancorou a armada tão afastada de terra que já era dia quando os barcos se aproximaram da estreita entrada. Foram avistados pela fortaleza e não se tornou possível um

---

(1) Carta de Mem de Sá, de 31 de Março de 1560, cit.

ataque de surpresa naquele dia. Tudo o que puderam fazer foi capturar um navio francês que estava a carregar pau-brasil, cuja tripulação fugiu para a fortaleza.

Bois-le-Comte, sobrinho de Villegagnon, ficara com o comando. Conforme às regras da guerra cavalheiresca, Mem de Sá mandou-o desafiar.

«Requeiro da parte de Deus e do vosso rei e do meu, que logo largueis a terra alheia a cujo é, e vos vades em paz sem querer experimentar os damnos que sucederão da guerra»! (1) Mas o mancebo respondeu que não se importava de quem a terra era. Seu tio confiara-lha com a defesa desta fortaleza, e defendê-la-ia, à custa da sua vida e das de muitos outros!

O número de combatentes brancos de ambos os lados era quase igual. A guarnição de Bois-le-Comte ascendia a 74 homens. A estes havia a acrescentar 40 homens fugidos do navio capturado, e vários outros dos que se encontravam espalhados pelo interior e se haviam refugiado no forte quando apareceu a armada portuguesa.

Os portugueses, que tinham sido reforçados com um pequeno contingente vindo de São Vicente, eram 120 homens, mas os seus aliados índios contavam apenas 140 contra mais de 800 tamoios exercitados no uso das armas de fogo, que serviam na ilha de Villegagnon, apoiados por uma multidão de arqueiros indígenas na terra firme.

Para contrabalançar esta disparidade, os portugueses tinham a vantagem dos seus navios e da proximidade de São Vicente como base de abastecimento de reforços. Pelo seu lado, os franceses estavam melhor armados e melhor equipados com artilharia e pólvora. Portanto, para a acção imediata, a sua posição pare-

(1) Frei Vicente do Salvador.

cia a mais forte das duas, mas menos capaz de aguentar uma luta prolongada.

Todos os relatos são concordes em dizer que a fortaleza parecia inexpugnável, protegida por todos os lados por rochedos naturais de que Villegagnon, perito em trabalhos de fortificação, tirara bom proveito. Não fora em vão que ele forçara a sua equipa a trabalhar durante o dia inteiro. Toda a ilha era uma fortaleza, e havia apenas uma pequena praia onde se podia fazer um desembarque, e essa era protegida por poderosas defesas.

Apesar disso os portugueses desembarcaram de qualquer maneira e com as suas bombardas metralharam furiosamente as obras de defesa. Durante dois dias travou-se uma violentíssima batalha com pelouros de canhão e de mosquete, havendo baixas de ambos os lados. No fim do segundo dia os portugueses sentiram falta de pólvora. Parecia provável terem de voltar para bordo, levando a artilharia o melhor que pudessem — mas aconteceu algo de novo.

Precisamente como isso aconteceu não se encontra explicado com clareza, nem mesmo por Mem de Sá: «pelejamos sem descançar de dia nem de noite até que Nosso Senhor foi servido de a entrarmos com muita vitoria» (1), é tudo quanto diz. Outros relatos dão-nos a perceber que os portugueses formaram um só corpo para darem o último assalto ùnicamente à arma branca, e assim tomaram a fortaleza. A luta continuou durante a noite, a coberto da escuridão, abandonando os defensores a ilha um a um e escapando-se para a terra firme. Era evidente que, não podendo abastecer-se de água, a resistência prolongada seria inútil.

À parte esse defeito, a fortaleza pareceu a Mem de Sá a mais forte do mundo quando foi inspeccionar a sua

(1) Carta de 17 de Junho, cit

conquista. Havia lá muito boa artilharia de bronze e de ferro e outro equipamento de grande valor, mas os Jesuítas ficaram penalizados e escandalizados por encontrarem uma colecção de livros heréticos e nem uma só cruz ou imagem na ilha! Apenas um missal roto servia para testemunhar a Igreja de Roma – «Socorra o Senhor as suas ovelhas!», (1) suspirou Anchieta, que registou este pormenor.

Celebrou-se missaem acção de graças pela vitória, e realizou-se um conselho para resolver o que havia a fazer — ocupar a fortaleza ou desmantelá-la.

Evidentemente que o primeiro seria o mais acertado. «Parece muito necessario, escreveu Nóbrega, povoar-se o Rio de Janeiro e fazer nelle outra cidade como a da Bahia», (2) de outro modo seria de recear que os intrusos voltassem e o forte então «facilmente se póde tornar a reedificar e fortalecer muito melhor.»

Mas Mem de Sá não tinha homens para guarnecer mais fortalezas nem moradores que chegassem para uma nova cidade. Portanto destruiu o forte de Villegagnon e levou a artilharia para São Vicente antes de voltar à Baía.

Nóbrega ficou em São Vicente, e aí parece que a sua saúde melhorou alguma coisa, embora ele ainda parecesse muito magro e cansado.

Não sabemos para onde foi Bois-le-Comte. Os outros franceses que fugiram para terra, ficaram com os índios incitando-os à guerra contra os portugueses. Estavam muito esperançados na volta breve de Villegagnon com outros navios, e então ele tornar-se-ia um grande senhor no Brasil.

Entretanto os Tamoios assolavam as capitanias vizinhas. Do Espírito Santo até São Vicente, herdades

(1) Cartas de Anchieta, pág. 160.
(2) Nóbrega, *Cartas do Brasil*, pág. 227.

foram queimadas, homens, mulheres e crianças, senhores e escravos, foram aprisionados, mortos e devorados. Junto da costa e no alto dos montes ninguém podia estar em segurança. Para tornar a situação ainda pior, os Tupis, até ali amigos e aliados dos portugueses, vendo-os ameaçados por tal força, começaram a hesitar. Alguns deles uniram-se aos Tamoios que tinham sido seus inimigos, e assaltaram Piratininga. O ataque foi felizmente repelido com o auxílio do leal Tibiriça — agora completamente curado das suas tendências canibalescas — e outros tupis cristãos. Mas o perigo continuava grave. Era o castigo dos colonos pelos seus pecados! pregavam os Jesuítas. Mas Nóbrega apareceu com uma sugestão ousada.

Porque não propor a paz aos tamoios da costa? Persuadi-los a fazer aliança com os tupis leais! A confederação hostil ficaria assim quebrada, São Vicente livre de futuras incursões, e seria menos difícil encontrar um lugar de fixação no Rio de Janeiro.

Estava tudo muito bem, concordaram os cidadãos. Era uma boa ideia, mas quem iria pôr o cascavel ao gato? Alguém teria de negociar, e os índios não eram gente civilizada que reconhece as convenções diplomáticas. Quem quer que fosse discutir as condições com eles poderia acabar na caldeira.

Nóbrega disse que iria ele e levaria por companheiro o jovem José de Anchieta.

XXII

A Paz de Iperoig

A costa recortada que fica entre o Rio de Janeiro e São Vicente, com as reintrâncias das suas praias de areia branca no sopé de montanhas bravias — essas montanhas solitárias do Brasil que ainda hoje ninguém trepa — isto era Iperoig, o campo entrincheirado e lugar de retiro dos tamoios incursores.

Saíam em massa das profundezas da floresta impenetrável, por caminhos que só eles e os animais selvagens conheciam, para descerem a costa em canoas rápidas e assaltarem os colonos de São Vicente e de Santos.

Não ocorreu aos chefes tamoios que qualquer branco pudesse tentar desembarcar nestas costas excepto com grandes forças. Por isso houve surpresa e curiosidade quando no dia 1 de Maio pe 1563 constou que dois barcos de portugueses tinham ancorado junto da praia. Mandaram-se algumas canoas para o mar em reconhecimento a uma distância cautelosa. Antes de destruir os intrusos era bom saber o que significava a visita.

Quando se encontravam ao alcance da voz foi-lhes dito que era missão de paz. Os homens de São Vicente vinham oferecer amizade. Prova da sua sinceridade? Dois «*abarés*» tinham vindo para negociar. Os «*abarés*», como toda a gente sabia, eram homens de paz e bons amigos dos índios.

Eram realmente «*abarés*»? Não seria aquilo uma armadilha? Uma mulher que vivera com os portugueses de São Vicente foi mandada para verificar. Ela olhou os padres Nóbrega e Anchieta dos pés à cabeça. Os olhos fixaram-se-lhe em especial nas coroas da cabeça. A pequena tonsura redonda estava lá! Eram autênticos «*abarés*», disse ela aos amigos, e aquele velho era o chefe de todos eles.

Tinham eles vindo para discutir as condições da paz? Os Tamoios consideraram a proposta com interesse. Havia alguma coisa que dizer acerca da ideia! Não era que eles vivessem no receio dos brancos. Muito pelo contrário — a última ofensiva estivera quase totalmente nas mãos dos índios. Tão-pouco precisavam das mercadorias dos europeus — os seus aliados franceses de Guanabara tinham-nos bem fornecidos de tudo o que necessitavam: ferramentas, anzóis, arcabuzes, facas, espadas e roupas, quando lhes vinha a vontade de as usarem. Tinham que chegasse e sobejasse de tais coisas. O que eles queriam era vingar-se dos Tupis, seus inimigos, que viviam à volta de Piratininga. Até então os Tamoios tinham sido vencidos por estes inimigos que eram aliados dos portugueses. Todavia, a notícia da rebelião dos Tupis já atravessara os caminhos da floresta. Agora parecia que os Tamoios, apoiados pelos colonos brancos de Piratininga, podiam levar a melhor sobre os seus inimigos, matá-los e comê-los.

Não queremos ser vingados em vós, disseram eles com amabilidade aos portugueses, nem precisais de recordar o passado, porque vós tendes matado muitos

dos nossos homens. Estavam ambos em igualdade de circunstâncias! Juntassem as suas cóleras contra os pérfidos Tupis.

Mas, os enviados insistiram: não contra esses da tribo que continuaram nossos amigos. Em princípio esta cláusula foi admitida, e depois a discussão passou a referir-se a São Vicente e ao Rio de Janeiro. Uma delegação de tamoios acompanharia os portugueses para tratar com as autoridades e outros levariam o caso perante os seus colegas de Guanabara. Entretanto Nóbrega e Anchieta ficariam em Iperoig como reféns até o tratado ser confirmado por ambas as partes.

Então Nóbrega e Anchieta mandaram trazer para terra as suas pequenas trouxas. Os índios pareciam satisfeitíssimos por tê-los como hóspedes, mas todos os seus amigos brancos choravam, como «que nos deixavam entre dentes de lobos famintos» (1). Estes selvagens eram tão caprichosos e inconstantes na sua maneira de proceder, que todos esperavam que os reféns partilhariam a sorte do falecido bispo da Baía.

Por então os «lobos famintos» não estavam a mostrar os dentes. Caoquira, o chefe, tomou os dois enviados sob a sua protecção. Sua mulher, que fora escrava no Salvador até ser libertada pelos Jesuítas, por gratidão deu-lhes de comer.

Esvaziaram uma choça para uso exclusivo deles, e à maneira da hospitalidade índia, os seus hospedeiros ofereceram aos hóspedes de honra os filhos e as irmãs. Eles ficaram espantadíssimos ao saber que tal oferta não podia ser aceita sem ofenderem a Deus — «não eramos casados, nem tinhamos mulheres» (2). Os índios ficaram de boca aberta. Como era possível uma coisa dessas? Com isto! disse Nóbrega, mostrando

---

(1) Cartas de Anchieta, pág. 200.
(2) *Ibid.*, pág. 475.

umas disciplinas que tirou do bolso. Todos ficaram profundamente impressionados. Eles deviam de ser super-homens!

Os jesuítas aspergiram a choça para a purificar da contaminação do pecado passado. Levantaram um altar e Nóbrega disse ali missa todas as manhãs. E todos os dias ele e José reuniam todas as crianças das várias aldeias espalhadas ao longo da costa e todos os homens ou mulheres dispostos a ouvir também, e pregavam o Evangelho, «anunciando Nosso Senhor Jesus Christo áquelles que dele nunca haviam ouvido», (1) «aos quaes em publico e em particular admoestavamos, especialmente que aborrecessem o comer da carne humana porque não perdessem as almas no inferno, ao qual vão todos os comedores dela.»

Algumas das mulheres ficaram impressionadas, mas os homens encolheram os ombros. Eles deviam continuar a comer os seus inimigos, disseram, até estarem completamente vingados — «devagar cairiam em nossos costumes».

Pregando e ensinando, os jesuítas andavam à volta das aldeias de Iperoig. Parecia que os índios gostavam muito deles, diz Anchieta, a ponto de lhes confiarem os planos que tinham sido interrompidos com a chegada dos pacificadores.

Na baía de Guanabara, com a ajuda dos franceses, propuseram construir 200 canoas gigantescas, cada uma feita do tronco duma só árvore, para transportar 120 homens. Em embarcações como esta os índios afoitavam-se aos mares mais bravos. Se a canoa fosse inundada pelas ondas, os remadores saltavam simplesmente para a água e nadavam para terra. Depois, quando as ondas atiravam o barco à costa, recuperavam-no e faziam-se de novo ao mar. Com uma frota

(1) *Ibid.*, pág. 201.

dessas pensavam fazer guerra de guerrilhas contra São Vicente, com incursões incessantes ao largo da costa, enquanto por terra se lançariam ataques da floresta sempre seguidos até a capitania ficar arruinada. Na verdade, a tentativa para estabelecer a paz não podia ter sido mais oportuna!

O primeiro aborrecimento que Nóbrega e Anchieta experimentaram deu-se quando o velho chefe Pindobuçu — «a Grande Folha de Palmeira» — chegou do Rio de Janeiro. Com ele veio o proprietário da choça ocupada pelos jesuítas, que ficou aborrecido por encontrá-los ali. Saiam os estrangeiros imediatamente! gritou ele. José de Anchieta, juntando as coisas que lhe pertenciam para levar a qualquer outro sítio, viu uma figura à entrada da porta a brandir uma espada.

— «Quem é este indivíduo?» berrou o guerreiro apontando.

— «O português», informaram-no.

— «Português!» exclamou o índio enfurecido.

Anchieta dirigiu-se-lhe com o seu sorriso mais acolhedor:

— «Eu sou vosso amigo que hei destar com vós outros daqui em deante» (1).

— «Não quero sua companhia»! foi a resposta desanimadora; mas felizmente a espada não entrou em acção.

Todavia, o velho Pindobuçu, quando lhe falaram da paz, concordou. E ficou favoràvelmente impressionado com os enviados. Teve longas conversas com Nóbrega e Anchieta. A maneira como eles viviam espantou-o. Sentia interesse em ouvir falar dos seus jejuns e abstinência e do seu profundo desejo de evitarem ofender a Deus.

(1) *Ibid.*, pág. 204.

— «E Deus que vos ha de fazer?» perguntou ele «Porque tendes medo dele?»

Por isso eles falaram-lhe do Céu e do Inferno, e ele «ficou maravilhado».

Chegou à conclusão de que estes homens, com todo o seu conhecimento do outro mundo, deviam de ser feiticeiros ainda maiores do que os *pagés*. Segredou cautela aos que o seguiam para que os tratassem com respeito, senão eles fariam cair uma dúzia de pragas sobre a cabeça dos que os ofendessem. Visitava os seus hóspedes todas as manhãs para saber como passavam. Eles mostraram-lhe gravuras da Bíblia, e Pindobuçu ficou encantado, enchendo-os com toda a espécie de perguntas.

— «Vós outros sabeis todas as cousas, foi o seu veredicto definitivo, Deos a vós descobre tudo, rogai-lhe que me dê longa vida, que eu me ponho por vós outros contra os meus» [1].

Parecia que eles haviam de precisar dessa defesa. Os do Rio de Janeiro tinham considerado de modo carrancudo as propostas de paz. Queriam o sangue dos reféns — não se importassem com o risco das represálias! Era melhor matar e comer aqueles brancos e levar por diante a guerra de acordo com o plano!

Assim bradava o feroz Ambiré, homem que duma vez, encolerizado, esfolara viva uma das suas mulheres. Este indivíduo agradável, com uma esquadrilha de dez canoas, chegara a Iperoig, levando com ele um francês casado com a sua filha.

Todavia, aconteceu que, no caminho, o grupo encontrara um barco de cabotagem comandado por José Adorno, genovês, grande amigo dos Jesuítas e residente em São Vicente. José Adorno passara a infância em França e por isso, em francês fluente, fez-se

(1) *Ibid*, pág. 210

entender do genro de Ambiré, persuadindo-o a pronunciar-se a favor da paz quando todos tivessem desembarcado em Iperoig.

Ambiré, alto, magro e de aspecto terrível, dirigiu-se para a cabana onde se encontravam os jesuítas. Sentou-se com os seus homens à volta, com os arcos e as setas prontos e os punhais na mão. Os tamoios de Iperoig estavam a discutir a paz com os brancos de São Vicente? Aos do Rio de Janeiro isso não interessava! Não podia ter-se em consideração qualquer espécie de paz, disse ele, se os portugueses não entregassem os Tupis, *todos* sem distinção, aos Tamoios para serem mortos e devorados!

Deus nos livre! replicou Anchieta, que era simultâneamente o orador e o intérprete. Uma condição dessas não podia ser aceita.

— «Pois que sois escaços dos contrarios, rugiu Ambiré, não tenhamos pazes uns com os outros» [1].

E parecia prestes a «logo as quebrar e com quebrarnos a cabeça».

José Adorno, vendo-o tão bravo como lobo carniceiro» [2], procurou deitar água na fervura, dizendo que nenhumas condições se poderiam fixar sem uma autoridade mais elevada. Voltaria a São Vicente para consultar o capitão e eles podiam ir com ele para tomarem parte nas discussões.

E partiu com cartas de Nóbrega a insistir por que não se aceitassem aquelas condições. Nenhum prisioneiro tupi, nem mesmo os que tivessem culpas, devia ser entregue aos Tamoios — ainda mesmo que ele e Anchieta fossem mortos e comidos.

Em São Vicente o capitão leu e encolheu os ombros. Evidentemente não se entregariam os tupis

(1) *Ibid.*, pág. 207.
(2) *Ibid*, pág., 208.

leais, mas com os culpados podia-se dar-lhe um jeito! Por isso cumulou os tamoios de atenções quando eles foram ter com ele e entregou-lhes um ou dois dos prisioneiros tupis rebeldes para se regalarem. Os Tamoios elogiaram-no clamorosamente por isto, mas, quando mais tarde souberam da transacção, os jesuítas ficaram horrorizados.

Entretanto, as idas e vindas ao Rio de Janeiro continuavam a animar a vida em Iperoig. Em especial, o jovem filho de Pindobuçu — Paraná-puçu, o Vasto Mar — queria a morte dos jesuítas e resolveu ser o homem que daria o golpe e ganharia as honras. E falou das suas intenções aos que o seguiam em Guanabara. Queria que eles agarrassem os «*abarés*» enquanto ele daria cabo deles à clava e à faca. Naturalmente os pais dos mancebos haviam de desaprovar, mas isso teria realmente alguma importância? Podiam castigá-los, mas não matariam os executores que tinham alcançado tal glória.

E assim aconteceu que, um dia passeando juntos na praia, Nóbrega e Anchieta viram uma canoa a aproximar-se ràpidamente, tripulada por guerreiros de Guanabara. Os jesuítas sabiam que, encontrando-os ali sòzinhos, aqueles poriam ràpidamente fim à sua missão, tanto mais que a maior parte dos homens de Iperoig, que eram seus amigos, estavam ausentes em excursão pela floresta.

— Vamos à procura da casa de Pindobuçu, disseram eles. Se lá estiver, proteger-nos-á.

A canoa aproximava-se ràpidamente, vinda do mar. A aldeia de Pindobuçu ficava no alto dum monte íngreme, no extremo afastado da praia, de que se encontrava separada por um rio largo. Se a quisessem alcançar, os jesuítas viam que tinham de correr, mas isso não é para um homem enfraquecido pela tuberculose. Nóbrega chegou ao rio quase a abafar:

Em frente corria o rio, atrás a canoa aproximava-se da costa. O P.ᵉ Nóbrega não tinha tempo de se descalçar, pelo que o seu jovem amigo pegou nele e pô-lo às costas.

Embora Nóbrega fosse magro, a carga era muito grande para as costas de José, que tinham sido sempre fracas. A meio do caminho deixou cair o companheiro à agua. Debatendo-se, os dois conseguiram chegar à outra margem e trôpegamente procuraram abrigo nas árvores. Nóbrega, completamente alagado, tirou a camisa e as botas e o hábito gotejante e pô-los às costas, mas quando tentou trepar ao monte, viu que não podia dar um passo.

A canoa estava já a ser puxada para terra. Por sorte passou pelos fugitivos um índio da aldeia. Anchieta insistiu com ele até que, com relutância, pegou em Nóbrega e o pôs às costas. Assim puderam chegar finalmente à cabana de Pindobuçu — verificando que o seu velho amigo não estava em casa! Nada havia a fazer, senão esperar pelo pior.

Os dois homens estavam ajoelhados a rezar Vésperas, quando Paraná-puçu entrou brandindo uma espada brilhante. Sentou-se numa rede com o ar carregado, mas não disse uma palavra. Atrás dele entrou outro que parecia mais disposto a falar.

— O francês disse-nos, começou ele, que as vossas propostas de paz são falsas; «não pretendeis senão que vamos juntos a vossas terras e matar nos» [1].

Então José respondeu-lhe, e nós sabemos que o mancebo tinha falas persuasivas. A argumentação foi longa e no final a sua eloquência e a brandura do P.ᵉ Nóbrega amansaram os animais ferozes. Mais tarde o índio confessou que não sabia o que se apossara dele — «Eu vinha a fazer isto e aquilo, mas quando

(1) *Ibid.*, pág. 213.

entrei a ver os padres caiu-me o coração, e fiquei tudo mudado e fraco, e pois eu não os matei, que vinha tão furioso, já nenhum os ha de matar»! (1)

Os ausentes de Iperoig souberam da fuga dos jesuítas e como por pouco escaparam, e ficaram cheios de pena, porque já se lhes tinham afeiçoado.

— Não devíamos tê-los deixado sós, disseram eles. «O Padre velho onde se irá agora por estes espinhos?»

Cunhambeba, um dos chefes, que estava ocupado a construir uma canoa, deitou-a ao mar por acabar e regressou, por entre as ondas agitadas, chegando já noite escura para salvar os seus amigos. Quando os encontrou sãos e salvos, celebrou o facto com um banquete e danças.

— Ninguém faça mal aos *abarés!* exclamou. Senão terá de se haver comigo!

Cunhambeba era todo em favor do tratado de paz que se propunha, pelo que disse aos descontentes de Guanabara:

— «Vós outros não me enojeis, que eu já matei um dos vossos e o comi!»

E para prova mandou uma mulher mostrar uma perna que escondera na sua cabana. A vista do apetitoso pedaço, alguns bradaram:

— Visto que tu o mataste e comeste, comamos nós também um bocado!

Veio farinha de mandioca e todos se sentaram amigàvelmente «a roer com ela como perros», diz Anchieta.

Não era muito tranquilizador ter defensores destes.

A 20 de Junho chegou de São Vicente um bergantim. O capitão tinha-o mandado a buscar os reféns. Os Tamoios, dizia ele, pareciam muito satisfeitos e contentes. Pensava que eles observariam a paz, porque

(1) *Ibid.*

tanto, porque haviam os jesuítas de continuar ali?

Mas os índios não estavam dispostos a deixá-los ir embora ambos ao mesmo tempo, «crendo a nossa fé e verdade pela sua que é mui pouca» (1), escreve Anchieta. Eles receavam que, se não ficasse nenhum refém, os brancos não manteriam a trégua. Um tinha de ficar, insistiam eles, até se confirmar a paz.

Se um tinha de partir, esse devia ser Nóbrega. Era mais velho, tinha menos saúde, não falava a língua com a fluência do seu jovem colega, além de que a sua presença se tornava necessária em São Vicente.

Ele não queria ir sem o companheiro, tendo esperado que fossem ambos embora, ou ambos «ser comidos por amor do Senhor». Não queria que José tivesse de encarar sòzinho aquela circunstância.

Mas José quis ficar de boa vontade e estava inteiramente preparado para o que pudesse vir. Nóbrega abençoou-o, ordenou-lhe que aproveitasse a primeira oportunidade para partir, e assim se separaram com muitas lágrimas.

José de Anchieta não estava completamente só entre os selvagens. De São Vicente viera António Dias, um honesto pedreiro. A mulher e toda a família deste pobre homem tinham sido capturados no ano anterior pelos incursores tamoios e levados para Guanabara. Ora ele viera munido de coisas próprias para os resgates, na esperança de os libertar onde quer que estivessem. Com este intuito ficou com José em Iperoig. Era um bom homem, diz Anchieta, e o jovem jesuíta ficou-lhe grato pela sua companhia. Ao mesmo tempo, António Dias ia demonstrar ser uma fonte constante de preocupações para ele, porque não era um «*abaré*» tonsurado, e os Tamoios não tinham pela sua pessoa o mesmo respeito.

(1) *Ibid.*, pág. 215.

Ainda menos respeitavam o escravo índio que Antônio Dias levara consigo. Os Tamoios decidiram que este homem podia muito bem ser comido. Portanto fabricaram muito vinho para prepararem a festa e toda a gente bebeu o mais que pôde todo o dia. Não confessarám a Anchieta o que tencionavam fazer — pelo menos enquanto se não embriagaram. Mas quando a noite veio e a todos a bebida subiu à cabeça, correram à casa onde o branco estava e apoderaram-se do escravo. Houve luta, mas em vão, para o defender, como vã foi também a eloquência de José.

Uma multidão de mulheres que gritavam reuniu-se em volta. Como tigres famintos, os homens arrastaram a vítima para fora da cabana, quebraram-lhe a cabeça e despedaçaram-lhe membro por membro, enquanto as mulheres cantavam e dançavam como fúrias, espetando paus agudos na carne lacerada, untando as mãos e as caras umas das outras com a gordura e apanhando sangue nas conchas das mãos para beberem. À luz vermelha das chamas da fogueira, aquilo era uma visão infernal.

A reflexão veio quando, de madrugada, a embriaguez passou. Iriam os brancos de São Vicente vingar-se por causa do escravo? Nesse caso, lembrou alguém, se se considerasse quebrada a trégua, poderiam muito bem comer ainda Anchieta e António Dias! As faculdades persuasivas de José esgotaram-se para os convencer de que não era provável que se vingassem só por causa do escravo.

Depois disto, diz Anchieta, ele compreendera melhor do que nunca como qualquer pretexto podia servir-lhes para os matarem. Portanto, «determinei de me dar mais intimamente a Deus, procurando não só achar-me aparelhado para recebe-la, mas tambem deseja-la» (1). Apesar de todas as suas orações, não era fácil

(1) *Ibid* pág. 217.

atingir tal estado. Com a sinceridade dum valente, confessa que «muito me affligia a carne com continuos temores».

E não sem razão. Dez dias depois de Nóbrega ter partido, um contingente chegou do Rio de Janeiro resolvido a um morticínio. Pelo menos assim parecia. José encontrou-se cercado de guerreiros completamente armados, cada um dos quais avançava pronunciando o seu nome, e dizendo quantos inimigos matara e comera. Mas, depois de se apresentar a si mesmo, cada um deles desaparecia. Ficou só um homem agarrado à sua clava, e a passear à volta de José como um cão que anda ao redor do seu rival antes da luta, a olhar impassível e completamente calado. José observa que não é correcto pensar mal do vizinho, mas «todavia meus olhos estavam bem atentos nele» e dentro, no seu coração, dizia «faze o que Deus te permitir, que aparelhado estou!» (1).

Sempre no mesmo silêncio, o homem voltou-se vagarosamente e afastou-se, parando um momento «mui contemplativo», até que veio outro e chamou-o.

Houve outras ocasiões em Iperoig em que os índios se impacientaram. Não tinham chegado notícias nenhumas de São Vicente a confirmar a paz! «José, disseram-lhe eles um dia, aparelha-te e farta-te de ver o sol, porque tal dia temos assinalado para fazer banquete de ti» (2).

José sorriu de modo cativante e disse:

— «Eu sei muito bem que me não haveis de matar».

A sua confiança desarmou as ameaças deles. Todos estavam convencidos de que tinha poderes sobrenaturais. Não o haviam surpreendido muitas vezes a falar

(1) *Ibid.*, pág. 220.
(2) Simão de Vasconcelos, *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, pág. 92, 93.

com Deus? Acreditavam que ele estava altamente cotado nos concílios divinos e assim traziam-lhe para resolver todos os seus problemas — mesmo, ao que parece, as suas desavenças conjugais.

— Devo ou não devo matar a minha mulher? perguntou-lhe na incerteza um marido, que suspeitava que a mulher era adúltera. Tinha Deus dito alguma coisa a José acerca daquilo? Num assunto tão delicado como a virtude conjugal, José teve o cuidado de não se pronunciar, mas disse:

— «Não o faças que não quer Deus, antes se aborrecerá muito com isso» (1).

O marido retirou-se satisfeito, dizendo:

— «Vim a te perguntar, porque me parecia que Deus te haveria dito».

Pediam a Anchieta as suas orações para afugentarem os seus inimigos, ou mesmo para obrigarem a caça a cair-lhes nas redes, enquanto lhe levavam todas as enfermidades físicas para serem tratadas por ele. A habilidade de José em medicina e primeiros socorros de enfermagem, que em Piratininga tão úteis tinham sido, prestaram bons serviços em Iperoig onde os seus serviços em geral tiveram êxito.

Um caso foi melindroso. Um homem de Guanabara veio ter com ele com uma mão doente, inchada e com uma inflamação terrível. Apesar de José a lancetar em dois pontos, a infecção espalhou-se por todo o braço.

O pobre homem tinha um aspecto horripilante com o braço aparentemente na última fase de decomposição. Nenhum dos seus companheiros queria aproximar-se dele; de longe chamaram José para cuidar dele se para tal se sentisse inclinado, mas especialmente para não permitir que a pestilência se lhes pegasse! Depois desapareceram todos, e nem mesmo os parentes trou-

(1) *Cartas de Anchieta*, pág. 226.

xeram de comer ao doente nem levaram a José um bocado de mel que ele pedia para tratar o braço.

Anchieta fez o que pôde. Rasgou uma camisa para fazer ligaduras, e tratou o membro inflamado com azeite. Deu de comer ao doente pelas suas próprias mãos, e com António Dias partilhou o pouco que tinham com ele, tratando-o dia e noite com grande dedicação. Os índios observavam, espantados, e falaram daquilo aos seus visitantes de outras tribos, mas nenhum deles se aproximou ou prestou auxílio.

Enquanto José tratava o corpo do doente, fez o que pôde pela alma dele, esperando prepará-lo para o baptismo antes que morresse. Mas no fim de tudo o homem escapou, e embora lhe desse «Nosso Senhor saude ao corpo», com grande pena de Anchieta não mostrou interesse pela sua salvação espiritual.

Ainda mais estranho incidente foi o da criança enterrada. Uma manhã, enquanto rezava matinas de joelhos, José ouviu vozes e um trabalho de pá fora da cabana. Como muitas vezes mulheres índias costumavam sentar-se ali a fazer vasos, ao princípio não fez caso. Desta vez, porém, parecia haver algo mais do que a costumada tagarelice; por isso quando acabou as orações, perguntou o que houvera a uma mulher que passava. Tinham estado a enterrar uma criança, respondeu ela, e contou-lhe tudo o que sabia do caso.

Uma mulher acabara de dar à luz um lindo rapaz e a sogra enterrara-o vivo! Mas porque se fizera coisa tão horrível? Porque a criança era «*marabá*»—filho de dois homens! O pai do pequeno abandonara a mãe, e enquanto ela estava grávida dele casara com outro homem. Filhos desses eram malditos e era desonra deixá-los viver. Enterravam-se simplesmente ao nascer.

Salvasse-se ao menos a alma! Anchieta molhou um pano em água e correu a desenterrar a criança e a baptizá-la se ainda estivesse viva. Ela ainda mexia ao

de leve, pelo que José executou o rito sagrado, pensando deixar ali a criança porque parecia a ponto de morrer. As mulheres disseram com indiferença que podia viver ainda todo o dia. Às vezes viviam!

Com grande espanto dos circunstantes de coração empedernido, o horrorizado José começou a desenterrar o corpinho ainda meio enterrado. As mulheres reuniram-se à volta de boca aberta. Um homem apareceu com uma clava para esmagar a cabeça do menino e acabar com ele, mas Anchieta desviou-o, dizendo que adoptaria a criancinha por filho!

Ao ouvirem isto, as mulheres ficaram perdidas de riso, «dizendo que já o Padre tinha filho»![1] E sacudiam o corpo de alegria. Em vão José implorou que lavassem a frágil criaturinha. Nenhuma delas lhe quis tocar.

Por isso José pegou na criança com as suas mãos desabituadas, deitou-o num pano e «comecei a limpar e lavar o melhor que pude». O cordão umbilical estava ainda por cortar, e «como quer que eu soubesse pouco do ofício de parteira», cortá-lo-ia demasiado curto se uma velha não lhe detivesse a mão, dizendo-lhe que não cortasse por aquele sítio senão a criança morreria, e «me ensinou a cortar finalmente».

Embrulhou a criancinha no pano e entregou-a a uma das mulheres do seu hospedeiro que consentiu em criá-la para ele, e durante algum tempo várias mulheres a alimentaram ao seu peito; mas quando a brincadeira começou a tornar-se insípida, aborreceram-se do ofício, ao que parece, pois a criança viveu só um mês. Anchieta diz que morreu de fome. «Na verdade, conclui ele, teve siso em fugir de gente tão má e ir-se ao ceu gozar de seu Criador»!

Tais foram os incidentes que vieram animar os longos dias monótonos, mas não podiam encher todo

(1) *Ibid.*, pág. 218.

o seu vazio. Para ocupar o espírito e evitar as tentações nascidas das horas de lazer, José compôs uma Vida da Virgem em versos latinos.

Não tinha consigo papel, nem pena, nem tinta. Para a sua obra sobreviver teria de a trazer na cabeça. Por isso compôs a sua *magnum opus* a passear na praia deserta. Os índios, à distância, observavam e admiravam-se, enquanto a figura solitária passeava, com um pássaro manso empoleirado nos seus ombros. À medida que os hexâmetros se formavam na sua cabeça, ele curvava-se e escrevia-os com o dedo na areia. A escrita era apagada pela maré, mas o acto fixara-lhe os versos na memória. Assim nasceu e se salvou um *pæan* de extensão extraordinária que mais tarde encheu de admiração os contemporâneos.

A 6 de Julho deu-se o regresso do grupo que levara Nóbrega a São Vicente, o qual caiu como uma bomba. Chegaram nas suas canoas a toda a velocidade e com grande agitação. Tinham fugido, gritaram eles, senão teriam sido trucidados pelos portugueses! Que acontecera? Eis a história que contavam.

Tinham estado à espera em Beriquioca, perto de Santos, prontos a juntar-se aos cristãos numa expedição contra os Tupis, quando chegou um escravo tamoio a dizer que fugira de São Vicente. Depois revelou todo o plano nefando!

— «Venho a vos dar aviso, meus parentes, disse ele, porque lhes quero bem e não queria que vos matassem. Sabei que logo de manhã vos hão de matar os Christãos todos» [1]. E já tinham começado a fazê-lo. Um jovem tamoio que desaparecera do meio deles havia algum tempo tinha sido apanhado pelos portugueses, que lhe esmigalharam a cabeça!

E aqui estava o que lhe acontecera! Os seus

(1) *Ibid.*, pág. 220

amigos já se perguntavam onde estava ele. Mas, estava lá o refém de Iperoig?

— «Como nos hão de matar se está o padre?» Aquilo não tinha qualquer importância, declarou o informador. Os padres não se preocupam com as vidas. É seu costume arriscar-se a coisas destas.

Os índios, sempre suspeitosos como um cavalo esquivo, tinham ouvido o bastante. Saltaram para as canoas e afastaram-se. Só o velho e robusto chefe Cunhambeba ficou. Ele não acreditava na história do fugitivo.

Os outros dirigiram-se ràpidamente para Iperoig — «Mandavas-nos a tua terra para que nos matassem a todos?», gritaram eles para Anchieta.

— «Eu não costumo dizer mentiras, respondeu José com toda a calma, mas trato verdade com vos outros; se os meus por ventura vos quiseram fazer traição, para isto estou aqui eu só morrerei»!

Havia sempre qualquer coisa na sua serenidade que os hipnotizava. Durante vários dias Iperoig ferveu como uma panela ao lume, mas contudo ninguém pôs mão no refém ou no seu companheiro.

Depois, um dia, inesperadamente no meio do drama, o rapaz desaparecido, e que diziam assassinado, apareceu cheio de saúde e contente como se nada lhe tivesse acontecido. Onde estivera ele? Simplesmente a caminho da sua terra. Em São Vicente ninguém lhe pusera mão. Fora tomado daquele súbito mal-estar que às vezes ataca os índios que se encontram entre os brancos. Por isso fugira e se dirigira a Iperoig através da floresta e pela costa. Demorara um mês no caminho.

O velho Pindobuçu pegou na sua clava e desatou a dar pancada para todos os lados. Bastava de disparates! E batia no peito e com os pés no chão e berrava contra os descontentes do Rio de Janeiro. Que ninguém

causasse mais perturbação na sua aldeia! berrava ele. Concordava com a paz e respeitá-la-ia. Quanto a Anchieta — «Este é o que trata as cousas de Deus e o verdadeiro mestre dos Cristãos; se lhe fazem algum mal, logo nos ha Deus de destruir a todos» (1).

E acrescentou:

— «Filho José, não tenhas medo, que eu não hei de consentir que te matem porque bem sei que falas verdade».

Em recompensa por ele tomar a seu cargo a defesa do seu servo, Pindobuçu esperava que Deus lhe prolongaria a vida.

A atitude decidida do velho chefe parece ter aterrado os homens de Guanabara. Desde que José não podia considerar-se comestível, consolaram-se banqueteando-se com um inimigo que tinham preso numa aldeia vizinha. Com grande risco seu e preocupação de Pindobuçu, José seguiu-os até lá para ver se poderia converter a vítima.

Todavia este homem desprezou o baptismo. Proclamou que desejava morrer duma esplêndida morte em frente dos seus inimigos.

— «Matai-me, gritou ele enquanto avançava preso por quatro cordas compridas, que bem tendes de que vos vingar em mim, que eu comi fulano vosso pai, a tal vosso irmão, e a tal vosso filho!»

E continuou a enumerar todos os que tinha devorado, como se fosse ele o matador e não o que havia de morrer. No final, enfurecera de tal modo os seus inimigos, que se precipitaram ao mesmo tempo sobre ele e o mataram. Assim morreu como queria — guerreiro pagão até ao fim, e isso, diz José com tristeza, era o que ele preferia à salvação da sua alma.

Para complicar ainda as coisas, António Dias

(1) *Ibid*, pág. 223.

adoeceu. Durante vários dias esteve completamente inutilizado, impossibilitado de servir-se das mãos ou dos pés; «fiz-lhe eu os remédios que pude», diz Anchieta, mas não tinha à mão nada que servisse, e a comida era um problema. Sempre fora difícil, porque os índios umas vezes traziam-lhe comida, outras não. José andou pelas aldeias a pedir um frango para o doente, e assim viveram dia a dia, umas vezes bem, outras mal, até que António Dias melhorou.

José apreciava muito a sua companhia, mas a sua presença era uma grave fonte de preocupações. Os índios não lhe atribuíam poderes sobrenaturais, e ele possuía coisas materiais que eles cobiçavam. As ferramentas e as contas e outros objectos que trouxera na esperança de resgatar a família eram disputados enèrgicamente. Todos os que tinham perdido um parente em qualquer combate com os brancos apareciam a reclamar a compensação. António Dias foi obrigado a distribuir os seus bens por completo, e cada homem ainda pediu mais.

— «A mim não deram foice», queixava-se um. «Nem a mim tal», berrava logo outro. «Nem a mim tal»!

Em geral era Pindobuçu a única pessoa que abastecia os brancos de alimentos, e fazia-o por consideração para com Anchieta.

— «Não quero que façam mal a este», [1] dizia ele com todo o cuidado aos seus homens. Aparentemente não se importava com o que acontecesse a António Dias, «o que me era causa de grande angústia», escreve Anchieta. E resolveu que não matariam o seu amigo sem o matarem a ele primeiro, fazendo tudo o que pôde para elevar o prestígio do pedreiro:

— «Este é o que faz as igrejas de Deus, disse ele a

(1) *Ibid*, pág. 2:9.

Pindobuçu; se lhe fazem algum mal, tanto se ha de enojar Deus contra vós outros como se fizessem a mim».

Seria realmente assim? perguntou Pindobuçu, que adquirira um respeito total pelo Deus de Anchieta.

— «Assim? Dize-lhe que não tenha medo que se venha sempre á minha casa comer».

E concedeu-se assim a António Dias o direito de existir, mas direito precário, mesmo para Anchieta, apesar de o suporem muito influente nas esferas celestes. Era de esperar que um índio não embriagado tivesse isto em consideração, mas frequentemente os índios embriagavam-se. Esta gente, diz Anchieta, «quasi sempre anda quente de vinho». Durante dias e noites a fio os homens e as mulheres bebiam, cantando e rugindo como gente dementada. Nessas ocasiões os brancos não sabiam para onde ir. José diz que passou a maior parte duma noite fria de pé e a tiritar à chuva fora da cabana, à espera que se acalmasse a orgia de bêbados que ia lá dentro. Quando já não podia suportar aquilo por mais tempo, dirigiu-se de rastos para a fogueira e viu que os festeiros, cegos pela embriaguez, não deram fé. É realmente para admirar que ele e António Dias escapassem sem a cabeça partida durante qualquer dessas bacanais.

O regresso de Cunhambeba de São Vicente veio aliviar a tensão de tantos dias. Sim, disse ele, a paz com os portugueses estava finalmente firmada! P.e Nóbrega conseguira-o, reunindo os tamoios com os tupis cristãos na igreja e fazendo-os abraçar-se uns aos outros e esquecer o passado. Agora eram irmãos e juntos podiam atacar os rebeldes!

A notícia foi recebida com grande alegria e todos os homens se prepararam para partir para São Vicente. Pindobuçu ia seguir numa esplêndida barca que um francês dera a um amigo seu recentemente regressado

do Rio de Janeiro. José pediu-lhe para levar António Dias com ele.

Mas José não devia ir! gritaram as mulheres. Por afeição? Não era isso. Elas não queriam que não ficasse ninguém sobre que pudessem vingar-se se os seus maridos tivessem luta em São Vicente.

José afirmou-lhes que por então ficava. Era refém e não abandonaria o seu posto se o não deixassem ir de boa vontade.

António Dias partiu — não sabemos se alguma vez resgatou a mulher e os filhos — José ficou em Iperoig, «encomendando a Deus seu caminho, diz ele, e esperando que endireitasse o meu». (1)

O P.e Nóbrega obrigara Cunhambeba a prometer levar Anchieta. Quando lho recordavam, o chefe disse:

— «Verdade é que prometi, se os mancebos cá fossem contentes disso».

Ao contrário das outras mulheres, a mulher de Cunhambeba não pôs qualquer objecção.

— «Leva-o», disse ela, aliás os do Rio podiam voltar e matá-lo-iam.

Cunhambeba teve conselho com os homens que tinham ficado, e José retirou-se para outra aldeia para os deixar deliberar à vontade, dizendo-lhes que lhe mandassem recado se resolvessem que ele devia embarcar.

Dois dias depois chegou a almejada ordem de libertação. Os homens tinham concordado em que não havia risco; a paz parecia firme e estável, e o refém podia voltar a casa.

José prometeu à mulher de Pindobuçu que voltaria um dia, para garantia do que lhe deixou alguns livros e pequenas coisas guardadas numa caixa, e fechando-a entregou-lhe a chave. Ela ficou muito triste

(1) *Ibid.*, pág. 231.

por o deixar ir, ao que parece, porque se habituara a amá-lo como filho.

A 22 de Setembro José de Anchieta partiu finalmente deixando aquela costa bravia e pedregosa onde passara seis meses que não podia esquecer, e adquirira experiência dos costumes índios que lhe serviriam durante toda a sua carreira missionária.

A viagem ao longo da costa foi agitada, porque se levantaram fortes ventanias e a canoa quase se afundou. José diz que nunca sentira tão perto a morte, nem em todos os momentos de alarme que tivera no passado; mas Cunhambeba e os seus homens eram remadores experimentados e levaram o barco a salvamento, embora «a água nos dava pela cara e boca já coalhada e feita de sal» (1).

Desta maneira se negociou e confirmou a paz de Iperoig — paz que os tamoios da região observaram fielmente, ambora nunca fosse aceita pelos de Guanabara.

O ajuste de contas ia chegar com o regresso de Mem de Sá ao Rio de Janeiro.

(1) *Ibid.*, pág. 233.

XXIII

A Fundação do Rio de Janeiro

Se Villegagnon tinha um sobrinho, também Mem de Sá tinha um. Diziam que o jovem Estácio era homem de valor e prudência, pelo que a rainha regente o mandou chamar depois de receber informações do Brasil.

Ela disse-lhe que o tio procedera muito bem. Estava muitíssimo satisfeita por saber que a fortaleza de Villegagnon fora destruída. Mas Mem de Sá não explorara bastante a vitória. Nunca devia ter deixado o Rio de Janeiro desocupado. O governador tinha de voltar e fundar uma cidade junto daquela costa, expulsando primeiro todos os franceses que ainda restavam.

Assim se conservaram ainda as relações franco-portuguesas com o seu paradoxo. Ao mesmo tempo que a rainha D. Catarina felicitava Mem de Sá por ter arrasado a fortaleza de Villegagnon, este andava a reclamar uma indemnização pelas costumadas vias diplomáticas. E o governo português estava inclinado a dar-lha de boa vontade! Não porque a reclamação se baseasse em qualquer fundamento sério, escreveu de

Paris João Pereira d'Antas, mas seria para lamentar que a «Yndignação e hodyo» (1) pudessem surgir entre as duas nações, ou «menos amor e amizade» a dirigirem as suas relações. Além disso — «Monseor de Villaganhão» era tão bom católico (!), e «zelloso da Relligião como he», um favor desses podia fazer-se-lhe.

De nenhum dos lados parece que alguém se importasse com que a indignação e o ódio pudessem nascer entre os seus respectivos súbditos do Brasil. Para se precaver de toda e qualquer repetição da escapada do estimável Villegagnon, a rainha mandou equipar dois galeões de guerra, e o jovem Estácio de Sá com eles para ir ter com o tio no Brasil e tomarem posse da baía do Rio de Janeiro.

Estácio chegou à Baía nos fins de 1563. Seu tio recebeu-o com alegria e preparou-se logo para reunir todas as forças que pudesse para a expedição. Aos galeões juntaram-se seis ou sete navios que andavam na costa brasileira, mas a questão do potencial humano constituía um problema. Era preciso mandar soldados a combater na baía de Guanabara, mas os que havia não chegavam. Também se precisava de colonos, porque não podia haver uma cidade sem habitantes. No Brasil não existiam regiões superpovoadas aonde se pudessem ir buscar, pelo que Estácio recebeu instruções para visitar outras capitanias quando se dirigisse para o sul e recolher os que quisessem ir, ou quaisquer índios amigos que desejassem seguir para ali.

Mem de Sá também devia ter partido, mas toda a gente do Salvador implorou ao governador que não a deixasse. Estácio era muitíssimo competente; o ouvidor Brás Fragoso iria com ele, e havia o P.e Nóbrega em

(1) Carta de João Pereira d'Antas para el Rei, escrita de Paris, 10 de Janeiro de 1563. *Corpo Cron.* Parte I Maço 106, doc. 45.

São Vicente que, só por si, valia uma hoste. Mem de Sá convenceu o sobrinho a deixar-se guiar em tudo pelos conselhos de Nóbrega.

O plano de acção consistia em entrar em som de guerra no Rio de Janeiro, fazer o reconhecimento dos arredores e atrair os navios franceses que ali estivessem para o mar com o fim de destruí-los. Todavia era necessário o maior cuidado para não molestar os Tamoios que, ao que se supunha, se conservavam em paz.

No Espírito Santo receberam-se reforços. O lugar-tenente do capitão, Belchior de Azevedo, chegou trazendo com ele o valente chefe índio Araribóia. Este homem, um dos refugiados que subira a costa com Maracajá — o Grande Gato — sentia-se contente por obter a oportunidade de voltar à sua antiga terra. Martim Afonso Araribóia — para lhe darmos o seu nome de baptismo, porque ele fizera-se cristão —, tal como o sou homónimo Martim Afonso Tibiriça de Piratininga, tornou-se conhecido como guerreiro valoroso ao lado dos portugueses, sendo mais tarde recompensado pelo rei com o ambicionado hábito de Cristo.

Da entrada de Guanabara Estácio mandou um batel a São Vicente a buscar o P.e Nóbrega. Entretanto, convencido de que a paz havia sido aceita por todos os tamoios, alguns homens desembarcaram dentro da baía para irem à procura de água do delicioso rio Carioca, sendo ali assaltados por canoas dos inimigos, que os mataram.

E havia outros à espreita. Navegando à volta da baía, os portugueses puderam ver todas as ilhotas cobertas de canoas, armadas e prontas a atacar, enquanto todas as praias estavam coalhadas de guerreiros índios pintados e emplumados, brandindo arcos, batendo com os pés, disparando setas para o ar, berrando em ar de desafio.

Deram-se algumas escaramuças, mas nem o ini-

migo se deixou atrair para longe da costa, nem Estácio conseguiu que os seus batéis desembarcassem as suas tropas em grande número. Pensou em ir a São Vicente para reunir pequenas embarcações — mas São Vicente estava em guerra, conforme o informou um cativo tamoio!

Era por isso que o P.e Nóbrega se demorava? Mais uma razão para seguirem para o sul para o socorrerem. A esquadra pôs-se a caminho, mas uma tempestade obrigou-a a voltar para trás. Tornaram a entrar na baía e ali encontraram o P.e Nóbrega que acabara de chegar com o irmão José de Anchieta.

Era a manhã de Páscoa. Desembarcaram todos juntos na ilha abandonada de Villegagnon. O P.e Nóbrega disse ali missa e depois ele e o càpitão consideraram a situação.

As notícias que tinham vindo de São Vicente, disse Nóbrega, eram absolutamente falsas. A colónia sofrera algumas incursões índias, mas não se estava em guerra, e os índios de Iperoig tinham sido leais para com a paz.

Mas os do Rio de Janeiro? Era perfeitamente evidente que eles queriam que os considerassem de fora! Nóbrega deu de conselho que toda a armada fosse primeiro a São Vicente, onde a campanha podia ser preparada com mais cuidado, se poderia abastecer e obter-se mais embarcações para se efectuar o desembarque, e ainda recrutar-se mais homens.

Em Santos e em São Vicente a gente sensata abanou a cabeça. Que é que o jovem Estácio pensava fazer? Como podia fundar-se uma cidade com algumas dezenas de homens, quando todas as florestas e as montanhas circunvizinhas estavam eriçadas de inimigos à espreita? Trazia consigo homens de armas experimentados vindos de Portugal? Ora! ora! Para que serviam eles? Não conheciam a terra, o clima era-lhes estranho,

não tinham qualquer experiência da arte da guerra dos índios! E os índios tamoios eram os inimigos mais perigosos de todos, os mais ferozes e os mais bravos, e tinham com eles grande número de franceses que os haviam ensinado a manejar as armas dos brancos. Muitos sabiam disparar uma espingarda com tanta perícia como um mosqueteiro europeu.

Pensara ele nos abastecimentos de comestíveis? Santos e São Vicente sentiam a falta de provisões. As que tinham vindo na armada eram insuficientes para qualquer campanha prolongada. Não fossem eles imaginar que podiam viver do que produzia o país! Não se podia obter mandioca e caça daquelas florestas hostis. Que perspectiva seria de esperar de um punhado de homens nas margens hostis da baía de Guanabara, senão um morticínio geral ou a morte lenta pela fome? Provàvelmente as duas coisas!

Estácio contradisse estes argumentos o melhor que pôde, mas havia ocasiões em que eles o faziam pensar. No fim de contas, também ele era novo no Brasil, e os pessimistas eram antigos residentes.

— Padre Nóbrega, disse ele um dia ao seu conselheiro. «Que conta darei a Deus e a El-Rei, se deitar a perder esta armada?» (1).

— Senhor, respondeu Nóbrega, com serenidade e firmeza. «Eu darei conta a Deus de tudo e se for necessario, irei deante d'El-Rei a responder por vós».

O P.e Nóbrega não tinha dúvidas. Mais do que ninguém, ele tinha feito sua a empresa. Pensara muito nela e rezara, estando absolutamente convencido de que o Senhor queria que se edificasse uma cidade no Rio de Janeiro — cidade de onde o Evangelho podia irradiar para as bravias tribos de tamoios até então não tocadas, o que poderia libertar os homens de

(1) António Franco, *Vida de Nóbrega*, in - «Cartas do Brasil», pág. 52.

São Vicente do espectro sangrento que lhes assaltava as costas.

Ninguém trabalhou tanto como Nóbrega para despertar o entusiasmo pela campanha. Ele disse que esta devia empreender-se para glória de Deus e honra de Portugal. Entre Santos e São Vicente, distante duas léguas, a subir os caminhos íngremes que levavam às alturas de Piratininga, este homem esquelético e de aspecto alquebrado andava dum lado para o outro a pé, recrutando homens, arranjando abastecimentos, aconselhando e animando o capitão. Indivíduos enfadados maldiziam entre dentes esta figura espectral, consumida pela energia que levava tudo adiante do seu dinamismo:

— «Cá vem o tyrano, resmungavam eles, demónio, Pharaó, que nos tem quasi captivos!» P.e Nóbrega passava e fingia não ouvir, não afrouxando em nada os seus esforços.

Procurava aliciar todos os homens capazes. Aos que alegavam pobreza e encargos de família, emprestava dinheiro das quantias que a magnificência real concedera ao Colégio dos Jesuítas. Convenceu os conversos índios a alistarem-se e também foram levados muitos mancebos valentes, uns para auxiliarem na luta, outros para se fixarem na terra a conquistar.

Nóbrega também tomou ao seu cuidado os soldados que Estácio de Sá trouxera com ele de Portugal e que estranhavam o meio. Com palavras vivas deu-lhes coragem; a casa dos Jesuítas de São Vicente tornou-se para eles um lar fora da pátria, e Nóbrega levou-os à vez com o seu capitão até aos belos campos de Piratininga. Aí nas alturas arejadas, gozaram dias dum ambiente diferente e descansaram no Colégio já rodeado de jardins e de pomares cheios de frutos. Aí viram os índios das aldeias próximas, amigos e convertidos e quase civilizados e adestrados no uso dos armamentos da Europa. Tudo aquilo era reanimador.

A baía do Rio de Janeiro e a cidade de S. Sebastião
Do códice quinhentista da Biblioteca da Ajuda, "Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, que há na costa do Brasil".

Enquanto esteve em Piratininga, Nóbrega mandou os seus emissários às tribos tupis que dantes tinham causado preocupações, dizendo-lhes que o principal capitão chegara e daria salvo-conduto a quem quisesse a paz. Os chefes, já cansados da guerra, ficaram contentes por se submeterem. Assim reinou a tranquilidade mais uma vez e os catecúmenos vieram à instrução.

Com o moral completamente reanimado por esta digressão pela montanha, Estácio e os seus homens desceram à planície, trazendo para a armada provisões de Piratininga. Da Baía e do Espírito Santo mandaram-se vir mais mantimentos. Muitas canoas tripuladas pelos mamelucos preparavam-se para sair para o mar; mas todos estes preparativos levaram forçosamente meses.

Foi em Janeiro de 1565 que a armada saiu finalmente de São Vicente, levando 200 homens e abastecimentos para três meses, «que era bem pouco para se poder povoar o Rio» (1), escreve Anchieta, mas tal como estava tinha de servir.

O próprio irmão José seguiu na armada encarregado dos índios, quer de Piratininga, quer do contingente de Araribóia do Espírito Santo. Ninguém sabia melhor como se havia de tratar com eles, ou tinha mais possibilidades de se lhes dirigir na sua própria língua. Mas José não estava ainda ordenado e tinha de haver um capelão junto das tropas e também para os índios. Por isso, Nóbrega escolheu o P.e Gonçalo de Oliveira, que fora criado no Brasil e ensinado por José em latim, para receber a sua ordenação, recente. A situação de um professor, com um antigo aluno agora seu superior eclesiástico, seria embaraçosa entre homens menos devotados do que aqueles dois, mas cada um deles ficou satisfeito por obedecer às determinações de Nóbrega — que José obedecesse às ordens do P.e Gon-

(1) *Cartas de Anchieta* pág. 246.

çalo, enquanto este deveria respeitar o mestre que o ensinara.

A esquadra partiu no dia 20 de Janeiro — festa do mártir S. Sebastião. A todos pareceu um dia auspicioso: não era também o nome do seu jovem rei? S. Sebastião seria o patrono desta empresa!

Até onde podemos chegar — porque os relatos não são muito claros — as forças constavam dos dois galeões atrás citados, um navio francês capturado ao largo da costa, cinco embarcações mais pequenas, três das quais a remos, e cerca de oito canoas.

Parece que houve certa dificuldade em aprontar a partida ao mesmo tempo e em os conservar juntos enquanto subiam a costa. Os ventos eram contrários, a capitaina era um barco vagaroso e ficava para trás. Quando a terra dos Tamoios se aproximava, tornou-se necessário que os barcos maiores escoltassem as canoas, e estas tinham de varar em qualquer ilha todas as noites.

Além da Ilha Grande — em frente da actual Angra dos Reis — parte da armada teve de aguardar muitos dias a capitania que mal podia lutar com o tempo. Os índios e os mamelucos estavam a ficar aborrecidos e também tinham fome. Assaltaram uma aldeia dos Tamoios à procura de comida, na ilha caçavam macacos e *cotias* e pescavam; arranjaram assim com que subsistir, mas os barcos que esperavam em outras ilhas tiveram menos sorte e viveram cinco ou seis dias de peixe e de palmitos.

Os índios vindos do Espírito Santos já protestavam e diziam que voltavam à sua terra, sendo precisa toda a eloquência de José para impedir que fugissem. Ele incitou-os a terem fé em Deus, que os havia de ajudar. Felizmente, para confirmar as suas palavras, chegaram três barcos da Baía carregados de provisões e no dia seguinte apareceu a capitaina com outro navio que vinha juntar-se-lhes.

Com isto os espíritos desanimados reanimaram-se. A esquadra reunida entrou na encantadora baía, e as tropas desembarcaram «como quem entrava em sua terra» [1].

O local escolhido por Estácio foi o que é hoje conhecido pela Praia Vermelha, por detrás do Pão de Açúcar, no sopé do rochedo denominado Urca. A situação era a de uma fortaleza natural — uma língua de terra entre as ondas do Atlântico que vinham quebrar-se na pequena praia limitada por rochedos inacessíveis, e as águas tranquilas duma pequena enseada fechada — o moderno Botafogo. Do outro lado, cor de púrpura, lisas e perpendiculares, erguiam-se muralhas de granito que nem mesmo uma cabra podia escalar para alcançar os jardins de verdura que ondulavam lá em cima. Estácio propôs-se fundar ali a sua cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Foi no dia 1 de Março de 1565 que toda a gente começou a trabalhar. Com grande fervor cada homem pegou na sua enxada e começou a limpar mato e a abater árvores para construírem uma paliçada a toda a volta. Uns serravam madeira, outros transportavam-na, outros acarretavám terra e pedras. Desde o capitão até ao mais pequeno, todos trabalhavam com as suas mãos «sem haver nenhum que a isso repugnasse».

O abastecimento de água parecia um problema, porque o cristalino ribeiro Carioca ficava longe. Ali apenas havia um charco de água salobra, mas por felicidade choveu todos os dias — a chuva abundante do mês de Março — e recolheu-se água fresca em toda a parte, em poças, e assim todos beberam.

Era difícil haver saúde com água dessa, mas o operoso José Adorno, que viera da sua casa de São Vicente, e Pedro Martins Namorado, abriram um

(1) *Ibid.*, pág. 249.

grande poço. Melhor ainda do que isso, mais tarde descobriu-se uma pequena nascente de água pura brotando dum rochedo e «todos se alegraram muito». Diz Anchietá que eles achavam-se «particularmente favorecidos da Divina Providencia» (1). Mais do que nunca, todos estavam resolvidos a levar a sua tarefa até final.

Enquanto os tamoios andavam pelos arredores em escaramuças e fazendo emboscadas, levantaram-se trabalhos defensivos e construíram-se algumas barracas de palha. No dia 6 de Março um índio desgarrado dos recrutas de Estácio foi surpreendido pelo inimigo à espreita e levado. Os portugueses lançaram as suas canoas em perseguição e expulsaram os tamoios afugentando-os para a floresta. Os índios fugiram abandonando o prisioneiro, as canoas e as armas. As tropas ficaram muito contentes com este primeiro êxito, e a partir de então, diz Anchieta, os tamoios tiveram o cuidado de se conservar longe, excepto quando podiam atacar em grande força.

Quatro dias mais tarde um navio francês foi avistado dentro da baía, a cerca de légua e meia do acampamento. Estácio levou quatro das suas embarcações e os homens que pôde tirar sem prejuízo à muralha que se levantava, e avançou para o combate. Os tamoios, de observação à distância, mal viram o capitão partir, saltaram logo sobre o acampamento com 48 canoas. Debaixo duma nuvem de setas, os defensores combateram desesperadamente. As muralhas estavam ainda por acabar e eles não tinham baluartes nem torres onde refugiar-se. Mas «Ajudou-nos Nosso Senhor», (2) escreve José. O inimigo foi expulso do acampamento e as canoas fugiram em desordem.

(1) *Ibid.*, pág. 249.
(2) *Ibid.*, pág. 250.

Quanto ao navio francês, rendeu-se sem disparar um tiro. O capitão disse que eram apenas pobres mercadores que tinham vindo ganhar a sua vida. Os portugueses prometeram deixá-los ir em paz se abandonassem a artilharia e pólvora. Eles consentiram nisso, sendo exactamente o que Estácio queria para completar a sua defesa. Nesta ocasião franceses e portugueses parece terem-se despedido à boa paz; o capitão deixou mesmo cartas para os seus compatriotas que estavam em terra, a insistir por que abandonassem os tamoios e se aliassem aos cristãos.

Esta sugestão encontrou pouco apoio entre os aventureiros da floresta. Alguns eram huguenotes de Villegagnon que, naturalmente, não queriam entregar-se para serem queimados como hereges. Outros, e sem dúvida a maioria, tinham regressado à vida primitiva havia muitos anos. Usavam penas e tatuagens como os guerreiros índios, vestiam o mínimo de roupas ou mesmo nenhumas, matavam os seus inimigos segundo os ritos índios, embora ainda não comessem carne humana. Parece que havia uns trinta homens destes entre os índios de Guanabara, sendo estes os mentores da ofensiva.

Todos os dias havia recontros e emboscadas mas raras vezes uma batalha geral. Era uma guerra de atritos em que de nenhum dos lados se tirava qualquer vantagem. Os recrutas de outras capitanias começaram a impacientar-se: havia mais de um ano que alguns deles tinham deixado as suas casas e a ausência do proprietário no Brasil primitivo geralmente terminava em prejuízo ou desastre. Mas ninguém podia ser dispensado na jovem cidade de São Sebastião, ainda a lutar pela sua existência. Apesar disso, os seus defensores teriam fugido um a um se não fosse Estácio de Sá.

O mancebo mostrou reais dotes de comando. Amigo afável para com toda a gente, incansável dia e

noite, sempre nos lugares onde era preciso, sempre pronto a dizer a palavra necessária de incitamento, ele mantinha os seus homens unidos e animava-os com a esperança certa do auxílio que viria de Portugal logo que o rei soubesse que se tinha posto o pé no Rio de Janeiro. O governador enviaria para o reino um relatório de tudo aquilo que eles tinham feito, porque o saberia por Anchieta. José ia partir do Rio para a Baía no dia 31 de Março para ser ordenado por D. Pedro Leitão, o bispo que sucedera ao infeliz D. Pedro Fernandes Sardinha.

José diz que na ocasião em que partiu a «cidade» encontrava-se completamente cercada por muros de ripado e cal com torres de madeira e cobertas com telhas vindas de São Vicente. À volta destas muralhas já havia plantações de feijões e de inhame, e estavam a planear-se incursões nas aldeias dos tamoios para se roubar mandioca para plantar e comer, porque o abastecimento de víveres continuava a ser um problema.

Entretanto o inimigo andava evidentemente a preparar um ataque em larga escala. Tinham-se visto canoas e mais canoas a reunir-se na baía — Anchieta contou 80 antes de partir e constava que viriam muitas mais. Também se esperavam navios franceses. Tinham mandado recado para o cabo Frio, constantemente frequentado por navios franceses, para que os primeiros a chegar fossem ao Rio.

E foram. Um dia, em Junho, três navios à vela chegaram, num grande espavento com bandeiras de seda desfraldadas, tambores a rufar, e pífaros a tocar alegremente a bordo. Ao mesmo tempo toda a superfície da baía fervilhou com mais de 100 canoas tripuladas por um exército de guerreiros nus, pintados e emplumados, todos aos berros, aos urros e aos gritos a tocarem nas suas buzinas de ossos humanos,

enchendo os ares com nuvens de setas emplumadas de cores alegres.

Os portugueses responderam com a artilharia trovejante e os navios franceses responderam. Travou-se uma batalha violenta e demorada, mas Estácio de Sá repeliu o ataque ao seu refúgio e depois tornou à ofensiva. A capitaina francesa foi empurrada para os rochedos; mas salvou-se com a volta da maré. Os três navios bombardearam a cidade durante todo o dia, mas à noite fizeram-se ao mar. Na manhã seguinte Estácio partiu em sua perseguição, mas todos três fugiram porque tinham tido pesadas baixas e o capitão havia sido morto.

A vitória era completa — atribuída aos bons ofícios de São Sebastião — mas não ainda definitiva. O inimigo aguardava ainda outra oportunidade, constando que Bois-le-Comte, sobrinho de Villegagnon, voltava com reforços. Entretanto os dias passavam-se com incursões e contra-incursões. Muitas vezes os índios procuravam atrair os seus antagonistas a uma cilada. As reintrâncias e saliências da baía do Rio de Janeiro prestavam-se a essa espécie de manobra.

Um dia — véspera de São Sebastião! — um homem saiu num pequeno barco à procura de lenha. Os tamoios estavam à espreita por detrás duma língua de terra com 180 canoas, à espera duma oportunidade de obrigarem os portugueses a sair das suas defesas. Alguns deles avançaram e atacaram o barco isolado. Os homens de Estácio, lançando-se em socorro dele, repeliram-nos. As canoas índias viraram, aparentemente em fuga, os portugueses deram-lhes caça até que, de repente, encontraram-se cercados. Todos estavam preparados para vender cara a vida e bateram-se desesperadamente, mas a superioridade dos inimigos era esmagadora.

Os índios já estavam certos da vitória, quando uma chispa casual a bordo duma canoa portuguesa

lançou fogo à pólvora. Houve uma pavorosa detonação, ergueram-se chamas altas — a mulher dum chefe tamoio que estava com ele mesmo à beira, assustou-se e começou a gritar, e berrava de tal forma, que o pânico se apoderou de todas as fileiras de índios, a começar pelo marido. Todos fugiram tão depressa quanto o permitiam os remos. Os portugueses regressaram sãos e salvos, e agradeceram a Deus. Em lembrança desta libertação durante muitos anos realizou-se no Rio de Janeiro a «Festa das Canoas» no dia de São Sebastião.

Estes episódios eram animadores mas não davam grande resultado. Os portugueses, na sua fortaleza admiràvelmente defensível junto do Pão de Açúcar, não podiam ser desalojados, e os Tamoios tinham-se estabelecido fortemente aos milhares à volta da baía. A situação não tinha saída.

Estácio pudera, durante todo o tempo, manter o contacto com São Vicente, porque os tamoios de Iperoig conservavam-se leais à paz e assim as comunicações continuavam livres. Por isso iam e vinham canoas ao longo da costa. O P.e Nóbrega estava em constante contacto com Estácio de Sá e o P.e Gonçalo de Oliveira. Mandou capelães assistentes para substituir uns aos outros, enviou provisões para o exército o mais frequentemente que pôde, voluntários de São Vicente para substituir os que precisavam de voltar à sua terra, recrutou mais índios e reuniu mais canoas, e deu ao jovem capitão os seus conselhos e o seu apoio moral. Durante toda esta campanha, Nóbrega foi o poder por detrás da cena.

Entretanto, no Salvador, o governador e Anchieta tinham ambos escrito para o reino a insistir pela necessidade de reforços — «se agora se não leva a cabo esta obra, e se abre mão dela, dizia Anchieta, tarde ou nunca se tornará a cometer». (1)

(1) *Ibid.* pág. 253.

Outros tinham a mesma noção de urgência. O P.e Quirício Caxa escreveu da Baía ao Provincial de Portugal a implorar-lhe que influísse em Suas Altezas, a Rainha Regente e o Cardeal, para socorrerem o Rio o mais breve possível, «porque se não perca por negligência e descuido o que com tantos trabalhos como se cá sabe, se ganhou». E acrescenta que «si os merecimentos dos Capitães fazem alguma cousa para serem ajudados e favorecidos nas cousas arduas e grandes que emprehendem em serviço de seu Senhor e Rei, os de Estácio de Sá são taes quaes convem a um Capitão afamado por sua prudência e sizo pera detreminar-se e quando ha de accometter, e seu animo e esforço e constancia pera acometter e levar adiante o detreminado» (1).

De São Vicente também o P.e Leonardo do Vale insiste nas necessidades do Rio de Janeiro e nas privações que os soldados estavam ali a passar, «faltas de muitas cousas necessarias a quem de continuo peleja contra Francezes Lutheranos e tamoios em sua porpria terra, sendo tantos em numero que parece haver cento para cada um dos nossos, e ainda claramente se vê ser Deus o que peleja por nós, todavia parece tentá-lo estar esperando por sua grossa armada de França, sem ter munições nem outras cousas necessarias para resistir a quem ha de vir bem apercebido pera offender». (2)

O padre também dá uma ideia dos sacrifícios feitos por São Vicente. Não havia cirurgiões-barbeiros na terra, diz ele, porque todos tinham ido com o exército do Rio de Janeiro. Os discípulos índios da missão de Piratininga tinham deixado as suas terras e famílias para irem com Estácio de Sá, e estavam «sofrendo mui grandes trabalhos de dia e de noite por amor de

(1) Carta de Quirício Caxa, da Baía 13 de Julho de 1565 *Cartas Avulsas*, pág. 454.

(2) Carta de Leonardo do Vale, de 23 de Junho de 1565. *Ob. cit.*, pág. 448, 9.

nos» [1], e os brancos de Santos e de São Vicente tinham deixado as suas propriedades desprotegidas contra as incursões hostis.

Este estado de coisas não poderia manter-se indefinidamente. São Vicente não devia ficar arruinado por causa do Rio de Janeiro. Lisboa reagiu perante as notícias. Quando souberam o que se passava por Mem de Sá e por Nóbrega, os Regentes prepararam-se para fazerem tudo o que pudessem para levarem o caso a bom termo.

Mas tinha ainda de passar muito tempo. As distâncias eram enormes e as comunicações lentas. A luta para conservar a recém-fundada cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro prolongou-se por dois anos. A fome e as privações caíram em sorte aos sitiados, que as aceitaram com coragem. Sob o perigo, os homens semeavam e recolhiam as colheitas; com perigo das vidas lançavam as suas redes para pescarem; a vigília durante a noite e as guardas durante o dia nunca podiam afrouxar em frente dum inimigo que podia estar à espreita em qualquer moita, homens habituados a furar por qualquer caminho e para quem as emaranhadas plantas da floresta que revestiam todas as colinas se mostravam tão fáceis de atravessar como uma estrada larga, remadores para quem toda a enseada e toda a ilhota da baía eram familiares desde a juventude.

Queimados pelo sol dos trópicos, duma magreza esquelética, extenuados pelo trabalho incessante, os homens do exército de Estácio ainda se aguentavam, quando a 18 de Janeiro de 1567 apareceu uma vela no horizonte logo seguida por outra e outra! Seria aquela a armada de Bois-le-Comte? Mas estas velas traziam a cruz vermelha da Ordem de Cristo. Era finalmente a esquadra de Mem de Sá.

(1) *Ibidem*, pág 250.

Desta vez o governador viera em pessoa com três galeões armados acabados de chegar de Portugal e comandados por Cristóvão Cardoso de Barros, aos quais se tinha juntado toda a força naval do Brasil e todos os homens de armas que se puderam recrutar.

Também ali vinham reforços espirituais para P.e Gonçalo de Oliveira, que estivera muito tempo sòzinho, incansável com as suas orações e trabalhos em todas as horas de perigo. Ali vinha o P.e José de Anchieta, recém-ordenado, e com ele o bispo D. Pedro Leitão, homem tão estimado quanto o seu antecessor fora detestado. Com eles também tinha vindo o P.e Inácio de Azevedo, nomeado visitador da Companhia de Jesus, e mais quatro padres.

Confessadas, abençoadas e fortalecidas por exortações espirituais de homens tão santos, as tropas do governador e as de Estácio de Sá prepararam-se confiadamente para o assalto final a todas as posições inimigas. Por feliz coincidência, Mem de Sá chegara a Guanabara na véspera de São Sebastião. Que dia mais auspicioso podia ser marcado para a batalha senão o do santo que já tinha mostrado tanto favor pela empresa?

Dum monte que os portugueses tinham fortificado fora das muralhas, eles dominavam um panorama sobre a baía com todas as suas pequenas reintrâncias, enseadas e ilhas. Daqui eles podiam observar as evoluções do inimigo, que nesta ocasião possuía três fortalezas principais defendidas por torres e baluartes que os franceses lhes tinham ensinado a construir. Uma destas colinas, chamada Biroaçumirim (o actual Morro da Glória) ficava a certa distância da costa onde os portugueses tinham o seu campo. Outra era a grande ilha de Paranaguaçu (que havia de chamar-se ilha do Governador); a terceira parece não ter sido identificada, mas era também muito forte.

Mem de Sá resolveu começar as operações em

Biroaçumirim. No dia 20 de Janeiro avançaram com fé e esperança. São Sebastião havia de os ajudar!

A sua confiança justificou-se. A luta travou-se violenta, mas os índios acabaram por ser postos em debandada, e os seus aliados franceses — cinco ou seis — foram capturados e enforcados para que todos vissem o castigo, enquanto a perseguição se levava até ao interior da ilha.

A cidadela era, de certo modo, mais difícil de tomar. Meteram artilharia nos barcos e puseram-na em bateria na praia. A posição foi violentamente disputada, mas também aqui as tropas de Mem de Sá saíram vitoriosas e a grande ilha caiu nas suas mãos. Depois disto o terceiro combate tomou-se uma espécie de passeio e a vitória completou-se.

Assim a longa campanha de Estácio de Sá terminou gloriosamente, mas também terminou a carreira prometedora do jovem capitão. Uma seta tinha-lhe atravessado a face no primeiro combate de Biroaçumirim. Um cirurgião competente talvez pudesse tê-lo salvado, porque ele ainda viveu um mês, mas os recursos eram poucos e as feridas graves não saravam fàcilmente no Rio de Janeiro, com o calor do verão. Com exéquias solenes e muitas lágrimas, porque ele era profundamente amado de todos, o jovem Estácio de Sá foi sepultado à sombra do Pão de Açúcar na capela de colmo da colónia que ele defendera com tanta valentia e que já começava a ser chamada «Vila Velha.»

Mem de Sá resolvera edificar a cidade num local mais espaçoso, mais para o interior da baía. Não longe de Biroaçumirim havia uma colina encantadora, coberta de arvoredo e junto da praia, que dava para as águas da ampla baía de Guanabara, desde a estreita boca do Atlântico entre imponentes rochedos até grande distância lá para o interior, onde elas se perdiam no meio de pântanos sob a silhueta azul da fantástica serra dos Órgãos.

Ali poderia levantar-se uma cidadela perfeita, exactamente dominando o melhor ancoradouro de toda a baía. Ali fundou Mem de Sá a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. «Morro do Castelo» foi o nome dado por uma geração posterior a este monte, em que nasceu uma das maiores capitais do mundo, mas que em tempos recentes os filhos dessa mesma cidade, em nome do urbanismo, arrasaram impiedosamente.

Nesta elevação airosa, começou a edificação do Rio de Janeiro a 1 de Março de 1567. Aqueles pioneiros de há 400 anos foram homens de visão larga. Consideraram um monte coberto de mato denso e de árvores enormes, acima dum deserto de enseadas e pântanos, no sopé de montanhas jamais escaladas e que barravam o caminho para um interior desconhecido, e enquanto cortavam o mato e levantavam cabanas feitas de material que tinham à mão, já pensavam em Catedrais e em Câmaras Municipais.

O Rio de Janeiro havia de ser uma cidade episcopal. Ao mesmo tempo que se construíam as primeiras cabanas, o governador lançou os fundamentos da «Sé», cujas paredes deviam de ser de greda, mas delineou-a com três naves, telhados de telha e «muito bem concertada» por dentro.

Ràpidamente ergueram-se os edifícios seculares. Umas 150 pessoas, com mulheres e famílias (supomos que as mulheres eram índias na sua maior parte) dispuseram-se a viver no Rio de Janeiro. Mem de Sá nomeou a Vereação com os seus tesoureiros e magistrados, e concedeu «sesmarias» para se cultivarem até légua e meia à volta do morro.

Com a armada tinham vindo alguns mercadores, que trouxeram as suas mercadorias para vender, entre as quais havia vários pipos de vinho que o governador mandou vender a retalho. Quanto queriam por cada canada? Eles apresentaram um número demasia-

damente elevado, porque o bom vinho de Portugal era raro como sua senhoria devia compreender, e tinha de ser pago como tal!

Tinha, realmente? O governador, indignado, tirou o capacete.

— Muito bem! exclamou. A canada seria vendido ao preço que eles pediam — mas aquele capacete devia ser a medida para cada quartilho!

E levou a sua avante. Aquele capacete veio a ser a medida oficial para o quartilho de vinho no Rio de Janeiro. Ignoramos como é que os mercadores gananciosos obtiveram o lucro que esperavam ter. Talvez lhe juntassem água!

Iria haver um colégio de Jesuítas no Rio de Janeiro. Em Agosto, o visitador, P.e Inácio de Azevedo, que tinha ido a São Vicente, voltou trazendo com ele o P.e Nóbrega. O governador deixou à sua escolha o local da construção, no cimo do monte com belas vistas para o mar. Em nome do rei concedeu-lhes fundos para manterem 5o religiosos residentes e daqui irradiar a evangelização dos tamoios. Muitos destes já se haviam submetido ao governador e estavam a ser instalados em aldeias em volta da cidade como já se fizera na Baía.

Em Novembro, quando Mem de Sá teve de embarcar para o norte, deixou na nova capitania outro sobrinho, Salvador Correia de Sá, aconselhando-o, como antes aconselhara Estácio, a deixar-se guiar em tudo pelos conselhos do P.e Nóbrega.

Anchieta foi mandado outra vez para Piratininga, mas o visitador nomeou Nóbrega reitor do Colégio do Rio de Janeiro, «pois era pae daquela Provincia, o fosse do novo Collegio, e alli em doce remanso, grangeando com suas fadigas e orações passasse o restante da sua cansada velhice». [1]

---

(1) António Franco, *Vida de Nóbrega*. In — «Cartas do Brasil», pág. 54.

Velhice? Nóbrega não era muito velho, não tinha mais de 5o anos, mas estava gasto por doenças graves, trabalhos e canseiras. Não era provável que ele, nestas últimas funções que lhe deram para desempenhar, encontrasse o «doce remanso» com tanta bondade preparado para si. Os seus três anos passados no Rio de Janeiro não foram um período de digna ociosidade — como podiam eles ser, numa povoação nova com todas as suas perturbações e problemas?

As mãos de Nóbrega estavam ocupadas, como sempre tinham estado, a organizar o Colégio, a aconselhar o jovem capitão, a orientar os cidadãos na sua vida religiosa, a ensinar e a cuidar dos índios. Os que tinham vindo do Espírito Santo não tinham desejos de voltar. Eram índios Temiminós do «Grande Gato», que haviam sido obrigados a exilar-se pelos tamoios. Para não poder haver futuras questões entre os antigos rivais, Nóbrega reuniu os índios repatriados numa grande aldeia nas terras do Colégio e aí lhes deu instrução.

Todos os dias pregava na igreja do Colégio, ou na Sé, e toda a gente da colónia ia ter com ele por causa dos seus problemas pessoais. Verdadeiro discípulo de Inácio de Loiola esforçava-se e não procurava descanso, enquanto deperecia lentamente numa terra encantadora — terra bárbara e feiticeira onde ainda não podia achar-se nenhum sossego de corpo, apenas uma beleza irreal ao pôr do Sol e à alvorada para dar à alma uma visão do Paraíso.

Chegou o dia em que o P.e Nóbrega deu uma volta à cidade, procurando todos os seus amigos para lhes dizer adeus, abraçando-os, agradecendo-lhes todas as bondades passadas e encomendando-os a Deus. Porquê? perguntavam eles. Não havia navio nenhum no porto. Aonde poderia ele ir?

— «A nossa patria celestial» (¹).

Ao outro dia de manhã disse missa no Colégio e depois falou longo tempo dos mistérios divinos com os seus colegas; à tarde deitou-se e esperou na cama pela morte.

Na manhã seguinte chegou o fim — triunfal e sereno. A 10 de Outubro de 1570 deram o P.e Nóbrega à sepultura na igreja do Colégio e todos os colonos da jovem cidade que tanto lhe deviam choraram no seu funeral como se estivessem a enterrar um pai.

Ali, no cimo do monte, enquanto à volta a cidade crescia, os ossos de Nóbrega, diz Simão de Vasconcelos, estão «esperando a última Ressurreição da carne». (²) Esperaram de facto ali quase quatro séculos; mas onde param eles hoje? Ninguém sabe. A igreja desapareceu, o monte em que ela se erguia foi arrasado. O homem, a quem duas grandes cidades devem a sua origem, não teve sequer uma sepultura em qualquer delas.

Ao menos Mem de Sá, velho amigo de Nóbrega e seu cooperador, jaz tranquilo na sua, na velha igreja jesuítica do Salvador. Ele sobreviveu ao seu pai espiritual dois anos, e, como ele, trabalhou até final, continuando a sua missão de construir, consolidar, estabilizar e pacificar.

Chegou a ver o fim do canabilismo nas proximidades da Baía e a alvorada dum novo dia para o Brasil; viu os índios ensinados pelos Jesuítas estabelecidos em aldeias à volta de todas as cidades; viu os colonos turbulentos obrigados a respeitar a lei; viu os domínios portugueses no Brasil libertos de invasores estrangeiros.

Estas coisas tinham sido levadas a cabo por Mem

(1) *Ibid.*, pág. 55.
(2) *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, Liv. IV, pág. 456.

de Sá e Nóbrega, mas ainda havia muito que fazer, e Mem de Sá estava muito cansado. Amava o Brasil, a terra que ele servira durante tantos anos, à qual sacrificara um filho e um sobrinho, mas servir tornava-se cada vez mais uma pesada carga sem apoio certo da metrópole.

Os tempos tinham mudado desde a morte de D. João III, o rei que amara estremecidamente o Brasil. Para a imaginação do rei-criança D. Sebastião, inflamado por sonhos de cruzada contra os mouros da África, o trabalho de criar, lenta mas seguramente, um grande domínio numa terra de promissão além dos mares, parecia coisa muito demorada e sem atractivos. Por cada três cartas mandadas para o reino por Mem de Sá, escreviam-lhe uma em resposta, mas não lhe respondiam às perguntas e não faziam qualquer observação acerca das suas sugestões — vagas asserções de grande confiança nele era o mais que o governador obtinha de Lisboa acerca dos seus despachos.

Era desanimador. «Eu sou um homem só, escreve ele ao Secretário de Estado, e quanto tenho feito em todo o tempo que estou no Brasil, desfaz um filho da terra em uma hora. S. A. dá as capitanias e os oficios a quem lhe pede, sem exame se os merecem». (¹) Num acesso de pessimismo, acrescenta que nenhum dos seus capitães ou oficiais prestava absolutamente para nada! Os anos passavam, ele envelhecia. Queria muito voltar à pátria e ver os filhos que deixara em Portugal. Nunca mais o substituiriam? Pediu ao secretário que intercedesse por ele, por «que não parece justo que, por servir bem, a paga seja terem-me degredado em terra de que tão pouco fundamento fazem!»

Em 1570, devia ser chamado ao reino. D. Luís de

(1) Carta de Mem de Sá para o Secretário de Estado Pero de Alcáçova Carneiro, publicada por Varnhagen, *História Geral do Brasil*, vol I.

Vasconcelos fora nomeado governador do Brasil e partiu para o Salvador — mas nunca chegou ao seu destino. No decurso de uma viagem prolongada e infeliz, foi morto em combate com piratas, e Mem de Sá teve de continuar no seu posto, no qual morreu a 2 de Março de 1572, sendo sepultado no Salvador.

Seria difícil calcular a dívida que o Brasil contraiu para com Nóbrega e Mem de Sá. Eles ambos puseram fim, cada um por seu lado, ao período de incerteza, quando era duvidoso que aquela vasta terra selvagem pudesse algum dia vir a ser colónia, quanto mais uma nação.

Parecia que as poucas centenas de colonos, longe da terra do seu berço, esmagados por forças da natureza muito mais poderosas do que o homem, ameaçados por selvagens, eles próprios quase uma força da natureza, acossados por piratas europeus bem munidos de armamento — sucumbiriam fàcilmente debaixo das circunstâncias esmagadoras e seriam aniquilados pela solidão selvática. De coragem física e de tenacidade, não havia falta, mas só isso não chegava. Precisava-se de homens como Nóbrega e Mem de Sá para darem a força moral necessária para se sobreviver.

Nóbrega e o seu grupo de missionários trouxeram o amor que sòzinho pode vencer a selvageria, e Mem de Sá estabeleceu a ordem e a disciplina, sem as quais não há progresso. Trabalharam juntos tão harmoniosamente que as suas políticas se fundiram numa só. Nóbrega aplaudia a disciplina que o governador impunha, Mem de Sá dava todo o apoio da sua autoridade à missão dos Jesuítas.

Quando eles morreram havia ainda muita coisa para levar a cabo. Tudo o que tinham feito estava ainda na fase inicial, com falhas e retrocessos. Os índios recaíam às vezes na selvageria, os colonos tinham acessos de desobediência às leis, de vez em quando ainda

havia ataques de piratas — os perigos antigos subsistiam, mas a maré já começava a mudar. Os males eram ainda grandes, mas tinham entrado no caminho da correcção, a civilização já estava em marcha embora o seu avanço fosse ainda lento. Os alicerces estavam feitos para, sobre eles, se edificar no futuro e com firmeza; a semente fora lançada à terra e devia germinar.

O trabalho dera origem a uma nação.

XXIV

Terra amada

Se os que lutaram em Portugal com dificuldades soubessem alguma coisa acerca do Brasil, procurariam ali a libertação das suas preocupações, «porque a mesma terra he tam natural e favoravel aos estranhos que a todos agasalha e convida com remedio por pobres e desamparados que sejão» [1].

Tal é a opinião de Pero de Magalhães Gandavo, expressa numa obra dedicada ao cardeal-infante D. Henrique. O Brasil, continua ele a explicar, torna-se cada dia mais próspero, e quando se encontrarem colonizadas as ricas terras até agora desabitadas por falta de gente, far-se-ão grandes fortunas, como já foram feitas pelas pessoas que vivem nesta terra.

Gandavo escreveu em 1570 — dois anos antes da morte de Mem de Sá, quarenta anos depois de D. João III ter posto em prática o seu plano colonial dividindo a terra em capitanias, e vinte e um anos

---

(1) Pero de Magalhães Gandavo, *Tratado da Terra do Brasil*, pág. 25.

depois de essas capitanias terem sido reunidas sob um poder central.

Vejamos o que se realizara neste intervalo e qual era a vida no Brasil do século XVI, de cujo futuro cor-de-rosa Gandavo parece tão convencido.

Nenhuma daquelas «grandes fortunas» adquiridas e ainda por ganhar, de que ele fala com tanta convicção, proveio da riqueza mineral. O ouro e as minas de diamantes ainda estavam por vir à luz do dia. Entretanto sabe-se que havia cinco maneiras por que os homens ganhavam a vida no Brasil.

Havia os embarcadiços, que iam e vinham entre os vários portos de todas as capitanias, descarregando mercadorias de Portugal e carregando açúcar, algodão e madeiras de tinturaria. Havia os mercadores, que instalavam o seu negócio no local, importando produtos para venderem ou trocarem por açúcar. Os artífices e também os mecânicos tinham a certeza de encontrar colocação no Brasil e podiam levar quantias fabulosas pelos seus serviços num país onde se necessitava muito de técnicos de todas as espécies. Outros homens ganhavam salários elevados como feitores nas plantações de açúcar, ou a superintender no embarque de mercadorias para exportação, como vaqueiros nas fazendas ou até como criados superiores.

Os senhores da terra eram os agricultores e estes podiam fazer fortunas fabulosas. O maior proveito resultava do açúcar para exportação, mas também se ganhava muito dinheiro cultivando produtos agrícolas para serem consumidos localmente. Com a falta de braços, esse trabalho seria impossível sem os escravos da Guiné e de Angola, que eram importados em número cada vez maior, o que também constituía um negócio lucrativo.

Os campos cultivados abasteciam as cidades. Já havia certa vida urbana no Brasil, porque todas as

cidades mais conhecidas na actualidade tinham nascido, embora talvez apenas Olinda e o Salvador fossem na verdade mais do que aldeias.

Olinda de Pernambuco era a mais antiga de todas, já com 40 anos de existência; Salvador da Baía contava 21; Santos, embora muito mais pequena e mais pobre, tinha 27 anos; São Paulo de Piratininga tinha 16; e São Sebastião do Rio de Janeiro, a mais nova de todas, tinha 5.

Sabe-se que todas estas cidades se tornavam mais belas de dia para dia. As cabanas de barro e cobertas de folhas de palmeira, que tinham sido as primeiras habitações europeias junto daquelas costas, eram ràpidamente substituídas por casas de pedra e cimento com telhados de telha, de que já podiam ver-se ruas inteiras.

É claro que Olinda ia muito à frente — a Olinda dos reis do açúcar. A capitania de Pernambuco, como diz Gandavo, era uma das melhores do Brasil e onde os colonos mais prosperavam. Os índios tinham sido ali melhores auxiliares do que em qualquer outra parte, diz ele, mas o que mais contribuiu para o rápido desenvolvimento da terra foi «por residir continuamente nelle o mesmo Capitão que a conquistou» (1).

Esse belo velho pioneiro de Duarte Coelho morrera em 1554, mas a sua animosa mulher, a «capitôa» D. Brites de Albuquerque, continuara, com alguma ajuda de seu irmão Jerónimo, até os filhos regressarem de Portugal para onde tinham ido a educar.

D. Brites, que chegara, como noiva, a uma cabana de barro erguida num pântano de mangues, vivera até ver a formosa Olinda do seu marido, «huma das mais nobres e populosas villas que ha nestas partes». Em 1587 — três anos antes da sua morte — calculou-se

(1) Gandavo, *História da Provincia de Santa Cruz*, pág. 87.

que tivesse 700 habitantes, e nos fins do século vemo-la comparada a uma «pequena Lisboa».

Já em 1561 Olinda estava fornecida de quase tudo o que se obtinha em Portugal, porque iam ali mais navios de que a qualquer outro porto brasileiro. Não que fosse o melhor de todos; longe disso; as ondas do Atlântico, vindo quebrar-se no recife de coral, tornavam difícil o acesso, e obrigavam os navios maiores a ancorarem a larga distância. Mas Olinda, junto do cabo de Santo Agostinho, era o ponto de chegada mais próximo da Europa e no caminho das armadas das Índias orientais. Todos os anos chegavam uns trinta ou quarenta navios para carregar açúcar, algodão e pau brasil. Em troca traziam toda a espécie de produtos europeus e artigos de luxo, que faziam de Olinda o melhor centro de abastecimento do Brasil, ainda melhor talvez do que o Salvador. Em Olinda quem quisesse podia comer pão de trigo europeu, cozinhar com azeite e beber vinhos portugueses... desde que fosse rico. Porque essas coisas custavam muito dinheiro. A vida era cara em Olinda, dizem, e havia pouco dinheiro amoedado ali como em todos os pontos do Brasil. Pagavam-se as mercadorias com açúcar.

Deste não se sentia falta. A indústria açucareira já se desenvolvera. Em 1570 havia 23 engenhos e mais 3 ou 4 estavam a aprontar-se para a produção. Em 1587 o seu número subira a 60, e 20 anos depois é calculado «infinito». Cada engenho produzia 3000 arrobas em média, e já no tempo de Gandavo houvera anos em que se embarcaram 50000 arrobas.

Assim faziam-se grandes fortunas em Pernambuco. Em 1587, dizem que em Olinda havia mais de cem plutocratas com o rendimento de mais de 5000 cruzados por ano. Muitos homens chegavam ali pobres e voltavam ricos à pátria, ou — ainda mais provàvelmente — ficavam na capitania fazendo vida senhorial no seu engenho em que trabalhavam multidões de escravos, rodeados de rebanhos e manadas, em companhia da família e a viverem do rendimento da terra, vestindo roupas ricas e usando jóias de ouro, e andando pela cidade em cavalos marchadores esplêndidos, ajaezados de prata chocalhante, apesar de desterrados.

Olinda era a cidade dos milionários, e também a colónia mais antiga, mas o Salvador da Baía de Todos os Santos era a cabeça eclesiástica e política, sede do Governo, o centro administrativo. Aqui residiam constantemente o governador, o bispo, o juiz da terra e todos os funcionários investidos de autoridade real. Embora de fundação muito mais recente, não é para surpreender que o Salvador alcançasse depressa a sua irmã do norte em vaidade de edifícios e em população.

Sabe-se que viviam mais portugueses na Baía do que em qualquer outra capitania do Brasil. Todavia, Anchieta, escrevendo em 1584, diz que a cidade era pequena, porque muita gente gostava de viver nas suas plantações à volta da baía. Todos tinham barcos como meio fácil de transporte entre as enseadas das costas verdejantes, ou para irem até às ilhas esmeraldinas, ou até para os levarem à capital, a cerca de uma légua de distância da barra.

Sob o céu luminoso da Baía, onde as chuvas tropicais tingiam as nuvens pesadas com as cores do arco-íris, a pequena cidade oferecia uma vista encantadora, situada numa eminência acima do mar, com os telhados vermelhos aninhados entre palmares fragrantes com o perfume das laranjeiras.

Desde a praia de desembarque ao lado, com três fontes de água límpida que abasteciam todas as armadas, o caminho subia íngreme até à praça da cidade. Era um lugar espaçoso e arejado, com belos edifícios à volta, ao norte e ao sul, e do lado ocidental uma vista

sobre a baía espelhante. Ficava ali o palácio do Governador e a Câmara, a Tesouraria e os Armazéns. Ali se realizavam jogos e touradas para distrair os cidadãos nos dias santos, e aqui, debaixo do pelourinho levantado ao meio da praça, faziam os malfeitores penitência pelos seus pecados.

Já se contava uma dúzia de igrejas na cidade do Salvador. Uma Misericórdia auxiliava os pobres, havendo também um hospital mantido pelas esmolas voluntárias dos moradores da terra.

A catedral, por concluir, fazia frente ao mar, acima do porto. Em 1587 a torre ainda não estava pronta, nem a torre sineira, porque a dotação era pequena e por isso o trabalho ia devagar. Quanto ao Colégio dos Jesuítas, o mais belo do Brasil, servia de seminário. Tinha dezanove salas com vistas para o mar, uma espaçosa enfermaria, um claustro de pedra recém-construído em 1584, além de «huma formosa e alegre igreja»[1].

As casas dos cidadãos do Salvador irradiavam da praça. Cada qual tinha o seu lindo jardim, onde, além das palmeiras e tamarindos, as flores de Portugal—rosas, cravos, goivos, jasmins e madressilvas—misturavam o seu perfume familiar com a fragrância capitosa dos arbustos floridos e trepadeiras do Brasil, que enchiam a noite de perfumes estranhos.

Nos arredores da cidade estendiam-se campos de culturas, onde se cultivavam frutas e vegetais para vender no mercado. Ao contrário dos de outras jovens cidades brasileiras, o mercado do Salvador era muito bem abastecido. Ali podia-se encontrar o que se quisesse dos produtos da terra, assim como certas provisões europeias, como várias espécies de farinha de Portugal ou então vinhos da Madeira e das Canárias, cujo sabor se dizia que a viagem marítima tornava muito melhor.

(1) Soares de Sousa, *Noticia do Brasil.* Segunda Parte, cap. IX.

Tal como em Olinda, também no Salvador havia lojas onde se exibiam objectos de luxo. Podiam comprar-se ali tecidos, drogas e toda a espécie de mercadorias estrangeiras. As casas dos cidadãos ricos do Salvador estavam belamente mobiladas e fornecidas; eles comiam em baixelas de prata e as suas mulheres vestiam sedas e andavam carregadas de jóias.

O esplêndido porto da Baía era frequentado por muitos navios. As mercadorias que eles carregavam ali eram mais ou menos as mesmas das exportações de Olinda, mas o açúcar da Baía era ainda inferior em produção ao de Pernambuco. Em 1570, diz Gandavo, o algodão considerava-se melhor colheita e florescia especialmente nas ilhas, mas já em volta da baía havia dezoito engenhos de açúcar, e durante os 14 anos imediatos o seu número elevou-se a 40. Outra fonte de riqueza eram os grandes rebanhos de gado que se alimentavam do capim verde brilhante da selva.

Assim a capitania da Baía cresceu e floresceu. Em 1587 dizia-se que o Salvador tinha uma população de 800 almas e calculava-se que cerca de mais de mil viviam fora da cidade, nas propriedades campestres.

O pobre e pequeno Rio de Janeiro estava ainda muito atrás de tudo isto, mas nos poucos anos da sua vida já fizera bons progressos. São Sebastião do Rio de Janeiro fora fundado deliberadamente para ser um grande centro do futuro, e desde então nunca mais olhou para trás. Apesar disso, não podemos deixar de achar que Gandavo em 1570 parecia um pouco optimista ao considerar o Rio uma «Cidade mui nobre»[1]. Empregar então o futuro teria sido mais exacto. Diziam que naquela época a população era de 150 portugueses, mas já se podia prever uma expansão grande

(1) *Ob. cit.*, cap. III, pág. 90.

e rápida. As terras dos arredores eram das mais férteis da costa. Engenhos de açúcar estavam a instalar-se, o pau brasil era infinito, produzia-se farinha de mandioca com abundância e da melhor qualidade, e a baía abundava em todas as espécies de peixe. A água para beber era deliciosa e constante, o clima magnífico, porque, embora o verão fosse quente, o inverno parecia-se com a primavera da Europa meridional. Terra de promissão, diz Gandavo, aqueles que ali se estabelecessem não ficariam desiludidos.

Falou profèticamente. Pelos fins do século o Rio de Janeiro negociava bastante com o Rio da Prata, cujos mercadores pagavam as mercadorias a dinheiro — ainda tão escasso no Brasil —, sendo visitado por navios de Angola que ali iam buscar diferentes espécies de farinha e levar escravos. O Rio tinha já a sua Misericórdia e o seu hospital; havia um colégio jesuíta onde se ensinava a Teologia e a Gramática, e onde as crianças aprendiam a ler e a escrever. O Colégio era um belo edifício, todo guarnecido interiormente de madeira de cedro, rodeado de vastos jardins fragrantes de laranjas, limas e limões, sombreados por latadas de vides e grandes folhas de bananeiras e refrescados por um tanque e uma fonte.

A catedral de São Sebastião fora concluída em 1583 pelo capitão Salvador Correia de Sá. Para lá mandou ele trasladar os restos mortais de seu primo Estácio, da igreja, então arruinada, da Vila Velha.

Durante várias décadas a cidade esteve fortemente agarrada à colina para se proteger das incursões dos índios, mas, à medida que o perigo se ia tornando menos frequente, a pouco e pouco começou a espalhar-se pela encosta e chegou até à praia. Os proprietários tiravam os seus produtos das fazendas que se espalhavam pelos arredores da baía e levavam-nos em canoas até às suas casas. A rua principal ficava junto da linha

de água e muitas mulheres, diz Frei Vicente do Salvador, tinham demasiada preguiça para subirem ao monte excepto para ouvirem missa de festa na Catedral.

O Rio de Janeiro era defendido por espessos muros de cimento sobre que assentava a artilharia, e o belo forte levantado à estreita entrada da barra tornava a baía quase inexpugnável.

E ao sul? Que se passava em São Vicente — a primeira de todas as colónias? Ali não havia riqueza nem luxo. A cidade que Martim Afonso de Sousa primeiro fundara, em 1584 encontrava-se em declínio. Calculava-se que ainda tivesse 50 fogos, mas o porto estava já assoreado — São Vicente nunca havia de ser uma cidade. Santos era a cidade do futuro com o seu esplêndido porto que podia abrigar qualquer número de navios. Mas mesmo Santos não tinha então mais de 100 habitantes, e Gandavo calcula em 500 a população da capitania, dizendo que na sua maior parte eram mamelucos. Uns viviam em «fazendas muito frescas» (1) à volta da baía de Santos, outros no interior, e outros nos montes em São Paulo de Piratininga. Havia ainda alguns bons engenhos de açúcar junto do mar, mas a expansão daquela indústria, em que se havia posto tanta esperança nos primeiros tempos, não chegara a efectuar-se. Não valia a pena competir com a produção de Pernambuco e da Baía, que se encontravam muito mais fàcilmente ao alcance dos navios europeus.

Por isso a capitania era pobre. Não havia vestidos de seda nem jóias para as mulheres e as filhas. Os homens usavam antigas túnicas castanhas ou azuis, de tecidos caseiros; o que tinham de melhor reservavam-no para o domingo. A única riqueza era agrícola — abun-

(1) Soares de Sousa, *Noticias do Brasil*, cap. LXX.

dância de frutos, cereais, vinho e carne. Era possível cultivar todos os produtos europeus nas encostas daquelas montanhas, que brilhavam sob a geada branca nas manhãs de inverno. Os marmelos de Piratininga tinham fama em particular, sendo a marmelada a principal exportação da capitania.

Todavia, apesar de estas colónias serem pobres e se encontrarem isoladas, e as do norte as haverem então ultrapassado, pulsavam de vida e vigor e prometiam grandes coisas para o futuro. Naquelas alturas saudáveis, naquele ar puro e sol brilhante, estava a formar-se uma raça resistente, preparando-se para ir para diante e tomar posse da sua herança. Os filhos dos aventureiros vindos de Portugal e de mães índias das selvas, duras como ferro, sem conhecerem o medo, cheios de confiança, estavam no limiar da sua vasta terra, preparados para a dominarem aos poucos. Estes eram os pais dos caçadores de esmeraldas, os «bandeirantes» do século imediato, que abriram o caminho através do mato, exploradores da selva, cujas expedições penetraram no vasto interior e revelaram as minas ocultas.

Muitas vezes em São Vicente os colonos ouviam falar de minas. Boatos a respeito de ouro e prata para ocidente chegavam do Paraguai. Em todas as capitanias se falava de esmeraldas e ametistas e pedras preciosas, e em diferentes épocas haviam-se organizado várias expedições à procura delas, muito para o interior, mas não se tinha descoberto ainda nenhuma veia autêntica de tesouros. Sempre o *El Dorado* ficava lá mais para diante até as pequisas terminarem no deserto vazio. Em 1574 um neto do Caramuru comandou um grupo desde a Baía, subindo o rio Caravelas e passando além; supõe-se que chegaram até onde é hoje o estado de Minas Gerais. Não encontraram o ouro que eles procuravam, mas voltaram com topázios e turmalinas e algumas pedras que se supôs serem safiras e esmeral-

das. As suas andanças pelo deserto, suportando todas as espécies de dificuldades e lutando com tribos hostis, levaram-lhes mais de um ano. Não é para surpreender que os primeiros colonos junto da costa, poucos como eram e com tanta coisa para tratar, deixassem a busca dos metais preciosos para o século imediato.

Não havia necessidade urgente de ouro, porque neste país toda a gente podia viver. Não existiam mendigos no Brasil. Porque deveria havê-los? Havia pouco dinheiro para se pedir e ninguém tinha falta de comida. A terra produzia com abundância todas as espécies de vegetais e frutas — chegavam mesmo a encontrar-se muitos bravos, que só se teria o trabalho de colher — e a caça e o peixe ilimitados. Conselho de Gandavo ao colono recém-chegado: compre um par de escravos índios; encontram-se baratos e caçarão e pescarão para si e ainda arranjarão de comer para eles. Assim pode viver com pouca despesa.

Em cidades como Olinda e o Salvador, imaginamos que tal conselho não podia ter aplicação. Havia um mercado onde se podia comprar tudo o que se quisesse para comer. Em cidades mais pequenas — se elas na verdade podiam chamar-se cidades — o caso era diferente. O bispo de Tucumá, quando veio do Rio da Prata à Baía e procurou comprar provisões no caminho, queixou-se de não poder encontrar nada à venda, embora tudo o que ele queria fosse uma galinha, quatro ovos e um peixe! Todavia, quando apelou para as casas particulares, foram-lhe oferecidas grandes quantidades de todas as coisas e de graça. Todas as fazendas e engenhos eram unidades que se bastavam a si próprias. Cultivavam os seus cereais e hortaliças, os seus rebanhos e manadas forneciam-lhes leite e carne, cultivavam e teciam o algodão com que os seus criados se vestiam.

À sua mesa hospitaleira serviam-se os produtos de

três continentes. Pelos fins do século XVI os portugueses já tinham aclimatado grande quantidade de frutas e hortaliças de Portugal e introduzido outras de África e da Índia.

De São Vicente a Pernambuco cresciam com exuberância laranjas, limões, cidras e limas, e davam todo o ano os frutos mais saborosos, os melhores da sua espécie jamais provados. Os figos eram tão bons como os de Portugal, as uvas amadureciam duas vezes por ano nas ramadas, e embora as formigas destruíssem as videiras no norte, fabricava-se muito vinho em São Vicente. Nas montanhas das cercanias do Rio de Janeiro e São Paulo multiplicavam-se os marmelos — alguns cultivadores colhiam doze mil num ano — romãs cresciam em toda a parte, as abóboras eram enormes e excelentes, assim como os melões.

Os tamarindos tinham sido importados da Índia; daqui e de São Tomé tinham vindo os coqueiros que inclinavam as suas folhas por cima dos muros de cada jardim e erguiam os seus topos empenachados junto da praia, com tal despreocupação e felicidade como se esta fosse a sua terra natal, e produziam esplêndidos cocos. A jaca de Ceilão dava-se perfeitamente no Brasil; ainda se não fala nas mangas, mas no século imediato vão aparecer; as bananas tinham sido levadas de São Tomé para juntar outra espécie à planta indígena a que os índios chamavam *pacovas*. Os escravos da Guiné viviam em especial desta fruta de que a variedade brasileira se considerava mais nutritiva. Dava-se assada aos doentes em vez de maçãs; cozida com canela e açúcar era um doce delicioso.

As hortas estavam bem fornecidas. Nenhum português se sentia bem sem as suas couves, e por felicidade acharam que no Brasil a couve tronchuda se dava muito bem, É verdade que não produzia semente, mas quando a cortavam do caule brotavam

novos rebentos. Plantando-se estes, cresciam ràpidamente, por isso não se precisava de sementes.

Os pepinos eram magníficos, as alfaces grandes e muito saborosas; a mostarda e os agriões davam-se bem, assim como as cenouras; cultivavam-se rabanetes enormes e havia nabos como os de Entre-Douro-e-Minho. Todavia dizem que nenhum destes dava semente. Tinha de importar-se.

O quintal também produzia com êxito; florescia o funcho, e a salsa conservava-se verde todo o ano, e a hortelã crescia como o joio. O cebolinho produzia-se e reproduzia-se, mas quem quisesse comer alhos tinha de ir a São Vicente.

Tudo isto e muitas outras espécies de vegetais eram cultivados juntamente com as produções indígenas do Brasil, consideradas dignas dos Campos Elísios, tão úteis e deliciosas plantas e frutas se haviam encontrado no país.

O ananás era o orgulho da terra. Todos os autores são acordes em dizer que nada na Europa se lhe podia comparar. Quando se parte um ananás, escreve Gabriel Soares deliciado, todo o prato nada em sumo! Muito mais sumarento do que uma laranja é esta fruta esplêndida — «Nenhuma fruta de Hespanha lhe chega na formosura, no sabor e no cheiro» (1). Quanto ao perfume, não pode descrever-se — uns ananases cheiram a melões, outros a pêras, e outros a nada senão deliciosamente a si mesmos. Os índios fabricavam vinho do sumo do ananás, que era muito forte e capitoso. Os portugueses, que gostavam muito desta fruta, faziam com ela excelentes conservas e saborosa marmelada.

Embora muito longe de se comparar aos ananases, o caju refrescante era também muito apreciado. Tudo

(1) *Notícias do Brasil.*, cap LVII.

nesta fruta era bom: o sumo, o miolo, até a amêndoa, a noz-de-caju que de modo tão estranho crescia por fora do fruto. A goiaba era excelente, assim como o seu pequeno primo, o araçá; o mamão (ou papaia), levado de Pernambuco para o sul, era perfumado, mole e doce; o fruto-da-paixão (maracujá) tinha um belo sabor e aroma, e havia mangabas e sapotis, pitangas e jaboticabas. A lista podia aumentar-se indefinidamente com as frutas da floresta conhecidas apenas pelos seus nomes índios.

Todas as espécies de feijão indígena aumentavam a lista das variedades levadas da Europa e da África, e os palmitos eram muito saborosos estufados; as batatas doces eram muito apreciadas, assadas ou cozidas, e podiam fazer-se delas doces excelentes.

Quanto aos cereais, trigo e cevada, davam-se bem em São Vicente, mas ninguém se interessava muito pela sua cultura. A mandioca era o alimento corrente do país e usada para fazer pão do norte ao sul, em toda a extensão da costa brasileira. Os plutocratas de Olinda e do Salvador podiam importar farinha de trigo de Portugal para seu uso pessoal, mas até os governadores Tomé de Sousa, D. Duarte da Costa e Mem de Sá preferiam o pão de mandioca para comer porque gostavam mais dele e achavam-no mais sadio.

A mandioca crescia em toda a parte, e desde que a tratassem e lhe extraíssem o suco venenoso, podia preparar-se de muitas maneiras. Havia a farinha seca assada ao fogo, que os índios faziam para levarem consigo quando iam para a guerra, e esta durava muitos meses, e havia a farinha moída de fresco que se fazia em cada casa todos os dias. Dizem que qualquer delas era excelente, e com a farinha de mandioca as donas de casa portuguesas faziam toda a espécie de bolos e pastéis. Beijus — espécie de filhós — era uma invenção delas, considerada em especial muito boa. Cuscuz era outra, feita de raízes de mandioca, de que se extraía a tapioca.

Claro que o açúcar nunca faltava nas cozinhas brasileiras, mas havia também mel em abundância para todos quantos gostassem dele — delicioso mel silvestre feito por meia dúzia de espécies de abelhas da floresta, que não tinham ferrão, mas podiam morder como fúrias.

Não se precisava de ir buscar as especiarias e as drogas à Índia e ao Oriente. A pimenta crescia brava e livremente nas florestas do Brasil; o gengibre, levado para a Baía, floresceu e espalhou-se sem cultura; cultivou-se a noz moscada e a baunilha, havendo óleos medicinais indígenas, assim como ervas bastantes para encherem uma farmácia.

Entre esses remédios figurava a discutida planta chamada tabaco — «erva santa» era o nome que lhe deram os portugueses, porque se supunha que curava muitos males. Os índios enrolavam-no em forma de cigarros feitos de folha de palmeira e aspiravam-nos com delícia. Deles tomaram alguns colonos o hábito de «beber fumo», que, como vimos, tanto escandalizou o bispo D. Pedro Fernandes.

Nóbrega, sempre inclinado à tolerância, parece ter visto a prática com espírito livre. Esta erva, diz ele, é boa para os órgãos digestivos e para vários males. Pensa ele que talvez a pudesse usar com vantagem, mas prefere abster-se com receio de tal exemplo poder vir a ser um embaraço.

Com tudo isto o Brasil não era um paraíso ùnicamente vegetariano. Talvez o fosse durante os primeiros anos da colonização, antes de se criarem animais domésticos. Em 1570 ou por essa altura, o colono já não precisava de estar dependente ùnicamente da caça para ter a sua ração de carne. Grandes manadas de

gado andavam e multiplicavam-se nas pastagens perpètuamente verdes. Em alguns lugares parece até que as pastagens eram muitíssimo ricas. Em Porto Seguro, diz Gandavo, as vacas não duravam mais dum ano. Morriam porque engordavam muito!

Abundavam as cabras, como elas sempre abundam, e pariam três cabritos de cada vez. Os carneiros talvez não fossem tantos — esta terra não era a ideal para a lã — mas os porcos multiplicavam-se espantosamente em todas as regiões. O toucinho não tinha muita gordura, mas a carne podia comer-se todo o ano, e no Brasil consideravam a carne de porco boa para os doentes! Galinhas, gansos e patos e pombos cacarejavam e grasnavam e enchiam a cesta dos ovos em todas as cidades e aldeias. Na Baía, diz Gabriel Soares, as galinhas eram maiores, mais gordas e mais belas do que as de Portugal. Punham mais ovos e as frangas começavam a pôr mais cedo.

Toda esta abundância se atribuía ao belo clima. Toda a gente estava convencida de que ele era o melhor do mundo. Prova? Não morriam os índios brasileiros em Portugal? Como não havia de ser assim se eles estavam habituados a um melhor clima? Ora os africanos e os indígenas da Índia, muito pelo contrário, davam-se admiràvelmente no clima português porque o país era muito mais saudável do que as terras em que eles haviam nascido. Mas no Brasil podiam viver todas as raças e gozar de boa saúde, e os que chegavam doentes melhoravam logo. Isto demonstrava claramente que o clima brasileiro era o melhor de todos!

Que houvesse qualquer doença tropical que pudesse contrair-se no Brasil, não lembrou aos portugueses do século XVI. Conheciam as epidemias devastadoras do Oriente, as febres mortais da África ocidental — encontrava-se disso no Brasil? Com certeza

havia febres terçãs e quartãs, mas quando a Europa era ainda infestada pelas febres palustres, ataques desses não punham medo a ninguém. A febre amarela, que espalharia a morte e o terror, só apareceria vários séculos depois, e as doenças do interior ainda se não conheciam. Quanto ao calor – a um povo habituado aos sóis escaldantes da África, às temperaturas doentias do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho, ao calor da Índia, para não falar no verão ardente do pátrio Alentejo, o Brasil parecia temperado em todas as estações.

Encontramos todos os testemunhos concordes com respeito à salubridade da terra: «he esta terra mui salutifera e de bons ares, onde as pessoas se acham bem e vivem muitos annos», escreve Gandavo [1]. Esta terra, diz Nóbrega ao Provincial de Portugal, «é muito sã para habitar-se e assim averiguamos, que me parece a melhor que se possa achar» [2]. As pessoas morrem idosas no Brasil, continua ele, mas não de febre. Aqui as doenças são muito leves e curam-se fàcilmente, declara Fernandes Brandão nos seus famosos *Diálogos*: «tem tão bom céo e goza de tão bons ares toda a terra do Brasil, que nenhuma das causas que costumam fazer damno por outras regiões o fazem nella» [3]. E «quanto mais me ponho no modo de viver de cá, tanto parece que melhor me acho», [4] escreveu o P.^{e} Rui Pereira.

Admitia-se que o clima não despertava as energias — sobretudo nas capitanias do norte. Os que são novos na terra, diz Gandavo, sentem-se bastante indolentes e cansados ao princípio, mas isso passa e eles encontrar-se-ão tão bem e resistentes como no reino.

---

(1) *Tratado*, cap 3.
(2) *Cartas do Brasil*, pág. 111.
(3) Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, pág 116.
(4) *Cartas Avulsas*, pág. 257.

Tão resistentes sim, mas talvez não tão dinâmicos. Uma indolência comodista considerava-se característica dos brasileiros do Norte. Eram gente simpática, hospitaleira e generosa, amiga dos pobres e dos semelhantes. Reputavam-nos de viverem muito bem, vestindo dispendiosamente e comendo do melhor. Parece que Gabriel Soares achava que se vestiam demasiado — a Beleza e a Moda de Lisboa não podiam competir com eles! Em Olinda e no Salvador, mesmo as mulheres de condição humilde só usavam sedas, e qualquer rústico podia pavonear-se com um gibão de cetim. Contra isto, diz Anchieta que mesmo os ricos se não importavam que os vissem descalços! Era muito mais fresco e confortável, mas devia parecer esquisito com as roupas esplêndidas.

Mesmo os índios estavam a adquirir o gosto pelo vestuário, embora preferissem ainda o à vontade da nudez total. Todavia, já se preocupavam com aquelas pequeninas coisas que achavam dar bom aspecto a um homem — um barrete, ou um capuz ou um chapéu, por exemplo, dariam elegância a uns ombros nus, ou poderia uma pessoa passear elegantemente com um par de botas, ou usar uma túnica até à cinta. As roupas tinham chegado a considerar-se de rigor nos casamentos índios, embora no banquete, passada a cerimónia, os convivas pudessem pôr-se à vontade tirando parte das roupas ou mesmo todas.

Estava a formar-se uma curiosa sociedade de inclassificados de raça mista, em que os fidalgos de Portugal se acotovelavam com o mameluco e o mulato, o camponês do Minho com o ex-forçado. E uns eram casados com finas damas, outros com filhas de canibais, outros com órfãs vindas de Lisboa. Podemos imaginar que toda essa gente eram rudes pioneiros ou vulgares novos-ricos, mas consta-nos não ter sido assim. Há algo no ar brasileiro que parece favorecer as maneiras

encantadoras. Seja como for, quando nos lembramos dos valentões de 1549, cuja linguagem desenfreada fazia estremecer os Jesuítas, é bastante para espantar informarem-nos de que nos fins do século o Brasil chegara a considerar-se uma academia de compostura social e de linguagem polida!

Lendo os brilhantes relatos das maravilhas do Brasil escritos pelos que ali viveram, quase vemos o quadro dum povo de lotófagos a viver num paraíso terreal. Sentimo-nos tentados a esquecer a crua realidade. No fim de contas estes homens e mulheres eram pioneiros e toda a colónia uma cidade fronteiriça à beira do deserto.

A segurança da vida mal se conseguira ainda. Aqueles elegantes fidalgos de trajos tão imponentes, que falavam tão bem e cumprimentavam com tanta graça quando vadiavam pelas ruas pacatas do Salvador, tinham conhecido as marchas forçadas através das florestas duma terra ínvia, onde cada passo tinha de se talhar a golpe de machado na mata feroz, e longas vigílias durante noites sussurrantes, quando a aproximação traiçoeira do inimigo à espreita não podia distinguir-se das miríades de murmúrios do negrume ambiente. Tinham combatido e podiam voltar a combater em batalhas cruéis com hordas ferozes de selvagens vagabundos, que só desejavam os prisioneiros para os matar e comer.

Aquelas mulheres e filhas, vestidas de seda, cheias de jóias, servidas por muitos escravos, amimadas e queridas como a mulher branca sempre será onde esteja em minoria, não tinham assegurada a salvação das suas vidas. O que podia acontecer a quem se encontrasse nas plantações afastadas é contado pelo P.^e Leonardo do Vale, numa carta escrita de São Vicente em 1565.

Conta ele como, quando os homens estavam todos ausentes na guerra, um grupo de índios tamoios assal-

tou uma herdade onde apenas se encontravam mulheres e crianças. Quando no silêncio da noite elas ouviram bater à porta, barricaram-se dentro dum quarto.

— «Mãi, disse uma rapariguinha de 5 anos, lembrai-vos de Deus, resai, rogai-lhe que nos não levem estes contrarios!» (1).

A mãe rezou e pôs os ombros à porta, enquanto as companheiras saltavam pela janela. Uma rapariga, recém-casada de 14 anos, quando saltava viu-se agarrada pelos cabelos.

— «Solta-me, porque ali está o meu escravo que me ha logo de acudir!» gritou.

Felizmente aquilo era verdade, embora ela o não soubesse. Os escravos, que dormiam em casas à parte, tinham ouvido o bater da porta e iam mesmo a correr para o local. O índio largou a rapariga e voltou-se para lhes fazer frente, enquanto, mais rápida que o relâmpago, ela se escondia no mato. Entretanto o seu irmãozinho ocultou-se por detrás dum arbusto. Um índio encontrou-o ali, mas ele deu-lhe um murro com o seu pequeno punho.

— «Vai-te fora, cão!» gritou ele, e dizem que o homem obedeceu. A criança fugiu com a avó enquanto os fiéis servos punham os assaltantes em fuga.

Este é apenas um caso a apontar — um incidente que aconteceu ficar registado. Podemos ter a certeza de que se multiplicou muitas vezes em todas as capitanias e que nem todos acabaram tão bem. Sabemos que Pernambuco, depois da morte de Duarte Coelho, foi assolado pelas ferozes tribos dos Caetés. Só ao fim de cinco anos de luta, levada até muito longe no interior pelo filho mais novo de Coelho, é que a terra ficou livre daquele perigo. Na Baía, não muito longe do Salvador, ficava a região indomada de Camami ocupada pelos

(1) *Cartas Avulsas*, pág. 447.

Baltasar Ferreira atacando a hipupiara.
Gravura da "História da Província de Santa Cruz" por Pêro de Magalhães Gandavo, edição de 1575.

selvagens Aimorés, que viviam como animais bravios no mato, sem cabana ou abrigo, e eram considerados selvagens mesmo pelos outros índios. O Rio de Janeiro, até nos fins do século, foi ameaçado pelos tamoios de cabo Frio; cada fazenda podia ser um dia uma cidadela cercada.

O inimigo humano à espreita, embora com certeza o mais perigoso, não era o único receio que preocupava a imaginação. Daquela terra e daquele mar desconhecidos ninguém sabia o que podia vir, ou que história era demasiado estranha para ser verdadeira. Ouvimos falar dos monstros do rio Pernambuco descritos pelos primeiros colonos dali, mas estes não eram nada comparados à aparição vista em 1564, junto da praia de São Vicente.

A noite estava escuríssima, a aldeia dormia, só uma mulher índia velava, quando por entre a escuridão se viu uma forma horrenda diferente de tudo o que até então se vira. Aquele ser avançava às apalpadelas com passos incertos, soltando de vez em quando rugidos horríveis.

Tremendo toda, convencida de ter visto um demónio, a mulher foi a correr acordar o filho do capitão, o jovem Baltazar Ferreira. Este levantou-se da cama e pegou na espada. Descalço e em camisa, saiu corajosamente como São Jorge para matar o dragão.

O monstro sentiu-o aproximar-se e olhou em redor, depois deu uma volta e dirigiu-se para o mar. O jovem correu e pôs-se-lhe à frente, depois do que o bicho se ergueu sobre a cauda semelhante à dum peixe e avançou para Baltazar, que enterrou a espada na barriga do monstro. Ao mesmo tempo saltou para o lado para não ser esmagado pelo pavoroso corpo, mas não sem ter recebido na face, em cheio, um jorro de sangue que quase o cegou. O animal ferido voltou-se e lutou com unhas e dentes até Baltazar o atordoar com um

golpe na cabeça. Na mesma ocasião os homens da aldeia, despertados pelos gritos da mulher, vieram a correr em socorro e acabaram o monstro. Que vinha a ser tudo aquilo? perguntou o capitão ao filho. Que acontecera? Mas o mancebo tinha perdido a fala com o abalo e durante algum tempo não pôde dizer uma só palavra.

A manhã revelou a carcaça estendida na praia — forma como nunca se tinha visto, ser que nem era animal nem peixe. Media 15 palmos de comprido, tinha cabelo em todo o corpo, cauda de peixe, braços e garras, bigodes eriçados e orelhas pontiagudas. Que podia realmente ser, não podemos saber. Os índios diziam que era Hipupiara, o demónio das águas.

Fez-se um desenho do monstro, que ficou para a posteridade ver — acredite nele ou não!

Horrores com certeza mais genuínos e mais mortíferos do que este fantasma dos abismos, eram as serpentes venenosas da terra, especialmente a jararaca, cujo dente oco produzia morte certa. Esta serpente, a mais comum, abundava na floresta e nos campos e descia pelos telhados das casas para as camas. Conta-va-se a história lúgubre dum homem mordido na barriga da perna, e cujas botas, depois da morte dele, foram vendidas em leilão. O comprador calçou-as, mas logo a perna lhe inchou e também ele morreu sem causa aparente, até que o exame da bota revelou um pequenino dente, aguçado como uma agulha, que estava atravessado no cabedal.

A grande serpente branca sururucucu era outro perigo dos bosques. Enrolava-se à volta das árvores e deixava-se ficar pendente com perigo dos que passavam. O ruído sinistro da cobra cascavel enchia toda a gente de pavor; havia a linda cobra coral, pequena mas mortífera, e muitas mais, outros tantos répteis inoculadores de veneno, além da grande jibóia

que não mordia, mas esmagava um homem ou um animal nos seus anéis.

E havia menores horrores na forma de insectos — escorpiões e centopeias, aranhas venenosas de tamanho horrendo. Maior que todos eram as formigas de várias espécies — grandes e pequenas, enormes formigas pretas, frágeis formigas vermelhas, formigas castanhas de tamanho médio, as devastadoras formigas brancas, formigas volantes e formigas que cortam, formigas que picam e formigas que despojavam uma árvore de todas as folhas em poucas horas.

Comparados com as formigas, os mosquitos mal pareciam um flagelo — ou assim parecia quando ninguém os supunha transmissores de doenças. Eram incómodos, mas não mais do que o percevejo ou a pulga saltitante do Velho Mundo, tão comuns nas cidades europeias daquele século, mas que não parecem indígenas do Brasil.

Evidentemente havia grande quantidade de carrapatos e outros tais insectos e moscas para tormento do gado e dos seres humanos. Aquele de que mais se ouve falar é o «bicho de pé» — esse odioso insectozinho que depõe os ovos debaixo das unhas dos pés do homem para incubarem mais tarde numa bola de gusanos. Certas pessoas não detestavam o «bicho de pé», informa Fernandes Brandão, com surpresa nossa, «por uma gostosa comichão que nelles fazem» (1).

Um desses não é Gabriel Soares de Sousa. «Bicho de pé», observa ele severamente, é admitido apenas pela gente deplorável que nunca lava os pés! O bicho é apanhado por qualquer pessoa que ande descalça em quartos por varrer ou em terra solta, mas pode ser retirado com um alfinete no momento em que se lhe descubra a presença.

---

(1) *Diálogos*, pág. 126.

Apesar de tudo — os terrores que espreitavam de todos os lados da floresta, e as pragas e perigos menores junto das gentes, apesar de todos os problemas de adaptação, os portugueses no Brasil multiplicaram-se e prosperaram.

Porque eles amavam a terra. O facto é evidente, a despeito de todas as queixas e murmurações citadas muitas vezes para provar o contrário. Nóbrega lamenta que os funcionários mandados pela Coroa para desempenhar funções administrativas não se *importassem* realmente com o Brasil — evidentemente que estes homens não se importavam! O funcionalismo, hoje como ontem, geralmente não cria raízes. Vão para fora da terra porque a sua carreira os leva, como magistrados, funcionários do tesouro, escrivães. Cumprem a sua missão conscienciosamente ou não, segundo o seu carácter, esperando voltar à pátria ao fim de alguns anos. Não foi gente dessa quem colonizou o Brasil.

Tem-se também salientado muito a indiferença para com a sua maior colónia, do que se tem às ve es acusado o governo de Lisboa — e primeiro que todos Mem de Sá. Devemos lembrar-nos de que o governo se compõe de alguns indivíduos. Um governo não é a nação, nem na época do absolutismo se podia dizer que a representasse.

A verdade é que Portugal se apaixonou pelo Brasil à primeira vista. Prova, a carta lírica de Pero Vaz de Caminha; prova, os relatos entusiastas dos vários autores que se lhe seguiram — Gandavo, Soares de Sousa, António Fernandes Brandão, nenhum dos quais era brasileiro nato.

Também o não era Rui Pereira, padre jesuíta que escreve da Baía em 1560:

«Se houvesse paraiso na terra, eu diria que agora o havia no Brasil... saude não ha mais no mundo; ares frescos, terra alegre, não se viu outra; os mantimentos eu os tenho por melhores, ao menos para mim, que os de lá e de verdade que nenhuma lembrança tenho delles pera os desejar. Se tem em Portugal gallinhas, cá ha muitas e mui baratas; se tem carneiros, cá ha tantos animaes que caçam nos mattos, e de tão boa carne, que me rio muito de Portugal em essa parte. Se tem vinho, ha tantas aguas que a olhos vistos me acho melhor com ellas que com os vinhos de lá; se tem pão, cá o tive eu por vezes e fresco, e comia antes do mantimento da terra que delle, e está claro ser mais sã a farinha da terra que o pão de lá: pois as frutas, coma quem quizer as de lá, das quaes cá temos muitas, que eu com as de cá me quero. E além disto ha cá cousas em tanta abundancia, que, alem de se darem em todo o anno, dão-se tão facilmente e sem as plantarem que não ha pobre que não seja farto com mui pouco trabalho. Pois se fallarem de recreações, comparando as de cá com as de lá, não se podem comparar, e estas deixo eu pera os que cá quizerem vir a experimentar. Finalmente, quanto ao de dentro e de fora não se pode viver senão no Brasil quem quiser viver no paraiso terreal; ao menos eu são desta opinião. E quem me não quiser crer, venha experimentar» ! [1]

Este rapto de entusiasmo é característico. Nenhuma parte do seu vasto império do século XVI Portugal amou tanto como esta. Os contemporâneos escreveram da Ásia e da África de modo interessante, pitoresco e, muitas vezes, apreciativo; nunca com o sentimento que inspirou o Brasil.

Ia-se à África para ganhar renome a combater os infiéis de Marrocos, ou para enriquecer a negociar junto dos rios da Guiné ou da Costa do Ouro. A Índia, a feiticeira — cheia de jóias, rescendente de especiarias, cintilante, junto de cujas costas inacreditáveis feitos de

(1) *Cartas Avulsas*, pág. 263, 4.

valor foram obrados e fortunas incríveis se fizeram ou perderam — atraiu todos os espíritos romanescos ou aventurosos que sempre voltavam chamados pelo seu apelo poderoso; mas foi só para a segunda geração lá nascida que a Índia se tornou uma pátria.

O Brasil, amado desde o princípio, fora amado por si só. A terra não tinha sido povoada por uma multidão ávida de pesquisadores de tesouros. A prata e o ouro para os primeiros colonos não passavam duma probabilidade, um sonho para os que quisessem entregar-se a essa ideia de ambição. Era possível que tais coisas pudessem encontrar-se um dia, mas não fora para aquilo que eles tinham atravessado o Oceano.

Foram e ficaram, porque para eles o Brasil era uma terra para viver e morrer, e assim perseveraram a despeito de todos os impedimentos, mesmo no caso de ficarem arruinados. Os primeiros capitães tinham despendido tudo o que possuíam e só Duarte Coelho vira o seu labor recompensado, mas nenhum perdera a fé no futuro. E alguns começaram a pensar de si para si se fazer o Brasil não seria talvez a coisa mais importante que Portugal podia fazer.

O rei terá «hum novo Reyno e muita renda em breve tempo» [1], dissera Pero do Campo Tourinho em 1546, e cinquenta anos depois Ambrósio Fernandes Brandão saiu a demonstrar que só o Brasil valia muito mais do que todas as Índias orientais.

Mais profética era ainda a nota que Gabriel Soares já tocara quando declarou: «este novo Reino... está capaz para se edificar nelle hum grande Imperio, o qual com pouca despeza destes reinos se fará tão soberano, que seja hum dos estados do mundo» [2].

(1) Carta de Pero do Campo Tourinho para el-Rei, de 28 de Junho de 1546. Publ. in *Hist. da Col. Port. do Brasil*, tomo III, pág. 267.

(2) Soares de Sousa, *Notícia do Brasil*. Declaração e Resolução do que se conta neste Caderno.

CRONOLOGIA

1500

Partida da Armada de Cabral de Lisboa	9 de Março
Avista-se pela primeira vez a costa brasileira ...	22 de Abril
Nicolau Coelho desembarca	23 » »
A armada lança ferro em Porto Seguro	24 » »
Missa dominical celebrada em terra	26 » »
Levanta-se a Cruz	1 de Maio
A armada parte para a Índia	2 » »

1501

Viagem de exploração empreendida por três navios ao longo da costa brasileira, relatada por Américo Vespúcio ... ...

1502

Mapa de Cantino, mostrando já o contorno da costa brasileira... ... ...

1503

Viagem de Gonçalves Coelho ao Brasil, também relatada por Américo Vespúcio ... ...

1504

Primeira chegada dos Normandos ao Brasil na nau *Espoir de Honfleur*, guiados pelos pilotos portugueses Sebastião de Moura e Diogo do Couto ... ...

1508

Diogo Alvares (Caramuru) naufraga na Baía ...

1510

João Ramalho chega a São Vicente em circunstâncias ignoradas	

1511

Viagem da nau *Bretoa* a cabo Frio	

1514

Expedição de Cristóvão de Haro e D. Nuno Manuel com o piloto João de Lisboa ao Rio da Prata	

1516

Viagem de Cristóvão Jaques e fundação duma feitoria em Pernambuco	21 de Junho de 1516 — Maio de 1519

1519—1527

Viagens comerciais e disputas com os franceses intrusos	

1528

Expedição punitiva comandada por Cristóvão Jaques	Fim do ano
Chegada de Diego Garcia de Moguer a São Vicente ... ... :	

1530

Passagem de Sebastião Caboto e Alonso Garcia de Santa Cruz por São Vicente	
Cartas de marca passadas pelo rei de França a João Ango	
Martim Afonso de Sousa e seu irmão Pero Lopes de Sousa partem de Lisboa	3 de Dezembro

1531—1532

Viagem de Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa

Cabo de Santo Agostinho	1 de Fevereiro
Pernambuco	17 de Fevereiro — 1 de Março
Seguem para o Sul	10 de Março
Chegada à Baía de Todos os Santos	13 de Março
Partem	17 de Março
Voltam à Baía	25 de Março
Seguem para o Sul	27 de Março
Rio de Janeiro	30 de Abril — 1 de Agosto
Seguem para o Sul	1 de Agosto
S. Vicente	10 de Agosto
Cananeia...	12 de Agosto – 26 de Setembro
Partem	26 de Setembro
Tempestade que quase fez naufragar a capitaina próximo do estuário do Rio da Prata	6 de Novembro
Pero Lopes junta-se a Martim Afonso	6 » »
Pero Lopes parte de bergantim para explorar o estuário	23 de Novembro
Em frente de Montevideu (Monte de São Pedro)	24 » »
Chega à terra dos Carandins	11 de Dezembro
Levanta o padrão com as armas de Portugal	12 de Dezembro
Regressa	13 » »
Em frente de Montevideu	21 » »
Terrível tempestade	24/5 » »
Junta-se a Martim Afonso	27 » »
Partem para São Vicente	1 de Janeiro de 1532
Chegam a São Vicente	20 de Janeiro
Colónia fundada em São Vicente e em Piratininga	Janeiro — Maio
Pero Lopes parte para o reino	22 de Maio
Avista a Baía	17 de Julho
Na Baía	18-29 de Julho
Parte para o Norte	30 de Julho
Em frente da ilha de Santo Aleixo, próximo de Pernambuco, avista um navio francês	6 de Agosto
Partida de Pernambuco	4 de Novembro
No meio do Oceano a 42 léguas de Cabo Verde	22 de Novembro
Último registo do Diário de Pero Lopes	24 » »
Chega a Portugal	Fim de 1532

1533

Regresso de Martim Afonso de São Vicente ...	1 de Agosto

1534

Distribuição de capitanias a Duarte Coelho, Vasco Fernandes Coutinho, Francisco Pereira, Martim Afonso de Sousa, Pero Lopes de Sousa e Pero do Campo Tourinho	
Pero do Campo chega a Porto Seguro	Fim do ano?

1535

Doação de capitanias a António Cardoso de Barros, Aires da Cunha, João de Barros e Fernand' Alvares de Andrade...	
Duarte Coelho chega a Pernambuco	Março
Vasco Fernandes Coutinho chega ao Espírito Santo...	23 de Maio
Francisco Pereira chega à Baía	no fim do ano?
Primeira expedição ao Maranhão sob o comando de Aires da Cunha	Novembro

1536

Francisco Pereira levanta uma fortaleza na Baía
Pero de Góis regressa de São Vicente a Portugal
Doação da capitania de Paraíba do Sul a Pero de Góis ... ...
Pero de Góis volta ao Brasil . ... 1 de Janeiro

1537

Duarte Coelho concede foral à nova cidade de Olinda . ... 12 de Março
Vasco Fernandes Coutinho dá a ilha de Santo António a Duarte de Lemos... ... ... 15 de Julho

1539

Fixação de limites estabelecida entre Pero de Góis e Vasco Fernandes Coutinho ... ... 14 de Agosto
Morte de Pero Lopes de Sousa no Oceano Índico ... ...

1540

Duarte Coelho visita a Europa ... ... ?
Vasco Fernandes vai também à Europa ... ... ?

1541

Duarte Coelho regressa ao Brasil ... ... Setembro

1542

A cidade de São Vicente é varrida pelo mar e a igreja arrastada por ele . ...
Pero de Góis visita a Europa ... ... Abril

1543

Pero de Góis regressa à Vila da Rainha ... ... ?
Vasco Fernandes volta ao Espírito Santo ... ?
Fundação da cidade de Santos por Brás Cubas ?

1545

Perturbações na capitania de Vasco Fernandes
Francisco Pereira, expulso da Baía, refugia-se em Porto Seguro ... ...

1546

Ruína da capitania de Pero de Góis ... ... antes de 29 de Abril
Regresso de Francisco Pereira à Baía onde é devorado pelos índios ... ... depois de Junho

Pero do Campo Tourinho é preso pela sua própria gente... ... ... 4 de Novembro

1547

Pero do Campo Tourinho, em Portugal, responde a acusações feitas, perante a Inquisição . ... Setembro

1548

O rei resolve nomear um governador geral ...
Nomeação de Tomé de Sousa ... ... Novembro
Regimento de Tomé de Sousa ... ... 17 de Dezembro

1549

Chegada à Baía do primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Sousa, acompanhado de Pero de Góis, P.^e^ Nóbrega e de outros jesuítas missionários ... ... 29 de Março
Edificação da cidade do Salvador da Baía de Todos os Santos ... ... Abril a Agosto
Vasco Fernandes Coutinho deixa o Espírito Santo ... ...
Pero de Góis parte para o Sul com o ouvidor Pero Borges ... ... Novembro

1550

Rapazes órfãos embarcam em Belém para o Brasil ... ... Janeiro ?
Miguel Henriques e Pedro Rebelo são mandados a explorar rios ao longo da costa, mas desaparecem ... ... 5 de Novembro
Pero de Góis volta ao Salvador ... ... depois de Setembro

1551

Primeiro grupo de raparigas órfãs mandadas pelo rei para casar ... ...
Os P. P. Nóbrega e António Pires chegam a Pernambuco ... ...

1552

O P.^e^ Nóbrega volta à Baía... ... ... Janeiro
O bispo D. Pedro Fernandes Sardinha chega à Baía ... ... 25 de Junho
Tomé de Sousa e o P.^e^ Nóbrega partem para o Sul ... ... Agosto

1553

Tomé de Sousa entra na baía do Rio de Janeiro ... ... Janeiro

Chega com Nóbrega a São Vicente	Fevereiro
Regressa à Baía	Junho
Chegada do novo governador D. Duarte da Costa	13 de Julho
Chegada de Anchieta ao Brasil	13 de »

1554

Fundação de São Paulo por Nóbrega	25 de Janeiro
Chegada de Anchieta a São Vicente...	
Expedição ao Maranhão mandada por Luis de Melo	
Morte de Duarte Coelho	

1555

O bispo e D. Duarte indispõem-se violentamente	
Rebelião dos índios da Baía vencida por D. Duarte	depois da Páscoa
Segunda expedição ao Maranhão financiada por João de Barros e comandada por seus dois filhos...	
Chegada de Villegagnon ao Rio de Janeiro ...	10 de Novembro

1556

Vasco Fernandes de regresso ao Espírito Santo	
O bispo parte para Portugal, naufraga e é devorado	Junho
Nóbrega regressa à Baía	30 de Junho

1557

Chegada de Jean de Léry, Guillaume Cartier e Pierre Richier à ilha de Villegagnon	7 de Março
Mem de Sá parte para o Brasil	Fins de Abril
Guillaume Cartier é mandado a França por Villegagnon	4 de Junho
Chegada de Mem de Sá à Baía	Dezembro

1558

Jean de Léry e os companheiros partem do Rio de Janeiro	4 de Janeiro
Libertação do Espírito Santo e morte de Fernando de Sá	
Villegagnon parte para França	Fim do ano

1559

Guerra de Paraguaçu	Outubro

1560

Mem de Sá parte para o sul com uma armada, levando Nóbrega	16 de Janeiro

No Espírito Santo toma posse da capitania em nome do rei	21 de Fevereiro
No rio de Janeiro, destruição do forte de Villegagnon	15 de Março
Mem de Sá em São Vicente	Junho
Regresso à Baía	29 de Agosto

1561

Morte de Vasco Fernandes Coutinho	

1563

Anchieta e Nóbrega são deixados como reféns em Iperoig	1 de Maio
Nóbrega parte para São Vicente...	21 de Junho
Anchieta é autorizado finalmente a partir ...	14 de Setembro
Chegada de Estácio de Sá à Baía	Fim do ano
Estácio de Sá parte com a esquadra para o Rio de Janeiro...	Fim do ano

1564

Chegada ao Rio de Janeiro...	Fevereiro
Parte para São Vicente	2 de Abril
Preparativos em São Vicente para a próxima campanha	Abril até aos fins do ano

1565

Estácio regressa ao Rio de Janeiro	20 de Janeiro
Desembarque na Praia Vermelha	1 de Março
Anchieta parte para a Baía...	Fim de Março

1565-1567

Defesa da colónia fortificada de São Sebastião do Rio de Janeiro	

1567

Chegada de Mem de Sá com a armada comandada por Cristóvão de Barros	18 de Janeiro
Batalha pela posse do Rio de Janeiro	20 » »
Morte de Estácio de Sá devido aos ferimentos	Fevereiro
Fundação da cidade do Rio de Janeiro	1 de Março
Chegada de Nóbrega vindo de São Vicente ...	Agosto

1570

Morte de Nóbrega no Rio de Janeiro	18 de Outubro

1572

Morte de Mem de Sá no Salvador	2 de Março

BIBLIOGRAFIA

A lista seguinte não pretende ser exaustiva. Há imenso material—artigos e estudos de várias espécies — que têm aparecido de tempos a tempos em periódicos eruditos, quer em Portugal, quer no Brasil, e novas obras de valor variável estão constantemente a ser publicadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Aqui indico as obras principais consultadas para escrever este livro.

FONTES ORIGINÁRIAS

Carta de Pero Vaz de Caminha, a D. Manuel, escrita de Porto Seguro a 1 de Maio de 1500.

Carta de Mestre João a D. Manuel, também escrita de Porto Seguro. Ambas as cartas, que se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa, foram publicadas em grande número de obras por Malheiro Dias, Fontoura da Costa, Jaime Cortesão e outros.

Carta do Rei D. Manuel aos Reis de Castela. Existem desta carta várias cópias coevas. O que parece constituir o original português, existente nos Arquivos do Estado em Veneza, está datado de 29 de Agosto de 1501, mas o castelhano tem a data de 29 de Julho.

Relato Anónimo da Viagem de Pedro Álvares Cabral, parece que dum piloto ou outro indivíduo português. Esta obra apenas sobreviveu na tradução italiana de Ramúsio. Uma versão portuguesa foi feita por Mendo Trigoso no Vol. II da *Colecção para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, 1812, e uma nova versão foi publicada por A. Dória na sua tradução portuguesa da *Vayage of Pedro Alvares Cabral*, de William B. Greenlee.

Alguns Documentos da Torre do Tombo. Algumas das instruções de Cabral foram aqui publicadas; *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda. 3.ª ed. Coimbra, 1924, Liv. I, cap. XXXI refere-se ao descobrimento do Brasil.

Lendas da Índia, por Gaspar Correia. Tomo I, pág. 150-152.

Ásia, primeira década, por João de Barros. Liv. V, cap. II.

Lettera di Amerigo Vespucci della isola nuovamente trovate in quatro suoi viaggi. Florença, 1505-1508. e

Mundus Novus, pelo mesmo autor. Todas obras que merecem pouca confiança.

Cartas de Mem de Sá, Duarte Coelho, D. Duarte da Costa, e outros, conservadas na Torre do Tombo, e algumas publicadas em várias obras e histórias.

Cartas Jesuiticas, publicadas por Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro, 1931-33. 3 vols incluindo:

Cartas do Brasil, por Manuel da Nóbrega;

Cartas Avulsas, diferentes cartas de missionários jesuítas;

Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões, por José Anchieta.

Novas Cartas Jesuiticas, publicadas por Serafim Leite. 1940.

Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa 1530-1532, publicado por Eugénio de Castro e Capristano de Abreu. Rio de Janeiro. 1940. Esta edição inclui valiosos mapas e apêndices, além de muitas notas elucidativas.

Nova Gazeta da Terra do Brasil (Newen Zeytung auss Presillg Landt). Tradução portuguesa de Rodolfo R. Schuller acompanhada do fac-simile do original. Rio de Janeiro, 1914.

Hans Stade. Suas Viagens e cativeiro entre os indios do Brasil, traduzido do original alemão que foi publicado em Marburgo em 1557. São Paulo, 1945.

Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, por Jean de Léry. La Rochelle, 1578.

Tratado da Terra do Brasil e História da Provincia de Santa Cruz, por Pero de Magalhães Gandavo, a primeira escrita em 1570 ou mesmo antes, mas só publicada em 1826, a segunda publicada em Lisboa em 1576. Edição moderna de ambas, num só volume, Rio de Janeiro. 1924.

Noticia do Brasil. Descrição Verdadeira da Costa Daquele Estado, por Gabriel Soares de Sousa, publicada pela Academia Real das Ciências in — «Colecção de Noticias para a História das Nações Ultramarinas», Lisboa, 1826.

De Alguas Cousas mais notaveis do Brasil. Obra anónima, provàvelmente escrita cerca de 1591, publicada in — «Ineditos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra» 1. Miscelanea. Pág. 62 e ss.

Inquisição de Lisboa. H.º 1586 Processo de João des Boules. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa.

Serviços de Mem Sá Torre do Tombo. Papéis dos Jesuitas Maço 20, n.º 6. Publicado in — «Anais da Biblioteca Nacional» do Rio de Janeiro, vol. 27, pág. 129-218.

História do Brasil, por Frei Vicente do Salvador, escrita em 1627; última edição, São Paulo, 1918

Diálogos das Grandezas do Brasil, por Ambrósio Fernandes Brandão, 1618; editado por Rodolfo Garcia e Jaime Cortesão, Rio de Janeiro, 1943.

Chronica da Companhia de Jesus na Provincia de Portugal, por Baltazar Teles. Livro Terceiro. Lisboa, 1645.

Vida do Veneravel Padre José de Anchieta, por Simão de Vasconcelos, 1672; edição recente, Porto, 1953.

Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, por Simão de Vasconcelos, Lisboa, 1691.

Memorias para a história da Capitania do São Vicente, por Frei Gaspar da Madre de Deos. Lisboa, 1797.

OBRAS MODERNAS

História da Colonização Portuguesa no Brasil. 3 vols. Publicada sob a direcção de Malheiro Dias, Porto, 1921. Esta obra, verdadeiramente monumental, compreende capitulos por Malheiro Dias, Duarte Leite, Jaime Cortesão, Pereira da Silva, Lopes de Mendonça, Esteves Pereira, António Baião, Jordão de Freitas, Pedro de Azevedo, Oliveira Lima e Paulo Mereia, e publica grande número de documentos importantíssimos e cartas dos governadores e capitães.

História da Expansão Portuguesa no Mundo, vols. II e III, com capítulos por Fontoura da Costa, Jaime Cortesão, Pedro Calmon, Serafim Leite, Basílio de Magalhães, Manuel Múrias, publicada sob a direcção de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias. Lisboa, 1937.

História de Portugal, edição monumental, Barcelos, 1928. O Vol. III tem capítulos acerca do Brasil, por Jaime Cortesão.

OBRAS DE AUTORES INDIVIDUAIS

Jaime Cortesão — *A Carta de Pero Vaz de Caminha.* Rio de Janeiro, 1943. É um estudo cuidadoso da famosa carta com o facsimile e copiosas notas.
A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil, Lisboa, 1922.

Gago Coutinho — *O Descobrimento do Brasil* (Visto do mar), Lisboa, 1947.

Bailey Diffie — *Latin American Civilization,* Harrisburg, 1947.

William B. Greenlee — *The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India.* Compreende versões de todos os documentos conhecidos acerca do assunto. Chicago, 1937. Saiu em 1951 no Porto uma edição portuguesa, com estes documentos restituídos à língua portuguesa, que foi a língua original da maior parte deles.

Fontoura da Costa — *Os sete únicos documentos de 1500.* Lisboa, 1940.

Duarte Leite — *Descobridores do Brasil.* Porto.

Serafim Leite — *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Vols. I e II abrangem o século XVI. Lisboa, 1938. *Nóbrega e a fundação de São Paulo.* Lisboa, 1953.

Visconde de Lagoa — *Achegas para o estudo do Planisfério dito de Cantino e das Primeiras Explorações portuguesas do Litoral Brasileiro.* In — «Anais da Junta de Investigações do Ultramar» Vol, VII, tomo I. Lisboa, 1953.

Misael Ferreira Perma — *História da Província do Espírito Santo,* Rio de Janeiro, 1878

Damião Peres — *O Descobrimento do Brasil por Álvares Cabral. Antecedentes e Intencionalidade.* Porto e Rio de Janeiro. 1949. *História dos Descobrimentos Portugueses.* Porto, 1943.

J. F. de Almeida Prado — *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil.* Vol. I. São Paulo, .939.

José Carlos Rodrigues — *Religiões Acatholicas. Memoria.* Livro do Centenário do Brasil. Vol. II. Associação do Centenário do Brasil. Rio de Janeiro, 1901.

Robert Southey — *History of Brazil,* Vol. I.

F. Adolfo Varnhagen — *História Geral do Brasil.* Este operoso historiador publica grande número de documentos valiosos, cuja origem, todavia, não indica

Índices

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÍNDICE DAS GRAVURAS

ÍNDICE GERAL

COLECÇÃO PEREGRINA

Obras de autores estrangeiros focando personagens portuguesas ou assuntos relacionados com a HISTÓRIA DE PORTUGAL.

Volumes publicados:

Para a execução desta capa foi aproveitada, depois de reduzida às dimensões apropriadas, a carta onde "está lançada toda a costa do Brasil, do rio das Amazonas até o rio da Prata", uma das folhas do famoso ATLAS DE FERNÃO VAZ DOURADO, desenhado em Goa em 1571 e publicado pela Livraria Civilização.